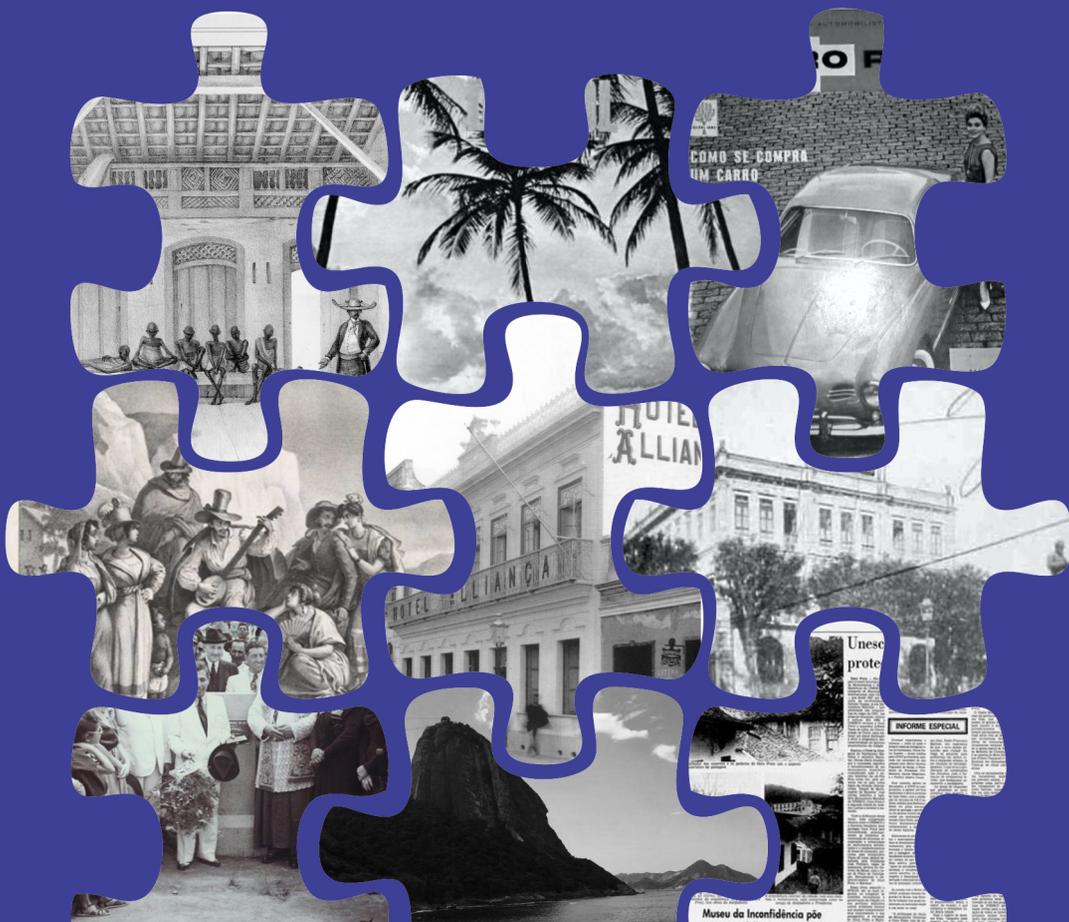


Dalila Müller
Dalila Rosa Hallal

Organizadoras



Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil



Dalila Müller
Dalila Rosa Hallal

Organizadoras

Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil



casaletras

Porto Alegre
2020

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPe com recursos PROAP/CAPES.

Copyright ©2020 das organizadoras.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Direitos desta edição reservados aos autores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETRAS. Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora ou do(s) autor(es), poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Casalettras, a partir de imagens fornecidas pelos autores

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Lopes (UFPe)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPe)

Prof^º Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Prof^º Dr^a Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O129 Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil / Dalila Müller e Dalila Rosa Hallal (Orgs.). [edição eletrônica] Porto Alegre: Casalettras, 2020.

288p.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-86625-20-2

1. Turismo - 2. História do turismo - 3. Lazer e turismo no Brasil - I. Müller, Dalila - II. Hallal, Dalila Rosa - III. Título.

CDU: 380

CDD: 388



EDITORA CASALETRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com

www.casalettras.com

APRESENTAÇÃO

Este livro fomenta reflexões e registros sobre a produção acadêmica de investigações sobre o Turismo e o Lazer em suas interlocuções com a História. Abrange questões que abarcam esses campos de conhecimento no intuito de contribuir para ambas as áreas, reunindo e dando visibilidade às pesquisas realizadas. Os trabalhos apresentados trazem reflexões sobre diferentes temáticas, métodos e fontes, aprofundando teórica e metodologicamente a abordagem histórica em torno do Lazer e do Turismo.

A Universidade Federal de Pelotas, por meio de seu Programa de Pós-graduação em História, abriu um espaço de diálogo com a área de Turismo e de Lazer, possibilitando a organização desta obra coletiva, que reúne pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e com distintas formações que abordam o turismo e o lazer em uma perspectiva histórica.

O livro reflete o percurso desse grupo de pesquisadores que têm como afinidade uma influência marcante das abordagens históricas do Turismo e do Lazer. O esforço de enfrentar em conjunto tais questões fez com que esse coletivo decidisse criar no Brasil, no interior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR e na Associação Nacional de História – ANPUH, Grupos de Trabalho (GT) específicos sobre as temáticas História do Turismo e do Lazer. Os eventos acadêmicos têm incentivado a consolidação de um olhar a partir do Brasil, sobre o desenvolvimento do turismo e do lazer ao longo do tempo.

Os temas Turismo e Lazer são relativamente novos para as Ciências Sociais e Humanas e como objeto de investigação acadêmica vêm sendo vistos como uma construção social, dotada de historicidade, que requer uma análise profunda. A proposição dos GTs no âmbito das Associações

– ANPUH e ANPTUR – resultou, portanto, da interação sistemática – interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e interestadual – entre esses diversos docentes e pesquisadores, potencializando redes de diálogo e intercâmbio já existentes, processo que remonta ao início dos anos 2000, sendo, portanto, recentes. Ao longo dos últimos anos, os grupos vêm agregando novos colaboradores e alcançando uma crescente produção conjunta, na forma de organização de eventos, livros, dossiês, publicação de artigos e intercâmbios, sendo espaços de socialização do conhecimento produzido pelas diversas instituições de Ensino Superior.

Esta produção histórica sobre o turismo e o lazer, acompanhada de um aprofundamento teórico e metodológico, constitui-se em prerrogativa para o avanço da reflexão sobre a especificidade das contribuições do conhecimento histórico do turismo e do lazer, bem como para o compartilhamento e debate interdisciplinar com outras áreas envolvidas. Desse modo, o livro “**Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil**” é um convite aos pesquisadores para sistematizar suas reflexões relacionadas às possibilidades de interface acima elencadas, abordando as múltiplas temáticas e objetos em torno do Turismo e do Lazer no campo da História.

Mais do que reflexões sobre a História do Turismo e do Lazer, os artigos aqui apresentados são o resultado do empenho de todo um grupo de pesquisadores, ávidos por discussões no campo do turismo e do lazer, mas também sonhadores, que tornaram este livro uma realidade e um desafio. Um desafio de mantermos acesa a vontade de construir um mundo melhor a partir da ampliação significativa do acesso ao conhecimento em permanente construção, que promova criticidade e reflexão sobre o universo do Turismo e do Lazer, capazes de construir olhares sobre o entendimento da historicidade desses fenômenos, enfim, alicerce para a construção da cidadania.

Abrindo esse espaço para a sociedade, acreditamos que o livro contribui para uma permanente reflexão sobre o desenvolvimento histórico do turismo e do lazer no Brasil e para o fortalecimento de ações nessas áreas. Com esta publicação alcançamos dois objetivos: em primeiro lugar, tornar públicos os conteúdos desenvolvidos no âmbito de nossas pesquisas; e, em segundo lugar, incentivar e divulgar nossas parcerias no sentido de aglutinar um grupo comprometido com essa temática.

Os autores reunidos neste livro, colegas e parceiros que vem percorrendo conosco esta caminhada, apresentam 14 textos que refletem as interfaces do Lazer e do Turismo com a História, contribuindo para o avanço da reflexão sobre a especificidade das contribuições dos diferentes métodos e perspectivas históricas para o desenvolvimento de pesquisas em lazer e turismo.

O texto intitulado “História e Historiografia do Lazer”, de autoria de **Cleber Dias**, faz uma ampla e densa discussão de caráter teórico sobre a historiografia do lazer, a fim de reconstituir os principais aspectos do processo de constituição histórica deste fenômeno, identificar as teses centrais predominantes nesse ramo de estudos, apontar algumas possibilidades interpretativas alternativas, além de tentar extrair algumas implicações teóricas possíveis.

Por outro caminho, **Renata Brauner Ferreira e Matheus Silva Falcão**, no artigo denominado “Apontamentos Teóricos sobre Lazer na perspectiva de Norbert Elias”, discutem possibilidades dos pressupostos teóricos da obra de Norbert Elias, dando especial ênfase em sua abordagem sobre o lazer, deixando evidente o importante papel de sua obra nas discussões sobre o lazer.

No artigo “Divertimentos Paulistanos”, os olhares de **Flávia da Cruz Santos** recaem sobre os divertimentos da São Paulo do século XIX. A historiografia clássica sobre a capital paulista, os relatos de viajantes e a literatura afirmavam que os divertimentos eram raros em São Paulo, porém, desconfiando dessa visão da cidade, como a autora afirma, encontrou nos jornais paulistanos várias opções de divertimento na cidade, como os jogos e brincadeiras, os bailes e o teatro.

A partir de diferentes fontes primárias, como leis, decretos, decretos-lei, resoluções, circulares, decretos e demais documentos, **Sênia Regina Bastos**, no artigo “A potencialidade das fontes primárias para o estudo da história do turismo no Brasil”, centra-se na regulamentação do turismo e no perfil do turista desejado socialmente no Brasil das décadas de 1930 e 1940. A autora destaca que a legislação impactou significativamente o turismo internacional.

No texto “‘Turismo Cultural’ e ‘Patrimônios Turísticos’: preservação e turismo na década de 1980”, de **Leila Bianchi Aguiar e Valeria Lima Guimarães**, o olhar se volta para a utilização dos termos “turismo cultural”, como referência ao tipo de turismo realizado nos

sítios urbanos patrimonializados, e “patrimônios turísticos” no Brasil dos anos 1980. Os patrimônios culturais, a partir das ações de salvaguarda e defesa, tornam-se bens valorizados pelo turismo, uma vez que as atrações turísticas ganham status de patrimônio turístico, como forma de distinção e que merecem ser visitadas.

Em “O Papel da Hotelaria Carioca na Construção de um Destino Turístico Tropical”, artigo de autoria de **Isabella Perrotta**, a autora discute a hotelaria carioca, que, ao acolher visitantes e perceber que o olhar estrangeiro se direcionava para as regiões mais aprazíveis da cidade, o setor ajudou a despertar o interesse do próprio habitante para os atrativos deste território, e assim, consolidar a cidade como um destino turístico.

Vania Herédia e Carlos Henrique Funck, no artigo denominado “Primeiras hospedagens na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul”, lançam seus olhares sobre os primeiros meios de hospedagem de Bento Gonçalves, quando era Colônia Princesa Isabel, zona de colonização italiana no RS. Destacam, inicialmente, a presença dos barracões para a hospedagem dos recém-chegados imigrantes, antes de serem encaminhados para os lotes a eles destinados. Os primeiros albergues e hotéis que foram construídos para atender aos imigrantes também são apresentados.

Já **Dalila Müller**, no artigo “A trajetória da família Gotuzzo na hotelaria pelotense: imigrantes empreendedores em Pelotas/RS (1853-1927)”, direciona seu olhar para a participação de imigrantes italianos na hotelaria pelotense do século XIX e início do século XX. A partir de diferentes fontes analisa a trajetória da família Gotuzzo à frente do Hotel Aliança, um hotel que teve uma vida longa (mais de 120 anos), permanecendo por mais de 70 anos com a família. Durante esse período, a família Gotuzzo dotou o hotel de diversas melhorias estruturais e de serviços básicos e ofereceu serviços de qualidade, o que fez com que se destacasse na cidade de Pelotas.

Susana Gastal escreve o artigo “Anos 1940-1950: Aeroclubes e Integração Regional. O Caso de Caxias do Sul-RS (Brasil)”. Nele, a autora apresenta aspectos da criação do Departamento de Aviação Civil (DAC), do Código Brasileiro de Aeronáutica, e do Correio Aéreo Militar, em 1931, no Governo Vargas, e, em 1941, a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira, relacionando-os a um projeto de integração nacional, via aviação civil e comercial. Tal projeto incluía o

incentivo à criação e qualificação de aeroclubes, isenções para aquisição de aeronaves e a formação de pilotos. A autora analisa como se deu este processo em Caxias do Sul-RS, ouvindo um dos pilotos que dele participou, Flávio Del Mese.

Dalila Rosa Hallal, em seu artigo “Por amor a esse tema fascinante que é o turismo’: Trajetória do primeiro secretário de turismo do Rio Grande do Sul – Edison Baptista Chaves.”, direciona seu olhar para a história de vida profissional de Edison Baptista Chaves, no início dos anos 1970, enquanto esteve a frente da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – SETUR.

No texto “Natal, em Fatos e Fotos: o imaginário paisagístico da cidade do sol, mais de cinquenta anos depois...”, **Sylvana Kelly Marques da Silva** e **Luiz Demétrio Janz Laibida**, analisam as fotografias da Revista Fatos & Fotos de 1968 – “Natal A cidade do Sol”, as observando como discursos que devem ser questionados a partir do núcleo gerador da tríade turismo, paisagem e fotografia. Articulando história cultural e a sociologia da fotografia e da imagem, buscam compreender a produção de uma espacialidade e identidade que centra-se em Natal, a partir de uma publicação fotojornalística que inaugura a identidade turística da cidade, representada pelo turismo de sol e mar.

O trabalho de **Airton José Cavenaghi**, “O turismo sobre rodas no litoral paulista (1960-1970): uma análise histórica de uma reportagem jornalística”, contribui para uma reflexão significativa sobre o uso do automóvel como veículo para a prática do lazer e do turismo a partir da Revista Quatro Rodas publicada em 1960. O artigo discute a “cultura de veraneio” presente no país e em especial no turismo litorâneo paulista naquele momento.

Os olhares de **Vera Lúcia Bogéa Borges**, **Simone Feigelson**, **Carla Fraga** e **Eloise Silveira Botelho** no artigo “O Bairro da Urca na cidade do Rio de Janeiro: atratividade turística e história nos séculos XX e XXI” estão direcionados para o Morro da Urca, que é apresentado como ideal para a realização da caminhabilidade com fins turísticos. O texto estabelece algumas tessituras históricas, considerando os séculos XX e XXI, tendo como referência as paisagens e patrimônios cariocas e apresenta possibilidades de itinerários para o desenvolvimento do *slow tourism* no Bairro da Urca.

No artigo “Perspectivas para a ‘Marca Rio’: o consumo turístico das tradições no Rio de Janeiro”, **Amanda Danelli Costa, Roberto Vilela Elias e Flávia Barroso de Mello** buscam compreender o processo de construção da imagem turística de três referências culturais cariocas – o Cais do Valongo, os bares tradicionais cariocas e o Réveillon de Copacabana, associadas ao projeto de reorganização da imagem da marca-Rio como Cidade Olímpica. Essas referências estão inseridas no contexto dos megaeventos e são reinventadas simbolicamente pelas narrativas institucionais e midiáticas, buscando a construção de uma nova imagem turística para o Rio de Janeiro.

A todos esses, agradecemos e dedicamos este livro.
Esperamos que vocês apreciem a leitura!

Dalila Müller
Dalila Rosa Hallal
AS ORGANIZADORAS

SUMÁRIO

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO LAZER.....	12
<i>Cleber Dias</i>	
APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE LAZER NA PERSPECTIVA DE NORBERT ELIAS	31
<i>Renata Brauner Ferreira</i> <i>Matheus Silva Falcão</i>	
DIVERTIMENTOS PAULISTANOS.....	46
<i>Flávia da Cruz Santos</i>	
A POTENCIALIDADE DAS FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO TURISMO NO BRASIL.....	65
<i>Sênia Regina Bastos</i>	
“TURISMO CULTURAL” E “PATRIMÔNIOS TURÍSTICOS”: PRESERVAÇÃO E TURISMO NA DÉCADA DE 1980	85
<i>Leila Bianchi Aguiar</i> <i>Valeria Lima Guimarães</i>	
O PAPEL DA HOTELARIA CARIOCA NA CONSTRUÇÃO DE UM DESTINO TURÍSTICO TROPICAL.....	98
<i>Isabella Perrotta</i>	
PRIMEIRAS HOSPEDAGENS NA ZONA DE COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	117
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i> <i>Carlos Henrique Monschau Funck</i>	

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA GOTUZZO NA HOTELARIA PELOTENSE: IMIGRANTES EMPREENDEDORES EM PELOTAS/RS (1853-1927)..... 135

Dalila Müller

ANOS 1940-1950: AEROCLUBES E INTEGRAÇÃO REGIONAL. O CASO DE CAXIAS DO SUL-RS (BRASIL) 158

Susana Gastal

“POR AMOR A ESSE TEMA FASCINANTE QUE É O TURISMO”: TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL – EDISON BAPTISTA CHAVES 179

Dalila Rosa Hallal

NATAL, EM FATOS E FOTOS: O IMAGINÁRIO PAISAGÍSTICO DA CIDADE DO SOL, MAIS DE CINQUENTA ANOS DEPOIS... 202

Sylvana Kelly Marques da Silva

Luiz Demétrio Janz Laibida

O TURISMO SOBRE RODAS NO LITORAL PAULISTA (1960-1970): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA REPORTAGEM JORNALÍSTICA..... 226

Airton José Cavenaghi

O BAIRRO DA URCA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ATRATIVIDADE TURÍSTICA E HISTÓRIA NOS SÉCULOS XX E XXI 246

Vera Lúcia Bogéa Borges

Simone Feigelson

Carla Fraga

Eloise Silveira Botelho

PERSPECTIVAS PARA A “MARCA RIO”: O CONSUMO TURÍSTICO DAS TRADIÇÕES NO RIO DE JANEIRO 272

Amanda Danelli Costa

Roberto Vilela Elias

Flávia Barroso de Mello

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO LAZER

*Cleber Dias**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentre os assuntos abordados pelos estudos do lazer, a história deste fenômeno está certamente entre os mais negligenciados. Além do número reduzido de trabalhos sobre o assunto, há também uma certa precariedade empírica nos resultados apresentados. O problema, é verdade, não é exclusivamente historiográfico, nem está circunscrito apenas ao Brasil. A literatura sobre o lazer, de maneira geral, tem sido frequentemente criticada pelo seu atraso epistemológico com relação a outras disciplinas das ciências sociais.¹ Conclusões mais amplamente aceitas no universo dos estudos do lazer, do mesmo modo, têm sido criticadas por aparentarem ser tão somente a repetição monótona de velhas ortodoxias.²

Nesse cenário pouco alvissareiro, pesquisas sobre a história do lazer podem ser uma necessidade para saltos qualitativos nas suas reflexões. Não por acaso, um dos diagnósticos apontados por críticos das limitações dos estudos do lazer reside, justamente, na pouca atenção que essa comunidade de especialistas tem dedicado ao estudo da história da

* Doutor em Educação Física (Universidade Estadual de Campinas) e professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

1 SAMDAHL, Diane M. Epistemological and Methodological Issues in Leisure Research. In: JACKSON, Edgar; BURTON, Thomas L. (eds.). *Leisure studies: prospects for the twenty-first century*. State College, PA: Venture, 1999.

2 Ver JOHNSON, Linton K. Introduction: rethinking labour and leisure. *Leisure studies*, v. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.

sua própria constituição.³ Um conhecimento histórico mais detalhado sobre o lazer pode trazer consigo considerável potencial heurístico para uma renovação teórica no estudo do assunto.

Por certo, uma adequada compreensão histórica desse fenômeno pode jogar novas luzes sobre as discussões a respeito dos seus significados sociais. O estudo do lazer no passado faz parte de um necessário esforço para a melhor compreensão do lazer no presente. No limite, um adequado entendimento do lazer contemporâneo simplesmente não é possível sem um adequado entendimento do seu processo histórico de desenvolvimento no passado.

Nesse artigo, meu objetivo é tentar oferecer uma revisão sobre a historiografia do lazer, a fim de reconstituir os principais aspectos do processo de constituição histórica deste fenômeno, identificar as teses centrais predominantes nesse ramo de estudos, apontar algumas possibilidades interpretativas alternativas, além de tentar extrair algumas implicações teóricas possíveis disso tudo.

ORIGENS E INFLUÊNCIAS

O surgimento das primeiras pesquisas sistemáticas sobre a história do lazer remonta a década de 1960. É um período em que as ciências sociais, em geral, testemunharam grande influência de discussões sobre a cultura, no que comentadores têm chamado de “virada cultural”. Na prática historiográfica, especificamente, a assimilação de preocupações com a cultura resultou na consolidação da chamada nova história cultural. Daquele momento em diante, todo o universo da cultura e dos costumes cotidianos passaram a configurar objetos de interesse para número crescente de historiadores. O lazer, ao lado de outros assuntos menos convencionais, como os esportes, pouco a pouco se tornaram objetos legítimos de reflexão histórica.⁴

O desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisas sobre a história do lazer esteve profundamente articulado com outras tradições

3 BRAMHAM, Peter; HENRY, Ian. Leisure Research in the UK. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 179-205.; SNAPE, Robert; PUSSARD, Helen. Theorizations of leisure in inter-war Britain. *Leisure Studies*, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2013.

4 MELO, Victor. *Esporte e lazer – conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

disciplinares, algumas das quais relativamente consolidadas já, enquanto outras, de outro modo, estavam em formação ainda. As primeiras pesquisas sobre a história do lazer surgiram na interseção de pelo menos três campos do conhecimento: a sociologia funcionalista, a história do trabalho e o nascente campo interdisciplinar dos estudos do lazer. Esse contexto acadêmico marcou de maneira incisiva e provavelmente até os dias de hoje, todo o desenvolvimento das posteriores pesquisas históricas sobre o lazer.

Sem a pretensão de realizar um inventário exaustivo a esse respeito, a 7ª Conferência *Past and Present*, realizada no Birkbeck College, em Londres, em 1964, pode ser apontada como uma das primeiras iniciativas para a promoção de um debate historiográfico explícito sobre o lazer. As duas sessões da conferência dedicaram-se a história do lazer e do trabalho nas sociedades pré-industriais e industriais. A súmula das discussões foi registrada na revista que dava nome a conferência. De maneira mais detalhada, o artigo que abriu os trabalhos da primeira sessão, sobre trabalho e lazer na sociedade pré-industrial, de Keith Thomas, também veio à luz na mesma revista.

Embora outras reflexões sobre a história do lazer possam ter existido antes, o artigo de Thomas pode ser apontado como marco importante para o processo de construção e circulação de esquemas explicativos, influenciando, mais tarde, todo um campo de estudos especializados sobre o assunto. Além do ineditismo temático, o artigo de Thomas anunciava também uma nova orientação teórica que marcaria a prática historiográfica dali em diante, servindo, de certo modo, como síntese antecipada de uma série de tópicos e conclusões que seriam desenvolvidos pela historiografia do lazer nos anos seguintes.

Em 1964, Thomas ainda não era o reputado historiador que se tornaria mais tarde, autor de livros sobre a história da magia ou sobre a relação entre homem e natureza, mas já era com certeza alguém que apontava para a necessidade de uma renovação no quadro conceitual que orientava a pesquisa histórica da época. Um ano antes, Thomas, já havia apresentado um artigo explorando as recíprocas relações entre história e antropologia, o que pode parecer banal nos dias de hoje, mas era bastante original para a época.⁵ Ao postular uma aproximação com a antropologia, Thomas apontava para um novo horizonte de problemas,

5 THOMAS, Keith. History and Anthropology. *Past and Present*, v. 24, issue 1, p. 3-24, 1963.

tais como as visões de mundo de uma sociedade, seus sistemas de crenças, suas escalas de valores, seus hábitos e costumes, sua cultura, enfim; assuntos já bastante caros aos antropólogos, mas até então insuspeitos para muitos historiadores. De certo modo, é esta postura que o credenciava a tratar de um assunto improvável naquele momento, como o era o lazer e a organização social dos tempos.

A comunicação de Thomas sobre o trabalho e o lazer na sociedade pré-industrial, já orientado por um conhecimento antropológico seguro, mobilizou exemplos de diferentes sociedades tradicionais: dos ilhéus de Trombiand aos Maori da Nova Zelândia. Com esse procedimento, Thomas pretendia dar a ver a especificidade cultural que a sociedade industrial imprimiu à organização desses dois espectros da vida social, o trabalho e o lazer, principalmente por meio da sua separação. Por analogia, segundo argumentação de Thomas, seria precisamente esse mesmo espaço de diferença que distinguiria o trabalho e o não-trabalho nas sociedades industriais e pré-industriais. Em sua interpretação, o mundo medieval da Europa Ocidental exibia algumas das mesmas características das sociedades mais “primitivas”, como ainda era autorizado dizer-se na época. Em suas palavras:

O mais óbvio contraste aos hábitos de trabalho do mundo industrial moderno é fornecido pelas sociedades primitivas com as quais antropólogos e historiadores da pré-história estão familiarizados. Aqui, a distinção entre trabalho e lazer não é possível de estabelecer. A vida nesse mundo segue uma estrutura pré-determinada em que trabalho e não-trabalho estão inextricavelmente confundidos. Os Dogons do Sudão empregam as mesmas palavras para indicar o cultivo da terra e a dança em cerimônias religiosas; para eles, ambas as atividades são igualmente úteis.⁶

Para Thomas, em síntese, um conjunto de polarizações entre esses dois mundos, esses dois distintos modos de organização social, industrial e pré-industrial, ocidental e tradicional, primitivo e moderno, manifestar-se-iam também na organização do trabalho e do “lazer”. Nas suas palavras, para aquelas sociedades “primitivas”, cujos modos de organização social dos tempos estendia-se, por analogia, ao período pré-industrial, “períodos de lazer não estão claramente definidos como tais, embora atividades econômicas, como caçar ou ir às compras, obviamente

6 THOMAS, 1964, p. 51.

tenham seus aspectos recreativos, como cantar ou contar histórias no trabalho”. Fundamentalmente, continua Thomas, “o trabalho não é regulado pelo relógio, mas pelas exigências da tarefa”.⁷

Temos aí já bem delineados alguns elementos característicos das abordagens predominantes nos estudos do lazer, quais sejam, a pressuposição de que a separação entre trabalho e lazer, resultado, sobretudo, do crescente e progressivo processo de industrialização, é a pedra de toque fundamental da singularidade deste fenômeno social diante de outras maneiras históricas de se organizar e se relacionar com o tempo fora do trabalho. Lembremos, nesse sentido, as palavras de Dumazedier, cuja obra fora canônica para as reflexões sobre o lazer. Para Dumazedier, “o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial”.⁸ Nessa perspectiva, tal como nos argumentos apresentados por Thomas, a singularidade histórica e sociológica do lazer é produto de uma descontinuidade fundamental entre sociedades industriais e pré-industriais. Trata-se, basicamente, do mesmo princípio que orientara, já naquele momento, os argumentos de Thomas e depois de toda uma geração de historiadores que dedicar-se-iam a investigar a história do lazer.

No artigo de Thomas, contudo, não era apenas a antropologia que concorria para exemplificar por contraste a diferença entre o significado social nos modos de se conceber e se relacionar com o trabalho e o não-trabalho em sociedades industriais e pré-industriais. Thomas demonstrava também conhecer pesquisas sobre o lazer publicadas entre o fim da década de 1950 e o começo de 1960, entre os quais, os livros editados por Eric Larrabbe e Rolf Meyershon (*Mass Leisure*), ou por George Friedman e Pierre Naville (*Traité de Sociologie du Travail*), que se tornariam depois referências recorrentes para os estudos do lazer. A incorporação dessas obras como interlocutores é um dado importante, pois as linhas gerais de argumentação adotadas dali por diante por ambos os campos de estudo, os estudos do lazer e a história do lazer, seriam muitíssimos semelhantes, se não idênticas.

Aqui também o artigo de Thomas é bastante revelador, pois não é desprezível o fato desta nascente bibliografia sobre o lazer, com a qual

7 Ibid, p. 58.

8 DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999, p. 26.

ele dialogava, ter uma natureza fundamentalmente sociológica. Nomes importantes dessa fase inicial de pesquisas em lazer eram quase todos sociólogos de formação ou de ofício. A sociologia, de fato, marcou muito poderosamente os primeiros trabalhos responsáveis pelo início da edificação de um campo de estudos especializados em lazer em várias partes da Europa.⁹ O início da construção de uma reflexão histórica sobre o lazer, portanto, se fazia numa intersecção disciplinar entre sociologia e a história propriamente dita.

Nas pesquisas historiográficas sobre o lazer, o diálogo com estas abordagens sociológicas, no mais das vezes implícito, manifesta-se, entre outros aspectos, na ênfase atribuída ao novo processo de divisão social do trabalho inaugurado pela industrialização como o principal elemento para a explicação das transformações históricas que se processaram nos modos de fruição do tempo livre. A ênfase recorrente sobre a ruptura e a descontinuidade histórica nesta historiografia, então, é apenas uma das consequências lógicas deste diálogo com a sociologia, desde sempre pautada pela preocupação de compreender o processo de transição entre os mundos pré-moderno e moderno. Assim, pesquisas sobre o lazer, independente do ponto de vista disciplinar, tem se operacionalizado quase sempre por meio da “teoria geral da sociedade industrial” ou “teoria clássica da modernização”, onde sociedades tradicionais e modernas são sempre rigidamente contrastadas.¹⁰

Havia ainda injunções entre a nascente historiografia do lazer e a história do trabalho. Segundo avaliação de Peter Bailey, as primeiras pesquisas sobre a história do lazer constituíam um ramo da história do trabalho, quase da mesma forma que a sociologia do lazer surgira como um desdobramento da sociologia do trabalho.¹¹ Desse modo, a nascente historiografia do lazer reverberava preocupações daquela outra especialidade de estudos já existente e bem consolidada, quais sejam, a

9 MOMMAAS, Hans. European leisure studies at the crossroads? A history of leisure research in Europe. *Leisure Sciences*, v. 19, issue 4, p. 241-254, Oct. 1997.

10 JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. *Sport and leisure in social thought*. London / New York: Routledge, 1994.

11 BAILEY, Peter. The politics and Poetics of Modern British Leisure: a late twentieth-century review. *Rethinking History*, v. 3, n. 2, p. 131-175, 1999. Ver também SAMUEL, Nicole. The Prehistory and History of Leisure Research in France. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 11-37.

transformação do lazer sob a industrialização, a destruição da cultura pré-industrial e a formação de uma nova cultura moderna operária.

A historiografia sobre o lazer, portanto, surge numa encruzilhada de influências, que englobava a história do trabalho, os estudos do lazer e a sociologia. No fim, a concatenação disso tudo condicionaria a reflexão histórica sobre o lazer em limites bem determinados e até os dias de hoje.

ASTESES PREDOMINANTES

Apesar do reconhecimento de que distintas formas de diversão sempre tenham integrado a vida social de diferentes épocas, a tese predominante na historiografia do lazer é a de que os significados sociais de diversões pré-industriais eram diferentes do que o lazer moderno se tornaria a partir de dado momento. São poucos os trabalhos que não postulam essa descontinuidade histórica fundamental. Em contrapartida, são muitos os que formulam distinções binárias entre esses dois momentos, perceptíveis, sobretudo, depois da industrialização, conforme convencionalmente se argumenta. Trata-se mesmo de um *modelo teórico-interpretativo geral* empregado em toda parte para a tentativa de compreensão das transformações históricas ocorridas no universo das diversões na modernidade.

De acordo com essa perspectiva, antes do período industrial, a maioria dos trabalhadores eram empregados em serviços agrícolas. A produção de bens, em geral, realizava-se no interior das próprias casas, sem uma segregação espacial óbvia entre o lugar de trabalho e o de descanso. A maioria das pessoas, além disso, vivia em pequenas comunidades, onde o anonimato e as possibilidades de liberdade para escolhas individuais eram mais reduzidas pela coerção dos costumes e hierarquias. A organização social do tempo também era significativamente diferente daquela inaugurada pelo regime de produção fabril a partir do século 19. O trabalho geralmente era realizado em alternância com outras formas de ocupação, incluindo àquelas de alguma forma ligadas às diversões. Trabalho e diversão, portanto, estavam frequentemente interligados.

Com o advento da indústria, os modos de relação entre o trabalho e o tempo de não trabalho teriam então se transformado radicalmente. Em primeiro lugar, a natureza do trabalho propriamente dito ter-se-ia transformado. Um número cada vez maior de trabalhadores empregava-se agora em novas ocupações, produzidas por novas formas de produção.

Como consequência, e em segundo lugar, a localização do trabalho também teria mudado. O modelo de produção fabril exigia grande força de trabalho concentrada a uma distância relativamente pequena da fábrica, o que teria implicado maior adensamento populacional. A vida em grandes cidades, por sua vez, teria fomentado um novo mercado de consumo de bens e serviços, com novas formas de passatempo, distintas daquelas tradicionalmente usufruídas no campo.

De acordo com este modelo interpretativo predominante, embora as pessoas trabalhassem longas horas antes da industrialização, o trabalho era relativamente desestruturado e irregular. Assim, a estrutura laboral pré-industrial permitiria a alternância de intensas jornadas de trabalho com momentos de descanso. Em tais circunstâncias, indivíduos seriam então mais capazes de determinar quanto trabalho precisavam realizar. O trabalho pré-industrial realizado no campo, além disso, era governado pelo ritmo da natureza. Tudo se submetia aos ciclos sazonais das estações ou ao calendário eclesiástico. Não por acaso, algumas das principais festividades da Inglaterra da época estavam associadas com o calendário das plantações, das colheitas ou das celebrações religiosas, como era o caso das “*wakes*”, espécie de festejos religiosos organizados para comemorar os santos padroeiros de igrejas. Nessas ocasiões cerimoniais, a distinção entre trabalho e lazer seriam obscuras, tanto quanto entre lazer e religião. Momentos de recreação, por outro lado, também estariam frequentemente perpassados por obrigações sociais diversas, tais como rituais de nascimentos, casamentos ou funerais. O envolvimento com esses acontecimentos geralmente era compulsório, havendo, portanto, pouco espaço para escolhas individuais.

Depois da industrialização, todavia, tudo isso teria mudado significativamente. Dali em diante, era essencial que todos comesçassem e terminassem seus trabalhos ao mesmo tempo, na medida em que estariam subordinados aos artificiais ritmos de trabalho determinado pelas máquinas. Como resultado, ter-se-ia operado uma progressiva e radical separação entre os tempos de trabalho e não-trabalho, já não mais concebidos como uma unidade indivisível. Além disso, o número de dias destinados ao trabalho teria aumentado, erodindo, assim, antigas estruturas tradicionais de festas e diversões, ao mesmo tempo em que agenciava o nascimento de todo um novo e original universo de

entretenimento. Em síntese, sob o ímpeto modernizador deflagrado pela Revolução Industrial, teria ocorrido a “revolução do lazer”.

CRÍTICAS E TESES ALTERNATIVAS

Todo esse quadro interpretativo, porém, apesar de predominante, não é inteiramente consensual. Há críticas e interpretações alternativas para a explicação histórica do lazer. Pesquisas diversas vêm questionando a demarcação cronológica tradicionalmente adotada para a indicação da emergência histórica do lazer.

Maurizio Tuliani, por exemplo, tratando das diversões medievais na Baixa Idade Média da Itália, situa o século 14 como período de surgimento de uma nova atitude diante das atividades de recreação, descanso e divertimento.¹² A releitura de textos da antiguidade clássica promovida pelo pensamento humanista da época, afirmava a liberdade individual do sujeito, em contraposição às coerções dos costumes tradicionais. Intensificava-se, assim, a tomada de consciência acerca da própria individualidade, o que estimulava a busca de momentos para se gozar os prazeres da vida. Paralelamente, transformava-se o modo de ordenamento urbano das cidades, que passavam a cumprir função social mais ligada à economia do que à defesa, como fora outrora. Nesse novo contexto, o núcleo familiar já não era o único e principal ponto de referência cultural. Ao lado desta tradicional instância de encontro e sociabilidade, criavam-se também cada vez mais praças, fontes, pátios e pórticos, em espaços que cumpriam finalidades econômicas, mas também festivas. Do mesmo modo, o mercado semanal, as feiras ou as festas religiosas cresciam em número e em importância. Mais de 25% dos dias do ano eram ocupados por celebrações de algum tipo, fossem cívicas ou religiosas, onde havia muitas ocasiões para espetáculos de música, canto, danças, bailes, jogos de destreza e acrobacias.

Tratando da Espanha entre os séculos 13 e 14, Joan-Lluís Marfany também mencionou uma série de divertimentos que seriam assiduamente praticados, tais como a música, a caça e as danças.¹³

12 TULIANI, Maurizio. *Diversión y ocio en las ciudades italianas de la Baja Edad Media*. In: VACA LORENZO, Angel (ed.). *Fiesta, juego y ocio en la historia*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, p. 103-123.

13 MARFANY, Jean-Lluís. Debate: The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997.

Para ele, indícios da existência dessas práticas autorizariam tratá-las sob o conceito de lazer. Em sentido semelhante, Alessandro Arcangeli, também sublinha a importância do início do período moderno para o desenvolvimento do lazer.¹⁴ Para ele, o período compreendido entre os séculos 15 e 17 foi fundamental para a elaboração de uma particular cultura do lazer na Europa. Discursos médicos, jurídicos e teológicos expunham preocupações às vezes minuciosas sobre inúmeros divertimentos, bem como sobre as circunstâncias que os tornavam recomendáveis ou não. Danças, jogos, teatros ou apostas eram algumas das práticas que constituíam objeto de preocupação nesse contexto. Por um lado, temeridades quanto os riscos morais e físicos da inatividade estimulavam determinadas formas de recreação, reconhecendo-as como necessárias para a saúde ou a integridade moral de um indivíduo. Por outro lado, condenava-se outras atividades de lazer, sugerindo-se dedicação limitada e fruição apenas parcimoniosa. Novas distinções entre o ócio e o negócio também tomaram parte fundamental dessas transformações, com a ociosidade cada vez mais tida como um vício e perda de tempo em atividades inúteis.

Martin Rheinheimer, no mesmo sentido, também destacou o processo de nova valorização do trabalho entre os séculos 14 e 15.¹⁵ Nessa época, crescimento demográfico, maior mobilidade, intensificação dos mecanismos de comercialização de bens e produção manufatureira, além de uma crescente monetarização e especialização profissional, alteravam significativamente o modo de hierarquização social. Pouco a pouco, o trabalho determinava cada vez mais a posição de um indivíduo na estrutura social. O trabalho progressivamente deixava de ser visto como castigo, para ser concebido como fonte de bem-estar e riqueza. A ociosidade ou a falta de vontade de trabalhar, por outro lado, passavam a ser vistas como causa principal da pobreza. Ao longo do século 16, tratados destacando as virtudes do trabalho honesto e os danos da ociosidade tornavam-se cada vez mais comuns. Ao longo dos dois ou três séculos seguintes, a estrutura das sociedades experimentaria grandes e

14 ARCANGELI, Alessandro. *Recreation in the Renaissance: attitudes towards leisure and pastimes in European culture, c. 1425-1675*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

15 RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

profundas mudanças. Mas em muitos casos essas ideias e atitudes relativas ao trabalho e ao lazer se mostrariam extraordinariamente duráveis.

Os assuntos com os quais diferentes grupos tinham de lutar eram recorrentes, como eram o contraste e as perspectivas frequentemente conflitivas através dos quais eles eram vistos. O equilíbrio geral que ocorreu ao longo de séculos no nível real dos salários e na relativa escassez de trabalho precisara de maiores ajustes na resposta dos empregadores e dos empregados, dos governantes e dos governados, dos ricos e dos pobres, mas tais ajustes ocorreram dentro de parâmetros que mudaram extraordinariamente pouco.¹⁶

Por outros caminhos e tratando de outro período, conclusões de John Plumb sobre a Inglaterra também desestabilizam parte do esquema interpretativo geral predominante sobre a história do lazer, apontando para períodos anteriores ao surto industrial do século 19 como momentos chave para compreensão da transformação histórica do lazer.¹⁷ Para ele, o período decisivo para as transformações estruturais nos modos de organização do lazer na Inglaterra situa-se entre os fins do século 17 e princípios do século 18. Segundo ele, nessa época, muitos aspectos se encadearam simultaneamente para a produção de transformações históricas do lazer. Em primeiro lugar, inovações tecnológicas na impressão de textos reduziram os custos do processo de produção de livros, jornais e folhetos. Em decorrência, um grupo crescente de pessoas passou a poder acessar esse tipo de material. Em 1690, Londres tinha já periódicos comerciais bem estabelecidos. Em princípios do século seguinte, a cidade já conhecia seu primeiro jornal diário. Em 1700 havia já salas destinadas especificamente a disponibilizar material de leitura a clientes dispostos a subscrever assinaturas. Por volta de 1720, iniciou-se a criação de bibliotecas itinerantes, de modo que até 1760, o país estava coberto por uma ampla rede de distribuição. Assim, de acordo com Plumb, “o desenvolvimento do mercado de materiais impressos é o primeiro aspecto da comercialização do lazer”.¹⁸

16 HATCHER, John. Labour, leisure and economic thought before the nineteenth century. *Past and Present*, n. 160, Aug. 1998, p. 66-67.

17 PLUMB, J. H. The commercialization of leisure in Eighteenth century England. In: MCKENDRICK, N. (ed.). *The Birth of a Consumer Society*. Bloomington: Indiana University Press, 1982, p. 265-285.

18 *Ibid*, p. 271.

A exploração comercial da imprensa estimulava um mercado de lazer cada vez maior, pois a leitura e o crescimento de todo o mercado editorial supunha a existência de uma audiência considerável, com o tempo e dinheiro para gastar. O crescimento desse mercado consumidor teria estimulado a disposição em tentar atender o gosto e as demandas dos novos clientes. Surgem, então, publicações especializadas em peças teatrais, romances, culinária, jardinagem ou partituras musicais. Além disso, através da publicidade, a imprensa teria cumprido ainda outra importante função para o crescente desenvolvimento da exploração comercial do lazer, que é a divulgação de eventos ou espaços de lazer, tais como corridas de cavalo, partidas de críquete, concertos, teatros, bailes, reuniões e jardins de recreio. A imprensa, assim, desde a década de 1690, articulava-se profundamente com o desenvolvimento comercial de várias práticas de lazer. A partir das décadas de 1750 e 1760, o lazer já estaria claramente se convertendo numa indústria com grande potencial, segundo palavras de Plumb.

Na Inglaterra, portanto, o século 18, chamado não por acaso *Merry England* (Inglaterra alegre), conheceu grandes níveis de atividades recreativas. Uma progressiva diminuição dos constrangimentos religiosos sobre algumas diversões populares seria paulatinamente notada nessa época. Conforme dissera Thompson, “a Igreja perdia o controle sobre o ‘lazer’ dos pobres”.¹⁹ Em contraposição ao processo de cerceamento de diversões populares, característico dos séculos 16 e 17, quando a influência puritana teria sido particularmente forte na Inglaterra, o século 18 viu a criação ou a progressiva proliferação de várias novas formas de diversão, tais como feiras, restaurantes, pousadas, hotéis, museus, galerias de arte, parques, jardins públicos, balneários e estações termais. Em cada um desses espaços de sociabilidade pública, que se tornava, aliás, aspecto cada vez mais marcante daquele período, poder-se-ia ver a exibição de bandas de músicas, acrobatas, malabaristas, marionetes, mágicos, artistas de teatro e toda uma variada gama de atrações, muitas vezes já oferecida por empresários especialmente dedicados ao ramo do entretenimento.²⁰

19 THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 52.

20 SOARES, Luiz Carlos. *Albion revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2007.

Tratando da história urbana de Shrewsbury, uma cidade no oeste da Inglaterra, Angus McInnes destacou o papel desempenhado pelo crescimento de um mercado de luxo e de lazer a partir de 1660, afirmando mesmo que o período testemunhou uma verdadeira “revolução do lazer”, isto é, um intenso florescimento cultural, onde a oferta de produtos e serviços ligados aos lazeres e ao consumo de luxo teve grande protagonismo.²¹ Nessa época, Shrewsbury sofreu amplas transformações nas suas estruturas ocupacionais. Por volta de 1650, o chamado “setor de lazer”, que inclui o mercado de serviços e de bens de luxo, como tabacarias, barbearias, livrarias, confeitarias ou perfumarias, empregava pouco mais de 14% da mão de obra de Shrewsbury. Um século depois, a participação desse setor no emprego de mão de obra da cidade mais que dobrou, recrutando já mais de 35% dos trabalhadores. Em contrapartida, a mão de obra empregada na produção de couro passou de 19% entre 1650 e 1675, para menos de 10% entre 1750 e 1775. Diminuição ainda mais acentuada ocorreu no setor têxtil, cujo percentual de mão de obra empregada passou de 13 para 5% nesses mesmos períodos. Ao longo do século transcorrido entre 1650 e 1750, portanto, processou-se uma inversão da importância social e econômica desempenhada pelos mercados de produção e os de lazer e serviços. Outra evidência no mesmo sentido é o crescimento de instalações destinadas ao lazer da população, tais como livrarias, teatros, quadras de tênis, hipódromos, campos de caça, jardins, cafés, ou salas para dançar, beber chá e jogar cartas, em processos semelhantes aos que ocorreram em outras localidades.²²

Peter Burke já questionou explicitamente a idéia de que o lazer inexistiria em sociedades pré-industriais.²³ Em sentido contrário, ele resgatara livros, guias, pinturas e tratados que se multiplicaram a partir do século 16. Segundo ele, tudo isso demonstraria a existência do lazer

21 MCINNES, Angus. The emergence of a leisure town: Shresbury, 1660-1760. *Past and Present*, n. 120, p. 53-87, Aug. 1988.

22 cf. BORSAY, Peter. The emergence of a Leisure Town: or an Urban Renaissance? *Past and Present*, n. 126, p. 189-196, Feb. 1990; SCHATTNER, Angela. ‘For the recreation of Gentlemen and Other Fit Persons of the Better Sort’: Tennis Courts and Bowling Greens as Early Leisure Venues in Sixteenth- to Eighteenth Century London and Bath. *Sport in History*, v. 34, n. 2, p. 198-222, 2014.

23 BURKE, Peter. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.

antes de 1850, que ele próprio identifica criticamente como sendo o período em que a maioria das pesquisas aponta como marco cronológico para a identificação da emergência histórica deste fenômeno.

Em outros termos, Kenneth Baird questionou a tese de que a industrialização teria sido um agente histórico decisivo para transformações nos modos de ocupação do tempo livre na Inglaterra.²⁴ Segundo ele, essa visão é simplista. Mais especificamente, Baird questiona o entendimento de que a industrialização e seus processos mecanizados de produção teriam reduzido a quantidade de tempo disponível dos trabalhadores ingleses do século 19. Segundo Baird, a extensão das transformações na estrutura produtiva do trabalho na Inglaterra desse período variou consideravelmente em diferentes regiões do país. Para muitos, ele afirma, havia efetivamente poucas mudanças. Mesmo nos distritos de produção têxtil, onde os efeitos da industrialização eram maiores e mais visíveis, transformações na estrutura e na organização do trabalho não eram amplamente disseminadas. A industrialização inglesa, em verdade, não se processou na mesma extensão e da mesma maneira por todo o país. Ao contrário, teria havido mesmo uma concentração desproporcional desse processo. Em 1850, Lancashire concentrava sozinha 70% de todas as fábricas de algodão da Inglaterra, empregando 74% de toda mão de obra desse setor. Mesmo assim, segue Baird, menos de 3% da sua população trabalhava em fábricas de algodão.

Assim, sem desconsiderar que muitas transformações de fato se processaram nas estruturas de organização do trabalho na Inglaterra entre 1800 e 1850, Baird relativiza a extensão desse processo. Para ele, “a extensão da industrialização não era tão grande quanto a historiografia tem sugerido”.²⁵ Ainda segundo ele, o mesmo poderia ser dito com relação as diversões populares, que seriam marcadas também por muitas permanências e continuidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte significativa das divergências interpretativas ao redor da história do lazer diz respeito a determinação da natureza,

24 BAIRD, Kenneth J. Popular leisure and industrialization: Kenneth J. Baird examines change and continuity in 19th-century British social history. *History Review*, issue 72, p. 33-37, Mar. 2002.

25 *Ibid.*, p. 35.

extensão, velocidade de propagação e momento histórico preciso das transformações modernizadoras. De um lado, reconhece-se elementos modernos em circunstâncias pré-modernas, ao mesmo tempo em que identifica-se também muitas características pré-modernas em situações que deveriam ser, em tudo e supostamente, modernas, industriais e urbanas.

Outra questão geral que perpassa tais discussões diz respeito a fixação do aspecto causal mais relevante para a explicação das transformações históricas que se processavam nos lazes da época. Teria sido, de fato, a industrialização a principal causa das transformações históricas nos modos de usufruir o tempo livre e para o processo de estabelecimento de uma distinção entre o tempo de trabalho e de não trabalho, que caracterizaria, assim, o que chamamos atualmente de lazer?

Muitos elementos concorreram simultaneamente para tecer uma complexa rede de relações entre as paulatinas e progressivas transformações históricas no âmbito do tempo livre. Ao lado ou talvez até mais que dinâmicas tecnológicas da industrialização, alterações demográficas, econômicas, políticas, institucionais e culturais, como as atitudes morais das classes superiores com relação aos lazes populares, desempenharam função igualmente importante. Mas a ênfase em algum desses aspectos isoladamente seria insatisfatória. Explicações unidimensionais são insuficientes para apreender adequadamente o significado histórico desses processos.

Uma polarização excessiva entre um período “anterior” e outro “posterior” na história social do lazer também não parece adequado. Todo fenômeno social quando observado em sua dimensão temporal, apresenta-se como o resultado de dinâmicas anteriores, com algum nível de continuidade histórica entre si. O que chamamos costumes culturais, e o lazer é apenas um deles, não é mais que a cristalização cumulativa, reatualizada ou transformada de comportamentos do passado. Há em larga medida um fluxo contínuo entre o passado, o presente e o futuro, de tal modo que poder-se-ia dizer existem elementos de modernidade na tradição, bem como elementos tradicionais na modernidade, no que se aplica também, obviamente, a dinâmica social dos tempos de trabalho e não-trabalho.

A maneira como diversos grupos sociais se relacionavam e se relacionam ainda hoje com suas diversões e seus trabalhos podia e pode

ainda ser muito mais matizada do que supõe teorias usualmente adotadas nos estudos do lazer. Regra geral e em razão mesmo da influência destas teorias, a inteligibilidade histórica do lazer fica sempre circunscrita ao que é tido como “moderno”, “industrial” e “urbano”. Tudo que desafie ou contrarie este conjunto de relações de significado é excluído do seu horizonte de pesquisas, criando, assim, um círculo vicioso, em que multiplicam-se estudos favoráveis a tais teorias, ao mesmo tempo em que bloqueiam, ou no mínimo desencorajam, estudos que poderiam contrariá-las de alguma forma. A própria aceitação do postulado teórico predominante nos estudos do lazer acaba por estimular a sua infinita confirmação, pois as pesquisas ocorrem dentro de estruturas e paradigmas estabelecidas, definindo, dessa maneira, quais questões estarão ou não abertas à investigação. Daí a importância de revisar crítica e esporadicamente os acúmulos, acordos, consensos e pressupostos que orientam uma comunidade de pesquisa. A importação de modelos ou leis teóricas gerais, ao invés de oferecer soluções para a transposição desse tipo de obstáculo, parece apenas reforçar esta dinâmica.

O recurso analítico ao conceito de lazer para o estudo histórico de períodos “pré-industriais” pode descortinar, de forma original, possibilidades investigativas sobre dimensões da vida social até então pouco exploradas. É este o caso das inúmeras formas de recreação, passatempos e divertimentos em geral, sem mencionar os modos de valoração cultural do trabalho e do não-trabalho, bem como o modo de organização e estruturação dos tempos sociais. A questão já não é apenas afirmar que o lazer tem uma existência histórica e temporal muito mais longa do que vem sendo convencionalmente sugerido, o que já parece bastante claro, mas sim compreender o sentido histórico dessas práticas em suas profundas articulações com outras dinâmicas sociais ao longo do tempo.

Por si só, a inexistência da palavra lazer em determinados contextos históricos, ou seu uso socialmente limitado, não deve ser tomado como motivo suficiente para não a usar em análises históricas. O lazer pode perfeitamente ser identificado em períodos em que este vocábulo era usado de maneira pouco frequente ou até onde fosse eventualmente desconhecido. Não fosse assim, uma série de acontecimentos ou dinâmicas sociais não seriam nunca nomináveis como são. A palavra em

língua inglesa para “iluminismo”, por exemplo, data do século 19.²⁶ Mas o fato de Isaac Newton não ter visto a si mesmo como um “*enlightenment thinker*” no século 17 não esvazia a utilidade ou a pertinência de assim tratá-lo e compreendê-lo a *posteriori*. A Revolução Industrial desencadeada na Inglaterra dos séculos 18 e 19, do mesmo modo, só seria assim reconhecida depois que Arnold Toynbee a nomeara nesses termos em 1884.²⁷ Por acaso isto autorizaria dizer que não havia uma revolução industrial em curso antes disso? O uso do conceito de lazer para análises históricas de práticas de diversão em geral deveria ser encarado em termos semelhantes.

A determinação de um escopo conceitual historicamente mais preciso por meio de pesquisas sobre práticas de recreação e divertimento do passado podem também jogar novas luzes sobre a compreensão do lazer no presente. Muitos dos problemas para o estudo histórico do lazer se aplicam ou podem se aplicar em grande medida ao estudo contemporâneo deste fenômeno. A distinção teórico-conceitual que opõe trabalho e lazer, por exemplo, aparentemente cada vez mais incapaz de capturar sutilezas, nuances e especificidades várias na definição desses processos, é apenas uma das dimensões mais obviamente vulneráveis a problematizações críticas dessa natureza formuladas a partir de uma mirada historiográfica. As próprias distinções conceituais usualmente realizadas entre lazer, ócio e recreação, entre outros termos análogos, precisam também de séria revisão crítica.²⁸ Pesquisas históricas seguramente podem colaborar nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, Alessandro. *Recreation in the Renaissance: attitudes towards leisure and pastimes in European culture, c. 1425-1675*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

26 Soares, op. cit., p 27.

27 BERLANSTEIN, Lenard R. General Introduction. In: BERLANSTEIN, Lenard R. *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-century Europe*. New York / London, 1992, p. xi-xvi.

28 cf. MOORST, Harry Van. Leisure and social theory. *Leisure Studies*, v. 1, issue 2, p. 157-169, 1982.

BAILEY, Peter. The politics and Poetics of Modern British Leisure: a late twentieth-century review. *Rethinking History*, v. 3, n. 2, p. 131-175, 1999.

BAIRD, Kenneth J. Popular leisure and industrialization: Kenneth J. Baird examines change and continuity in 19th-century British social history. *History Review*, issue 72, p. 33-37, Mar. 2002.

BERLANSTEIN, Lenard R. General Introduction. In: BERLANSTEIN, Lenard R. *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-century Europe*. New York / London, 1992, p. xi-xvi.

BORSAY, Peter. The emergence of a Leisure Town: or an Urban Renaissance? *Past and Present*, n. 126, p. 189-196, Feb. 1990.

BRAMHAM, Peter; HENRY, Ian. Leisure Research in the UK. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 179-205.

BURKE, Peter. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva / SESC, 1999.

HATCHER, John. Labour, leisure and economic thought before the nineteenth century. *Past and Present*, n. 160, p. 64-115, Aug. 1998.

JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph. *Sport and leisure in social thought*. London / New York: Routledge, 1994.

JOHNSON, Linton K. *Introduction: rethinking labour and leisure*. *Leisure studies*, v. 27, n. 4, p. 369-374, 2008.

JORDAN, Sarah. *The Anxieties of Idleness: Idleness in Eighteenth-century British Literature and Culture*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2003.

MARFANY, Jean-Lluís. Debate: The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, n. 156, Aug. 1997.

MCINNES, Angus. The emergence of a leisure town: Shresbury, 1660-1760. *Past and Present*, n. 120, p. 53-87, Aug. 1988.

MELO, Victor. *Esporte e lazer – conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MOMMAAS, Hans. European leisure studies at the crossroads? A history of leisure research in Europe. *Leisure Sciences*, v. 19, issue 4, p. 241-254, Oct. 1997.

MOORST, Harry Van. Leisure and social theory. *Leisure Studies*, v. 1, issue 2, p. 157-169, 1982.

PLUMB, J. H. The commercialization of leisure in Eighteenth century England. In: MCKENDRICK, N. (ed.). *The Birth of a Consumer Society*. Bloomington: Indiana University Press, 1982, p. 265-285.

RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

SAMDAHL, Diane M. Epistemological and Methodological Issues in Leisure Research. In: JACKSON, Edgar; BURTON, Thomas L. (eds.). *Leisure studies: prospects for the twenty-first century*. State College, PA: Venture, 1999.

SAMUEL, Nicole. The Prehistory and History of Leisure Research in France. In: MOMMAAS, Hans (ed.). *Leisure research in Europe: methods and traditions*. Wallingford: CAB International, 1996, p. 11-37.

SCHATTNER, Angela. 'For the recreation of Gentlemen and Other Fit Persons of the Better Sort': Tennis Courts and Bowling Greens as Early Leisure Venues in Sixteenth- to Eighteenth Century London and Bath. *Sport in History*, v. 34, n. 2, p. 198-222, 2014.

SNAPE, Robert; PUSSARD, Helen. Theorizations of leisure in inter-war Britain. *Leisure Studies*, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2013.

SOARES, Luiz Carlos. *Albion revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2007.

THOMAS, Keith. History and Anthropology. *Past and Present*, v. 24, issue 1, p. 3-24, 1963.

THOMAS, Keith. Work and leisure in pre-industrial society. *Past and Present*, n. 29, p. 50-66, Dec. 1964.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TULIANI, Maurizio. Diversión y ocio en las ciudades italianas de la Baja Edad Media. In: VACA LORENZO, Angel (ed.). *Fiesta, juego y ocio en la historia*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, p. 103-123.

APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE LAZER NA PERSPECTIVA DE NORBERT ELIAS

*Renata Brauner Ferreira**

*Matheus Silva Falcão***

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta, em linhas gerais, alguns dos pressupostos teóricos da obra de Norbert Elias, dando especial ênfase em sua abordagem sobre o lazer.

Norbert Elias nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam em 1990. Teve seu reconhecimento tardiamente aos 70 anos quando publicou seu livro **A Sociedade de Corte**. Pode-se destacar algumas de suas obras, como **O processo civilizador** (vols. 1 e 2), **A sociedade dos Indivíduos, Os estabelecidos e os Outsiders**, dentre outros. O livro específico de Elias sobre o tema do lazer é **A busca da excitação** que foi escrito em parceria com Eric Dunning.

Para fins deste estudo convém apresentar algumas de suas principais ideias. Elias procura superar uma dicotomia que até hoje é motivo de divergências teóricas e acalorados debates acadêmicos: como se estabelece a relação entre indivíduo e sociedade na explicação dos fenômenos histórico-sociais. O autor começa criticando uma tradição teórica que aponta uma oposição entre indivíduo-sociedade e afirma que esta não passa de uma falsa dicotomia. Seu objetivo, como explicita na **Sociedade dos Indivíduos** (1994) seria o de libertar o pensamento

* Doutora em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ. Docente da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. renatabrauner@yahoo.com.br

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – UFT. falcaomatheus.7@gmail.com.

da compulsão de compreender estes dois termos separadamente e até mesmo opondo-os entre si. Para ele não há um marco zero onde se possa situar se a precedência é, afinal, do indivíduo ou da sociedade no processo social.

O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE PARA NORBERT ELIAS

Elias se opõe tanto ao individualismo quanto ao estruturalismo, tanto à subjetividade quanto à objetividade, tanto à racionalidade quanto à emotividade, nenhuma destas abordagens para ele dá conta da realidade, dos processos sociais. Se não há ênfase nem no indivíduo e nem na sociedade, como para Elias se dá o “movimento” da sociedade, qual seria, então, sua dinâmica?

O autor rompe com a perspectiva substancialista - que compreende as propriedades das coisas examinando as coisas – substituindo-a pela perspectiva relacional, ou seja, aquela que compreende as coisas examinando as relações entre elas. Ele percebe a sociedade como dinâmica, como um processo que liga os indivíduos de forma interdependente. Esta ligação dos indivíduos entre si pode se apresentar de várias maneiras: através da tensão, da solidariedade, da hostilidade, da dominação, da resistência, do conflito, enfim é uma rede de relações plural, ora harmônica, ora nem tanto... Elias afirma que não existe sociedade anterior aos indivíduos, nem indivíduos anterior aos outros indivíduos. Assevera Elias que “é necessário desistirmos de pensarmos em termos de substância isolada única e começar a pensar em termos de relações e funções”¹.

Elias cita a analogia de Aristóteles: a relação entre a casa e as pedras. “não se pode compreender a estrutura da casa inteira pela contemplação isolada de cada uma das pedras que a compõem. Tampouco se pode compreendê-la pensando na casa como unidade somatória, uma acumulação de pedras”². Elias continua enfatizando esta idéia que demonstra que o todo é diferente da soma de suas partes e cita exemplos, como os da melodia e das notas individuais, da frase e das palavras, do livro e das frases, etc.

1 ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 25.

2 ELIAS, 1994, p. 16.

Para Elias, portanto, não há determinismos, nem indivíduos “puros”. A principal característica de sua obra é o pensamento relacional, ou seja, o ser humano singular, rotulado de indivíduo, e a pluralidade das pessoas, concebidas como sociedade, não são duas entidades ontologicamente diferentes. Declara que só é possível libertar o pensamento desta dualidade “quando se ultrapassa a mera crítica negativa à utilização de ambos como opostos e se estabelece um modelo da maneira como, para o bem ou para o mal, os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade”³.

Elias adverte que é preciso desarticular esta alternativa do isto ou aquilo, o que ele chama de *antítese cristalizadora*. Cada pessoa singular está presa na rede de interdependências, em permanente dependência funcional de outras; “ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente são elos nas cadeias que as prendem. (...) E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos ‘sociedade’”⁴.

E esta rede não é estática, ela está em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das relações e cada um de seus fios nesta trama não explica a totalidade da rede. “É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar. A pessoa individual não é um começo e suas relações com as outras não tem origens primevas”⁵.

Logo, “não é possível tomar indivíduos isolados como ponto de partida para entender a estrutura de seus relacionamentos mútuos, a estrutura da sociedade. Ao contrário, deve-se partir da estrutura das relações *entre* os indivíduos para compreender a ‘psique’ da pessoa singular”⁶.

A vida dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões, mas há também uma ordem oculta na vida em comum e não diretamente perceptível pelos sentidos. “A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diferentemente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de

3 ELIAS, 1994, p. 7-8

4 ELIAS, 1994, p. 23.

5 ELIAS, 1994, p. 35

6 ELIAS, 1994, p. 45

comportamento possíveis (...). Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada”⁷.

Nenhuma pessoa isolada é capaz de transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para a qual eles são dirigidos. Nem o indivíduo é um veículo passivo da máquina social. A margem individual de decisão é sempre limitada, mas também é muito variável em sua natureza e extensão. Para o autor, a formação individual depende de uma série de fatores como: a estrutura da sociedade em que ela se desenvolve, a evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas. Ele exemplifica com o período da Renascença onde os avanços da individualização não foram conseqüências de uma mutação repentina em pessoas isoladas, ou da concepção de um número elevado de pessoas talentosas, mas “foram eventos sociais, conseqüência de uma desarticulação de velhos grupos ou de uma mudança na posição social do artista-artesão, por exemplo. Em suma, foram conseqüências de reestruturação específica das relações humanas”⁸.

Assim, para Elias⁹, pares de opostos são inadequados, pois, não podem existir estruturas sociais sem ação, sem transformações, sem processos; ele critica veementemente uma tendência conceitual para separar os “objetos” do pensamento, incluindo pessoas e as relações em que estas se encontram envolvidas. Com o objetivo de superar esta dicotomia e buscando escapar das armadilhas da linguagem, Elias cria o termo **configuração (ões)**, que vem a se referir a esta teia de ações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si em vários níveis e de diversas maneiras.

A partir desta postura teórica, que o autor chama de “sociologia figuracional”, ele estuda as configurações sociais como conseqüências inesperadas da interação social em determinados momentos. No entanto, Elias ressalta que estas configurações não são nem planejadas, nem intencionais, mas que, nem por isso, se movimentam de forma caótica

7 ELIAS, 1994, p. 21

8 ELIAS, 1994, p.29

9 ELIAS, Norbert. Introdução. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

e não-estruturada e que são estas formações sociais que determinam o curso da mudança histórica¹⁰.

O PROCESSO CIVILIZADOR E O LAZER NA CONCEPÇÃO DE ELIAS E DUNNING

A partir destes pressupostos teóricos o autor escreve uma de suas obras mais conhecidas, e que ilumina boa parte de seus escritos, chamada **O Processo Civilizador (vol 1 e 2)**, no qual analisa os efeitos da formação do Estado na Europa sobre os costumes e a moral dos indivíduos.

Elias no livro supracitado relaciona a formação do “*Processo civilizador*” com a monopolização da força física pelo Estado e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. A sociedade mais pacificada exigiria dos indivíduos um tipo de conduta diferente das que necessitava até este momento e também uma mudança no próprio padrão pelo qual o indivíduo conduziria sua vida.

Estas mudanças levaram a um diferente tipo de autocontrole ou autolimitação, tendendo a impor aos indivíduos uma regulação altamente diferenciada a todos os impulsos emocionais e à própria conduta do homem na sua totalidade: “O domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangendo tudo, mas também, mais regular, mais moderado e banindo quer excesso de autopunição quer de autocomplacência”¹¹. Esta mudança teria encontrado, segundo o autor, num termo novo e utilizado em muitos países como símbolo de um novo refinamento, o termo “civilidade”, que mais tarde deu origem ao termo “civilizar”.

Assim constitui-se o chamado processo “civilizador”; se antes havia a violência externa, agora, o campo de batalha foi, em certo modo, transferido para o indivíduo, surgindo a necessidade de sincronização da conduta humana em territórios mais amplos e a de um espírito de previsão no tocante às cadeias mais longas de ações como jamais haviam existido¹².

10 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

11 ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação no lazer. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992^a, p.41.

12 ELIAS, 1992.

Chega-se, então, à relação entre o processo civilizador e o surgimento de determinados tipos de esporte, assim como, outros tipos de recreação e lazer. O surgimento e as funções atribuídas a estes estão intrinsecamente ligados à questão da “domesticação” e ao controle das emoções.

Nas sociedades industriais avançadas, as atividades recreativas constituem um reduto no qual, com a aprovação social, pode expressar-se em público um moderado nível de emoção. Não poderemos entender o caráter específico e as funções concretas do lazer nestas sociedades se não percebemos que, em geral, o nível de controle das emoções tanto na vida pública como na privada, tem-se elevado em relação ao das sociedades menos diferenciadas¹³.

Enquanto uma das principais características da sociedade “civilizada” é a exigência de que as pessoas tenham controle sobre seus sentimentos, suas emoções e seus impulsos, as atividades de lazer proporcionam, de modo geral, a possibilidade de um relaxamento, de uma maior liberdade para demonstração dos estados de espírito e oportunizam a descontração.

No entanto, para Elias¹⁴, a contenção de sentimentos fortes, no sentido de se preservar um controle regular, firme e completo dos impulsos, afetos e emoções é um fator que dará origem a novas tensões:

O sentimento de vergonha é uma exaltação específica de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social, ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas¹⁵.

A maioria das sociedades desenvolve algumas contramedidas em oposição às tensões do stress, mas que elas próprias criam, em sociedades com relativa estabilidade e com forte necessidade de sublimação “as restrições harmoniosas e moderadas, na sua globalidade, podem ser observadas, habitualmente, numa considerável multiplicidade de

13 ELIAS; DUNNING, 1992a, p.85.

14 ELIAS, 1992, p. 69.

15 ELIAS, 1993, p. 242.

atividades de lazer, que desempenham essa função, e de que o desporto é uma variante”¹⁶.

Em entrevista, Dunning¹⁷ chama a atenção para a idéia de que os esportes modernos surgem como parte deste “processo civilizatório” e que sua principal função é a produção de excitação prazerosa e socialmente construtiva¹⁸.

A maior sensibilidade quanto ao uso da violência reflete nos hábitos sociais dos indivíduos, encontrando também expressão no desenvolvimento dos seus divertimentos. Pois, para as atividades de lazer cumprirem este papel de libertação das tensões (ainda que provocadas por elas mesmos), derivadas das pressões do dia a dia, estas atividades devem conformar-se à sensibilidade existente face à violência física¹⁹ que

é característica dos hábitos sociais das pessoas no último estágio de um processo de civilização. Ao comparar as atividades de lazer contemporâneas com as dos primeiros estágios, pode-se notar facilmente que apenas sobreviveram aquelas que conseguiram adaptar-se à repugnância normalmente muito forte dos seres humanos em relação à possibilidade de infligirem ferimentos físicos aos outros. Durante séculos, os combates de gladiadores, ou entre seres humanos e animais ferozes constituíram um divertimento apreciado pelas populações urbanas do Império Romano, e as diversões medievais da queima de gatos, a suspensão

16 ELIAS, 1992, p. 69

17 GASTALDO, Édison. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. *Horiz. antropol.* vol.14, n.30, 2008, p. 223-231.

18 Embora Dunning avalie que “as formas modernas de futebol – futebol *association*, *rugby*, etc. – surgiram no século XIX como parte do que Norbert Elias chamou de “processo civilizatório”. Do modo como Elias os compreendeu, processos civilizatórios não são simples, lineares e progressivos”, mas formações complexas, que são como ondas, com múltiplos níveis e que correm no nível dos indivíduos tanto quanto no das sociedades. Ele também escreveu sobre “processos decivilizatórios”, que podem ocorrer de modo mais ou menos rápido, em maior ou menor escala, por exemplo, a “falência da civilização” que ocorreu na Alemanha, sua terra natal, e que permitiu aos nazistas chegar ao poder. (...) O profissionalismo – mistura do esporte com valores orientados pelo dinheiro –, a atitude de “vencer- a-qualquer-custo” que acompanha o esporte profissional e a pressão derivada do número de equipes e número de espectadores fazem com que seja difícil a sobrevivência de atitudes e valores amadores como o *fair play*. (in *Gastaldo, 2008, p. 226-7*)

19 Elias apresenta como exemplo, deste aumento da sensibilidade relativo à violência, a mudança ao longo dos anos das regras do boxe, com a introdução de luvas, depois o acolchoamento destas, o próprio impedimento de usar também as pernas como armas e, até mesmo, a introdução das categorias de jogadores de boxe, pressupondo uma maior igualdade de oportunidades. Estas regras para maior proteção dos jogadores surgem primeiro na Inglaterra e, depois, são adotadas como padrão em diversos países (1992).

pública na força ou a luta de galos teriam, provavelmente, desencadeado um diminuto prazer às audiências contemporâneas...²⁰.

Porém, Elias e Dunning questionam a teoria desenvolvida por grande parte da Sociologia do Lazer para a qual as atividades de lazer têm um caráter *compensatório*, tendo como principal função a de aliviar as tensões produzidas nas atividades laborais. Os autores colocam nesta categoria grande parte da literatura sociológica, incluindo as obras de Stanley Parker e Joffre Dumazedier, que consideram, então, o lazer como mero acessório do trabalho, justamente, como forma de compensar o *stress* provocado pelas atividades laborais, permitindo o alívio das tensões, proporcionando relaxamento e auxiliando na própria realização do trabalho. Para estes autores, o lazer desempenharia a função de contrabalançar o trabalho, ou seja, sem este aquele perderia o sentido, ele só existiria a partir dessa relação. No entanto, para Elias e Dunning, não se deve aceitar esta afirmação tradicional de que a função das atividades de lazer se destina a permitir que as pessoas trabalhem melhor ou mais satisfeitas e sequer cogitar a idéia de que a função do lazer só exista na perspectiva do trabalho.

A idéia desta sociologia que analisa o lazer apenas como um apêndice do trabalho, menosprezando-o ao considerar que ele possui um valor menor se comparado a outros temas mais “sérios” pode ser evidenciada pela própria negligência dos estudos sobre o lazer no campo sociológico, considerado por muito tempo como irrelevante. Elias e Dunning discordam veementemente da idéia de um lazer como “apêndice ao trabalho”, procurando superar esta dicotomia lazer-trabalho, pois, para eles:

Existe uma boa dose de evidência sugerindo que as estruturas e funções das atividades de lazer não podem ser compreendidas se não se considerarem como um fenômeno social por direito próprio, interdependente de atividades de não lazer, mas do ponto de vista funcional, de valor não inferior, não subordinadas a elas²¹.

20 ELIAS; DUNNING, 1992a, p.70.

21 ELIAS; DUNNING, 1992a, p.141.

Para Elias e Dunning as ocupações de lazer representam uma “esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação social e boa consciência”²². Todavia, as atividades de lazer não estão, necessariamente, atreladas a resolver as tensões provocadas pelo trabalho, e sim, constituiriam um “fenômeno social por direito próprio”, pois, grande parte das atividades de lazer origina novas tensões: contudo um tipo de tensão diferente, aquela já mencionada *tensão agradável*, que remete aquilo que os autores chamam de “busca da excitação”.

Assim, esta esfera da vida teria uma certa autonomia em relação ao trabalho constituindo uma possibilidade de escapar de uma rotina cotidiana, de deveres, obrigações, responsabilidades, que obviamente incluem o trabalho, mas não só ele, englobam nesta categoria todas as atividades de não lazer, como, por exemplo, o cumprimento das tarefas domésticas, o pagamento de contas e a realização da higiene pessoal, ou seja, as características e as funções das atividades de lazer de diversos tipos só podem ser entendidas se forem consideradas em relação não só com a ocupação profissional mas, também, com as rotinas do tempo livre²³.

Para Elias e Dunning, no entanto, não é difícil distinguir as atividades de lazer das de não lazer, pois, segundo eles, um fio teórico percorre o espectro: todas as atividades de lazer integram um controlado descontrolo das restrições das emoções em maior ou menor grau.

No lazer outro tipo de tensão é procurada, uma “excitação” agradável, espontânea “conscientemente procurada, prazerosa, que aumenta ao longo dos eventos recreativos, culminando no seu clímax para, a seguir, declinar até o relaxamento completo”²⁴.

A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da

22 ELIAS; DUNNING, 1992a, p. 151.

23 DUNNING, Eric. Prefácio. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 34.

24 FRANCH GUTIERREZ, Monica Lourdes. TARDES AO LÉU: Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia. 2000. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, p. 22.

tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas “racional” da vida; enquanto a estrutura das próprias organizações e das instituições miméticas representa a antítese e o complemento das rotinas formalmente impessoais e das instituições orientadas para o trabalho, que deixam pouco espaço às emoções apaixonadas ou às oscilações de disposição²⁵

A tensão positiva aqui apresentada é a que foi desenvolvida pelo próprio ato de lazer, a própria pessoa busca a tensão e depois o alívio desta. Claro que há uma grande variação no nível das excitações procuradas, diferenças, por exemplo, no que se refere à idade, ao gênero e ao grupo social, entre outras – questões estas que ficarão mais claras ao apresentar mais adiante a proposição do espectro do tempo livre.

Enquanto a excitação é bastante reprimida na ocupação daquilo que se encara habitualmente como as atividades sérias da vida – exceto a excitação sexual, que está mais estritamente confinada à privacidade –, muitas ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem os seus perigos e riscos²⁶.

Claro que diferentes atividades de lazer apresentam-se de várias maneiras, com graus variáveis e diferentes níveis de tensão, por exemplo, peças de teatro, filmes, brinquedos em parque de diversões, histórias românticas, corrida de cavalos e jogos de futebol. Há nestes a provocação de tensões agradáveis, mesmo a leitura de um livro pode provocar sentimentos de sofrimento, de ternura, de medo, de alegria, enfim... Ou uma partida de futebol assistida no estádio possibilita a seus torcedores uma exacerbação de emoções muito maior do que no trabalho, ou mesmo, do que em outra atividade de lazer, como por exemplo, ao assistir a um concerto de música clássica.

Sob a forma de fatos de lazer, em particular os da classe mimética, a nossa sociedade satisfaz a necessidade de experimentar em público a explosão de fortes emoções – um tipo de excitação que não perturba nem coloca em risco a relativa ordem da vida social, como sucede com as excitações de tipo sério²⁷.

25 ELIAS; DUNNING, 1992a, p. 116.

26 ELIAS, 1992, p. 70.

27 ELIAS; DUNNING, 1992a, p. 112.

Despertam emoções tal como na vida real, porém, num quadro imaginário, não devendo ter conseqüências mais graves no cotidiano. A esta característica básica das atividades de lazer os autores nomeiam de *mimese*, baseados em Aristóteles. Assim, algumas atividades de lazer do tipo mimético destinam-se a:

movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sob a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitação de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero²⁸.

Para Elias e Dunning este aspecto mimético de algumas atividades de lazer não significa que estas sejam representações de fatos da vida real, mas antes que as emoções – e os sentimentos que venham a ser desencadeados por elas – estão relacionadas com as que se experimentam em situações da “vida real” transpostas apenas e combinadas com uma “espécie de prazer”. Afirmam os autores que social e individualmente estas atividades possuem uma função e um efeito diferente sobre as pessoas.

Se nas excitações sérias e não miméticas, as pessoas podem perder o autocontrole e tornarem-se uma ameaça, tanto para si próprias como para os outros. A excitação mimética é, na perspectiva social e individual, desprovida de perigo e pode ter um efeito catártico. Mas a última forma pode transformar-se na primeira(...).²⁹

Entretanto, as linhas divisórias entre real e imaginário, às vezes, se confundem, assumindo contornos pouco nítidos, o que leva algumas vezes as pessoas a transferirem estas sensações para a realidade. Pode-se apontar partidas disputadas na “Copa do Mundo de Futebol” como exemplos consideráveis deste tipo de atitude, onde o real e o imaginário se confundem, pois muitas vezes, a rivalidade política e/ou religiosa entre Estados surge com excepcional violência nas partidas entre as respectivas nações.

28 ELIAS, 1992, p. 79.

29 ELIAS; DUNNING, 1992a, p. 125.

Creio que a satisfação de uma necessidade humana através do prazer, e em particular, por intermédio da agradável excitação que equilibra o controle regular dos sentimentos na vida exterior ao lazer, é uma das funções básicas que a sociedade humana possui para a sua satisfação.³⁰

Para a compreensão dos diferentes níveis de tensão apontados por Elias e Dunning³¹ (1992) é preciso apresentar sua classificação sobre os diversos tipos de atividades realizadas no tempo livre, para a qual utilizam o termo “espectro”, pois argumentam que, muitas vezes, estas atividades combinam características de várias categorias, como cores no espectro de cores, confundem entre si; sobrepondo-se e fundindo-se com frequência. Assim, apresentam o chamado “espectro do tempo livre” que é composto por:

1. rotinas do tempo livre
2. atividades intermediárias
3. atividades de lazer subdivididas em:
 - (a) atividade puras ou simplesmente sociáveis;
 - (b) atividades de jogo ou miméticas;

Os autores ressaltam que uma parte considerável do nosso tempo livre não se pode identificar com o lazer; todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer. Para a realização do exercício proposto neste estudo concentrar-se-á nas atividades do terceiro tipo e mais especificamente nas chamadas de “atividades puras ou simplesmente sociáveis”

Para Elias e Dunning, as pessoas em sociedade seguem, frequentemente, normas diferentes em esferas distintas de sua vida e ao considerar o lazer como uma esfera e o não lazer como outra, aponta para que em cada uma destas os seres humanos sigam certas normas específicas, havendo para cada uma há padrões de normas diferentes, por vezes contraditórias.

Para fins deste estudo trabalhar-se-á com a esfera da “sociabilidade”, que no *espectro do lazer* proposto pelos autores, como atividades de lazer “puras ou simplesmente sociáveis”.

30 ELIAS; DUNNING, 1992a, p. 97.

31 ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. O lazer no espectro do tempo livre. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992b.

As atividades que pertenceriam a esta categoria seriam:

atividades que se relacionam com o trabalho, tais como visitar colegas ou superiores hierárquicos, sair numa excursão da firma, assim como outras que não estão relacionadas ao trabalho, tais como ir a um bar, a um clube, a um restaurante ou a uma festa, falar de futilidade com os vizinhos, estar com outras pessoas sem fazer nada de mais, como um fim em si mesmo. As categorias de sociabilidade como uma forma de passar o seu tempo livre, tanto quanto se pode ver, diferem grandemente nos diferentes estratos da sociedade.³²

Esta categoria não inclui o trabalho, mas, envolve esforços consideráveis, evoluindo desde uma sociabilidade muito formal até uma sociabilidade bastante informal, com numerosas escalas intermediárias. A esta categoria pertencem também o elemento de prazer, “o sentimento agradável vivido pelo fato de estar na companhia dos outros sem qualquer obrigação ou dever para com eles, para além daqueles que se tem voluntariamente.”³³

Assim, na perspectiva de Elias e Dunning as atividades de lazer funcionariam como uma libertação das restrições do não lazer, da vida ordinária que, com certeza, não se restringem a esfera do trabalho.

...as atividades de lazer proporcionam – dentro de certos limites – oportunidades para experiências emocionais que estão excluídas dos setores altamente rotineiros da vida das pessoas³⁴.

O lazer se apresenta como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento de relações de sociabilidade, pois é, um espaço menos regulado e disciplinado do que os da escola, do trabalho e/ou da família.

As pessoas reúnem-se... só para desfrutarem a companhia uns dos outros, para terem prazer, isto é, um nível mais elevado de calor emocional, de integração social e de estimulação através da presença de outros – uma estimulação divertida, sem obrigações sérias e os riscos inerentes a elas – do que aquele que é possível experimentar em qualquer outra esfera da vida ³⁵.

32 ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 108-109.

33 ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 179.

34 ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 150.

35 ELIAS; DUNNING, 1992b, p. 190-181.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim a partir dessas leituras fica evidente o questionamento de uma certa Sociologia do Lazer para qual o lazer só pode ser entendido em antítese ao trabalho, Norbert Elias em parceria com Eric Dunning apresentam o campo do lazer como um fenômeno social por direito próprio. Para os autores não é possível entender o lazer sem entender a vida ordinária e nem vice-versa e, ambos, ressaltam que a vida ordinária não se resume ao trabalho.

Apontam como elemento fundamental nas atividades de lazer a busca por excitação, ainda que em graus variáveis, a vivência de um controlado descontrole das emoções, dentro do que chamam “espectro do lazer”, que vai desde as que eles chamam atividades puras ou simplesmente sociáveis até as atividades de jogo ou miméticas.

Finaliza-se apontando para a riqueza deste campo, do lazer, que vem ganhando especialmente, nos últimos tempos, um espaço na Academia contribuindo para um melhor entendimento do homem em suas múltiplas dimensões.

REFERÊNCIAS

DUNNING, Eric. Prefácio. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. Introdução. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação no lazer. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992a.

_____. O lazer no espectro do tempo livre. In ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992b.

FRANCH GUTIERREZ, Monica Lourdes. *TARDES AO LÉU*: Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

GASTALDO, Édison. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. *Horiz. antropol.* vol.14, n.30, pp. 223-231. 2008.

DIVERTIMENTOS PAULISTANOS¹

Flávia da Cruz Santos*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tanto a bibliografia que tem a São Paulo do século XIX como tema e que trata, de algum modo, dos divertimentos², quanto os relatos de viajantes³, a literatura⁴ e as cartas de Álvares de Azevedo⁵ afirmam que os divertimentos eram raros na cidade.

Os relatos dos viajantes dizem respeito à primeira metade do século XIX, e na bibliografia não há nenhum trabalho especificamente sobre os divertimentos da capital paulista nesse período. O que há são

* Doutora em Estudos do Lazer, Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, em exercício na Universidade Federal de Minas Gerais.

1 Uma versão ampliada desse trabalho foi publicada na Revista Licere.

2 AZEVEDO, Elizabeth. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000; ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981; BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954; TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

3 RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972; SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976; MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978; ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1863.

4 AZEVEDO, Álvares de. *Macário*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

5 AZEVEDO, Vicente de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

trabalhos sobre o cotidiano da cidade, que incluem os divertimentos, e esses trabalhos estão concentrados no quartel final do século XIX e na transição desse século, com raras exceções.

Uma outra questão a ser considerada é o olhar de fora, tanto dos viajantes estrangeiros, quanto de Álvares de Azevedo. Paulistano de nascimento, e carioca de criação, ele voltou à sua cidade natal em 1848 para cursar Direito⁶. Passou todo o tempo que viveu em São Paulo se lamuriando da cidade, de sua falta de divertimentos, e sentindo saudades do Rio. É um importante nome da dramaturgia e da poesia brasileiras do século XIX.

Não é que São Paulo não possuísse divertimentos, como disseram eles, é que quando comparada ao Rio de Janeiro ou a cidades europeias, realmente São Paulo era reduzida a uma tediosa capital. Até mesmo o Rio de Janeiro foi tido como uma cidade provinciana, devido aos seus poucos divertimentos, quando comparada às cidades inglesas⁷.

Álvares de Azevedo evidencia tal comparação já na primeira carta que enviou à sua mãe, em 30 de agosto de 1844, quando de sua primeira permanência em São Paulo: “Segunda-feira fui a um baile dado pelo Sr. Souza Queiroz. Todas as salas estavam com lustre, o ar embalsamado de mil cheiros tanto de flores como de essências, mas contudo São Paulo nunca será como o Rio”⁸.

Em 1849, essa comparação explícita aparece novamente em carta que o poeta enviou à sua mãe, quando cursava o segundo ano de Direito em São Paulo: “Enquanto no Rio reluzem esses bailes a *mil e uma noites*, com toda a sua magia de fulgências e luzes, por aqui arrasta-se o narcótico e cínico baile da Concórdia Paulistana”⁹.

Portanto, ser considerada uma cidade sem opções de divertimento, tediosa, ou efervescente com múltiplas opções, dependia da referência adotada. A versão dos estudantes da Faculdade de Direito sobre a cidade, “formou uma imagem negativa da vida em São Paulo, transmitida em

6 Antes disso, em 1845, permaneceu cinco meses em São Paulo. Durante esse tempo, também reclamava da cidade.

7 MELO, Victor Andrade de. Esporte e lazer: conceitos – uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010, p. 51.

8 AZEVEDO, 1976, p. 35.

9 Idem, p. 110, grifos do original.

suas cartas e outros escritos”¹⁰, para a qual contribuiu também as versões dos viajantes e a historiografia, que não criticou essas fontes.

A historiografia clássica sobre a cidade nesse período, também dizia sempre de uma São Paulo oitocentista acanhada, feia, pobre, sem vida e estática, em que a população não crescia, o dinheiro não circulava, por que não existia, as mulheres eram reclusas, os divertimentos inexistentes, os hábitos incivilizados, a alimentação precária, assim como o comércio.

Foi desconfiando dessa visão da cidade, que realizei um trabalho paralelo entre fontes e busca por bibliografia, e encontrei trabalhos que ao invés de ecoarem essa compreensão da cidade, dela duvidaram. Ao ler os jornais paulistanos do século XIX, fui encontrando inúmeros anúncios, matérias, comentários sobre várias práticas de divertimento ocorridas na cidade. Dança, teatro, passeios, festas, reuniões, leitura, jantares, circo, concertos, bandas de música, bailes, jogos, brincadeiras, carnaval, entrudo, enfim, eram muitos os divertimentos.

Em alguns momentos, os próprios paulistanos afirmavam que a cidade estava repleta de opções de divertimento. Em 1863, por exemplo, o *Correio Paulistano* publicou matéria intitulada “Divertimentos públicos” que afirma: “A nossa capital acha-se atualmente invadida por uma multidão de divertimentos: Alcazar Lyrico, Companhia equestre e gymnastica, Caçador Paulistano e Teatro.”¹¹

Deste modo, a análise dos jornais indica que a historiografia clássica sobre a capital paulista, os relatos de viajantes e a literatura precisam ser considerados com vagar, quando o assunto são os divertimentos da São Paulo do século XIX. Eles também dão indícios de que não apenas os divertimentos, mas toda a dinâmica da cidade nesse período precisa ser melhor compreendida.

Na tentativa de oferecer uma contribuição nessa direção, esse capítulo discutirá algumas das práticas de divertimento dos paulistanos que tiveram destaque, devido à frequência com que apareceram nos jornais, entre 1828 e 1867. Esses divertimentos são os jogos e brincadeiras, os bailes e o teatro.

10 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 257.

11 *Correio Paulistano*, 29 de julho de 1863, p. 3.

O ano inicial do recorte temporal é 1828, porque nenhum acontecimento, nem mesmo a Independência ou qualquer de suas consequências, foi tão importante para a cidade de São Paulo e seus divertimentos na primeira metade do século XIX, quanto a inauguração da Faculdade de Direito, em março deste ano¹².

A inauguração da Faculdade imprimiu uma nova dinâmica à cidade, que se tornou mais agitada e com mais oportunidades de sociabilidade, sejam públicas ou privadas. O marco final do recorte temporal é 1867, pois é em tal ano que esse ciclo da cidade é fechado, com a inauguração de sua primeira linha de trem, que a ligava ao litoral, a *São Paulo Railway*. A partir daí a face da cidade se modificou enormemente, se dinamizou e modernizou, tendo os trilhos da estrada de ferro como o primeiro símbolo desse processo, que exibia orgulhosamente.

Deste modo, o que proponho é um recorte temporal temático, que considera os recortes mais convencionais, mas que é determinado pela especificidade do objeto estudado, por marcos que repercutiram mais diretamente sobre os divertimentos dos paulistanos.

JOGOS E BRINCADEIRAS

Os jogos e as brincadeiras também foram dessas atividades que divertiam os paulistanos. Sob o título de jogo, estavam os jogos de cartas e de bilhar¹³, dominó, xadrez, dama¹⁴, críquete¹⁵ – esporte ainda em gestação na cidade –, o jogo de parelhas¹⁶, que eram as corridas de cavalos, e também o arremesso de lanças¹⁷ ou de laranjas¹⁸, além do jogo d'água, praticado no entrudo. Todas essas práticas, exceto o jogo d'água, estiveram sempre, em suas aparições nos jornais, ligadas aos adultos, eram eles que jogavam, e o desejo era que eles fossem mesmo os únicos a

12 Não ignoro, entretanto, que a criação dos cursos jurídicos no Brasil foi uma das consequências da Independência, pois ela tornou necessária a formação da futura elite política-intelectual brasileira no próprio país.

13 Diário de São Paulo, 24 de agosto de 1865, p. 3.

14 Correio Paulistano, 27 de agosto de 1867, p. 3.

15 Correio Paulistano, 6 de setembro de 1864, p. 2.

16 Correio Paulistano, 14 de agosto de 1864, p. 3.

17 Correio Paulistano, 12 de março de 1862, p. 3.

18 Correio Paulistano, 5 de julho de 1862, p. 1.

se divertirem jogando. Qualquer notícia de que as crianças, por ventura, estivessem envolvidas com essas atividades, eram repletas de críticas e censuras. O jogo não era para elas, ao menos não esses jogos.

Quando o tema eram os jogos, os jornais não se dirigiam de forma explícita aos homens ou às mulheres, assim, não foi possível saber quem jogava. No entanto, ao trabalhar com processos de divórcio, Alzira Campos afirma que “As mulheres não estavam infensas ao hábito de jogar. Em menor número, é certo, a documentação registra mulheres jogadoras”. Estas, no entanto, eram taxadas de mulheres “de má vida”, ao acompanharem os homens em tal divertimento¹⁹.

Já as brincadeiras, não eram necessariamente atividades, mas na maior parte das vezes eram uma certa intenção, um sentido, uma forma de fazer ou de falar. Atividades mesmo, foram apenas cinco. A cabra-cega²⁰, brincadeira ainda atual, as rodas de fogo, cuja dinâmica não consegui identificar, e o boizinho, que consistia em alguém se vestir de boi, e se pôr a dançar e a tentar chifrar as pessoas que estavam em volta a gritar e atirar o boi²¹. Essas três atividades foram praticadas por adultos. Já as brincadeiras de pião²², e de imitar a guerra, simulando as batalhas, foram desenvolvidas por crianças²³, essa última desenvolvida no contexto da Guerra do Paraguai.

Mas na maior parte das vezes, as brincadeiras consistiam em rir de alguém, zombar, ter alguma atitude oposta ao que era sério, ou ainda, fazer algo que comumente era tido como sério, grave, com sentido de divertimento. Na seção *Varietades* do *Correio Paulistano*, estava sendo publicado, dividido em partes, um conto no qual consta a seguinte passagem: “Este signatário o havia obrigado a passear pelas ruas da cidade em traje de réprobo, com a túnica preta e o chapéu amarelo; e isto com o fim de servir de divertimento aos marinheiros da frota espanhola.”²⁴

Situação muito semelhante, aparece em um romance publicado na mesma seção *Varietades*, de uma outra edição do *Correio Paulistano*:

19 CAMPOS, 2004, pp. 266 e 267, respectivamente.

20 *Correio Paulistano*, 20 de julho de 1866, p. 2.

21 *Diário de São Paulo*, 28 de julho de 1866, p. 1.

22 *Diário de São Paulo*, 8 de dezembro de 1867, p. 1.

23 *Correio Paulistano*, 8 de maio de 1867, p. 2.

24 *Correio Paulistano*, 14 de junho de 1862, p. 2.

“O acanhamento das suas maneiras, a inflexão tremida das suas poucas palavras, denunciariam uma inculta rapariga d’aldeia, a quem por passatempo apamentaram de vestidos senhoris. Na grande roda seria fértil assunto de risos e gracejos.”²⁵

As situações vexatórias pelas quais passaram o homem e a mulher dos episódios acima, eram tidas como engraçadas e divertidas. Divertidas para quem as assistia, obviamente. O sentido do divertir-se aqui, é o de zombar, de rir de uma situação cômica. Um paulistano serviu de divertimento na corte, devido ao seu modo de falar. Tratava ele de assunto sério, mas caçoaram de sua fala “quando queriam fazer diversão do sério e mover o riso.”²⁶

Também se roubava ou perturbava a ordem por brincadeira, para se divertir. Atitude que era, quase sempre, recriminada, e por isso chamada de “divertimento de mal gosto”²⁷ ou “ridículo divertimento”²⁸. Exemplo disso, foi a notícia publicada no *Correio Paulistano* de 16 de dezembro de 1865:

Roubo – Consta-nos que em uma destas noites foram roubadas duas torneiras de metal de duas pipas empregadas na venda d’água pela cidade. Realmente é admirável que até as torneiras não escapem aos rapinadores, isto é, se tal desaparecimento não é fruto de algum divertimento de mau gosto. (p. 2)

O roubo pode ter sido cometido, não pelo interesse, por parte daquele que roubou, no objeto roubado, no seu valor monetário ou utilidade. Mas, segundo o noticiário, pode ter sido cometido por divertimento, como uma brincadeira, uma forma de zombar e rir dos vendedores de água, que teriam dificuldades em negociar sua mercadoria sem as torneiras das pipas. Nessas brincadeiras, lá estavam eles, os estudantes, a perturbarem a cidade:

Consta-nos que alguns estudantes para gracejarem com certos colegas, postam-se em algumas esquinas à rua da Glória, parecendo pessoas suspeitas.

25 *Correio Paulistano*, 8 de outubro de 1863, p. 3.

26 *A Phenix*, 17 de junho de 1840, p. 4.

27 *Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1865, p. 2.

28 *Correio Paulistano*, 27 de abril de 1864, p. 3.

Não deixa de ser perigoso esse divertimento; além de tomar inutilmente o tempo à polícia, e patrulhas do respectivo quarteirão, pode acontecer que se tome em sério o que não passa de gracejo.

Consta-nos que por parte da autoridade policial deu-se as necessárias ordens para que, em um caso destes se tome conhecimento não na mesma noite, mas no outro dia, depois da participação do carcereiro.²⁹

A brincadeira, segundo o noticiário, era entre os estudantes. Uns desejavam fazer piada com os outros, rir-se deles ao provocarem o susto de serem abordados a noite, em uma das esquinas mal iluminadas da cidade. A má qualidade da iluminação em São Paulo, assim como a do calçamento de suas ruas, foi tema da observação e de reclamações de muitos daqueles que viveram ou passaram pela cidade³⁰.

Esse divertimento, no entanto, não agradou aqueles que não eram estudantes, e que o consideravam perigoso. O descontentamento foi tamanho, que a polícia decidiu deixar aquele que fosse pego a divertir-se desse modo, preso por pelo menos uma noite. A intervenção policial nesses casos, se dava com a justificativa de manter a tranquilidade dos paulistanos³¹.

Esses fatos endossam o que disse o viajante Augusto Zaluar, nessa mesma época, 1860-1861, quando de sua estada em São Paulo, e o que mais tarde foi dito por Antônio Cândido e Eurípedes de Paula, sobre a estrutura dual existente na capital paulista nesses tempos. Havia tensões constantes entre os estudantes e o restante da comunidade paulistana³², que resultavam em frequentes choques com a polícia³³. Choques e

29 Correio Paulistano, 5 de maio de 1862, p. 2.

30 BRUNO, 1954, pp. 538, 550; TOLEDO, pp. 336, 337; ASSUNÇÃO, Paulo de. A cidade de São Paulo no século XIX: ruas e pontes em transformação. *Histórica: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 10, ano 02, maio 2006; AZEVEDO, 1988; SAINT-HILAIRE, 1976.

31 Correio Paulistano, 22 de maio de 1864, p. 1.

32 ZALUAR, 1863; CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006; PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História*, Brasil, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096/38817>>. Acesso em: 10 out. 2016.

33 CAPONERO, Maria Cristina. *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. 2014. 532f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, 2014, p. 346.

ensões essas, reconhecidas pelo próprio governo, que para mediar a situação nomeou e manteve por muitos anos no cargo de delegado de polícia, um professor da Faculdade de Direito³⁴.

BAILES

Os bailes foram daquelas atividades que tiveram presença marcante nos jornais paulistanos. Eles podiam ser mascarados ou não, populares ou das gentes pretensamente refinadas. O trecho a seguir, nos permite perceber como os paulistanos esperavam se divertir nos bailes:

O Baile de fantasia no Hotel das Quatro Nações

Estivemos na noite de 6 do corrente no baile que deram os proprietários do Hotel do Comercio, na casa sita no largo do Palácio.

Pelo anuncio logo esperamos que o divertimento não mentisse as suas promessas, os proprietários do Hotel do Comercio são bastante conhecidos do público pela excelência do que vendem e pela delicadeza do que fazem.

Fomos; os salões não estavam com esse incomodo amontoado de gente, que não deixa ninguém dançar, nem ver nada; não havia também ali essa gritaria infernal que se encontra em tais lugares e que só serve para adoentar a quem foi divertir-se.

Gente em número bastante, alguns belos máscaras, uma sociedade delicada, música excelente, muito riso, bons ditos e um bem acabado serviço por parte dos proprietários do Hotel do Comercio, tal foi o baile do dia 6 no salão do Hotel das Quatro Nações.

Pertencemos ao número dos que querem divertir-se, por isso esperamos da amabilidade dos proprietários do Hotel do Comercio, outras noites de baile tão boas como foi a de sábado passado.³⁵

O autor da matéria não se identifica, não assina nem mesmo com siglas, iniciais de seu nome ou pseudônimo. Mas trata-se de pessoa de hábitos refinados, tipo de gente que a São Paulo dos poderosos se esmerava em construir a essa altura. Gente sem nenhum apreço por tumulto e gritaria, e com gosto pelo belo, pela delicadeza. Ver e ser visto, dançar, rir, apreciar as belezas, era assim que os paulistanos refinados se divertiam nos bailes.

34 CÂNDIDO, 2006, p. 156.

35 Correio Paulistano, 9 de janeiro de 1866, p. 2.

Os bailes populares, por outro lado, eram marcados por brigas, desentendimentos e consequente intervenção da polícia que, por vezes, acabava por suspendê-los³⁶. É sabido que esses bailes aconteciam em São Paulo, em bairros como o da Penha, mas faltam maiores informações sobre eles.

Os estudantes da Faculdade de Direito eram não apenas frequentadores, mas também organizadores dos bailes em São Paulo³⁷, eles foram responsáveis por dinamizar essa atividade na capital paulista:

Esta cidade presenciou a galhardia, que a mocidade acadêmica mostrou no baile que nos deu na noite de 11 de agosto último, e recentemente testemunhou outro dado pelos mesmos na de 7 de setembro atual, aniversário da nossa Independência.

Neste divertimento viram-se harmonizadas a elegância no vestido, a decoração da sala e a profusão no serviço do chá e da ceia, em ordem que nada faltou, cujo concurso desse mais graça à fisionomia daquele passatempo patriótico.

S. Ex. o Sr. presidente da província encetou o baile que foi muito concorrido. A concorrência resulta da delicadeza, da magnitude e da decência que em todos os tempos formaram o timbre que caracteriza os jovens de futuro e de esperanças. Sentimos vivo prazer em transmitir aos leitores os encômios que ora endereçamos a esses mancebos, que um dia serão chamados para a direção do país, em que descerrarão os olhos.

Deploramos que a casa, em que se deu aquela função fosse tão acanhada em sua capacidade, que nos roubasse o melhor do prestígio que poder-nos-ia franquear outra que tivesse dimensões mais amplas.³⁸

Nesse caso – diferente de quando faziam brincadeiras nas mal iluminadas ruas da cidade –, como atendiam aos padrões de civilidade e estavam de acordo com o que desejavam as elites paulistanas, os estudantes foram por elas elogiados e o divertimento organizado obteve o respeito e a participação, até mesmo do presidente da província. O baile foi em homenagem a uma data nacional, o que já depunha a favor dos estudantes, pois demonstrava que eles se importavam com o que era sério, e que eram patriotas. Além de demonstrar também, que eles estavam de

36 Diário de S. Paulo, 12 de setembro de 1866, p. 2.

37 MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970, pp. 121, 135, 136; COSTA, Marina Santos. *Práticas de diversão dos estudantes da Academia Jurídica no processo de urbanização de São Paulo (1867-1878)*. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São João del-Rei, 2012, p. 72.

38 A Aurora Paulistana, 13 de setembro de 1851, pp. 1, 2.

acordo com os anseios e interesses da coroa, pois contribuíram, através da realização do baile, para a atualização dos valores da realeza, visto que essa era a finalidade de se comemorar com divertimentos, datas como essa.

Além de tudo isso, o baile organizado pelos estudantes foi elegante e refinado em tudo, nas vestimentas, na decoração e nos comportamentos. Esses estudantes sim, eram dignos de se tornarem os futuros governantes do país. Pois apesar de ter sido com essa finalidade que os cursos jurídicos haviam sido instituídos no país³⁹, para os paulistanos nem todos os seus estudantes estavam à altura de tal missão.

Não apenas o governo e os estudantes promoviam bailes na capital. Houve uma instituição que deles se ocupou exclusivamente, promovia bailes mensais, tão elegantes e refinados quanto os organizados pelos estudantes. Tratava-se da primeira agremiação recreativa de São Paulo, a *Concórdia Paulistana*, que funcionou entre 1837 e 1863. Além da mensalidade, tinha-se que se pagar 6\$400 de joia para ser sócio⁴⁰, um indicador do perfil dos envolvidos⁴¹.

Nesse caso, não era necessário haver um motivo, uma data nacional por exemplo, para que se desse um baile. O motivo era simplesmente o fato de os paulistanos daquela época gostarem de se divertir dançando, conversando, comendo, bebendo, enfim, festejando. Esse gosto era tamanho, que fez com que a *Concórdia Paulistana* tivesse uma duração considerada recorde pelos próprios paulistanos daquele tempo.

O romance *Alberto*, publicado no folhetim do *Correio Paulistano*, em seu capítulo primeiro, denominado *O Baile da Concórdia*, analisa um dos bailes de tal sociedade:

Corria o mês de outubro de 18... e a Concórdia Paulistana – única sociedade de baile, que em S. Paulo tem podido zombar do tempo – celebrava a sua partida mensal. Modesta, e muito bem dirigida, essa boa sociedade oferece uma vez

39 AZEVEDO, 2000, p. 27; MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo no século XIX (1822-1899): esboço de interpretação. *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 4, n. 1, 2004p. 11; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 507.

40 *Correio Paulistano*, 24 set. 1859, p. 1.

41 A título de comparação, 1 arroba de açúcar era vendida a 3\$200, enquanto 1 arroba de café custava 3\$000 (A Phenix, 8 mai. 1839, p. 4). Portanto, não era um valor pequeno o cobrado como joia para associação na Concórdia.

em todos os meses, um agradável passatempo aos filhos do seu seio, bem como àqueles a quem em suas sábias determinações lhes apraz convidar.

Mas desta vez, esse agradável passatempo, tinha alguma coisa acima do comum: excessivamente concorrida, e além disso abrilhantada pela presença de novas pessoas, a *Concórdia* prometia uma noite de completo prazer, e de embriagante alegria. (...) Havia-se dançado a primeira quadrilha; e agora que a mocidade calorosa trançava as salas em busca de seus pares para a segunda...

(...)

Vamos agora a outra parte do pavimento.

Aí reina a confusão: uns passeiam, outros jogam, este discute política, aquele fala da atualidade, enfim seria um nunca acabar se quiséssemos contar ao miúdo tudo o que se faz nessas três salas que formam a segunda parte do edifício.⁴²

Firme em seu propósito, a duradoura *Concórdia Paulistana*, que a essa altura já possuía mais de vinte anos de existência, proporcionava prazer e alegria aos paulistanos com seus bailes. Eram essas, portanto, características dos bailes. Eles divertiam justamente porque provocavam alegria e prazer, com suas músicas, danças, conversas, encontros. Ao mesmo tempo em que eram importantes para o desenvolvimento da civilidade entre os paulistanos⁴³.

TEATRO

Presente na cidade desde sua fundação, com as encenações religiosas dos franciscanos, e tendo instalações próprias desde 1765, o teatro foi o divertimento mais caro para os paulistanos. As falas, os argumentos em torno dessa prática de divertimento eram sempre positivos, sempre em seu favor. Ele era tido como o melhor divertimento, o único digno de assim ser considerado, pois era adequado à cidade civilizada que São Paulo almejava ser.

Por esse motivo, a frequência ao teatro era fortemente incentivada a todos, homens, mulheres, jovens e adultos. Atenção especial era dedicada às camadas populares, já que além de divertir o teatro educava, ensinava os melhores hábitos e comportamentos. No entanto, a constante falta de público nas plateias paulistanas evidencia que essa compreensão,

42 *Correio Paulistano*, 13 de outubro de 1858, p. 1.

43 CAMPOS, 2004, p. 285.

de que ele era o melhor divertimento, não era compartilhada por todos. Os preços dos ingressos não era o impedimento, já que havia um valor único para os ingressos de todas as atividades culturais na capital durante o século XIX⁴⁴, e vários outros divertimentos, como as touradas e a patinação, estavam sempre cheios.

Em 1863⁴⁵ e depois, em 1866⁴⁶ e 1867⁴⁷, quando a cidade já possuía vida com destacada dinâmica, e um mercado de divertimentos em gestação, esse discurso positivo em torno do teatro ainda persistia e o argumento de que ele era o único divertimento da capital ainda era usado pelos jornais. Temos algumas opções quanto à forma de compreender essa afirmação. Desespero, visão limitada da vida cultural paulistana pelos próprios paulistanos daquele tempo ou, ainda, estratégia para conseguir apoio.

A última opção é a que possui sustentação empírica. Apresentar um quadro de suposta decadência de um divertimento, esperando receber apoio para restabelecê-lo, pode ser mais eficiente se ele for a única opção, se o seu fim significar o fim de tudo, de toda e qualquer possibilidade de diversão.

Portanto, o prestígio gozado pelo teatro não era suficiente para fazer com que suas plateias estivessem sempre cheias. Então, lá iam os seus defensores pedir socorro, convidar a todos que comparecessem, para que não tivesse fim o único divertimento da capital. Mais honestos, no entanto, eram aqueles que pediam ajuda dizendo não que o teatro era o único divertimento da cidade, mas sim o único utilíssimo divertimento com o qual podiam contar os paulistanos.

Havia outros divertimentos na capital paulista, entretanto, nenhum deles se igualava em utilidade ao teatro:

44 Quando havia diferenciação de lugares, como nas touradas (SANTOS, Flavia da Cruz; MELO, Victor Andrade de. Entre o rural e o urbano: as touradas na São Paulo do século XIX (1877-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 174, n. 463, p. 39-70, 2014) e na patinação (MELO, Victor Andrade de; SANTOS, Flávia da Cruz. Deslizando rumo ao progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 171-184, 2017), os ingressos mais caros custavam 2\$000, e os mais baratos custavam sempre 1\$000.

45 *Correio Paulistano*, 13 de agosto de 1863, p. 2.

46 *Correio Paulistano*, 30 de dezembro de 1866, p. 2; *Diário de São Paulo*, 27 de maio de 1866, p. 2.

47 *Correio Paulistano*, 7 de julho de 1867, p. 2.

Reorganizou-se a companhia dramática e vamos ter noites agradáveis. Uma companhia dramática é, especialmente nos lugares civilizados, uma necessidade.

E se algum divertimento, se alguma empresa merece a proteção do governo e do público, sem dúvida nenhuma – estas companhias tem todo o jus a esta proteção. O teatro, quanto a nós, não é só uma escola de moralidade, um elemento de progresso e civilização, é também um refúgio onde acham sempre distração os habitantes das populações, onde há esses divertimentos, e um paradeiro a muitas faltas que se cometem e vícios que se adquirem por falta deles.

Quando o teatro, conserva fechadas as suas portas, ide ver o que faz uma grande parte da população (a masculina) jogam o lasquet, o pacão, o voltarete, e o vispera.⁴⁸

Desde 1765 a cidade possuía uma casa destinada a receber apresentações teatrais. E entre 1828 e 1867 a cidade possuiu quatro teatros, nem sempre de modo simultâneo: a Casa da Ópera, chamada de Teatro São Paulo a partir de 1840, que ficava no pátio do colégio e funcionou entre 1770 e 1870; o Teatro do Palácio que funcionou entre 1813 e 1860 no porão do Palácio do Governo, e que em 1832 passou a se chamar Teatro Harmonia Paulistana; o Teatro Bатуíra que teve menor período de funcionamento, entre 1860 e 1870 e localizava-se na Rua da Cruz Preta, antiga rua do Príncipe, e o Teatro São José (1858-1898) que ficava no Pátio São Gonçalo⁴⁹.

Todos esses teatros ficavam dentro dos limites do triângulo, da chamada colina histórica, onde a cidade teve origem⁵⁰. Essa ainda era, mesmo no início da segunda metade do Oitocentos, a parte propriamente urbanizada da cidade, o que é um indicativo dos níveis do seu desenvolvimento.

O Teatro São José foi a maior obra, a maior construção de São Paulo no século XIX, até a construção das ferrovias. Mas ele era pouco

48 Correio Paulistano, 31 de agosto de 1862, p. 1.

49 SILVA, Edson Santos. *A dramaturgia portuguesa nos palcos paulistanos: 1864 a 1898*. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

50 Triângulo era o espaço, uma elevação de terra, limitado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú e pela Várzea Grande, que ficava 25 a 30 metros acima dos terrenos que estavam a sua volta. Foi aí que teve início a cidade, com a chegada dos jesuítas, foi onde eles se instalaram, e onde se concentrou por muito tempo sua população urbana, as instituições públicas e o comércio. Foi somente a partir de 1870 que esses limites foram decisivamente expandidos pelo crescimento da cidade urbanizada.

espaçoso, com acústica e acomodações dos artistas ruins, e o espaço da plateia era de chão batido, tendo seus espectadores que levar cadeiras de casa, durante os primeiros tempos de seu funcionamento⁵¹.

É que o São José foi inaugurado antes de ficar completamente pronto, o que só aconteceu em 1877, depois que Antônio da Silva Prado – futuro prefeito da cidade – firmou acordo com o governo da província para terminar a obra e, assim, obter o direito de explorar o teatro⁵². Portanto, era bem modesta a maior construção da cidade, o que dizer, então, das menores construções que a cidade possuía?

Os estudantes foram, além de público assíduo, autores e atores das peças, fazendo até mesmo papel de mulheres⁵³. Tanto que os espetáculos eram realizados sempre as vésperas dos dias em que não havia aula, para não atrapalhar os estudos⁵⁴. Tal medida, no entanto, parece não ter sido suficiente, pois com o mesmo objetivo, em 1830, o governo proibiu o teatro durante o ano acadêmico, o que, obviamente, não foi obedecido pelos estudantes⁵⁵.

E pensar que um dos motivos, um dos argumentos usados pelos deputados paulistas para que a Faculdade de Direito fosse instalada em São Paulo – quando da decisão de onde deveriam ser instalados os primeiros cursos jurídicos do Brasil –, foi o de que o ambiente da cidade “carecia de maior vivacidade e distrações, por isso mesmo era mais propício aos estudos” do que a Bahia, por exemplo, que “é a segunda Babilônia do Brasil, as distrações são infinitas e também os caminhos da corrupção. É uma cloaca de vícios”⁵⁶. Não contavam os senhores deputados, que os estudantes mesmos iriam produzir divertimentos e tornar a cidade mais dinâmica.

Além dos estudantes, que compunham a maior parte da plateia do teatro paulistano, o governador da província, famílias, padres, crianças e prostitutas também compunham seu público. Apesar do incentivo

51 SILVA, 2008, p. 37.

52 COSTA, 2012, p. 67.

53 Idem, p. 67; SILVA, Edson Santos. Em busca de um mercado fictício: as casas da ópera na cidade de São Paulo. *Todas as musas*, São Paulo, Ano 1, n. 1, julho-dez. 2009, p. 25; SILVA, 2008, p. 30; AZEVEDO, 2000, p. 40.

54 SILVA, 2009, p. 29; SILVA, 2008, p. 30.

55 MORSE, 1970, p. 141.

56 TOLEDO, 2003, p. 312.

constante, presente nos jornais, à presença dos pobres no teatro, as exigências quanto às vestimentas para tal, os impedia de comparecer⁵⁷. Quando eles superavam tais impedimentos, eram alvo do olhar escrutinador das elites, que julgavam e recriminavam seus modos de vestir e de se comportar.

Em 1829 os estudantes formaram a companhia *Teatro Acadêmico* e arrendaram o *Teatro da Ópera* por cinco anos, e em 1832 fundaram o *Teatro Harmonia Paulistana*, que era o antigo *Teatro do Palácio*⁵⁸. Em meados do século, eles dominavam o teatro na cidade, que teve como seu maior nome Álvares de Azevedo.

Em sua peça teatral *Macário*, ele explicita sua visão da capital paulista, através da fala da personagem Satã, que diz a Macário, seu interlocutor: “Daqui a cinco minutos podemos estar à vista da cidade. Há de vê-la desenhando no céu suas torres escuras e seus casebres tão pretos de noite como de dia, iluminada, mas sombria como uma eça de enterro.”⁵⁹.

Adiante, Satã prossegue descrevendo São Paulo: “Demais, essa terra é devassa como uma cidade, insípida como uma vila, e pobre como uma aldeia. Se não estás reduzido a dar-te ao pagode, a suicidar-te de **spleen**⁶⁰, ou alumiar-te o rolo, não entres lá. É a monotonia do tédio. Até as calçadas!”⁶¹.

A década de 1860 é tida como marcante para a vida da Academia, devido à sua efervescência cultural, pois proliferaram as associações literárias e demais agremiações⁶². Em 1860, os estudantes fundaram o *Instituto Dramático*, que objetivava desenvolver a educação teatral entre

57 SILVA, 2009, p. 27.

58 SILVA, 2008, p. 25; MORSE, 1970, p. 140.

59 AZEVEDO, 1988, online.

60 *Spleen* foi termo difundido por Charles Baudelaire, e significa um estado de desencanto e melancolia, que resulta em apatia e indiferença e pode levar à transgressão e perversão. Caracteriza o ser romântico. ANFORA, Adriana Ingrid. *Grotesco e ironia em Macário de Álvares de Azevedo: transgressão, spleen e utopia*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, pp. 13-15).

61 AZEVEDO, 1988, online, grifo no original.

62 COSTA, 2012, p. 55.

os estudantes, e a *Revista Dramática*, que foi a primeira revista do gênero surgida na capital⁶³.

A medida tomada pelo governo nesse mesmo ano, de proibir que os estudantes representassem no teatro oficial, com o argumento de que era para manter a boa ordem no meio teatral⁶⁴, denuncia o papel preponderante dos estudantes e a intensidade de sua atuação no teatro paulistano. Evidencia também, que a vivacidade cultural não era a marca desejada pelo governo para a Academia. Tal vida cultural, extrapolava as atividades acadêmicas formais, e ainda podia, na visão do governo, atrapalhá-las.

As proibições governamentais, portanto, demonstram uma certa compreensão da formação universitária, restrita às atividades formais da Academia, bem como o intuito de manter a ordem acadêmica. Nesse sentido nos diz Marina Costa: “Com relação à diversão dos estudantes, percebe-se um esforço contínuo dos professores e diretores no sentido de cerceá-las, tanto que os mesmos não podiam sair de casa a não ser nos dias previamente estabelecidos.”⁶⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A São Paulo apresentada por uma certa historiografia, como sem vida, feia, pacata e sem divertimentos, foi ao longo desse trabalho sendo reconstruída com o auxílio de uma outra bibliografia, menos clássica, menos usada, mas fundamental e, principalmente, com o auxílio dos documentos.

Foi possível perceber que os movimentos da capital paulista, mesmo aqueles que nos parecem insignificantes, como a chegada dos primeiros poucos estudantes à cidade, repercutiam sobre os divertimentos. A cultura local foi contraposta a um outro modo de ser, mais animado. Novos estabelecimentos e atividades foram criados ou dinamizados para atender as demandas geradas pelos estudantes. Eles mesmos se ocuparam em dinamizar a cidade, criando jornais, sociedades dramáticas, produzindo literatura e dramaturgia, organizando bailes, realizando passeios, brincando pelas ruas da capital paulista.

63 SILVA, 2008, p. 30.

64 SILVA, 2008, pp. 29, 30.

65 COSTA, 2012, p. 59.

Muitos eram os divertimentos vividos pelos paulistanos nesse período, os jogos e brincadeiras, os bailes e o teatro se destacam por sua forte presença nas fontes. Todos esses divertimentos contaram com a participação decisiva dos acadêmicos, tanto como organizadores e produtores quanto como consumidores e público. De fato, eles animaram a vida da capital paulista, contribuindo para a sua dinamização.

REFERÊNCIAS

A Aurora Paulistana, 1851.

ANFORA, Adriana Ingrid. *Grotesco e ironia em Macário de Álvares de Azevedo: transgressão, spleen e utopia*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

A Phenix, 1839-1840.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.

_____. Circulação de livros em São Paulo (1800-1860). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, ANPUH, 19, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A cidade de São Paulo no século XIX: ruas e pontes em transformação. *Histórica: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 10, ano 02, maio 2006.

AZEVEDO, Álvares de. *Macário*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

AZEVEDO, Vicente de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

AZEVEDO, Elizabeth. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CAPONERO, Maria Cristina. *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. 2014. 532f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, 2014.

Correio Paulistano, 1858-1867.

COSTA, Marina Santos. *Práticas de diversão dos estudantes da Academia Jurídica no processo de urbanização de São Paulo (1867-1878)*. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São João del-Rei, 2012.

CRUZ, Heloísa de Faria. A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Diário de São Paulo, 1865-1867.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Tradução de Selená Benevides Viana. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

MELO, Victor Andrade de; SANTOS, Flávia da Cruz. Deslizando rumo ao progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 171-184, 2017.

MELO, Victor Andrade de. *Esporte e lazer: conceitos – uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo no século XIX (1822-1899): esboço de interpretação. *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 4, n. 1, 2004.

PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História*, Brasil, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096/38817>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

SANTOS, Flavia da Cruz. *Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX (1828-1889)*. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer). Belo Horizonte: UFMG, 2017.

_____; MELO, Victor Andrade de. Entre o rural e o urbano: as touradas na São Paulo do século XIX (1877-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 174, n. 463, p. 39-70, 2014.

SILVA, Edson Santos. *A dramaturgia portuguesa nos palcos paulistanos: 1864 a 1898*. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Em busca de um mercado fictício: as casas da ópera na cidade de São Paulo. *Todas as musas*, São Paulo, Ano 1, n. 1, julho-dez. 2009.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1863.

A POTENCIALIDADE DAS FONTES PRIMÁRIAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO TURISMO NO BRASIL

Sênia Regina Bastos*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão do turismo requer investigações interculturais e interdisciplinares, o entendimento histórico dos contextos cultural, social e temporal no qual se inscreve, bem como das conexões que apresenta com a política e a diplomacia¹. Entendido como uma construção social, os sentidos que lhes são associados revelam os imaginários de cada período, em razão da historicidade de cada contexto.

Tratada do ponto de vista histórico, a presente pesquisa centra-se na regulamentação do turismo e no perfil do turista desejado socialmente durante as décadas de 1930 e 1940². Por adotar a perspectiva histórica, a pesquisa apoiou-se nos estudos que também a seguem ao analisar instituições públicas de turismo e descortinar os escopos e dinâmicas

* Bacharel, mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora do Programa de Pós Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM).

1 TOWNER, J. Approaches to tourism history. *Annals of Tourism Research*, 1988. v. 15, n. 1, p. 47–62. CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 80-87. WALTON, J. K. Introduction. In: WALTON, J. K. (Org.). *Histories of tourism: representation, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications, 2005, p. 1–18. WALTON, J. K. Prospects in tourism history: Evolution, state of play and future developments. *Tourism Management*, 2009. v. 30, n. 6, p. 783–793.

2 Os resultados sistematizados nesse capítulo integram o projeto de Produtividade em Pesquisa “Por uma história do turismo nas décadas de 1930 a 1940” (Processo 309668/2015-8 - CNPq.)

de atuação nas diferentes instâncias governamentais³, ao passo que a contextualização das medidas administrativas implementadas na gestão federal apoia-se na historiografia do governo Vargas⁴.

O *corpus* documental reúne documentos do Arquivo Nacional (AN), Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) e periódicos da Biblioteca Nacional (BN). Compreende leis, decretos, decretos-lei e resoluções das instâncias federal, circulares expedidas pelo Gabinete Civil da Presidência da República para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), documentos expedidos e recebidos pelo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), Departamento de Imprensa e Propaganda e de Relatórios do MRE apresentados à Presidência da República. Esse conjunto documental justifica-se pela subordinação das questões relativas ao turismo aos diferentes ministérios e ao Gabinete Civil da Presidência da República no âmbito federal durante o período 1930 a 1950.

3 DAIBERT, A. B. D. *História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, 2010. DAIBERT, A. B. D. Narrativas e imagens del turismo en Petrópolis, Brasil, a principios del siglo xx. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 2011. v. 20, p. 190–212. DAIBERT, A. B. D. *Planejamento urbano e turismo no Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Tese de doutorado. GUIMARAES, V. L. A Conquista das férias: breve história do turismo na Argentina. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2011. v. 5, n. 3, p. 433–437. GUIMARÃES, V. L. *O turismo levado a sério: Discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. MARCELO, H. V. *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. MARROQUIM, D. S. M. *Entre sujeitos e instituições: turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Dissertação (Mestrado em História). VIANNA, A. A. *Turismo, propaganda e patrimônio no Brasil: Um encontro à luz de fragmentos da correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

4 PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LOPES, S. De C. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Letteris Editora, 1999. SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000. BOMENY, H. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

A GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO

A regulamentação do turismo no Brasil processou-se no governo de Getúlio Vargas, iniciado após a Revolução de 1930, que o possibilitou assumir a presidência, mesmo derrotado no pleito eleitoral, e nela se perpetuar de forma ininterrupta até 1945. Para tanto, enfrentou os reivindicantes de uma nova Constituição para o país em 1932, convocou eleições para composição da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a nova carta constitucional e o elegeu pelo voto indireto em 1934, estabeleceu mecanismos de repressão e de controle social, sob a alegação da ameaça representada pelos movimentos de oposição ao governo em 1935, aperfeiçoados dois anos depois, por meio da imposição de uma nova carta constitucional que instituiu a centralização política, o intervencionismo estatal e um modelo antiliberal de organização da sociedade⁵. Procurou, no entanto, associar a imagem do governo à modernização econômica, promoção do bem-estar social e a uma nova identidade nacional⁶.

A exemplo do Ministério da Propaganda da Alemanha nazista que possuía em sua estrutura uma Divisão de Turismo⁷, a equivalente nacional foi estabelecida no Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, por ocasião de sua criação. Além dessa similitude, destaca-se o aspecto ideológico da publicidade desenvolvida no referido Ministério, também presente na Itália fascista de Mussolini e incorporado e adaptado para o Brasil pelo DIP durante a gestão de Lourival Fontes (1939-1942). O diretor do DIP executava função semelhante a de Joseph Goebbels (1933-1945) no Ministério de Propaganda alemão, ao controlar os meios de comunicação e realizar a difusão da imagem do governo, com o propósito de legitimá-lo. Caracterizado pela centralização política, intervencionismo e apoiado no modelo antiliberal de organização da sociedade, o período correspondente ao Estado Novo (1937 a 1945) notabilizou-se pelo nacionalismo de caráter xenófobo, repressão e

5 O golpe de 1937 viabilizou a suspensão das liberdades civis, dissolveu o Parlamento, extinguiu os partidos políticos e concedeu poderes excepcionais a Vargas. PANDOLFI, 1999.

6 PANDOLFI, 1999; LOPES, 1999; FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

7 SEMMENS, K. 'Travel in Merry Germany': Tourism in the Third Reich. In: WALTON, J. K. (Org.). *Histories of tourism: representations, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications Clevedon, UK, 2005, p. 144-161.

autoritarismo, contexto no qual parte da documentação analisada se processa⁸.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado pelo Decreto-Lei n. 1.915, de 27/12/1939, com as divisões de Divulgação, Rádio-difusão, Cinema e Teatro, Imprensa, Turismo e os Serviços Auxiliares de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria, Material, Fimoteca, Discoteca e Biblioteca. Seguiu-se o Decreto n. 5.077 de 29/12/1939, que dispôs sobre o seu regimento e especificou as competências de cada Divisão e demais órgãos⁹.

Superintender, organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos são pautas incluídas nos objetivos a serem atendidos pelo DIP, bem como a promoção, organização, patrocínio ou auxílio nas “manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras”¹⁰.

A atuação da Divisão de Turismo era diversa e abrangente, incluía desde a manutenção de uma publicação ilustrada de turismo, organização e divulgação de publicações de álbuns e catálogos de propaganda do Brasil, à preparação e execução dos planos de propaganda turística no exterior, bem como o estímulo, direção e coordenação de atividades concernentes ao turismo interno, o que implicava a promoção do desenvolvimento de entidades, instituições, organizações e empresas desse campo de atuação e o planejamento anual da temporada turística.

Além de definir a correspondência com as organizações turísticas do mundo e com as delegações estaduais, estipulou a divisão do Brasil em zonas turísticas e a vigilância e o controle “sobre todas as organizações nacionais, estaduais e locais de Turismo, estações de cura, repouso e

8 LOPES, 1999; CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, 1999; SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R., 1999; SOUZA, J. I. M. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume, 2003. OLIVEIRA, L. L. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, H. (org.), 2001, p. 37–58. LUCA, T. R. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, 2011. v. 31, n. 61, p. 271–296.

9 Decreto n. 5.077, 29/12/1939.

10 Decreto-Lei n. 1.915, 27/12/1939.

vilegiatura, as indústrias hoteleiras de viagens e quaisquer atividades que interessem ao desenvolvimento turístico”¹¹.

Instaurou a sistematização de fichários e cadastros de informações turísticas e a manutenção de seções de turismo junto aos serviços superintendidos no interior e exterior. Propôs o estudo para a regulamentação e criação de estações de turismo, hidrominerais e climáticas nas localidades de interesse turístico de caráter histórico, paisagístico, natural ou em regiões de caça e de pesca. Com relação ao Turismo, Termalismo e Climatismo, estabeleceu a fixação de diretrizes a “serem observadas nas administrações públicas, entidades, institutos e organizações que desenvolvam atividades”, a coordenação das iniciativas, manifestações de interesse, atividades das administrações e entidades públicas e privadas nelas interessadas. Para facilitar a circulação dos turistas, acrescentou o estímulo e unificação das iniciativas das empresas de transportes, e o entendimento com os Serviços respectivos para a promoção de facilidades aduaneiras, fiscais, policiais e do passaporte turístico¹².

Inicialmente os estados também possuíam representantes no DIP e contavam com a colaboração das autoridades locais, mas visando estender sua atuação foi criado em cada Estado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), o que não se efetivou em todos eles até outubro de 1942.¹³

POLÍTICA IMIGRATÓRIA E TURISMO: PONTOS DE APROXIMAÇÃO

Parte das questões relativas ao turismo encontram-se associadas à política de imigração desse período, quer ao que se refere ao ingresso e fiscalização dos estrangeiros, regulamentação de empresas de transporte de passageiros, comercialização de passagens etc.

Sucessivos decretos foram promulgados para estabelecer medidas para o ingresso de estrangeiros em território nacional, embora o foco recaísse no imigrante acabavam também por estabelecer normas para o ingresso de turistas. Nesse sentido, instaurou regras para concessão de

11 Decreto-Lei n. 1.915, 27/12/1939.

12 Decreto-Lei n. 1.915, 27/12/1939.

13 Decreto-Lei n.º. 2.557, 04/09/1940.

visto de entrada no país e definiu o conjunto mínimo de documentos para a sua concessão; determinou o tempo máximo de permanência para os estrangeiros temporários, tais como o turista e o viajante em trânsito; e definiu a sequência de atendimento para o desembarço dos passageiros no desembarque.

A legislação de 1934 estabeleceu a necessidade de visto para o ingresso de turistas, excursionistas, peregrinos e “estrangeiros que venham a passeio no Brasil”, por noventa dias, prorrogáveis por mais noventa dias, mediante a apresentação de documentos.¹⁴

Impôs a apresentação de atestado de vacinação antivariólica e o visto consular como condições para entrada no país; ocupou-se da definição dos locais permitidos para o ingresso de estrangeiros. Transferiu ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a delimitação das empresas de navegação autorizadas a efetuar o desembarque de estrangeiros nos portos nacionais, obrigando-as a classificar seus passageiros¹⁵ e informar com antecedência de dois dias a data da chegada dos respectivos vapores. Competia-lhes ainda a obrigatoriedade de entrega de uma lista com todos os passageiros, independentemente da classe econômica ou condição de permanência.¹⁶

Os ingressos por via terrestre, aérea ou fluvial passaram a ser permitidos apenas nos pontos de fronteiras dotados de postos de fiscalização das Inspetorias Federais de Imigração. Independentemente do local de entrada, marítimo ou terrestre, as exigências impostas eram comuns, todavia, eram mais brandas para os naturais dos países fronteirais ao Brasil: não era necessário o visto consular, exigindo-se apenas a apresentação de carteira de identidade do país de origem¹⁷.

A ênfase do Decreto-Lei n. 406, de 04/05/1938, é a entrada de estrangeiros no território nacional e, nesse sentido, estabeleceu diretrizes que afetaram a atividade turística em desenvolvimento, quer ao dimensionar o tempo de permanência, condições de embarque e desembarque, fiscalização e exigência de visto para o turista, quer ao restringir a comercialização de passagens aéreas, marítimas ou terrestres às empresas autorizadas pelo Ministério do Trabalho,

14 Decreto n. 24.215, 09/05/1934; Decreto n. 24.258, 16/05/1934.

15 Trata-se da classificação em primeira, segunda e terceira classes.

16 Decreto n. 24.215, 09/05/1934; Decreto n. 24.258, 16/05/1934.

17 Decreto n. 24.215, 09/05/1934.

Indústria e Comércio, tornar obrigatório o registro anual das empresas de navegação no Departamento de Imigração¹⁸, e a exigência de visto para a comercialização de passagens para estrangeiros com destino ao Brasil: “Nenhuma empresa venderá passagens a estrangeiros destinados ao Brasil sem que estes apresentem, visados pela autoridade consular brasileira, os passaportes e fichas consulares de qualificação exigidos por esta lei e seu regulamento”¹⁹.

O Decreto n. 3.010, de 30/08/1938, autorizou a venda de passagens aéreas, marítimas ou terrestres apenas às empresas registradas no Departamento de Imigração e estabeleceu diretrizes para a fiscalização das agências de navegação, turismo e colocação. Facultou às autoridades consulares, com jurisdição nos países com os quais o Brasil tinha acordo, conceder visto às listas coletivas de turistas “quando estes forem em número superior a vinte, em excursões organizadas por empresas idôneas”. Essas listas deveriam ser expedidas pela autoridade estrangeira competente, conter a fotografia, nome, idade, nacionalidade e profissão de cada turista, “só podendo nelas figurar cidadãos nacionais do país onde a autoridade consular tiver jurisdição”. Com relação ao regresso dos turistas, delegou a fiscalização à Polícia Marítima²⁰.

Para o visto temporário demandou um conjunto mínimo de documentos (passaporte e atestados de saúde e de vacina antivariólica), acrescentando especificidades para cada categoria. Manteve o tempo máximo de permanência para os estrangeiros temporários em 180 dias e de 30 dias para o viajante em trânsito. Determinou a sequência de atendimento para o desembarço dos passageiros, priorizando os temporários em detrimento aos permanentes.²¹

Setores tradicionalmente responsáveis pela questão imigratória passaram a ser responsáveis por registrar e fiscalizar empresas turísticas, questão presente na tramitação do Decreto-Lei n. 1.650, de 03/10/1939, motivado pela fiscalização das companhias, empresas e agências de turismo. A essas restringiu o encaminhamento de “processos de permanência de estrangeiros no país”, apesar de ser-lhes facultado a

18 Exigência mantida no Decreto n. 3010, 30/08/1938.

19 Decreto-Lei n. 406, 04/05/1938.

20 Decreto n. 3.010, 30/08/1938.

21 Decreto n. 3.010, 30/08/1938.

“regularização de documentos dos turistas nacionais ou estrangeiros junto às repartições competentes”.²²

O completo controle da entrada dos estrangeiros ocorreu, todavia, com a aprovação do Decreto-Lei n. 3.175, de 07/04/1941, ao suspender a concessão de vistos temporários e de vistos permanentes para a entrada de estrangeiros no Brasil, liberando vistos temporários apenas aos nacionais de Estados americanos e aos estrangeiros de outras nacionalidades que provassem “possuir meios de subsistência”.²³

A vigilância no ingresso de estrangeiros permanece mesmo quando a legislação se destinava a fomentar o turismo, por intermédio da realização de convênios do Brasil com países americanos, como o Decreto-Lei n. 5.856, de 27/09/1943, estabelecido com o Paraguai, concedendo facilidades para a entrada nos respectivos territórios. Elaborado pelo MRE, o projeto desse decreto fora submetido à avaliação do MJNIN e na exposição de motivos aponta que esse não feria a “legislação sobre a entrada, permanência e saída de estrangeiros”, uma vez que permanecia a vigilância sobre os viajantes temporários a que se referia o Convênio, fator indicativo do controle a que eram submetidos os estrangeiros, independente do caráter de ingresso no país.²⁴

Esse convênio interessava também ao Brasil, em razão da política de aproximação estabelecida com os países americanos, mas a questão relativa à prorrogação da permanência foi alvo de questionamento e entendida como inconveniente, por redundar na “agravação da tendência para uma forma irregular de imigração”, embora a Portaria n. 4.801, de 25/04/1941, do MJNI, previsse a prorrogação e estabelecesse o pagamento da importância de Cr\$ 1.000,00 ao ano.²⁵ Essa cobrança, todavia, era incompatível com o caráter de gratuidade do convênio estabelecido, devendo se manter, em razão do tratamento especial conferido pela legislação aos naturais de Estados americanos.

O direito à prorrogação do visto também se colocou em outro parecer sobre o convênio de turismo entre o Brasil e o Uruguai, observando-se que a autorização deveria ser considerada caso a caso, de forma justa. Nota-se a importância atribuída ao visto e ao papel de

22 Decreto-Lei n. 1.650, 03/10/1939.

23 Decreto-Lei n. 3.175, 07/04/1941.

24 Decreto-Lei n. 5.856, 27/09/1943.

25 Portaria do MJNI n. 4.801, 25/04/1941.

seu emissor, que necessitava de intenso conhecimento da legislação e dos documentos vigentes, inclusive das circulares para o exercício de seu ofício, nesse conturbado contexto de ingresso de estrangeiros no país.

MEDIDAS PARA INGRESSO DE TURISTAS NO PAÍS

A estratégia de pesquisa pautou-se inicialmente pelo levantamento da legislação relativa à concessão de visto de turista para ingresso no país, expedientes do Ministério das Relações Exteriores reunidos no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Itamaraty. A análise foi direcionada para as circulares sobre a concessão de vistos, dado que elas permitem acompanhar a alteração da legislação sobre o ingresso de turistas e de imigrantes, bem como as orientações destinadas às exceções, na medida em que se destinavam a subsidiar e a orientar o trabalho dos funcionários dos consulados e das embaixadas brasileiras. Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores foram incorporados ao estudo por sistematizarem as medidas e orientações implementadas a cada ano.

Fundamentadas na legislação, as circulares encaminhadas pelo MRE reúnem orientações destinadas às alfândegas, acerca das franquias para automóveis e motocicletas de turistas²⁶, informações relativas às exigências ao ingresso de turistas, tais como obrigatoriedade de apresentação de carteiras de identidade para o visto em passaporte de turistas²⁷, instruções sobre os certificados sanitários exigidos²⁸, atestado de saúde e do novo modelo adotado²⁹.

Diversas medidas adotadas com relação ao turista natural de país americano encontram-se sistematizadas na sequência e evidenciam uma legislação que equipara turista ao imigrante, indica a falta de infraestrutura das alfândegas e de preparo dos profissionais que lidavam com os estrangeiros. Nesse sentido, há a supressão de visto³⁰, dispensa de apresentação de passaporte ou cédula de identidade visada pelo

26 Circular n. 477, 05/08/1930.

27 Circular n. 857, 12/03/1934.

28 Circular n. 1.299, 25/03/1939.

29 Modificações no Decreto-Lei n. 3.010, 20/08/1938; Circular n. 1.303 relativa ao Decreto n. 3.818, 14/03/1939.

30 Circular n. 1.244; Circular n. 1.403, 03/01/1940.

Consulado³¹ e liberação da apresentação de atestado penal³². Desde que tivesse ingressado no território pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos, permanecesse menos de seis meses no território nacional, houve a dispensa da obrigatoriedade de registrar-se no Serviço de Registro de Estrangeiros³³ e a definição do prazo para legalização de sua permanência no país³⁴, enquanto a retomada da obrigatoriedade de apresentação dos atestados de saúde e de vacina, mesmo aos ingressantes em caráter temporário, verificou-se em 1942³⁵.

Com o objetivo de fomentar a atividade turística, o abatimento de 50% na viagem aos grupos de turistas nacionais e estrangeiros, compostos por 10 ou mais pessoas é estabelecido pelo decreto n. 8.274, de 30/04/1937.³⁶ Distinção e regalias foram concedidas aos iates de recreio de países amigos em viagem de turismo pelo Brasil³⁷, embora a recomendação de rigorosa fiscalização da lista de passageiros dos navios para a legalização dos documentos tenha sido pontuada para evitar a entrada no país de indivíduos nacionais dos países em guerra com o Brasil ou aliados dos mesmos, e também indivíduos que ameaçassem a segurança e a tranquilidade do país, autorizando-se meticulosa e rigorosa averiguação³⁸.

Tais medidas visavam facilidades para entrada no território nacional e, conseqüentemente, o incremento do turismo, tais como a assinatura de convênios firmados com países da América do Sul. Nesse sentido, o Decreto n. 1.846, de 03/08/1937, ratifica o convênio celebrado com o Uruguai em 23/12/1933, suprime o pagamento de impostos ou taxas relativos à emissão de visto de turista, à saída ou à entrada de turistas procedentes desse país, estabelece como documentação exigida o passaporte nacional válido e documentos sanitários, exceto “quando tiverem razões para suspeitar que o portador do passaporte é indesejável,

31 Instruções n. 1.425, 19/02/1940.

32 Circular n. 1.425, 19/02/1940.

33 Circular n. 1.553, 19/09/1941; Circular n. 1.792.

34 Circular n. 1.539, 28/08/1941.

35 Circular n. 1633, 02/07/1942.

36 Decreto n. 8.274, 30/04/1937.

37 Circular n. 1.554, 26/09/1941.

38 Circular n. 1.660, 24/09/1942.

segundo as leis do país a que se destina”.³⁹ Nesse caso, estavam excluídos dessa exigência “pessoa que exerça alto cargo público, ou de elevada representação social, ou apresentada por qualquer entidade turística de reconhecida idoneidade”. Faculta às companhias de navegação ou agências de turismo a intermediação de solicitação do visto de turista, dispensando-se a exigência de apresentação de fotografia. Reconhece o direito de livre trânsito dos veículos de turismo e destaca a necessidade de uso e a regulamentação futura de uma chapa internacional para os automóveis e de carteira internacional de automobilista, bem como de regular o trânsito de aviões e dirigíveis com passageiros e correspondência.⁴⁰

Com a mesma intenção assinala-se a extensão da isenção do pagamento de visto de turista e de temporário dos passaportes norte-americanos aos demais países da América em 1937⁴¹, bem como os convênios firmados com a Argentina⁴², Paraguai⁴³ e Bolívia.⁴⁴

Apesar da especificidade da pauta de alguns eventos internacionais, a atividade turística colocou-se como temática, tal como na Conferência Internacional Americana, realizada em Lima em 1938, onde se discutiu a redução das formalidades para o livre trânsito de imigrantes, turistas e nacionais, exceto as requeridas pela polícia e fundamentais à saúde.⁴⁵

39 Decreto n. 1.846, 03/08/1937.

40 RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Oswaldo Euclides de Souza Aranha, relativo ao ano de 1939. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943b, p. 83.

41 RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Mario Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1937. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939, p. 110.

42 O Convênio firmado com a Argentina ocorreu em 10/10/1933, foi alterado em 1941.

43 Decreto-Lei n. 5.856, 27/9/1943.

44 O Convênio firmado com a Bolívia ocorreu em 28/06/1943. RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1941. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944b, p. 30; RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1943. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944d, p. 62 e 65.

45 RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores apresentado por Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1938. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943a, p. 197.

Ao deliberar sobre o fomento ao turismo interamericano constatou-se a existência de muitos e estritos requisitos para a entrada de turistas, decidiram-se pela redução ou eliminação das disposições existentes que constituíam barreiras ao incremento da atividade, bem como a adoção de medidas para estimulá-lo, além do estabelecimento de acordos mútuos e ajustes para facilitar o trânsito de turistas, bem como a importância do financiamento das estradas de rodagem e de ferro pan-americanas.⁴⁶

Recomendações foram estabelecidas para estimular o turismo interamericano tais como a participação de representantes na Primeira Conferência Pan-americana de Turismo, convocada para 1939 (como parte do programa da Exposição Internacional de São Francisco, Califórnia); inclusão na pauta da Conferência da apresentação do projeto argentino de fomento e orientação do turismo na América do Sul; reconhecimento da Federação Sul-americana de Turismo (criada pelo I Congresso Sul-americano de Turismo em 1928) e ampliação da participação de representantes dos países americanos.⁴⁷

Por sua vez, a Conferência Regional dos Países do Prata ocorrida em Montevidéu em 1941, contou com a participação da Bolívia, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai e, como observadores, representantes do Chile, Estados Unidos e Peru. Dentre as 17 resoluções aprovadas destaca-se o convênio para o fomento do turismo entre o Brasil e diversos países. Nesse mesmo ano assinalam-se também o II Congresso Interamericano de Turismo e o IV Congresso Pan-americano de Estradas realizados no México e, no ano seguinte, o Congresso Nacional Argentino de Turismo em Buenos Aires, evidenciando a importância estratégica desses encontros.⁴⁸

Assinala-se o acordo realizado com o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional de Portugal para estabelecer as “bases efetivas de intercâmbio literário, artístico e turístico luso-brasileiro”. Acordo que resultou na “troca de visitas de delegações diplomáticas e culturais” composta por intelectuais portugueses e recepcionadas pelo DIP e

46 RELATÓRIO, 1943a, p. 204.

47 RELATÓRIO, 1943a, p. 220.

48 RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1942. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944c.

DEIPS já estabelecidos no país⁴⁹, embora oito estados e o território do Acre ainda não o tivessem criado, o que exigiria fiscalização do DIP.

Em contrapartida a esse panorama de fomento ao ingresso de turistas oriundos de Portugal ou de países americanos, aos estrangeiros de origem semita foram impostas restrições e a negação de visto de turista, de trânsito e temporário, além do alerta, em caso de dúvida: “O visto de turista deverá ser negado sempre que houver dúvida a respeito da qualidade de verdadeiro turista dos estrangeiros de origem semita que desejem vir para o Brasil, sobretudo em se tratando de refugiados políticos alemães e italianos”⁵⁰. A medida consolidou-se três meses depois, com a suspensão de concessão de vistos temporários em passaportes de estrangeiros de origem semita, exceto aos cidadãos de origem semita das nacionalidades americanas, canadense, francesa ou inglesa.⁵¹

A reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas em 1942 estabeleceu diversas recomendações destinadas a controlar os estrangeiros perigosos, evitar o abuso da naturalização, controlar o trânsito através das fronteiras nacionais e evitar atos de agressão política. Das resoluções aprovadas destacam-se orientações relativas ao ingresso de turistas no território, tais como documentos e certificados requeridos, delimitação de zonas para o ingresso no país etc. Incidem ainda sobre a exigência de apresentação comprobatória da identidade do viajante e autorização de entrada no país para a expedição de passagens das empresas de navegação, estradas de ferro, ônibus, aviões e outros meios de transporte coletivo que realizavam serviços internacionais. Especificaram a obrigatoriedade de apresentação de documentos que assegurassem a identidade do hóspede e regularidade de entrada no país para a hospedagem em casas de pensão, hotéis e estabelecimentos congêneres, bem como a remessa das referidas informações às autoridades competentes.⁵²

49 Decreto-Lei n. 2.557, 04/09/1940.

50 Circular n. 1.296, 22/03/1939.

51 Circular n. 1.328, 05/06/1939; 21/06/1939; Circular n. 1501, 24/01/1941; Circular 1505, 1/2/1941.

52 RELATÓRIO, 1944c.

O MOVIMENTO TURÍSTICO

Com relação à sistematização de ingresso de turistas, o relatório da Divisão de Turismo do DIP relativo ao exercício de 1941, enviado em junho de 1942, quantifica as entradas de turistas estrangeiros e assinala 1.793 turistas norte-americanos, 1.008 argentinos, 285 uruguaios, 105 alemães e 101 ingleses no primeiro semestre/1941. Pontua a introdução de novas exigências legais para o ingresso de turistas no país e a exceção conferida aos turistas americanos-natos, que eram isentos do registro obrigatório aos demais, medidas em curso também em outros países do continente. Como destacado, essa característica predominante do fluxo é justificada pela Segunda Guerra Mundial, realização de acordos internacionais e promulgação de legislação para fomentar o ingresso de turistas oriundos de países americanos, mesmo os de origem semita, apesar da restrição de ingresso no país de semitas de outras nacionalidades.

Com o objetivo de compreender o impacto da legislação e da redução da navegação com o Brasil nas relações turísticas com a Europa, foram analisados os anuários estatísticos produzidos pelo IBGE relativos ao ingresso de turistas na década de 1940.⁵³ Turistas, viajantes em geral e em trânsito provenientes de países da América (argentinos, bolivianos, chilenos, norte-americanos, paraguaios e uruguaios) correspondem a 79,81% do fluxo durante o período 1940 a 1944, mas que cai para 62% se consideramos o período 1945 a 1947 e apresenta ligeira elevação para 65% durante o período 1948 a 1950, sendo argentinos e norte-americanos as maiores nacionalidades ingressantes. O período 1945 a 1947 apresenta elevação de entradas de diferentes nacionalidades (23 identificadas, além dos apátridas e do recurso “outras” nacionalidades), com 10.354 em 1945, 19.099 em 1946 e 21.983 em 1947.⁵⁴ Resultados que demonstram que a política de aproximação com os países americanos para o fomento do turismo atingira seu objetivo, ao passo que evidencia

53 RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Oswaldo Euclides de Souza Aranha, relativo ao ano de 1940. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944a, p. 61; ANUÁRIO estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. ANUÁRIO estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

54 ANUÁRIO, 1946; ANUÁRIO, 1948; ANUÁRIO estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950.

a retomada da diversidade de nacionalidade dos ingressantes, decorrente do fim da Segunda Guerra Mundial.

O referido relatório observa intensa redução do tráfego marítimo e considerável aumento do tráfego aéreo, com cerca de quase 8 mil passageiros transportados na linha internacional da Panair em 1940, e de quase 7 mil nos dois primeiros quadrimestres/1941. Com relação à linha nacional, aponta cerca de 18 mil pessoas em 1940 e o mesmo volume nos oito primeiros meses de 1941.

As corridas de automóveis sobressaem-se como atividades incentivadas pelo governo para incrementar a atividade turística, como o Circuito Automobilístico da Gávea de 1940⁵⁵, integrante dos eventos do décimo aniversário do Brasil Novo.

Durante o período identifica-se a visitação de estudantes norte-americanos (da Universidade de Pennsylvania em 1939 e 1940; de Harvard em 1940), chilenos (Universidade de Santiago em 1939, 1941, 1942), paraguaios (1940, 1942), argentinos (1941, 1942), bolivianos (1942) e venezuelanos (1942), fator considerado positivo e ao qual se considerava ampliação por parte do Ministério das Relações Exteriores.⁵⁶

O relatório da Divisão de Turismo do DIP relativo ao exercício de 1941 apresenta ações destinadas à divulgação do país no exterior, por meio da produção de filmes sobre o Verão carioca e o Carnaval carioca de 1941. A apreciação sobre a atividade turística assinala a redução de ingresso de turistas estrangeiros decorrente das dificuldades criadas com a Segunda Guerra Mundial, apesar da intensificação da “propaganda nos países do continente e, sobretudo, nos Estados Unidos, que forneceu o maior coeficiente de visitantes durante o ano”.⁵⁷ Atribui à revista *Travel in Brazil* a responsabilidade pelo referido fluxo, em razão da propaganda desse periódico editado em inglês.⁵⁸

Pontua a intensificação da constituição da infraestrutura turística, denominada como “aparelhamento do desenvolvimento turístico”, mediante entendimentos com o Instituto dos Comerciantes para “construção e melhoramentos dos hotéis” com recursos provenientes da

55 Decreto-Lei n. 2.950, 16/01/1941.

56 RELATÓRIO, 1943b; RELATÓRIO, 1944a; RELATÓRIO, 1944b; RELATÓRIO, 1944c.

57 RELATÓRIO da Divisão de Turismo do DIP relativo ao exercício de 1941.

58 Idem, 1941.

carteira imobiliária.⁵⁹ Divulgado nos Estados da federação, resultara na busca de informações por particulares, bem como nas tratativas para o financiamento da construção de hotéis no Pará (Manaus e Bragança), Minas Gerais (Itaí e Lambari), Estado do Rio de Janeiro (Petrópolis) e Bahia (Salvador).

Aponta a exigência de realização do registro das agências de turismo na sociedade Anônima de Viagens Internacionais, enquanto as agências de viagens e de câmbio seguiam a orientação prevista na legislação.

Assinala a organização de campanhas de divulgação de cidades dotadas de recursos turísticos, do carnaval de 1941 e da corrida automobilística Presidente Vargas. Destaca a edição especial da revista “Brasil Novo” sobre a “Exposição Decenal da Revolução Brasileira” e de calendários focados nas realizações governamentais, evidenciando o caráter ideológico da propaganda associada ao turismo.⁶⁰

Evidencia a distribuição de artigos ilustrados sobre “acontecimentos da atualidade nacional e aspectos turísticos do país” a 1.500 jornais americanos. Aponta a assistência da Divisão de Turismo aos cineastas estrangeiros em visita ao país, a recepção e o acolhimento proporcionado a personalidades provenientes da Argentina, Estados Unidos, Portugal entre outros.⁶¹

O Conselho Nacional de Imprensa, por sua vez, reportou a publicação “sem periodicidade certa” de cinco “guias de informações turísticas e sobre atividades econômicas, sociais e outras do país”, bem como a negação de registro a dois “guias turísticos”.⁶²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da participação em eventos destinados a orientar as práticas destinadas ao incremento do turismo, a exposição da documentação evidencia a incompatibilidade das ações requeridas para o fomento do turismo internacional com o enrijecimento da política de ingresso de estrangeiros, destinadas a dificultar a entrada e permanência de

59 Idem, Ibidem.

60 Idem, Ibidem.

61 Idem, Ibidem.

62 Idem, Ibidem.

indesejáveis, bem como a monitorá-los, independentemente da natureza do ingresso, na medida em que inicialmente até mesmo aos portadores de vistos temporários recaía a obrigatoriedade do registro no Serviço de Registro de Estrangeiros e a comunicação da nova residência, no caso de alteração de endereço. Infere-se que mesmo após a finalização do conflito, a legislação continuará impactando a atividade turística, na medida em que não há alteração da mentalidade que a fundamenta, mas trata-se de uma nova pesquisa acompanhar a legislação e a documentação pública sobre a atividade turística nas décadas seguintes.

A relevância dessa pesquisa encontra-se fundamentada na sua contribuição para a produção de uma história do turismo ainda pouco valorizada no Brasil, mediante a incorporação de fontes pouco usuais nos estudos do turismo, a partir de abordagens e procedimentos de investigação histórica.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

ANUÁRIO estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

ANUÁRIO estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950.

BOMENY, H. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167–178.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 80-87.

DAIBERT, A. B. D. *História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____. Narrativas e imágenes del turismo en Petrópolis, Brasil, a principios del siglo xx. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 2011. v. 20, p. 190–212.

_____. *Planejamento urbano e turismo no Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Tese de doutorado.

DECRETO n. 1.846, de 03/08/1937. Promulga diversos Atos Internacionais, firmados em Montevideo, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, a 20 de dezembro de 1933.

DECRETO n. 24.215, de 09/05/1934. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.

DECRETO n. 24.258, de 16/05/1934. Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional.

DECRETO n. 3.010, de 30/08/1938. Regulamenta o decreto-lei n.406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

DECRETO n. 5.077, 29/12/1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.).

DECRETO n. 8.274, 30/04/1937. Estende aos turistas as vantagens do artigo 13 do Regulamento Geral dos Transportes.

DECRETO-LEI n. 1.650, de 03/10/1939. Dispõe sobre as companhias, empresas e Agências de Turismo.

DECRETO-LEI n. 1.915, 27/12/1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

DECRETO-LEI n. 2.557, 04/09/1940. Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados.

DECRETO-LEI n. 2.950, de 16/01/1941. Abre, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito especial de 150:000\$0 para concessão de auxílio ao Automovel Clube do Brasil.

DECRETO-LEI n. 3.175, de 07/04/1941. Restringe a imigração e dá outras providências.

DECRETO-LEI n. 406, de 4/05/1938. Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional.

DECRETO-LEI n. 5.856, de 27/09/1943. Aprova o convênio entre o Brasil e o Paraguai para o fomento do turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10/05/1943.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

GUIMARAES, V. L. A Conquista das férias: breve história do turismo na Argentina. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2011. v. 5, n. 3, p. 433–437.

GUIMARÃES, V. L. *O turismo levado a sério: Discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, S. De C. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Letteris Editora, 1999.

LUCA, T. R. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, 2011. v. 31, n. 61, p. 271–296.

MARCELO, H. V. *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MARROQUIM, D. S. M. *Entre sujeitos e instituições: turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Dissertação (Mestrado em História).

OLIVEIRA, L. L. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 37–58.

PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Oswaldo Euclides de Souza Aranha, relativo ao ano de 1939. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943b.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Oswaldo Euclides de Souza Aranha, relativo ao ano de 1940. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944a.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1941. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944b.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1942. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944c.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1943. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944d.

RELATÓRIO da Divisão de Turismo do DIP relativo ao exercício de 1941.

RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Mario Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1937. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939.

RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores apresentado por Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1938. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943a.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEMMENS, K. 'Travel in Merry Germany': Tourism in the Third Reich. In: WALTON, J. K. (Org.). *Histories of tourism: representations, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications Clevedon, UK, 2005, p. 144–161.

SOUZA, J. I. M. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume, 2003.

TOWNER, J. Approaches to tourism history. *Annals of Tourism Research*, 1988. v. 15, n. 1, p. 47–62.

VIANNA, A. A. *Turismo, propaganda e patrimônio no Brasil: Um encontro à luz de fragmentos da correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

WALTON, J. K. Introduction. In: WALTON, J. K. (Org.). *Histories of tourism: representation, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications, 2005, p. 1–18.

WALTON, J. K. Prospects in tourism history: Evolution, state of play and future developments. *Tourism Management*, 2009. v. 30, n. 6, p. 783–793.

“TURISMO CULTURAL” E “PATRIMÔNIOS TURÍSTICOS”: PRESERVAÇÃO E TURISMO NA DÉCADA DE 1980

Leila Bianchi Aguiar*
Valeria Lima Guimarães**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em setembro de 1916, em artigo na emblemática *Revista do Brasil*, Alceu Amoroso Lima, conclamava o “amor pelas velhas construções e pelas tradições nacionais”¹. Em um dos primeiros artigos dedicados à defesa da conservação de igrejas, chafarizes e outras construções das antigas cidades mineiras, o autor demonstrava apreensão com o olhar dos visitantes. Segundo ele: “Fronteiras quase à igreja ficam as casas de Thomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa. Nada as indica, nem uma placa simples”. Tal preocupação, conforme foi possível constatar em estudos anteriores², esteve presente nas primeiras décadas

* Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

**Professora da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, RJ.

1 LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*. n.9, ano I, v.3 São Paulo, 1916. p.1-15. p.12.

2 AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: MONTENEGRO, Aline Magalhães; ZAMORANO, Rafael. *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.p.189-196; AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e Preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, 2006.

de criação e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vistos como espaços de aprendizagem e de construção de sentimentos nacionais, as visitas aos bens e cidades que recebiam o título de patrimônio histórico e artístico nacional seriam vistas como pedagógicas e cívicas. Tornaram-se igualmente ações que contribuíram para a construção de legitimidade das ações da recém-criada instituição federal.

Até a década de 1960, o turismo ainda era incipiente nesses territórios e a expansão dessa atividade só se consolidaria no Brasil algumas décadas depois com a expansão da indústria automobilística, das férias remuneradas, com a criação da Embratur e as políticas de isenção fiscais concedidas a grandes hotéis que se instalaram na costa brasileira. A vinda dos consultores da Unesco nesse período e o Programa Cidades Históricas de 1973 são alguns dos marcos desse processo de expansão do turismo nos conjuntos urbanos preservados, tema explorado no Encontro anterior que ocorreu nessa mesma instituição.³

Durante o período que vai da criação da Embratur até fins da década de 1980, acompanhamos uma significativa complexificação da atividade turística no Brasil. Esse fenômeno deve ser compreendido como parte de um processo mais amplo, estudado por autores como Francisco de Oliveira, que apontam para uma poderosa ação do Estado autoritário que implementou mecanismos de acumulação forçada e criou condições excepcionais para a internacionalização da economia no Brasil⁴. Observa-se uma concentração cada vez maior das atividades de transporte, hospedagem e alimentação que, até meados do século XX, eram realizadas separadamente. A expansão das grandes agências de turismo, responsáveis pela criação e difusão de “pacotes turísticos” alterou significativamente esse quadro, demonstrando a atuação de grandes conglomerados atuantes nesse segmento. A conjuntura também favoreceu o surgimento de novas agências que se consolidaram e se tornaram grandes no mercado, como a Stella Barros, criada em 1965 e notabilizada pela inovação na venda de pacotes turísticos para crianças com destino à Disneylândia, que viajavam sem os pais, sob a responsabilidade da empresa. Outra agência que surgiu nesse momento

3 Anais do Museu Paulista. v. 24. n.1. Jan.-Abr. 2016.

4 OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: *Seminário 40 anos do golpe 1964-2004*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 219-225.

foi a Soletur, criada em 1964, que ao longo das décadas seguintes foi considerada a maior agência de turismo do Brasil.

Como resultado da abertura das novas agências estatais encarregadas de dinamizar essa prática e do aumento do desemprego, ocorre uma difusão ampliada da argumentação do desenvolvimento de melhores meios de vida para as localidades afetadas pelo turismo. No interior dos novos espaços, predominou a identificação do turismo como propulsor de desenvolvimento econômico-local e, dessa forma, com apoio e o estímulo do setor público, entidades e associações comerciais conseguiram ampliar e difundir sua visão sobre essa forma de acumulação. Desde a vinda dos Consultores da Unesco, em 1966, e com a realização no ano seguinte, no Equador, do Encontro que deu origem às Normas de Quito⁵, a atividade turística nos sítios urbanos patrimonializados foi vista como capaz de erguer a economia dos países mais pobres, retirando do atraso e da estagnação antigas cidades, oferecendo uma possibilidade de mercantilização dos espaços preservados. O “turismo cultural” foi altamente celebrado por funcionários de órgãos de promoção do turismo como a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e de agências ligadas à defesa de patrimônios culturais como a atividade ideal que atrairia visitantes e recursos para sua preservação⁶.

TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO TURÍSTICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980

Na área de estudos turísticos, a classificação “turismo cultural” passou a referir-se, basicamente, às viagens realizadas em localidades dotadas de monumentos e conjuntos urbanos preservados ou com uma forte concentração de museus, bibliotecas e outras instituições do gênero.

Em matéria publicada, em 1986, o então ministro da cultura, Celso Furtado em visita a Ouro Preto, exaltava a necessidade do desenvolvimento do Turismo cultural no Brasil:

5 *NORMAS de Quito*. Reunião sobre conservação e Utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – Organização dos Estados Americanos, novembro e dezembro de 1967. Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/cartas patrimoniais](http://www.iphan.gov.br/cartas_patrimoniais). Acesso em 10.11.2019.

6 AGUIAR, 2014; AGUIAR, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. “Ditadura Militar e Crescimento Econômico: A redundância Autoritária” In *Seminário 40 anos do Golpe de 1964/2004*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p.219-225.

O expressivo potencial de Minas para expandir e desenvolver o turismo cultural no país foi destacado pelo ministro Celso Furtado, ao reunir-se ontem com empresários da América Latina, **quando frisou o atrativo retorno de capital investido na área**, assinalando que o México é um dos países que obtém mais divisas com essa atividade do que [com] as exportações⁷.

Procurando algumas pistas sobre os significados da crescente utilização do termo *turismo cultural* na década de 1980, realizamos uma busca em jornais de grande circulação da década de 1980, em especial, nos que trouxeram o maior número de ocorrências: *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*. O primeiro indício que temos para pensarmos nesse fenômeno no Brasil na década de 1980 via periódicos é o crescimento expressivo de ocorrências do termo “turismo cultural”, se comparamos às décadas anteriores.⁸

Em muitas das matérias em que o termo aparece permanece a visão de “vocação natural e histórica” para o turismo de algumas cidades ou Estados para o turismo e o desenvolvimento do “turismo cultural” como um objetivo a ser alcançado pelas “cidades históricas” e cidades grandes com conjuntos patrimonializados ou equipamentos culturais⁹.

Na cidade do Rio de Janeiro, destacam-se notícias de projetos de turismo cultural como o que foi acordado entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a prefeitura para a divulga o de tradi es imperiais da cidade, prevendo “revitaliza es” na Praça XV e a transposi o da estátua equestre de D. João VI para a Quinta da Boa Vista. A expectativa era a de que, em consequência das obras, ocorresse a eleva o do número de turistas. Essa também era a previsão realizada em muitas das matérias publicadas no ano de 1980 quando Ouro Preto tornou-se patrimônio mundial.

Dentre os anúncios com viagens internas classificadas como de turismo histórico ou cultural, destacam-se as “cidades históricas” mineiras e a cidade de Paraty. Classificados dessa mesma forma também estão projetos como o passaporte São Paulo (que incluía passagem, traslado, entrada para o parque de diversões Play Center e espetáculo teatral) e o Rock in Rio, primeiro grande festival de Rock com grandes atra es nacionais e internacionais que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1985¹⁰.

7 *Estado de Minas*. 24/05/1986.

8 Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18.12.2019.

9 *Jornal do Brasil*. 13.02.1980. p. 11.

10 Pesquisa realizada no *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *O Fluminense*.

Apesar do grande empenho na criação de um consenso em torno dos benefícios do desenvolvimento do turismo nos níveis local, nacional e internacional, o incremento dessa atividade gerou mudanças nos espaços apropriados, tendo sido desencadeados processos de degradação ambiental, especulação e a “gentrificação”¹¹ dessas áreas.

Em decorrência desse quadro, importantes estudos críticos sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo foram publicados. Ainda na década de 1970, Doxey¹² elaborou um modelo explicativo que define diferentes estágios do contato entre visitantes e visitados, com o chamado “índice de irritabilidade”. Por meio de tal indicador, apresentava a evolução dos sentimentos dos anfitriões em relação aos forasteiros, que vão do estágio de euforia (boa receptividade à presença dos turistas, que ajudariam a trazer desenvolvimento para a localidade), passando para a apatia (tolerância aos visitantes e relações formais), depois para a irritação (saturação da atividade turística, com os residentes questionando a presença dos turistas e o poder público preocupado com o aumento da infraestrutura turística), até chegar ao antagonismo (maior índice de irritabilidade, com reações da população aos turistas e poder público buscando construir imagens positivas do destino para reverter a hostilidade).

Em 1980, Richard Butler¹³ elaborou um modelo analítico do ciclo de vida das destinações turísticas. Para o autor, todo destino turístico percorre um ciclo de vida que compreende as seguintes fases, que podem ser sucessivas ou se sobrepõem: 1) exploração (estágio inicial da atividade, com pouca ou nenhuma infraestrutura turística e sentido de descoberta para os primeiros visitantes); 2) envolvimento (existência de serviços turísticos envolvendo população; intenso contato entre os residentes e os turistas); 3) desenvolvimento (chegada de empresas de fora para operarem no destino; aumento da infraestrutura turística e maior formalidade nas relações entre a população e os turistas); 4) consolidação (estabilização das taxas de crescimento do turismo;

11 Conceito derivado do inglês *gentry* e que passou a ser utilizado como referência ao processo de valorização de áreas urbanas anteriormente degradadas.

12 Doxey, G. V. A. A causation theory of visitor-resident irritants: methodology and research inferences. In *6th Annual Conference*. San Diego. Travel Research Association, 1972. p. 195-198.

13 BUTLER, Richard. *The concepty a tourist are life cycle of evolution implications for management of resources*. Canadian Geographer, 1980.

renovação de equipamentos; realização de esforços para incrementar as temporadas turísticas); 5) estagnação (superlotação dos destinos, queda dos preços dos serviços e substituição do perfil do turista por um de menor poder aquisitivo; deterioração dos equipamentos e dos recursos naturais); 6) declínio ou rejuvenescimento (fuga dos investidores, queda no número de turistas, no caso de declínio; reposicionamento do destino e captação de novos turistas, no caso de rejuvenescimento).

Em 1984, Jost Krippendorf, economista suíço e fundador do Instituto de Lazer e Turismo da Universidade de Bern, publicou a obra *Sociologia do Turismo*¹⁴, que se tornaria uma forte referência para os estudos de turismo, com grandes críticas ao turismo de massa que vinha sendo realizado em diversas regiões do planeta.

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir, também, um certo rancor em relação aos efeitos negativos das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais, a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Não percebemos que os autóctones estão cansados, talvez até mesmo enfasiados do turismo?¹⁵

As mazelas trazidas para parte da população local criaram a necessidade de refinamento do antigo discurso do turismo enquanto “indústria sem chaminé. Enfatizando a presença de novas propostas para o desenvolvimento dessa atividade, de forma a minimizar os danos ambientais e problemas à população local, muitos dos intelectuais com atuação acadêmica e também diretamente ligados às agências de promoção turística passarão a evocar a necessidade da realização de um “turismo sustentável”. Tal conceito, apropriado dos estudos de Ecologia, passou a ser utilizado, inclusive, com objetivos de promoção de localidades onde estaria sendo realizado um turismo com responsabilidade em detrimento do que ocorrera até então.

O documento final da Reunião do Sistema Nacional de Turismo de 1977 afirmava a existência de uma clara separação entre as funções do poder público e da iniciativa privada, cabendo ao primeiro estabelecer as linhas da política de turismo e os mecanismos eficazes para sua implementação e à iniciativa privada “a responsabilidade maior de dar

14 KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

15 Ibidem, p.18

vida à política nacional de turismo”. No entanto, nesse mesmo encontro, podemos assinalar a presença de representantes de secretarias municipais e estaduais de turismo, de Superintendências, do Iphan, da Embratur e do CNTUR, e ainda a participação de 20 diretores de instituições financeiras, 5 representantes de empresas de turismo, 19 representantes de empresas de transporte, 19 representantes de associações hoteleiras e similares, 3 representantes de associações comerciais e ainda 5 observadores ligados a instituições de ensino de turismo¹⁶. De acordo com o mesmo documento produzido a partir do encontro de 1977, a iniciativa privada através de seus representantes, ofereceria “uma colaboração dinâmica, responsável e patriótica, capaz de colocar-se acima dos interesses passageiros – ou de caráter meramente episódico, para servir verdadeiramente ao país”¹⁷.

Alguns anos antes, durante a Reunião do Sistema Nacional de Turismo, organizada pela EMBRATUR, no ano de 1977, a ideia-chave desse conceito - aproveitamento econômico de forma racional para benefício das gerações futuras - já fazia parte do pronunciamento do então Ministro de Estado da Indústria e do Comércio e empresário do setor financeiro, Ângelo Calmon de Sá¹⁸. Para além de mobilizar o potencial turístico brasileiro, e desenvolver o turismo interno, as metas da Política Nacional de Turismo previam a necessidade de:

Preservar esse patrimônio, para o benefício das gerações futuras, promovendo, mediante o uso racional do solo e a defesa de nossos monumentos artísticos, de par com as belezas de nossos cenários naturais, o equilíbrio entre as exigências do desenvolvimento econômico e a necessidade imperiosa de garantir-se a harmonia ecológica e um ambiente em que, mais do que sobreviver, o homem possa conviver em paz consigo mesmo e com seus vizinhos próximos ou distantes¹⁹.

Em uma das principais fontes para compreensão das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil na década de 1980, os boletins Sphan Pro-Memória, encontramos ecos das falas muito presentes na década anterior sobre a necessidade da geração de renda para o patrimônio via desenvolvimento turístico dos sítios

16 EMBRATUR. *Reunião do Sistema Nacional de Turismo*, 1977, pp. 77-105.

17 Idem, p. 2.

18 EMBRATUR. *Reunião do Sistema Nacional de Turismo*, 1977.

19 EMBRATUR. *Reunião do Sistema Nacional de Turismo*, 1977

urbanos preservados. As principais diferenças em relação às falas dos agentes de promoção do turismo e da preservação do patrimônio nesse novo momento encontram-se na nova necessidade de afirmar a compatibilidade entre tais atividades. Torna-se importante nesse novo momento, onde alguns dos efeitos do crescimento da atividade turística sobre bens imóveis e conjuntos patrimonializados tornaram-se objetos de críticas, assegurar que as principais características dos patrimônios naturais e culturais seriam mantidas. Miguel Colassuono, presidente da Embratur entre os anos de 1979 e 1984 afirmava que:

Crescimento e desenvolvimento urbanos não são incompatíveis com a preservação do natural e cultural e, muito menos, com o apelo turístico que ele representa. Em certo sentido, podemos afirmar que quanto mais histórica seja uma cidade, maior o apelo turístico que ela irradia. Bastaria citar os exemplos marcantes de Paris, Londres e Veneza, na Europa, para que se comprove a verdade da afirmação. Nem por serem históricas - e quanto! - essas cidades deixaram de crescer e desenvolver. Imperioso, isto sim, é que a sociedade brasileira no seu todo, não apenas este ou aquele de seu segmento compreenda, em primeiro lugar, que as duas coisas não são incompatíveis entre si.²⁰

O artigo de Luiz Octávio Camargo, então docente da USP e consultor da área de gestão em turismo publicado em 1981 na coluna Opinião do Boletim do SPHAN²¹ é exemplar nesse sentido. Após analisar a situação de alguns sítios urbanos patrimonializados e turísticos, o autor conclui: “A partir desse diagnóstico, surgiu um novo conceito de planejamento do turismo, o chamado turismo de desenvolvimento, que valoriza a convivência harmônica dos dois polos (turistas e comunidades receptoras)”²².

Paralelamente à consolidação das expressões “turismo sustentável” e “turismo cultural” como referência ao tipo de turismo realizado nos sítios urbanos patrimonializados, emerge a expressão “patrimônio turístico”. É difícil precisar quando a expressão torna-se recorrente nos documentos oficiais de turismo e nos periódicos de grande circulação nacional, mas nos primeiros anos da década de 1980, já é possível

20 Entrevista de Miguel Colassuono. Op.cit. p.17.

21 CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. “Turismo, lazer e patrimônio histórico” in *Boletim do SPHAN*. número 10. jan/fev de 1981. p. 19

22 Idem, p. 19.

observá-la em eventos de secretarias municipais e estaduais de turismo ou mesmo no discurso do presidente da Embratur durante a abertura de um Seminário em Defesa do Turismo.

Segundo o presidente da Embratur, o Seminário pretende estabelecer uma ação coordenada envolvendo administração federal, estadual e municipal para que seja preservado o patrimônio turístico e cultural brasileiro.²³

As palestras proferidas no Seminário versavam sobre a preservação das áreas de interesse turístico; a lei e o patrimônio histórico e artístico nacional; a solução capitalista na preservação das áreas de interesse turístico e a preservação ecológica nos Centros Urbanos. É possível perceber que o termo “patrimônio turístico” é usado para bens tombados pelas agências de preservação e bens naturais, vistos como atrações turísticas que deveriam ser preservadas, uma vez que atraíam visitantes e conseqüentemente lucros para o setor turístico. De acordo com o então presidente da Embratur Miguel Colassuomo:

Começam a surgir problemas sérios em relação à preservação da natureza nas áreas turísticas, especialmente nas cidades do litoral, nas estâncias climáticas e em locais históricos. Se não houver uma ação rápida, tais áreas poderão ficar desfiguradas em função da má ocupação do solo decorrente de um processo de urbanização desordenado²⁴.

Dentre as metas prioritárias definidas pela Embratur para o período compreendido entre os anos 1986 e 1989, destaca-se a “preservação do patrimônio turístico” que aparece em outro trecho do documento como “necessidade de preservação de pontos turísticos”.²⁵ Secretarias municipais e estaduais de turismo parecem ter feito grande uso do termo, aprovando, inclusive, inventários de patrimônios turísticos. Em 1981, a Secretaria de Turismo de Belo Horizonte realizou um inventário do patrimônio turístico da região metropolitana²⁶ e em 1987 a Secretaria

23 *Jornal do Brasil* 02.05.1982.p.3.

24 *Ibidem*.

25 *Jornal do Brasil*, 31.06.1986 p. 25.

26 *Jornal do Brasil*, 17.12.1980 p.5.

Estadual de Turismo de Minas Gerais (Turisminas) realizou um Inventário do Patrimônio Turístico Estadual²⁷.

Nos periódicos pesquisados, a expressão passou a ser amplamente utilizada indistintamente em referência tanto a bens patrimonializados, quanto a atrações turísticas. Classificados como patrimônios turísticos foram a Lagoa de Araruama, o Maracanã, uma embarcação afundada na Baía de Guanabara, o bonde de Santa Teresa, as obras de arte de artistas pernambucanos na Fazenda Nova Jerusalém, as atrações turísticas de Belo Horizonte ou mesmo toda a cidade do Rio de Janeiro.²⁸ Caso exemplar da utilização do termo patrimônio turístico como sinônimo de atração turística encontra-se em uma fala do empresário Rubem Medina, que recebeu grande destaque da imprensa após a realização do festival Rock in Rio. Segundo afirmou na época o empresário que desejava construir um parque temático da Disneylandia na cidade “O Rio é o maior patrimônio turístico do mundo e o turista só não vem aqui porque não tem o que fazer”²⁹. Em 28 de janeiro de 2001, o Jornal do Brasil noticiava que 100 esculturas em pedra, medindo em média três metros cada, de autoria de artistas pernambucanos enriquecendo o “patrimônio turístico” na Fazenda Nova onde é encenada anualmente a Paixão de Cristo em Nova Jerusalém³⁰.

Como um dos marcos mais significativos da consolidação dessa expressão, na Constituição Federal de 1988, os bens de valores histórico e natural, monumentos e paisagens naturais notáveis foram identificados como componentes do “patrimônio turístico nacional”³¹, o que indicava a permanência de uma visão que havia se consolidado ao longo dos anos 70, segundo a qual os bens naturais e conjuntos patrimonializados representavam “valores econômicos” e deveriam ser utilizados como “instrumentos de progresso”³². Apesar do aumento das críticas aos danos

27 Jornal do Brasil, 18.02.1987 p.6

28 Jornal do Brasil, 02.05.1982; Jornal do Brasil, 18.07.1982; Jornal do Brasil, 02.10.1982; Jornal do Brasil, 18.07.1982.

29 Jornal do Brasil, 20.04.1986. 1º. Caderno. p.12.

30 Jornal do Brasil, 28.01.1981.

31 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988, Art. 24, 1988.

32 *NORMAS de Quito*. Reunião sobre conservação e Utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – Organização dos Estados Americanos, novembro e dezembro de 1967 in [http://www.iphan.gov.br/cartas patrimoniais](http://www.iphan.gov.br/cartas_patrimoniais).

causados pelo turismo em áreas naturais e conjuntos patrimonializados que levaram à adoção de termos como “turismo cultural” e “turismo sustentável”, a utilização da expressão “patrimônio turístico” sinalizava outras formas de ver e agir em relação ao patrimônio cultural e áreas de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consagração e a posterior trivialização dos espaços preservados é fundamental para a compreensão do consumo ou produção de novos produtos turísticos nas últimas décadas, dentre os quais, o projeto turístico nos sítios urbanos eleitos pelas agências preservacionistas. Nesse contexto, os sítios urbanos, objetos de ações preservacionistas, aparecem como roteiros privilegiados e passam a ser classificados, assim como espaços que ofereceriam condições para o desenvolvimento de atividades turísticas como “patrimônios turísticos”. O que tal classificação pode revelar? Quais seriam as funções dos patrimônios históricos e artísticos nacionais e dos patrimônios turísticos? Estariam presentes as mesmas atribuições de valores?

Ao longo da década de 1980, é fundamental para a consolidação da visão de conjuntos urbanos patrimonializados como documentos testemunhos de diferentes formas de viver e habitar as cidades. Por meio de disputas que ocorrem no interior das agências de preservação, valores estéticos e arquitetônicos começam a ser relativizados e sobressaem a necessidade da atribuição dos valores de documentos, das formas de viver e expressões culturais, enfatizados em alguns dos processos de tombamento realizados pelo Iphan, consequência da entrada de historiadores, antropólogos, sociólogos e outros profissionais nos quadros do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e da SPHAN Pro-Memória³³. Se esse é um processo fundamental que não pode ser desprezado pelos estudos da trajetória da preservação o patrimônio cultural, também a consolidação e difusão da classificação “patrimônio turístico” nos fala sobre novas formas de atribuição de valor e utilização de conjuntos patrimonializados e bens naturais.

Aliando possibilidade de diversão e conhecimento, conforme enunciam as propagandas turísticas, os “patrimônios culturais”, através

33 SANT’ANNA, Marcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Editora Oiti, 2014.

das ações de salvaguarda e defesa de seus patrimônios culturais, tornam-se bens valorizados pela indústria do turismo e entretenimento, tanto que as atrações turísticas ganham o status de “patrimônio turístico”, como forma de distinção, de marcar a existência de características únicas e que por isso merecem ser visitadas³⁴. Ao mesmo tempo, suas funções tornam-se mais complexas. Além de materializar momentos da história local ou nacional, memórias ou documentar formas de viver e de atribuir significados dos diferentes grupos sociais, são importantes como atrações turísticas, atraem visitantes e geram rendas para o setor turístico que se torna cada vez mais autorizado a atuar nesses espaços.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade In: MONTENEGRO, Aline Magalhães; ZAMORANO, Rafael. *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.p.189-196;

AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e Preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, 2006.

ANAIS do Museu Paulista. v. 24. n.1. Jan.-Abr. 2016.

BALISSERA, Luana Maria; BAHL, Miguel A. Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. 2012. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/09/01_26_16_Baldissera_Bahl.pdf. Acesso em 4 de dezembro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

34 BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. “Turismo, lazer e patrimônio histórico” *in Boletim do SPHAN*. número 10. jan/fev de 1981. p. 19.

CARTA do Turismo Sustentável, ICOMOS, 1987.

EMBRATUR. *Reunião do Sistema Nacional de Turismo*, 1977.

KRIPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

IPHAN. Avanços na proteção do Patrimônio Cultural com a Constituição Federal são tratados em Café com Prosa. 28/11/2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4916>. Acesso em 14 de novembro de 2020.

LIMA, Alceu Amoroso, Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*. n.9, ano I, v.3 São Paulo, 1916. p.1-15.

NORMAS de Quito. Reunião sobre conservação e Utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – Organização dos Estados Americanos, novembro e dezembro de 1967. Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/cartas patrimoniais](http://www.iphan.gov.br/cartas_patrimoniais). Acesso em 10.11.2019.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: *Seminário 40 anos do golpe 1964-2004*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 219-225.

SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Editora Oiti, 2014.

O PAPEL DA HOTELARIA CARIOCA NA CONSTRUÇÃO DE UM DESTINO TURÍSTICO TROPICAL

*Isabella Perrotta**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Se uma das condições para transformar viajantes em turistas foi o acesso (aos) e o conforto (dos) meios de transportes, é fácil entender porque o verdadeiro turismo demora a chegar ao Brasil. Enquanto, em meados do século XIX, já existiam navios utilizados apenas para o transporte de passageiros, realizando cruzeiros pelo Mediterrâneo e excursões ao Egito estendendo-se pelo Nilo¹, as viagens transoceânicas ainda beiravam à aventura. Assim, embora as narrativas e a iconografia produzida pelos errantes viajantes europeus sobre o Brasil, na primeira metade dos oitocentos, tenha sido tão intensa quanto idílica, ainda não havia uma motivação concreta para a vinda ao país se colocar para os Europeus. Além da viagem em si, o Brasil e o Rio de Janeiro – seu principal porto de entrada – não dispunham nem de serviços básicos, nem de uma cultura interna enquanto destino turístico.

Os meios de transporte (trens, barcos e navios), os hotéis, as estações ferroviárias (muitas vezes dotadas de lojas, serviços e até restaurantes de luxo), os portos, a fotografia, o cartão-postal, os guias

* Doutora em História, CPDOC / FGV; Mestre em Design, Puc-Rio; Professora e Pesquisadora Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa – ESPM-Rio.

1 CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma Pré-História do turismo no Brasil. Recreações Aristocráticas e Lazeres Burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph, 2007, p. 51.

de viagem, as propagandas e as empresas de turismo são “invenções modernas” que começam a surgir a partir de 1830 e, no curso de 100 anos, transformam completamente tanto as condições quanto o conceito de viagem². É justamente no final deste período, na década de 1930, que o turismo estará consolidado no Rio de Janeiro, como se exemplifica pela criação da Panair, em 1930; o início dos voos do Zeppelin, no mesmo ano; a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 1931; o início dos desfiles oficiais de escolas de samba, em 1932; a criação da empresa Vasp, em 1933; a criação de um Departamento de Turismo, pela prefeitura, em 1935; o início da operação da primeira pista do aeroporto Santos Dumont, e ainda a criação do Touring Club do Brasil, no mesmo ano; e chegada dos cruzeiros do luxuoso transatlântico Normandie nos carnavais de 1938 e 1939³.

A partir da instalação da família real portuguesa na cidade, os estrangeiros começavam a chegar em grande número e a hotelaria carioca a engatinhar. Antes, no Brasil colonial, viajantes costumavam ficar hospedados em conventos e casas de família, embora já existissem umas poucas e espartanas hospedarias. Mesmo com a demanda de estrangeiros que a corte atraía – diplomatas, militares, religiosos, comerciantes, cientistas, artistas, exploradores e aventureiros –, ao longo de todo o século XIX, os hotéis cariocas ainda eram poucos, pequenos e simples, em geral, funcionando em prédios adaptados no centro da cidade. Para alguns viajantes que deixaram registros sobre o Rio, eram “mais que medíocres”⁴.

À medida que uma nova cidade se construía – mais populosa, miscigenada, complexa e urbanizada –, novas opções de entretenimento e convivência social surgiam para além das festas religiosas e dos saraus caseiros do período colonial. Teatros, cassinos, clubes e associações recreativas de música e dança, confeitarias e cafés começam a abrir. Estes últimos – casas de espetáculos com serviço de comida e bebida – reuniam artistas, intelectuais e políticos, mas – inicialmente – só homens. Praticamente, só a eles era proporcionado o lazer fora de casa – ainda

2 WALTER & ARQUÉ, *The Grand Tour*. Golden Age of Travel. Colônia: Taschen. 2017, p. 7.

3 PERROTTA, Isabella. *Promenades do Rio*. A turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015.

4 DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

que em livrarias ou reuniões lítero-musicais. Foi graças à influência das imigrantes europeias que, aos poucos, foi dado à mulher o direito de passear pelas ruas, fazer compras e frequentar as confeitarias. Desde que durante o dia.

Este novo ambiente cosmopolita que se construía seria fundamental para a recepção do turista. Mas, no sentido inverso, à medida que os hotéis melhoravam seus serviços, também eles passariam a ser opções de divertimento para a sociedade carioca. A praia vai demorar a se transformar em atrativo da cidade – o que só se consolida depois dos anos 1920 –, mas a paisagem formada por mar e montanhas, assim como o aspecto tropical da Floresta da Tijuca, já o eram. É no alto e nas faldas das montanhas de vegetação tropical que surge, ainda no século XIX, uma hotelaria diferenciada daquela muito simplória do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Este artigo é consequência da pesquisa sobre a história da turistificação do Rio de Janeiro que começamos em 2007. Datas e locais sobre os hotéis da cidade foram extraídos de Belchior e Poyares (1987), além de diversas publicações de época e acervos de cartões-postais.

RESTAURAÇÃO E HOSPITALIDADE

Na Europa, desde o século XVIII, vários eram os guias de viajantes que indicavam caminhos a serem percorridos para se chegar aos destinos (cidades) desejados. O Guia dos caminhos da França⁵, “ancestral de todos os guias”⁶, é do início da década de 1550. Mas isso não significava dizer que os forasteiros tivessem onde se alojar ao longo de seus trajetos. Antigas estalagens – ambientes domiciliares, em meio a rotas entre cidades, que ofereciam dormida em condições bem simples –, foram o início da história da hospedagem. Quando também ofereciam comida e bebida, eram chamados de tabernas. Conforme os percursos entre as cidades iam ficando mais movimentados, mais tabernas e estalagens iam abrindo.

Longos percursos em veículos de tração animal... O viajante precisa de um local para dormir e comer – um local para se restaurar. Daí a origem da palavra “restaurante”. A origem da palavra “hotel” vem

5 Le Guide des Chemins de France, de Ch. Estienne, 1551.

6 BOYER, Marc, *História do Turismo de Massa*. Bauru e Salvador: Edusc e Edufba, 2003, p.21

de hospitalidade – um estabelecimento que oferece acolhida, e *hospes*, em latim, é aquele que é acolhido. De origem francesa, vem o vernáculo *hospitale*, e suas variações *hostel*, *hôtel*, *hotel* – ou seja: casa de hóspedes. Assim como hospital e hospício. Também derivado de *hostal*, veio do provençal *estalatge* ou *ostalatge* – estalagens.

Hotéis com estruturas maiores, e com funcionários treinados para funções como as de gerentes e recepcionistas, aparecem somente no início do século XIX. Eles estão associados a antigas práticas de viagens relacionadas à saúde, mas também ao desfrute, tais como a vilegiatura (ida para lugares mais frescos durante o verão), as estâncias minerais e os balneários marítimos. Em todos os três casos é possível observar suas estreitas ligações com “a exploração capitalista que implica em mercantilização de espaços, transformando benefícios em mercadorias, em correlação com a infra-estrutura”⁷.

As vilegiaturas começam no século XVI, o “prazer mundano” das águas termais de Bath foi instituído no início do século XVIII e, no fim do mesmo século, suplantando por Spa, na Bélgica, e ainda Baden-Baden, na Alemanha. Em meados dos 1700, a montanha e o mar passam a ser sublimes, descobre-se os Alpes e as praias do oceano Atlântico, destacando-se a “invenção de Brighton”, na Inglaterra em 1740⁸.

Foram as rivieras francesa e italiana que iniciaram a construção de hotéis sofisticados (para os padrões da época) nos anos 1800, devido à demanda de turistas, e a Belle Époque consagrou a sua hotelaria de luxo com o icônico Le Regina Biarritz, de 1907. Mas ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, o mundo testemunhou o crescimento da hotelaria em diversos centros urbanos da Europa e América do Norte, mas credita-se a criação da moderna hotelaria de luxo ao suíço Cesar Ritz, fundador da cadeia internacional Ritz, cuja casa mais famosa é a de Paris, aberta em 1898⁹.

7 CAMARGO, 2007, p.19.

8 BOYER, 2003 p.22-23.

9 PEREIRA, Francisca F.; COUTINHO, Helen Rita M. Hotelaria: da era antiga aos dias atuais. *Revista Eletrônica Aboré* - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição 03/2007 Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Francisca%20Felix%20Pereira.pdf.

ESTRANGEIROS NO CENTRO DO RIO

A palavra *tourist* começa a ser usada na Europa por volta dos anos 1830. Aqui, só no início da década de 1910 a imprensa vai falar de “excursionistas”, contudo o nobre germânico Ernest Ebel pode, hoje, ser visto como um turista que esteve no Rio de Janeiro no período entre janeiro e junho de 1824. Diferentemente dos outros estrangeiros que chegavam à cidade inseridos em missões ou motivados por possibilidades de trabalho e investimento, Ebel foi um viajante diletante. No Rio escreveu um diário, mais tarde publicado, onde contou sobre o périplo para se acomodar na cidade.

Não tendo encontrado lugar nas hospedarias de melhor nível – segundo ele por não ter feito reserva, o que pode nos indicar uma demanda considerável –, teve que “recorrer às estalagens, no geral péssimas”. Uma noite, dormiu numa pensão francesa, num quarto estreito e sem porta, que dava diretamente para um pátio pequeno e sujo, sobre um colchão de palha, em cima de uma mesa, na companhia de ratos e mosquitos. Depois, num albergue italiano, dormiu em cama limpa, em quarto compartilhado com mais duas pessoas, além dos mosquitos, pombos e baratas. Por fim, alugou uma casa¹⁰.

O turista registrou ainda ter almoçado no hotel inglês (na verdade, o Campbell, na rua Direita), que gozava da fama de ser a melhor *table d’hôte* da cidade, e também no Bulcher, na rua do Rosário, que achou igualmente boa e mais barata¹¹. Esta “mesa de hospedagem” (em tradução direta), assim como “as mesas postas” (expressão também usada à época) era uma refeição a preço fixo que incluía alguns pratos diferentes, ao contrário do menu à la carte. Mas chama a atenção o fato de os estabelecimentos terem sido identificados por nacionalidades estrangeiras: pensão francesa, albergue italiano, hotel inglês. De fato, assim eram identificados. A origem do responsável também ficava subentendida em nomes como Hotel France ou Hotel Bellevue, e era destaque de suas publicidades em mídia impressa, tal como “Oscar Lecroq – Propriétaire Directeur”, em anúncio do Hotel Jourdain, publicado em

10 EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Cia Ed Nacional. [1828] 1972.

11 EBEL, 1972.

1887¹². A importância dada à essa procedência era tão evidente que seria uma das informações dadas na seção de hospedagem do Guia do viajante no Rio de Janeiro, de autoria de Alfredo do Valle Cabral, publicado nos anos de 1882 e 1884. Na sua lista de hotéis há indicações como “casa inglesa” e “casa francesa”, tais como outras, referentes às características dos aposentos, aos preços de hospedagens e de refeições, aos horários etc.

Os donos dos hotéis, em geral, neles viviam com as suas famílias, o que também acabava por “atestar a honestidade da casa”¹³ e, sendo estrangeiros, costumavam compartilhar com suas famílias “tarefas aqui consideradas inferiores”¹⁴. Contudo, seus estabelecimentos guardavam as características de um empreendimento de país atrasado, especialmente no que diz respeito à escravidão. Embora estes europeus manifestassem opinião contrária, havia “uma convivência que os testemunhos sugerem ser harmoniosa”, entre o trabalho escravo e os donos desses negócios, que se adaptavam ao sistema “com uma surpreendente facilidade”¹⁵.

Foi na atual região central do Rio de Janeiro – que é o núcleo mais antigo do Rio de Janeiro, onde também ficavam os desembarcadouros onde os estrangeiros aportavam –, que surgiram as primeiras hospedarias, casas de pasto (estabelecimentos que serviam refeições ao longo do dia, acompanhadas de vinho ou cerveja) e casas de banho (já que as hospedarias não dispunham de salas de banho). Para entender este primeiro núcleo urbano, volta-se ao século XVI, quando a cidade colonial começou a se desenvolver no alto do morro do Castelo, por questões de segurança. Logo, a insuficiência da nascente de água, somando-se à dificuldade em subir o morro com mercadorias e materiais, estimulou a ocupação de novos espaços na geografia baixa da cidade. Ainda no mesmo século, surgiu então a primeira rua da cidade, a Direita, ligando o próprio morro do Castelo ao morro do São Bento (onde fica o mosteiro de mesmo nome). No meio deste percurso, na atual Praça XV, foi onde se instalou a Corte portuguesa, em 1808. Dom João, no Palácio dos Vice-Reis, que se

12 GAZETA DE NOTÍCIAS. *Almanaque da Gazeta de Notícias 1887*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias. 1887.

13 BELCHIOR, Elysis e POYARES, Ramon. *Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1987, p.90.

14 CAMARGO, 2007, p.14.

15 CAMARGO, 2007, p.13-14.

tornou o Paço Real e, muito próximo, no convento das Carmelitas, dona Maria, sua mãe. Há, então, uma grande convergência do tecido social, mas também dos equipamentos públicos da cidade, para o entorno do largo do Paço.

É bem próximo dali que se instala, em 1838, na extinta rua Fresca (que margeava a praia D. Manuel), o Hotel Pharoux, em esquina com o largo do Paço e com fundos para o mar, onde o proprietário o francês Louis Pharoux construiu um píer de desembarque para seus hóspedes que levou seu nome.

Pharoux foi um dos pioneiros nesse ramo de negócios no Rio de Janeiro. Começou, em 1817, com uma casa de pasto na rua do Ouvidor, onde também alugava alguns quartos para viajantes. Em 1836, abriu uma hospedaria na rua da Quitanda e, pouco depois – finalmente –, seu hotel da rua Fresca, considerado então uma grande melhora no padrão de hospedagem da cidade. Bem mobiliado, dispunha de sala de banhos para hóspedes, sala de jantar para mais de 80 pessoas, vista para a baía, além uma novidade: sorvete. Esta iguaria, parece ter sido introduzida na cidade, em 1834, pelo italiano Luigi Bassin que trabalhava no Cercle du Commerce (onde depois foi sócio), na rua Direita. Nesta rua, na mesma calçada, entre a Ouvidor e o Beco dos Barbeiros, ficava uma famosa confeitaria, a Francioni (de Antonio Francioni) que também foi sorveteiro e banqueteiro e, do lado oposto, várias boticas – entre elas a Granado, ainda hoje no mesmo lugar, embora reinventada mercadologicamente. Quanto ao sorvete, próximo dali, também era oferecido pelo Deroche, na rua do Ouvidor, e pelo Gonzalles Fallas, na Praça XV¹⁶.

Será nas águas em frente ao Pharoux que, pelo menos a partir de 1858, haveria “estacionada” uma barca de banhos “novamente reformada e pintada”. Nela havia um tanque para natação cujos ingressos eram vendidos no local e a crianças até seis anos o acesso era franqueado¹⁷.

Ainda considerando que a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, funcionava praticamente apenas na região do seu atual centro da cidade, é importante considerar que além do eixo principal – que era a rua Direita, ligando os morros do Castelo e do São Bento, perpassando o largo do Paço (atual Praça XV) e, paralelamente, a rua Fresca e a praia de D. Manuel (às margens da baía) –, a cidade crescia em direção ao

16 GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi. [1955] 2013, p.29.

17 LAEMMERT & Cia. *Almanak Laemmert* 1958. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert. 1858.

Campo de Santana – uma extensa área livre, limítrofe da cidade com sua área rural. Em função do processo de urbanização desta localidade, em torno do campo foram sendo erguidos importantes edifícios ao longo do século XIX, tais como o Comando do Exército (1811), o Museu Real (1818), a sede da Câmara Municipal (1825), o Teatro Lírico Fluminense (1852), a Gare Dom Pedro II (1854), a Casa da Moeda (1863), o Quartel Central do Corpo dos Bombeiros (1864) e a Escola Primária da Freguesia de Sant’Anna (1877).

Havia então, algumas ruas transversais à rua Direita que caminhavam em direção ao Campo, como Ouvidor e Rosário, além da Quitanda (paralela à primeira). E foi nesta malha – ainda próxima ao cais – que surgiram os primeiros hotéis da cidade, nas décadas de 1820 e 1830. Ou seja, mais de dez anos após a chegada da família real portuguesa. São eles: em 1820, a Hospedaria e Hotel Chevalier, na rua do Ouvidor; em 1824, o Hotel O’Brien, na mesma, os hotéis Balger e Bulcher, na rua do Rosário, e os Campbell, do Império e Du Nord, na rua Direita; em 1827 o Hotel de França e o Hotel e Restaurante Phillips, na Ouvidor; em 1828, o Hotel do Globo, na rua da Quitanda; em 1832, o Hotel dos Estados Unidos e o Europa, na Ouvidor; e em 1835, o Hotel Angelo, na antiga rua do Espírito Santo (desaparecida com a urbanização posterior ao desmonte do morro do Castelo). Ao longo do século XIX, dezenas de outros hotéis serão abertos nestas e outras ruas do Centro da cidade que ia desenvolvendo novos núcleos urbanos, como a Praça Tiradentes – que a partir de 1870 foi um polo de entretenimento da cidade – além do Largo da Carioca e mais tarde a Cinelândia.

Longe do Centro, na Ponta do Caju, em 1828 já existia o Hotel Antonio Francioni, com casas de banho – exatamente na praia em que dom João tomava banhos de mar medicinais para curar feridas por picadas de carrapato. Em 1848, o hotel Irmãos Delion se instala na mesma praia, quando Francioni já estava no Centro fazendo fama como sorveteiro.

Os hotéis da região central ofereciam poucos atrativos, mas tanto pela praticidade de estar na região comercial e executiva da cidade, próxima ao cais, quanto pela variedade de suas refeições, iam fazendo sua clientela. Tanto de viajantes em trânsito, quanto de moradores locais. Agentes de muitos estabelecimentos de hospedagem recebiam, e disputavam, viajantes recém-chegados no cais próximo à Praça XV e,

depois de 1854, na estação ferroviária. Eram pessoas fluentes em mais de um idioma – até porque, como se disse, alguns dos donos ou funcionários destes hotéis eram estrangeiros –, que facilitavam o cumprimento de formalidades aduaneiras (principalmente para aqueles que não falavam português), cuidavam do transporte das bagagens e acompanhavam os hóspedes até o hotel para o qual trabalhavam.

O Pharoux, servindo comida de qualidade e vinho francês, foi um dos hotéis que contribuiu para a construção do hábito do carioca de almoçar fora, embora se diga ter sido o Hotel da Europa (na rua do Ouvidor, em 1832, e na do Carmo com Ouvidor, a partir 1837) o responsável pela introdução do serviço à francesa, diferenciando-se da mesa posta. Este foi especialmente famoso, nos anos 1840, pela sopa e o bife de tartaruga, que também eram servidos no Pharoux. Já o Hotel do Globo (na rua da Quitanda, desde 1828, e na Primeiro de Março, a partir de 1875) teria sido o preferido “pela alta roda da política e das finanças”, no período de transição entre o Império e a República¹⁸.

Ainda no Centro, porém afastado da região do cais, o largo da Lapa abrigou, no fim do século XIX, dois hotéis que gozaram de certa fama. O Freitas, de 1890 (depois Grande Hotel, em 1899, e hoje a Sala Cecília Meireles), e o Grande Hotel Bragança, de 1895 (hoje um hotel da rede internacional Selina, inaugurado em 2019). O Freitas antes esteve na rua do Catete (1887) e depois se instalou, proximamente, na rua Riachuelo (1899) – acesso para a zona Norte da cidade. Quando de sua mudança para a Lapa, chama a atenção anúncio que o associava a atrativos da cidade, entre eles o banho de mar – que ainda não era um lazer comum, mas uma atividade com fins terapêuticos já bastante procurada.

O Freitas, da rua do Catete, 186, mudou-se para o largo da Lapa, próximo dos banhos de mar, do Passeio, da Biblioteca Nacional, do Cassino Fluminense; com bondes à porta para a estrada de ferro Central do Brasil de 10 em 10 minutos e três linhas de bondes que o comunicam com todos os pontos da cidade e seus arrabaldes, além de muitas outras comodidades que este bem montado hotel oferece aos seus hóspedes¹⁹.

Também na região, o Grande Hotel Guanabara, instalado na rua da Lapa em 1901, vai anunciar que está próximo aos banhos de mar e

18 BELCHIOR e POYARES, 1987.

19 Almanaque Laemmert, 1890.

que também tem entrada pela praia da Lapa²⁰. Quando depois, na rua Riachuelo, o Freitas se anunciava em lugar “pitoresco e salubre”²¹ e localizado no ponto de partida das excursões para o Jardim Botânico e o Corcovado, a dois minutos de caminhada para o Passeio Público e próximo aos bondes para o Plano Inclinado (que dava acesso a Santa Teresa), além de destacar que dava especial atenção ao fornecimento de informações sobre os pontos de interesse da cidade.

Embora, como dito anteriormente, o Rio ainda não pudesse ser considerado um destino turístico consolidado, percebe-se que na passagem do século XIX para o XX já havia sido introjetado um discurso “publicitário” no segmento hoteleiro, que valorizava os atrativos da cidade. À medida que a urbe se sofisticava, e com ela sua natureza turística se construía, os hotéis melhoravam, oferecendo estruturas mais refinadas que eram usufruídas não só por hóspedes, mas também pelos moradores da cidade que frequentavam seus restaurantes e eventos sociais. Também à medida que a cidade se expandia, iam surgindo novos hotéis, mais afastados do Centro, aproximando-se da zona sul em bairros como Catete, Laranjeiras e Botafogo, posto que a cidade também passava a ser servida por bondes e diligências. Parece curioso pensar que até mesmo no “longínquo subúrbio de Santa Cruz, o Grande Hotel União (1879) mantinha linha de diligências ligando-o à estrada de ferro, em Itaguaí e Raiz da Serra”²², mas é importante lembrar que esta é a região da Fazenda Imperial de Santa Cruz, local de veraneio do príncipe regente, que ocupava o prédio do convento e toda a área da antiga Fazenda dos Jesuítas, fundada ainda no século XV. Dom João prolongava a sua estada lá por vários meses, despachando, promovendo audiências públicas e recepções.

Na região do Catete, cabe destacar o Hotel dos Estrangeiros, na praça José de Alencar, considerado um dos melhores da cidade no início do século XX. Ele se anunciou como o “mais importante da América do Sul e o que rivaliza em comodidade, asseio, conforto e tratamento com os melhores hotéis de Londres e Paris”²³, recebeu hóspedes ilustres, foi residência de alguns membros do corpo diplomático estrangeiro e

20 Álbum de O País, 1902.

21 Almanaque Hénault, 1909.

22 BELCHIOR E POYARES, 1987.

23 Álbum de Vistas, Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, 1900.

sobreviveu até os anos 1950. Disputado, vale dizer que em 1907, quando chega de Nova Iorque a primeira excursão turística que tem o Rio como parada, foi noticiado na imprensa que “por não terem encontrado aposentos no Hotel dos Estrangeiros, os excursionistas foram hospedar-se no Hotel Internacional, no Silvestre”²⁴.

DE VOLTA AO CENTRO

As áreas verdes, como Santa Teresa, e áreas à beira-mar, do Flamengo à Ipanema, não tardaram muito a construir uma reputação hoteleira, contudo, foi no Centro que se instalaram os primeiros grandes empreendimentos da moderna hotelaria carioca. O primeiro é o Hotel Avenida, de 1908, na também moderna e icônica avenida Central (hoje Rio Branco). Elevadores, luz elétrica, 220 quartos. No seu andar térreo ficava a Galeria Cruzeiro, que era, ao mesmo tempo, parada de bondes, galeria de lojas e restaurantes, e ponto de encontro de intelectuais, artistas e políticos. Sua construção está relacionada à Exposição Nacional, ocorrida na Urca, em comemoração aos 100 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Muito perto do Avenida, do outro lado da mesma via, foi inaugurado, em 1915, o Palace Hotel do empresário Otávio Guinle. Suas instalações de sete andares abrigavam 200 quartos com banheiro e salões de luxo. Ainda no mesmo ano, o Rio Palácio Hotel foi inaugurado no largo de São Francisco, no Centro. Seus 100 quartos e salões de música e de leitura vieram pretendiam mostrar que a cidade ia “dia a dia conquistando foros de grande capital civilizada, dando aos seus habitantes e aos forasteiros a deliciosa impressão de conforto moderno”²⁵.

PASSEANDO NA FLORESTA

Foram muitos os “artistas viajantes” que passaram pelo Rio de Janeiro no século XIX. Por causa deles – pelo menos a partir da década 1830 – já existia, na Europa, uma grande circulação de estampas e álbuns de gravuras com imagens idílicas da cidade, que chamavam a atenção para a baía, os morros – especialmente o Pão de Açúcar— e a Floresta da Tijuca. Estas imagens, somadas às narrativas de viagem, também

24 Jornal do Brasil, 23 de julho de 1907.

25 Fon-Fon, 23 de outubro de 1915.

muito comuns na imprensa de notícias e em livros, foram sem dúvida as primeiras publicidades turísticas da cidade²⁶. Assim, a partir de 1850, alternativas aos hotéis do Centro apareceram nas áreas mais afastadas e bucólicas da cidade. Montanhas e suas verdes faldas, com pouquíssimas construções e muitas fontes, riachos e cachoeiras que estendiam-se por Santa Teresa, Silvestre, Cosme Velho e Laranjeiras; Alto da Boa Vista, Tijuca Andaraí e Grajaú; Gávea, Jardim Botânico e Botafogo eram procuradas em parte por “turistas” que queriam desfrutar a natureza tropical, em parte por viajantes que tinham medo de contrair doenças na cidade, e ainda por pessoas que procuram locais com ar puro e brisa fresca para convalescência. Vários hotéis tiveram este papel.

Em Laranjeiras, na encosta do Corcovado e às margens do rio Carioca, situava-se o Grande Hotel MetrÓpole, de 1894 – “o mais aprazível e salubre da capital é expressamente destinado às famílias e cavalheiros em tratamento”, sendo “ocupado na sua quase totalidade por estrangeiros”²⁷. Em vários bairros, os hotéis ocupavam as instalações de antigas chácaras aristocráticas, por isso – para os padrões da época – ofereciam conforto e requinte superiores aos hotéis próximos ao centro urbano.

Em 1854, na estrada da Cachoeira, no Alto, já existia o hotel Bennett que – por estar instalado numa antiga chácara, em meio a natureza, com curral, plantações e às margens do rio da Cachoeira – chegou a ser considerado um dos melhores da cidade. A partir de 1870, sua sede abrigou o Hotel White que perdurou até o final do século, existindo também na mesma região o Grande Hotel White, a partir de 1904.

Na região outrora denominada de Andaraí (no começo da estrada Velha da Tijuca), também conhecida como Águas Férreas do Andaraí – então famosa devido à fonte lá descoberta por D. Pedro I em 1823 – existiram os hotéis Universal (1850), Aurora (1860), das Famílias (1874) e o Vila Moreau (1877). Sobre o Hotel Aurora, um guia do Rio de 1882 sinalizava a existência de um “grande tanque para natação”, animais de

26 PERROTTA, Isabella. Desenhando um paraíso tropical. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. *Tese* (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC – FGV, Rio de Janeiro, 2011.

27 Álbum de vistas, Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, de 1900.

montaria para passeios e excursões, além de ser “cercado de cascatas, ouvindo-se constantemente o murmúrio das águas”²⁸.

Ainda na região do Alto da Boa Vista, instalaram-se o Inglês (1865) e, mais famosos, o Jourdain (1876) e o Murray’s Family (1887). Este último anunciou que ficava “a 1h e meia do Rio de Janeiro”, e que sua localização proporcionava banhos de águas cristalinas, caminhadas, cavalgadas e belas vistas²⁹. Ainda neste guia, editado em inglês, um anúncio em francês, intitulado “Tijuca” oferecia transporte da base da montanha para o alto, mencionando a situação dos hotéis Murray, White e Jourdain.

Em Santa Teresa, o mais famoso foi o Internacional (1892), onde se podia desfrutar de vista panorâmica da cidade. Mas anteriores a ele foram o Estados Unidos (1858), o também muito conhecido Vista Alegre (1876) e, posteriormente, o Alpinehouse (1897).

Ainda em meio a vegetação tropical, o Hotel Paineiras, inaugurado em 1884, teve como atrativo extra o fato de ficar junto à estação Paineiras da Estrada de Ferro do Corcovado. Por isso o estabelecimento também ficou conhecido como Hotel Corcovado. Esta foi a primeira estrada de ferro com fins exclusivamente turísticos no país, cujo trecho inicial foi inaugurado nesse mesmo ano, e o seguinte, em 1885.

No Jardim Botânico, cita-se um restaurante “distante da cidade” – o Chale Restaurant Campestre – onde “as mesas são separadas e acham-se dispostas por debaixo das árvores, o que lhes dá um certo cunho de beleza”³⁰. Mas, assim como rio que lhe deu nome, o carioca correu para o mar...

DE FRENTE PARA O MAR

No final da década de 1830, o Hotel Pharoux na Praça XV, já propagandeava sua vista para a baía. Aos poucos, então, a hotelaria carioca foi percebendo que era interessante a aproximação com o litoral, ainda que os banhos de mar (que já aconteciam) não fossem uma enorme atração. No centro da cidade, as principais praias para banho foram a de Santa Luzia e a do Boqueirão (região à beira de uma boca de mar que

28 Valle Cabral, 1882.

29 Handbook of Rio de Janeiro, 1887.

30 VALE CABRAL, 1882.

ia da Santa Casa da Misericórdia até o Passeio Público). Na primeira, notabilizou-se uma casa de banho que oferecia comodidade para troca de roupa, e a segurança para o banho – píer com correntes e cordas, além de curistas (profissionais que ajudavam o mergulho).

A região da praia de Botafogo foi uma das primeiras, “longe” do centro, a promover hospedagem alternativa em função de sua localização, mas ali os hotéis não foram tão famosos – e talvez nem tão bem instalados – quanto os das áreas verdes e altas da cidade. Uma das mais antigas moradoras da praia de Botafogo – então uma área rural – foi a princesa Carlota Joaquina que residiu numa casa construída para ela, na altura da atual rua Marquês de Abrantes. No período do reinado de seu filho, Pedro I (1822-1830), ainda seria uma localidade aprazível, banhada pelo mar e emoldurada pelo Pão de Açúcar e o Corcovado, cheia de “casas de campo”, sendo assim ótima para “o repouso de gente rica”³¹. mas os primeiros hotéis nesta praia surgirão depois. Serão em torno de, pelo menos, uma dezena entre o Hahn, de 1842, e o Botafogo, de 1897. O primeiro, anunciou “quartos mobiliados muito próprios para as pessoas que desejarem tomar banhos de mar”, destacando a limpeza daquela praia³².

No mesmo bairro, no alto da rua Marques de Olinda, havia uma fonte de água férrea e algumas nascentes, por isso, apesar da proximidade da praia, observou-se a valorização de outros atributos de balneabilidade – muito valorizados na Europa – associados a águas minerais e banhos medicinais, na hotelaria da região. Instalam-se lá o Chalet Suisse (1862) que antes esteve na praia, e o Grande Hotel Balneário (1881). E lá funcionava também a famosa casa de saúde para “alienados” do Dr. Eiras, que passa a incorporar, também em 1881, outro hotel balneário, também nomeado de chalé – o Chalet Olinda. Este se dizia “situado em uma pitoresca e saudável colina que domina toda a baía de Botafogo” e se qualificava como um “hotel sanitário, à semelhança dos da Suíça”, onde seus hóspedes poderiam “restaurar as suas forças e saúde com auxílio deste grande meio da medicina moderna – a hidroterapia”. O “suntuoso edifício” recebia “pensionistas e famílias, com as mesmas condições dos primeiros hotéis, e em nenhuma circunstância doentes”, posto que

31 GERSON, [1955] 2013.

32 Jornal do Comércio, 13/8/1842.

a “seção reservada para as moléstias mentais” estava em área separada, “sobre a montanha”³³.

Mais próxima ao Centro do que Botafogo, a praia do bairro do Flamengo só acontece, de fato, no início do século XX, após a abertura da avenida Beira-Mar (1906), até mesmo por que a sua faixa de areia era bem pequena (onde hoje a rua Paissandu encontra a Barão do Flamengo). Contudo, ainda na década de 1890, por lá existiu o balneário High Life –um estabelecimento de banhos mais sofisticado que os do Centro, com “apostos para famílias de boa sociedade, trapézio para ginástica e terraço sobre o mar para recreio” (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1892).

Foi exatamente em frente a faixa de areia que, em 1915, foi inaugurado o mais sofisticado hotel-balneário da cidade – o Hotel Central, que fez muito sucesso. Suas instalações ofereciam área para ginástica e terraços com vista para o mar, além de salões suntuosos. Disponha de vestiários para os banhistas e pacotes que incluíam refeições, sem hospedagem. Pouco conhecido é o fato de, anteriormente, o hotel Central ter estado em outro imóvel também na praia do Flamengo. Suas antigas instalações abrigaram o Splendid Hotel, considerado “dos melhores pelo luxo, pela ornamentação, pela excelência da cozinha”³⁴.

A distante Copacabana só passa a ser acessada por bondes em 1892, quando o primeiro túnel ligando Botafogo àquele bairro foi aberto. Antes disso, contudo, os passeios até lá eram feitos cruzando-se o morro que separava os dois bairros. Além dos piqueniques, já existiam opções de restaurantes e hospedagens. Entre os estabelecimentos pioneiros estão os hotéis Leme (1879), Royal (1882), Roma (1899) e Silva. Este último –na região conhecida como Vila Ipanema, mas ainda dentro do que se considerava Copacabana – se anuncia, num guia de 1904, como Restaurante Ipanema – “o mais antigo e melhor restaurante de Copacabana” No mesmo guia aparece também o hotel e restaurante Ypanema. Esses restaurantes, geralmente junto a hotéis, eram locais de passeio, com jardins, parques, jogos e balanços – além de áreas para piqueniques.

No início da década de 1920, os preparativos para a Exposição Universal de 1922 deram impulso (e incentivos fiscais) à criação de

33 Almanak Laemmert, 1882.

34 Careta de 11/11/1916.

novos hotéis na zona sul da cidade: o Glória (na praia da Gloria), o Copacabana Palace (na praia de Copacabana) e o Sete de Setembro (na atual avenida Rui Barbosa, no Flamengo). Embora naquele ano tenham sido abertos também novos hotéis no Centro, como o Fluminense (na praça da República), o Rio (na praça Tiradentes) e o Magnífico (na rua Riachuelo).

O Copacabana Palace – outro empreendimento de Otávio Guinle – só seria inaugurado no ano seguinte, quando a exposição já estava terminando. Nele funcionava um cassino com infraestrutura comparável aos europeus, o que garantiu a sobrevivência de suas instalações de luxo num território que ainda era tão distante.

Também em 1923 foi inaugurado o Hotel Balneário, na Urca – bairro recém-criado a partir da terra proveniente do desmonte do morro do Castelo. Esse foi um hotel pequeno (de 34 aposentos) e de vida curta. O prédio tinha quadra de tênis no terraço, e era ladeado por cabines para troca de roupa. Havia também um escorrega para o banho de mar que atraía muita gente para sua pequena praia. Em 1933, foi transformado no Cassino da Urca, e aí, sim, começava sua trajetória de glória e esplendor.

A esta altura, o banho de mar vai começando a se tornar modismo, propiciando a presença de hóspedes em outros hotéis à beira-mar. Em 1930, o trecho entre Copacabana e Leblon já contava com alguns hotéis além do Copacabana Palace e do Londres: o Washington, também na avenida Atlântica; o Balneário, na rua Siqueira Campos; o Ritz, na avenida Delfim Moreira, e o Hotel Leblon, na avenida Niemeyer são alguns. Este último foi pensado como um pequeno hotel-cassino de luxo e inaugurado, com 37 apartamentos, em 1926, no entroncamento das avenidas Visconde de Albuquerque, Delfim Moreira e Niemeyer. Naquela época, a incipiente ocupação da região do Leblon permitiu que a avenida Niemeyer passasse a fazer parte do Circuito Corridas da Gávea. O hotel, então era um ponto privilegiado para acompanhá-las.

Para o embaixador americano no Brasil do período Vargas, Hugh Gibson, em seu livro Rio, de 1937, Copacabana era o melhor lugar para se hospedar, com hotéis para todos os bolsos e a 15 minutos de qualquer direção. “Mas na praia você pode ser golpeado pelo comportamento da multidão que dá sinais de velhacaria e vulgaridade”. Ele informa que os hotéis disponibilizam pequenas e confortáveis cabines, com chuveiro, para trocar de roupa. E assim, segundo ele, “você pode tomar um banho

de mar no horário de almoço e voltar ao trabalho revigorado, no mesmo tempo que gastaria para almoçar num restaurante”³⁵.

Vale ainda lembrar da ilha de Paquetá, balneário famoso antes do protagonismo da zona sul da cidade. Foi frequentada por Dom João, passou a ter barcas regulares em 1838, mas ficou de fato conhecida com a publicação do romance *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, em 1844. No século XIX, cita-se o seu Grande Hotel Paquetá (1892).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, em 1904, o *Guide des États-Unis du Brésil – Rio de Janeiro*, de Olavo Bilac e outros, alertava que não poderia “dar uma lista completa com os inúmeros hotéis do Rio de Janeiro”, tampouco este sumário artigo pretendeu dar conta de toda a história da hotelaria carioca, com nomes e datas precisas. O que se pretendeu mostrar foi que ao acolher visitantes, percebendo que o olhar estrangeiro se direcionava para as regiões mais aprazíveis da cidade, o setor ajudou a despertar o interesse do próprio habitante para os atrativos deste território, e assim, consolidar a cidade como um destino turístico.

Além de desenvolvimento da economia turística, os hotéis também foram responsáveis pela construção (ou fortalecimento) de novas sociabilidades e hábitos culturais, como o de comer fora de casa, divertir-se em bailes de carnaval e tomar banho de mar. Cabe também lembrar que a etimologia comum às palavras “hospital” e “hotel” evidenciou-se nos estabelecimentos que se propunham a restabelecer a saúde de seus hóspedes, e que isso também ajudou a promover os valores da paisagem local.

A hospitalidade carioca – que dizem ter vindo dos tempos coloniais, quando viajantes costumavam ficar hospedados em casas de família – parece ter se consolidado no imaginário estrangeiro sobre a cidade e na forma como o seu habitante se vê. Na década de 1930, para o americano Gibson (1937), “as casas de família são abertas. Ninguém sabe quantas pessoas terão para almoço ou jantar, pois as pessoas da família trazem comumente amigos”, contudo, hoje, almoços e jantares em casa não são mais uma instituição, e o bar é lugar de encontrar os amigos...

35 GIBSON, Hugh. *Rio*. Nova Iorque: Doran & Company. 1937.

Este texto foi escrito durante a pandemia do Covid-19. Nosso desejo, neste momento, é de que o carioca fosse menos gregário mas, torcemos para que sua hospitalidade e simpatia continuem a fazer parte da sua identidade.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, Elysio e POYARES, Ramon. *Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1987.

BILAC, Olavo, PASSOS, Guimaraens e JÚNIOR, Bandeira. *Guide des États-Unis du Brésil –Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bilac, Passos & Bandeira, 1904.

Boyer, Marc, *História do Turismo de Massa*. Bauru e Salvador: Edusc e Edufba, 2003.

CABRAL, A. do Valle. *Guia do viajante no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1882.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma Pré-História do turismo no Brasil*. Recreações Aristocráticas e Lazeres Burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Cia Ed Nacional. [1828] 1972.

FON-FON. Rio de Janeiro: *Revista Fon-Fon*. 23 de out. de 1915.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *Almanaque da Gazeta de Notícias 1887*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias. 1887.

GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi. [1955] 2013.

GIBSON, Hugh. *Rio*. Nova Iorque: Doran & Company. 1937.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. 23 de julho de 1907.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*. 13 de ago. de 1842.

HENAULT. *Almanaque Hénault 1909*. Rio de Janeiro: Publicações H. Henault.1909.

LAEMMERT & Cia. *Almanak Laemmert 1958*. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert. 1858.

LAEMMERT & Cia. *Almanak Laemmert 1882*. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert. 1882.

LAEMMERT & Cia. *Almanak Laemmert 1890*. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert. 1882.

LAMOUREUX, A. J. *Hand book of Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1887.

O PAÍS. *Álbum O País*. Rio de Janeiro: O País, 1902.

PEREIRA, Francisca F.; COUTINHO, Helen Rita M. Hotelaria: da era antiga aos dias atuais. *Revista Eletrônica Aboré* - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição 03/2007 Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Francisca%20Felix%20Pereira.pdf.

PERROTTA, Isabella. Desenhando um paraíso tropical. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. *Tese* (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC – FGV, Rio de Janeiro, 2011.

PERROTTA, Isabella. *Promenades do Rio*. A turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015

WALTER & ARQUÉ, *The Grand Tour*. Golden Age of Travel. Colônia: Taschen. 2017.

PRIMEIRAS HOSPEDAGENS NA ZONA DE COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

*Vania Beatriz Merlotti Herédia**
*Carlos Henrique Monschau Funck***

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dos barracões, reconhecidos como meios de hospedagem, até o Hotel Boutique SPA do Vinho, da cadeia Marriott Internacional no Vale dos Vinhedos, o setor hoteleiro de Bento Gonçalves, RS, desenvolveu-se significativamente. A história do Município de Bento Gonçalves é rica, uma vez que nasce como uma das primeiras colônias do projeto de colonização italiana, no Rio Grande do Sul. Nas últimas décadas, o Município se transformou num destino turístico de relevância nacional, uma vez que recebe, anualmente, mais de um milhão de turistas.

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e Pós-Doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova. Professora Titular da Universidade de Caxias do Sul.

** Graduado em Gestão de Turismo pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Graduado em História pela Universidade de Cuiabá - UNIC. Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul; bolsista PROSUC/CAPES.

Bento Gonçalves ultrapassou a marca de 1.500.000 turistas em 2018¹ para uma população de 119.049 habitantes². De janeiro a julho de 2019, o Município contabilizava o número de 922.000 visitantes. Estes dados refletem um aumento, em média, de 9% ao ano, no comparativo ano-año de 2014 a 2018. Quando se analisa os números, por roteiros turísticos, constata-se que o do Vale dos Vinhedos é o que tem recebido o maior número de visitantes, seguido dos roteiros “Cooperativa Vinícola Aurora, Caminhos de Pedra e Vale do Rio das Antas”. Outros roteiros visitados, que merecem destaque, são Cantinas Históricas e Encantos de Eulália por apresentarem número significativo de visitantes. Bento Gonçalves possuía em 2014, entre hotéis e pousadas, 34 estabelecimentos, passando para 41 em 2018. O número de leitos que em 2014 era de 2.794 passou para 3.423 em 2018 e o número de Unidades Habitacionais (UH) que era de 1.235 em 2014 passou para 1.436 em 2018 demonstrando, desta forma, um incremento no número da oferta no período.³ Estes dados indicam que, apesar das crises econômicas que o Brasil tem enfrentado, o setor hoteleiro tem, não só se mantido, como aumentado suas atividades.

A proposta deste estudo remete à formação desse território, que se transformou em lugar de hospitalidade e turismo gastronômico, explorando seus primeiros meios de hospedagem, enquanto Colônia Princesa Isabel⁴, cuja fundação se deu em 24 de maio de 1870. A colônia nasce com interesse do governo imperial e torna-se distrito de Montenegro, por meio do Decreto n. 9.183, de 12 de abril de 1884.

1 CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES. Turismo. *Revista Panorama Socioeconômico*, Bento Gonçalves, RS, v. 48. p.103 - 104. 2019. Disponível em: http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2019.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

2 CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES. Contingente humano. *Revista Panorama Socioeconômico*, Bento Gonçalves, RS, v. 4. p. 64. 2018a. Disponível em: http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2018.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

3 CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES. Turismo. *Revista Panorama Socioeconômico*, Bento Gonçalves, RS, v. 48. p.104. 2019. Disponível em: http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2019.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

4 A Colônia Princesa Isabel aparece em muitos documentos como Princesa Dona Isabel, Colônia Isabel, Colônia Isabel. Nos relatórios consulares, uma das fontes utilizadas nesse estudo aparece ora como Princesa Isabel e ora como Dona Isabel. Nesse sentido, utilizou-se Colônia Princesa Isabel. Nos documentos do Império que tratam das colônias, a Colônia aparece apenas com o nome de Isabel. Ver: Documentos ‘*Terra e Colonização*’, anotados e aditados por Augusto Teixeira de Freitas Júnior. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, Livreiro Editor, 1882, p.217.

Tem como objetivo identificar as primeiras hospedagens no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Por meio de um estudo exploratório, de viés histórico, realizado por pesquisa documental, revela-se que os meios de hospedagem sempre foram parte do desenvolvimento socioeconômico do Município, desde seu nascimento como Colônia Princesa Isabel. A pesquisa exploratória sobre os meios de hospedagem na Colônia Princesa Isabel, mantém uma estreita ligação com questões pertinentes ao desenvolvimento da cidade, inserida na política regional e nacional de desenvolvimento do turismo.

É importante destacar que os imigrantes, quando chegaram ao Brasil, eram hospedados em barracões – meio de hospedagem provisória – administrados pela Repartição Especial das Terras Públicas, encarregada de distribuir os imigrantes nos lotes coloniais. A Repartição estava subordinada ao Presidente da Província e dirigida por um Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas. O barracão era o lugar em que eram recebidos então pela Comissão de Terras e, posteriormente, encaminhados para sua futura propriedade.

Além desse tipo de hospedagem, o Município de Bento Gonçalves guarda uma história de viajantes que procuravam o local para evidenciar a riqueza econômica da região e mostrar o potencial que nela estava armazenado. A importância do tema se consubstancia por Bento Gonçalves ser “um importante polo industrial e turístico da Serra Gaúcha”⁵, cujos roteiros turísticos recebem mais de um milhão de visitantes por ano.

É importante lembrar que esses roteiros impõem o conhecimento histórico da fundação do Município e de seus desdobramentos econômicos, políticos e culturais. Vários desses roteiros estão imbricados nessa história que nasce com a Colônia Princesa Isabel, ainda no século XIX. A história das hospedagens nessa colônia evidencia a importância desse conhecimento para a compreensão da relação entre o turismo, os meios de hospedagem e a própria história.

5 BRASIL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. *Projeto Pedagógico do curso Técnico em Hospedagem Subsequente ao Ensino Médio*. Bento Gonçalves, RS, p.11. 2016. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/bento/ensino/tecnico/subsequente-em-hospedagem>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FUNDAÇÃO DA COLÔNIA PRINCESA ISABEL

O Município de Bento Gonçalves, antiga Colônia Princesa Isabel, cuja criação se deu em 24 de maio de 1870, por meio do Decreto n. 9.183, de 12 de abril de 1884, foi elevada à condição de Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel, quando passou “ao regime comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial” do regime colonial⁶. A Colônia Princesa Isabel deixou de ser uma colônia imperial e passou a ser uma freguesia, o 4º distrito de São João de Montenegro, o que garantiu relativa independência administrativa⁷.

Os ventos republicanos sopraram na antiga colônia, e mudanças administrativas ocorreram. Por meio do Ato de n. 474, de 11 de outubro de 1890, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, General Cândido Costa, criou o Município de Bento Gonçalves, constituído do território das antigas colônias Princesa Isabel e Conde d’Eu.

Para identificar os primeiros meios de hospedagem, no Município de Bento Gonçalves, torna-se necessário relembrar a constituição da Colônia Princesa Isabel e de seus desdobramentos frente à política de colonização no Rio Grande do Sul, projetada pelo governo imperial.

A vinda de italianos para o Brasil teve muitas motivações. Do outro lado do oceano, a unificação da Itália em 1861, após tantos conflitos e lutas, comandadas por vários idealistas, reuniu diversos “reinos, ducados e repúblicas” e criou uma nova configuração como nação. A organização política desse movimento começara desde 1848, com os movimentos nacionalistas na Europa, que acreditavam que a unificação poderia se concretizar, principalmente, quando o “Rei Carlos Alberto que governava o Reino do Piemonte-Sardenha tentou pela primeira vez unir os vários domínios”⁸. Entretanto, a unificação do Reino não resolvera os problemas econômicos que se apresentavam, e a crise agrária foi a justificativa para a saída de um número considerável da população. Para muitos habitantes daqueles territórios, não havia ainda

6 IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Porto Alegre: EDUCS, 2001, p. 434.

7 MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

8 HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003, p. 21.

uma consciência nacional para se sentirem italianos. Muitos quando emigraram se designavam lombardos, piemonteses e vênets. A situação econômica dos emigrantes, antes de partirem era indiscutível. Não havia alternativas senão emigrar.

As massas populares italianas encontravam-se condenadas à miséria e à fome. Embora se possa dizer que o esgotamento das terras, as crises agrícolas, a política fiscal e o desflorestamento, a política comercial, entres outros, foram motivos que levaram tantos *contadini* (agricultores), em sua maioria, a deixarem sua terra natal e partirem em busca de melhores condições de vida, deve-se estar ciente de que a principal motivação está no bojo das transformações que a expansão do capitalismo ocasionou. As mudanças de um modo de produção são longas e graduais, e a emigração de italianos pode ser inserida como consequência dessas transformações.⁹

Para os italianos, a emigração transoceânica foi vista como uma solução para o Reino de Itália, uma vez que resolvia o problema do excedente da população. Segundo dados estatísticos, publicados por órgãos oficiais italianos, “quase seis milhões de cidadãos” saíram da Itália no período de 1876-1901. Entretanto, o governo italiano começou a ficar preocupado com o número elevado de emigrantes que deixavam o Reino e fez uma lei, em 1888, a fim de que o Estado supervisionasse “o exercício do direito de emigrar por meio do controle daqueles que promovem a emigração”¹⁰. Como denúncias de emigrantes registradas nas agências consulares eram muitas, o governo italiano criou um “Comissariado Geral da Emigração”, em 1901, com a intenção de acompanhar a situação da emigração. Logo, não podendo cessar o processo emigratório, as autoridades italianas passaram a instituir uma política migratória, “que se caracterizava por duas orientações de governo: tutelar ou proteger os italianos no Exterior e mantê-los vinculados à pátria”¹¹.

Do lado do Brasil, a política da colonização foi inversa, ou seja, tinha interesse em receber imigrantes, brancos, que fossem encarregados do trabalho livre, sem escravos e com uma bagagem de trabalho anterior

9 PARIS, Assunta de. *Memórias*: Bento Gonçalves – RS. Bento Gonçalves: Arquivo Público e Histórico Municipal, 1999, p. 20.

10 PÉCOUT, Gilles. *Il lungo risorgimento: la nascita dell'Italia contemporanea (1770-1922)*. Milano: Mondadori, 1999, p. 270.

11 CERVO, Amado L. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UnB, 1992, p. 12.

semiespecializado. Nas regras da colonização no Brasil, uma parte dos que vinham precisavam ser agricultores, o que garantiria ao governo a produção agrícola nos lotes coloniais. Essas regras, que estão presentes posteriormente na Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, podem atestar as vantagens que os europeus tiveram em relação aos nativos naquele período. Entretanto, as colônias italianas que foram fundadas pelo Governo Imperial, principalmente Conde d'Eu e Princesa Isabel enfrentavam problemas para ocupar aquelas terras. Para aqueles que chegavam, as terras escolhidas pelo governo eram distantes de tudo, ou seja, da capital e das colônias alemãs que haviam se instalado anteriormente. Nos relatos dos cônsules, as primeiras impressões é que o governo havia decidido colocar os imigrantes na selva, entre animais perigosos e índios desconhecidos. Mas, esses relatos não assustam os imigrantes italianos, após 1875, quando se conscientizaram de que a solução para enfrentar a pobreza e a miséria-era a emigração.

Essa constatação pode ser comprovada nos períodos nos quais o Brasil recebeu os imigrantes, sendo que a política imigratória recairia sobre os europeus. Estes eram cooptados em seus países e nas suas regiões, por meio de propaganda dos benefícios que teriam se emigrassem para o Brasil, dentre eles: posse de terras, hospedagem, alimentação, etc. Essa política imigratória do Império, de privilegiar imigrantes europeus, pode ser entendida, dentre outros fatores como: solução dos impasses criados pela proibição do tráfico negreiro em 1850; necessidade de substituição da mão de obra escrava; colonização de terras devolutas para proteger as fronteiras; branqueamento de raça; formação de núcleos coloniais agrícolas. Sobre alguns desses fatores, Herédia analisa a formação da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul mostrando os diversos interesses do império na vinda de emigrantes italianos, em datas próximas da abolição da escravatura e da própria proclamação da República¹². A busca de imigrantes na Europa, para a colonização no Brasil, muitas vezes, dava-se por meio de propaganda, que versava sobre “transporte gratuito, a concessão de um lote rural, instrumentos de trabalho e ajuda financeira, no processo inicial de ocupação”¹³.

12 HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. 2.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

13 HERÉDIA, 2003, p. 18.

Essas promessas propagandísticas, muitas vezes, não correspondiam à realidade encontrada pelos emigrantes.

O porto de Gênova foi um dos principais portões de emigração de italianos para o Brasil e, mais especificamente, para as terras do Rio Grande do Sul. Em navios a vapor faziam longa e penosa travessia do oceano Atlântico rumo às terras do Novo Mundo. Em busca de melhores condições de vida e de um futuro próspero para si e seus filhos, deixaram o Velho Mundo, mas trouxeram consigo maneiras de ser, de viver, histórias de vida, identidades, sofrimento, dor, alegria e vontade de trabalhar, que forjaram a identidade dos emigrantes nas colônias italianas.

A chegada ao Brasil se dava, principalmente, nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Não era incomum que bagagens fossem extraviadas e muitos morriam na viagem, em função das precárias condições de higiene e de uma dieta que não era adequada à longa viagem marítima¹⁴. Ao chegarem a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, os imigrantes entravam em contato com o agente oficial de imigração que tinha o dever e a responsabilidade de encaminhá-los para o prosseguimento de sua viagem até suas colônias. De acordo com Manfroi, este agente era “encarregado da visita ao navio, desembarque de passageiros e de suas bagagens, fiscalização da alimentação, das listas nominiais que deveriam ser enviadas aos diretores das colônias”¹⁵. Era muito trabalho e muitas obrigações para um só oficial encarregado do serviço, o que ocasionava atraso na realização das tarefas subsequentes, e expunha os imigrantes, que estavam exaustos da viagem, a um longo período de espera. De Porto Alegre, os imigrantes enfrentavam, conforme descrição abaixo, as condições de transporte que lhes eram oferecidas, ou seja, pelo caminho:

[...] via Montenegro para as Colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel desembarcavam no porto de Montenegro, sobre o rio Caí, e eram conduzidos provisoriamente para um grande galpão existente em uma chácara situada no arrabalde do agora bairro Taninópolis [...], em parte do qual está instalado o Parque Centenário. Neste galpão, os imigrantes acomodavam-se como podiam, com poucos recursos, até que as carretas de mulas ou tropas de animais (burros) cargueiros os levassem Serra acima ou ao seu destino.¹⁶

14 MANFROI, 1975; DE BONI, Luís Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985.

15 MANFROI, 1975, p. 108.

16 PARIS, 1999, p. 31.

Assim constata-se que, até a chegada aos lotes coloniais, os imigrantes passavam por uma série de situações que nem sempre lhes eram favoráveis. Ao chegarem à Colônia eram direcionados aos barracões ou casas de recepção¹⁷, oferecidas pelo Governo Imperial, onde eram instalados até serem destinados aos lotes coloniais.

APONTAMENTOS SOBRE AS PRIMEIRAS HOSPEDAGENS NA COLÔNIA PRINCESA ISABEL

No deslocamento dos imigrantes que haviam escolhido o Brasil como destino, houve muitos percalços até chegarem ao lote definitivo. “As malas, baús e trouxas, que eram identificadas com o nome e destino de seus proprietários, muitas vezes eram extraviadas ou objeto de furto, antes, durante a viagem, ou no desembarque”¹⁸.

Para a hospedagem¹⁹, nos mais diversos locais durante a viagem, o Governo Imperial havia construído barracões, que pudessem receber os imigrantes na chegada, a fim de garantir o acolhimento necessário até a distribuição dos lotes coloniais. Os barracões eram construções feitas pela Diretoria de Terras, com o intuito de ser um local para receber os imigrantes, antes de serem distribuídos os lotes. Os responsáveis pela Comissão de Terras de cada colônia eram encarregados da construção destas primeiras edificações, denominadas casas de recepção.

Comparando com o que aconteciam em Santa Catarina, Seyferth²⁰ comenta que as condições dos alojamentos eram precárias. Na mesma direção, Grosselli²¹ explica que, na experiência de Santa Catarina, segundo documentos, nem todas as colônias possuíam as casas de recepção, o

17 SEYFERTH, Giralda. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo. 35-77. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti, RADUNZ, Roberto (org). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

18 ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira; ZANATTA, Michele Fiametti; LUNELLI, Marinez Dal’Mas; POMPERMAYER, Cecília Maria Camerin. *Barracão: um pedaço esquecido da história*. Caxias do Sul: EDUCS, 1995, p. 108.

19 CÉSAR, Pedro Bittencourt; TRENTIM, Michele Pinheiro; MARCHESINI, Thaise Zattera. Barracão: estudo do equipamento urbano e hospitalidades na formação socioespacial da Colônia Caxias. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, SP, v. 14, n. 01. p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/647/747>. Acesso em: 19 nov. 2020.

20 SEYFERTH, 2015.

21 GROSSELLI, Renzo M. *Vincere o morire*. Contadini trentini, venete e lombardi nelle foreste brasiliane. Trento: Editra EFFE E ERRE, 1986, p. 290.

que implicava que muitos permaneciam nos lugares que possuíam essa infraestrutura, até serem deslocados para os lotes definitivos. Na colônia Blumenau, por exemplo, segundo registros de Grosselli²² havia três casas de recepção junto ao porto marítimo. “Duas eram construídas de madeira e tábuas e uma em madeira com fachada em tijolos”. Alguns relatos descrevem também que o “barracão era mal construído, sem conforto e com pouca comodidade. A comida compreendia peixe, farinha de mandioca e feijão”²³. O tempo de permanência nas casas de recepção era para poucos dias, mas há registros de que “permaneciam até durante algumas semanas”²⁴.

É oportuno lembrar que a chegada dos imigrantes ao Brasil se dava, principalmente, nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. De lá eram embarcados em paquetes da Companhia Nacional de Navegação rumo ao porto da cidade de Rio Grande²⁵. Do porto de Rio Grande, muitos imigrantes utilizavam embarcações menores para se deslocar a Porto Alegre. De Porto Alegre os imigrantes, depois de inscritos nas listas nominais, eram dirigidos às colônias da encosta superior do nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul²⁶. Nesse intervalo, da chegada a Porto Alegre à sequência da viagem rumo às terras da colônia Princesa Isabel eram alojados “em barracões existentes na Praça da Harmonia”²⁷.

Segundo Paris²⁸, quando chegavam a Montenegro por via fluvial, e aguardavam orientação dada pelos responsáveis da Comissão de Terras, eram abrigados inicialmente nos chamados barracões. No relato de Paris, o barracão era uma hospedaria descrita como um “galpão”. Nesta hospedaria sem as mínimas condições de salubridade, conforto, segurança e privacidade é que se materializava a hospedagem aos imigrantes em Montenegro²⁹.

22 Idem.

23 Ibid.

24 Ibid, p. 291.

25 ZARDO et al., 1995, p. 17.

26 MANFROI, 1975.

27 ZARDO et al., 1995.

28 PARIS, 1999.

29 MANFROI, 1975.

De Montenegro, os imigrantes que se dirigiam para a Colônia Princesa Isabel, “prosseguiam por terra, via Maratá, ponto inicial das caminhadas pelas matas, cujo percurso era feito a pé, com os filhos nas costas, e raramente dispendo de muares para o carregamento de bagagens”³⁰. Ao chegarem à colônia, “eram recebidos por uma comissão incumbida de demarcar e construir barracões para abrigar os colonizadores. Nessas casas de hospedagem, alimentavam-se de caça, pesca, frutos silvestres e do pouco que era fornecido pelo governo”³¹. Ficavam nessas condições até a autorização para seguirem aos seus lotes. Ao se instalarem em suas terras, “iniciaram uma agricultura de subsistência representada pelo cultivo do milho, trigo e videira”³². Feito o plantio em meio a tantas dificuldades, havia a necessidade da comercialização do excedente e da compra de outros produtos que não eram produzidos na propriedade rural. “A troca, compra e venda de produtos era feita na sede da Colônia, após longas caminhadas por estreitas picadas, demarcadas pelos próprios imigrantes”³³. Este procedimento era necessário, afinal, não se produzia tudo o que as famílias necessitavam para a subsistência.

No decorrer do tempo, “o tráfico de mulas de cargas e de carretas era mais intenso entre Dona Isabel e São João de Montenegro, ponto de embarque do rio Caí, para chegar a Porto Alegre [...]. Trigo, feijão, carne de porco, banha, entre outras mercadorias”³⁴ eram os principais produtos coloniais comercializados. Apesar de pouco valorizados no mercado, sua venda era necessária para a aquisição do “açúcar, café, sal e o indispensável para vestir”³⁵.

Antes da Colônia Princesa Isabel se emancipar da estrutura colonial e se tornar distrito de Montenegro, os registros de 1883 do relatório do cônsul italiano Enrico Perrod³⁶, informam que a Colônia possuía quarenta casas de negócios, um hotel, quatro fábricas de licores, quatro fábricas de cerveja, dentre outras como serraria, marcenaria, açougue,

30 ZARDO et al., 1995, p. 17.

31 PARIS, 1999, p. 41.

32 Idem.

33 Ibid.

34 Ibid, p. 42.

35 Ibid.

36 DE BONI, 1985.

moenda, etc. Este hotel, provavelmente, era o Hotel Caprera. Segundo esses registros³⁷, a Colônia Princesa Isabel contava com 6.061 habitantes, sendo estes “5.175 italianos, 735 austríacos (todos tirolezes), 10 franceses, 5 alemães e 46 brasileiros”. A partir da comparação com dados de 1877, tem-se que, em sete anos, o número de habitantes da colônia aumentou em mais de 100%. A população da Colônia estava distribuída nas 15 Linhas existentes. Consta, segundo relatório consular, que moravam na Linha “Palmeiro, 1666; Argemira, 65; Armênia, 206; Estrada Geral, 143; Zamith, 311; Jacinto, 426; Faria Lemos, 99; Leopoldina, 589; Sede, 50; Lima Fernandez, 26; Eulália, 110; Alcântara, 2016; Paulina, 323 e Jansen, 945”³⁸.

Na literatura sobre a imigração em Bento Gonçalves, há relatos da existência de um barracão na Linha Palmeiro. Há menção desta casa de recepção no Relatório de 1879, do Ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. O ministro descreve como edifícios públicos pertencentes à Colônia Dona Isabel: “casa do diretor, regularmente conservada [...] do professor, do médico, capela provisória e um barracão na Linha Palmeiro, para agasalho dos imigrantes recém-chegados”³⁹.

A Linha Palmeiro era uma das mais extensas e importantes da Colônia Princesa Isabel. Foi demarcada por volta de 1871. Possuía 28 km de comprimento, situando-se entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves. A hospedaria da Linha Palmeiro era “uma habitação rústica, mal vedada, construída com barro e taquaras, e coberta de capim, que abrigou os imigrantes”⁴⁰.

Outro autor que atesta a existência dos barracões, para abrigo dos imigrantes, é Júlio Lorenzoni⁴¹. Segundo este autor, o nome do arroio Barracão foi devido ao barracão, construído em 1877, que abrigava os imigrantes, antes de serem dirigidos aos seus lotes⁴². Afora este barracão da Linha Palmeiro, havia outro barracão localizado à rua Saldanha

37 Idem, p. 22.

38 Ibid, p. 29.

39 PARIS, 1999, p. 48.

40 ZARDO et al., 1995, p. 22.

41 LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

42 Estes imigrantes seriam, em sua maioria, da Província de Belluno. Quando se trata do barracão da Linha Palmeiro, tanto Zardo et al., 1995, quanto Lorenzoni, 1975, afirmam a existência dessa hospedaria dos imigrantes, apesar de divergirem quanto à data de sua construção.

Marinho nas proximidades da Linha Geral, descrito como “um barracão de madeira que servia de alojamento provisório a novos imigrantes”⁴³. Portanto, na história dos primeiros meios de hospedagem, soma-se aos barracões a existência de um albergue e um hotel particular nesses primeiros anos da Colônia Princesa Isabel.

Lorenzoni afirma que havia, na Linha Geral um modesto albergue cujos donos seriam Antonio Bertuol e filhos. A linha geral era a antiga estrada por onde as tropas de muares e equinos, que haviam iniciado o trajeto em Lagoa Vermelha, chegavam a Montenegro e, depois, à Colônia Princesa Isabel. Bertuol e filhos seriam proprietários, também, de “uma cervejaria, venda de vinhos e outras bebidas”⁴⁴. O único hotel era o denominado Hotel Caprera. Este hotel estava localizado na Linha Geral, defronte à edificação da Diretoria da Colônia. Nesta mesma linha, havia o restaurante *Fianco*. O Hotel Caprera, construção de material, era de propriedade do imigrante napolitano Luciano Vicente Decusati, que o arrendara de Domingos Loss⁴⁵.

O Cônsul italiano Pascoale Corte analisa as condições da Colônia Princesa Isabel e salienta que nela há “muitas casas de negócio, moinhos, cervejarias, farmácias, sapatarias, selarias, serrarias, ferrarias, hotéis e muitos teares para linha e seda”⁴⁶. Neste documento, o Cônsul menciona a existência de hotéis, no plural, o que diverge de Lorenzoni, que esteve no povoado, no mesmo ano de 1884. O Cônsul destaca, também, os parreirais; a fertilidade do solo; as lavouras de milho, arroz, plantações de frutas, legumes, mandioca e criações de diversos animais como bovinos, equinos, muares, e os menores como suínos, caprinos e ovinos numa demonstração de que a colônia prosperava.

Com o aumento significativo do número de habitantes, a Colônia demonstrava seu crescimento e as melhorias que promovia tanto na sede como nas Linhas. Esse crescimento econômico permitiu que a Colônia se tornasse o 4º Distrito do Município de São João de Montenegro, em 12 de abril de 1884, por meio do Decreto Imperial n. 9183⁴⁷. Como 4º Distrito

43 LORENZONI, 1975, p. 122.

44 Idem, p. 117.

45 Ibid.

46 DE BONI, 1985, p. 41.

47 PARIS, 1999.

de São João de Montenegro, denominada freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel, as dificuldades para o comércio de produtos coloniais, tais como: banha, carne de porco, trigo, feijão, ovos continuavam. Além disso, os moradores do Distrito precisavam comprar produtos em Montenegro: açúcar, sal, café, vestimentas e, principalmente, aquilo que não produziam, o que significava que a emancipação colonial não havia resolvido problemas de natureza econômica. Para fazer as trocas, precisavam percorrer 90 quilômetros, numa viagem que demorava até sete dias, no meio do barro, da lama, dos buracos e de outras dificuldades, tanto para os homens quanto para os animais de carga⁴⁸. Trigo, milho, manteiga, leite, ovos, salame, copa, banha, pães e parreirais estavam presentes na casa dos colonos, assim como o vinho e a criação de animais domésticos para consumo e lida doméstica.

É interessante registrar que, ao longo da estrada, denominada Buarque de Macedo, “encontravam-se pequenas casas de negócios, albergues e botequins, várias ‘casas de pasto’ e alojamento para animais, paradas obrigatórias, tanto na ida como na volta.”⁴⁹. Pela Buarque de Macedo, os colonos levavam os produtos coloniais para vender e traziam produtos de primeira necessidade para seu sustento.

Uma das hospedagens conhecidas, por meio de relatos de viajantes, era o “Albergue Gauer-Eck, localizado em Gauer-Eck, mais tarde, pequena cidade chamada Dom Diogo”. Essa hospedagem estava no percurso dos imigrantes que se dirigiam a Montenegro ou São Sebastião do Caí, por via fluvial e precisavam se deslocar para as colônias. Para entender a localização desse albergue, é importante relacionar que, quando em 1884, a Colônia Princesa Isabel se emancipa do regime colonial, faz parte do Município de Montenegro. Com a abertura da Estrada Buarque de Macedo, o percurso que era feito de São João de Montenegro aos Campos de Cima da Serra passava pela citada colônia, além de Conde d’Eu e Alfredo Chaves⁵⁰.

João Gauer foi o primeiro a chegar à localidade, quando ela era ainda desabitada e teve de enfrentar, inclusive, conflito com os índios. Mas as terras logo se tornaram atraentes para outros colonos devido à sua fertilidade e à proximidade

48 LORENZONI, 1975.

49 LORENZONI, 1975, p. 73.

50 MANFROI, 1975.

com os portos de Montenegro e São Sebastião do Caí, para onde os colonos destinavam a sua produção. [...] Com a abertura da Estrada Buarque de Macedo, que ligava o porto de Montenegro à região serrana (para onde foram destinados colonos vindos da Europa – inicialmente germânicos, depois italianos) aumentou o interesse de novos colonos se fixarem na região e foi se desenvolvendo, também, a povoação que hoje se transforma na cidade de Dom Diogo.⁵¹

A hospedagem que recebeu muitos imigrantes é conhecida como Albergue Gauer-Eck e teve papel decisivo até a instalação da ferrovia, que interfere no uso daquela estrada para chegar às colônias italianas.

Foi construído ali um pequeno hotel, pertencente a Adão Reinher (na casa onde depois residiu Silfredo Führt). Outro hotel, este de dois andares, ficava perto da primeira ponte do Arroio Claro das Pedras e pertencia a um homem cujo sobrenome era Jacomasi. A existência destes hotéis dá uma ideia do intenso fluxo que passou a haver nesta estrada depois que um grande número de imigrantes italianos fixou-se na Serra e passou a utilizá-la para transportar a sua produção até os portos do rio Caí.⁵²

Nesses locais, as pessoas tinham de esperar até que o arroio baixasse o suficiente para permitir a travessia. Geralmente, eram os comerciantes do lugar que alugavam quartos para os viajantes. Guilherme Gauer foi um dos primeiros comerciantes do Gauer-Eck. A sua casa comercial situava-se no local onde hoje se encontra o centro telefônico de Dom Diogo. O grande fluxo na estrada Buarque de Macedo fez com que o Gauer-Eck prosperasse muito no fim do século XIX e início do século XX. Mas, depois que foi inaugurada a estrada de ferro ligando Montenegro à Serra, em 1909, o movimento na estrada de rodagem diminuiu, provocando um período de decadência na localidade.

Num mapa do Município de Montenegro, elaborado em 1937, ainda se pode ver a atual Dom Diogo registrada com a sua antiga denominação de Gauer-Eck, também chamada ‘Recantos dos Gauer’⁵³. A mudança de nome ocorreu pouco depois, certamente em virtude da guerra contra a Alemanha, que fez o governo brasileiro proibir que cidades e localidades

51 KLEIN, Renato. In: <http://historiasvalecai.blogspot.com/2009/08/primeiros-moradores.html>. Acesso: 02 de dezembro de 2020.

52 KLEIN, Renato. In: <http://historiasvalecai.blogspot.com/2009/08/primeiros-moradores.html>. Acesso: 02 de dezembro de 2020.

53 LORENZONI, 1975, p. 90.

brasileiras continuassem com nomes alemães. Com o nome Dom Diogo foi feita homenagem a um dos primeiros governadores do Rio Grande do Sul: Dom Diogo de Souza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da partida da Itália à chegada aos portos brasileiros rumo à Colônia Princesa Isabel, uma miríade de acontecimentos e dificuldades se fazia presente na vida dos imigrantes. Viagens longas, cansativas, mortes, doenças, poucos recursos, desembarque moroso, perda de bagagens e hospedarias precárias foram somente algumas das dificuldades encontradas até chegarem à Colônia.

A história dos meios de hospedagem em Bento Gonçalves, enquanto Colônia Princesa Isabel teve início com a construção dos barracões que serviram de hospedagem aos imigrantes europeus. A construção destas casas de recepção para hospedagem dos imigrantes fazia parte do conjunto de subvenções que recebiam na condição de imigrantes, até o final do século XIX. A estadia nos barracões terminava quando os imigrantes eram dirigidos para seus lotes ao longo das linhas ou no núcleo da Colônia.

Os barracões situados na Linha Palmeiro e à rua Saldanha Marinho, nas proximidades da Linha Geral; o Albergue de Antonio Bertuol e o Hotel Caprera de Luciano Vicente Decusati, situados na Linha Geral, são os primeiros meios de hospedagem em Bento Gonçalves. Atualmente o município dispõe de quarenta e um estabelecimentos entre hotéis e pousadas, recebe mais de um milhão de turistas por ano e se destaca no cenário nacional como o principal destino do Enoturismo no Brasil, demonstrando, desta forma, a relevância da pesquisa histórica sobre o tema.

Além da importância do tema, o presente estudo chama a atenção em relação às fontes de pesquisa, utilizadas na análise acerca das primeiras hospedagens referentes ao município de Bento Gonçalves. Muitos acervos acerca da história da colonização europeia no Rio Grande do Sul estão disponíveis e evidenciam como foram criadas as primeiras hospedagens e como os primeiros imigrantes foram recebidos pelos agentes de colonização. O uso de relatórios do Império, boletins diplomáticos, cartas, correspondências oferecem dados para a história

e o desenvolvimento de alguns setores econômicos e podem ser usados para incrementar a relação do turismo com a história.

O uso desses documentos colabora para o entendimento da história de algumas localidades que hoje se destacam no país não apenas pelas suas atividades econômicas, mas pela preservação de sua cultura e de hábitos que são importantes para estimular o turismo cultural.

A história da hospedagem é fundamental para o campo do turismo, pois oferece uma série de informações que podem interessar aos turistas no sentido de compreender a evolução e as trajetórias de setores que foram exitosos, graças a uma série de fatores que a história pode explicar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei n. 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei n. 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em: 7 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. *Projeto Pedagógico do curso Técnico em Hospedagem Subsequente ao Ensino Médio*. Bento Gonçalves, RS, p.11. 2016. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/bento/ensino/tecnico/subsequente-em-hospedagem>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES. Contingente humano. *Revista Panorama Socioeconômico*, Bento Gonçalves, RS, v. 4. p. 64. 2018 a. Disponível em: http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2018.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES. Turismo. *Revista Panorama Socioeconômico*, Bento Gonçalves, RS, v. 48. p.103 - 104. 2019. Disponível em: http://www.cicbg.com.br/uploads/revista_panorama_cic_2019.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

CERVO, Amado L. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UnB, 1992.

CÉSAR, Pedro Bittencourt; TRENTIM, Michele Pinheiro; MARCHESINI, Thaise Zattera. Barracão: estudo do equipamento urbano e hospitalidades na formação socioespacial da Colônia Caxias. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, SP, v. 14, n. 01. p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/647/747>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DE BONI, Luís Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985.

FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira de (Org.). *Terra e Colonização*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1882.

GROSSELLI, Renzo M. *Vincere o morire*. Contadini trentini, venete e lombardi nelle foreste brasiliane. Trento: Editta EFFE E ERRE, 1986.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Hércules Galló: Vida e obra de um empreendedor*. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti, RADUNZ, Roberto (Orgs.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo (Org.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/tomo-I_2.pdf. Acesso: 21 nov. 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.2.edição.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

KLEIN, Renato. In: <http://historiasvalecai.blogspot.com/2009/08/primeiros-moradores.html>. Acesso: 02 de dezembro de 2020.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

PARIS, Assunta de. *Memórias*: Bento Gonçalves – RS. Bento Gonçalves: Arquivo Público e Histórico Municipal, 1999.

PÉCOUT, Gilles. *Il lungo risorgimento: la nascita dell'Italia contemporanea (1770-1922)*. Milano: Mondadori, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo. 35-77. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti, RADUNZ, Roberto (Orgs.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

SITE: HISTÓRIAS DO VALE DO CAÍ.

<http://historiasvalecai.blogspot.com/2009/08/primeiros-moradores.html>. Agosto de 2009.

ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira; ZANATTA, Michele Fiametti; LUNELLI, Marinez Dal'Mas; POMPERMAYER, Cecília Maria Camerin. *Barracão: um pedaço esquecido da história*. Caxias do Sul: EDUCS, 1995.

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA GOTUZZO NA HOTELARIA PELOTENSE: IMIGRANTES EMPREENDEDORES EM PELOTAS/RS (1853- 1927)

*Dalila Müller**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisando por muito tempo sobre a história da hotelaria em Pelotas foi possível destacar o Hotel Aliança do conjunto dos primeiros hotéis abertos na cidade, principalmente pela sua longevidade, pois começa a funcionar na década de 1840 e encerra suas atividades no final dos anos 60 do século seguinte.

Em 1968 o hotel é demolido e, no local, é erguida uma galeria comercial e um edifício de 12 andares, representando o progresso e a modernidade da cidade de Pelotas naquele período¹. Outro aspecto observado durante as pesquisas foi o empenho da família Gotuzzo para a promoção, melhoria e manutenção da atividade hoteleira na cidade, principalmente durante a direção de Caetano Gotuzzo, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século seguinte. Ainda é possível destacar a participação do hotel no contexto não só econômico, mas também social, cultural e político da cidade de Pelotas nesse período.

* Pós-Doutora (PUCRS); Doutora em História (UNISINOS); Mestre em Turismo (UCS); professora associada da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dalilam2011@gmail.com. Uma versão preliminar foi apresentada no XVII Seminário ANPTUR, 2020.

1 MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila R.; TEIXEIRA, Larissa P. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: PORTIGLIATTI, Bruno; MONTEIRO Ricardo; BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio. *Turismo & hotelaria no contexto da história*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

Todas essas características fizeram com que o hotel fosse destacado pela imprensa da época e pela historiografia pelotense, bem como a família Gotuzzo, que permaneceu a frente do empreendimento de 1853 até 1927, ou seja, por mais de 70 anos. Assim, a trajetória da família Gotuzzo se confunde com a história do Hotel Aliança.

Este artigo trata da família Gotuzzo em Pelotas na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, analisando, especificamente, a trajetória de Caetano Gotuzzo e sua participação na história da hotelaria pelotense. Não buscamos fazer a biografia de Caetano Gotuzzo, mas sim optamos pela análise de sua trajetória, pois “A trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado”².

A família de Caetano Gotuzzo faz parte de um grupo de imigrantes que veio para Pelotas nas décadas de 40 e 50 do século XIX e que se estabelece na cidade, desempenhando atividades urbanas. Esses imigrantes são italianos, como a família Gotuzzo e Prati, mas também portugueses, alemães, franceses, espanhóis, uruguaios, entre outros. Dentre as atividades empreendidas na cidade está a hotelaria, sendo que os elementos estrangeiros foram pioneiros nesta atividade na cidade³.

Os imigrantes portugueses eram maioria numérica em Pelotas no século XIX, seguidos dos alemães e italianos. Os alemães foram superiores numericamente aos italianos entre os anos de 1850 e 1875 e os italianos, em relação aos alemães, nas últimas décadas do século XIX⁴.

Ruggiero⁵ faz uma análise da presença dos italianos no Rio Grande do Sul e identifica um número aproximado de 18 mil imigrantes vivendo no Estado em 1908, destes, 6.000 em Porto Alegre e 5.000 em Pelotas,

2 KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 34.

3 MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2004.

4 ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

5 RUGGIERO, Antonio de. *Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul*. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ou seja, quase 30% dos italianos vindos para o Rio Grande do Sul estão em Pelotas. Além de se salientar quantitativamente, o italiano também se destaca no setor comercial de Pelotas, com 352 de um total 1.909 estabelecimentos na área urbana, conforme o recenseamento urbano de 1899, detendo, aproximadamente, 18% dos estabelecimentos comerciais, com destaque para a atividade hoteleira⁶.

Analisar a trajetória da família Gotuzzo, seus passos e suas escolhas, centrada na participação de Caetano, permite compreender as experiências vividas por esse grupo de imigrantes que empreendeu na atividade hoteleira na cidade de Pelotas, em um contexto de mudança social e econômica pelo qual a cidade passava. O estudo da trajetória problematiza as histórias particulares, relacionando-as com a história mais ampla. A narrativa do texto segue uma ordem cronológica, misturando aspectos da vida familiar com os do desempenho nas atividades hoteleiras, sociais e políticas.

A análise da trajetória da família Gotuzzo é realizada a partir de uma perspectiva microanalítica. Como afirma Ginzburg a micro-história, “movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia”⁷.

A micro-história, a partir do estudo da trajetória, consiste em uma maneira de abordar e compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo ou o grupo (família) estudado se articula, permitindo um enriquecimento da análise social⁸.

É importante entender que:

Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam⁹.

6 ANJOS, 2000.

7 GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 177-178.

8 LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

9 LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 135.

A análise é realizada por meio de fontes de natureza diversa, como periódicos, sejam eles jornais, almanaques ou revistas, testamentos, inventários, registros de casamento, óbitos e batismos. As fontes foram obtidas no decorrer da pesquisa que vem sendo realizada a mais de cinco anos sobre a hotelaria em Pelotas e foram pesquisadas *in loco* ou de forma virtual. As fontes jornalísticas foram coletadas na Biblioteca Pública Pelotense, na Biblioteca Riograndense, no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As informações sobre casamentos e óbitos foram obtidas na Cúria Diocesana da Catedral Metropolitana de Pelotas e as informações dos inventários e testamentos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), além de teses e dissertações. Como afirma Levi, a micro-história é uma prática “essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”¹⁰.

Karsburg destaca que ao se fazer trajetória da vida de um sujeito, certos procedimentos são importantes, como:

[...] a reconstrução detalhada dos passos do biografado, com o máximo possível de fontes (de preferência fontes de natureza diferente), que devem ser sistematicamente confrontadas. Dessa análise nada simples das fontes devem emergir os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido. Mas não quaisquer contextos, antes aqueles em que o sujeito efetivamente participa, que o envolvem, condicionando suas escolhas e neles interferindo¹¹.

A FAMÍLIA GOTUZZO E SUA TRAJETÓRIA JUNTO AO HOTEL ALIANÇA

No dia 30 de abril de 1853 é firmado o contrato de compra e venda do Hotel Aliança em Pelotas entre Adolph Hermann Schreiber, imigrante alemão¹², e Santiago Prat & Cia, ou Santiago Prati e Thomaz

10 Idem, p. 136.

11 KARSBURG, 2015, p. 34.

12 Testamento de *Adolpho Hermann Schreiber* (testamentado) por Oscar Schreiber (testamenteiro). Pelotas – 1º Cartório. Ano/1881. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Gotuzzo, ambos imigrantes italianos¹³. A imigração do alemão Adolph está relacionada a uma política de colonização oficial, mesmo que ele não tenha permanecido na colônia para a qual foi designado, São Leopoldo¹⁴.

Já os imigrantes italianos são fruto de uma migração voluntária, com mais de duas décadas de antecedência da data oficial da chegada de italianos no Rio Grande do Sul, 1875. Pomatti¹⁵ afirma que esses imigrantes, em sua maioria, fizeram parte da população urbana, exercendo atividades nas cidades. Provavelmente as famílias de Santiago e Thomaz chegam juntas a Pelotas na segunda metade do ano de 1852 ou nos primeiros meses de 1853, pois Caetano Gotuzzo nasce em julho de 1852, na Itália¹⁶.

Além da imigração voluntária de italianos (105 pessoas), Pelotas registra a chegada de mais 17 nacionalidades entre os anos de 1844 e 1852, destacando-se a portuguesa com 352 imigrantes, a francesa com 262 pessoas e a uruguaia com 234, além de espanhóis, argentinos, alemães e ingleses, caracterizada por uma imigração espontânea de indivíduos com qualificação profissional¹⁷.

A informação de compra e venda do hotel está descrita no jornal O Pelotense, na seção “Anúncios”¹⁸, sendo essa uma prática comum nos periódicos brasileiros do século XIX, tendo validade como documento, quando ambos, vendedor e comprador, declaram a compra e as responsabilidades de cada um a partir daquela data.

Aqui começa a história, quando o marido, Santiago Prati, e o tio de Thereza Gotuzzo Prati, Thomaz Gotuzzo, iniciam sua trajetória junto ao Hotel Aliança. Esse hotel pode ser considerado o primeiro “hotel” aberto

13 Registro de Óbito de *Santiago Prati*. Livro 16 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, out.1890–mar.1892, p. 50. Cúria Diocesana. Pelotas; Registro de Óbito de Thomaz Gotuzzo. Livro 7 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1872–1876, p. 116. Cúria Diocesana. Pelotas, respectivamente.

14 ROSA, Gilson J. da. *Imigrantes Alemães 1824-1853*. (Código C333 do AHRS). Porto Alegre: Est Edições, 2005.

15 POMATTI, Angela B. *A questão da colonização e da imigração em Pelotas: italianos na Colônia Maciel*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X. 2010, Santa Maria, Anais [...]. Santa Maria, RS, 2010.

16 Registro de Óbito de *Caetano Gotuzzo*. Livro 22 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1925-1929, p. 22. Cúria Diocesana. Pelotas.

17 BECKER, Klaus. A imigração no Sul do Estado de 1844-1852. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. *Imigração*. 5º volume. Canoas: Editora Regional Ltda., 1958.

18 O Pelotense, Pelotas, 03.05.1853, p. 4.

na cidade de Pelotas¹⁹ e o hotel que sobreviveu por mais tempo na cidade, ou seja, de 1843 até 1968 quando foi demolido, período em que esteve em funcionamento ininterrupto²⁰. Por essas características, tem uma história de destaque na hotelaria pelotense.

Quem chegasse a Pelotas e andasse pelas suas ruas no final da Revolução Farroupilha (1835-1845) encontraria outras opções de hospedagem além do Hotel Aliança. A “casa de hospedagem do Sr. Claussen”, o Hotel dos Emigrados e o Hotel Godefroy, todos de imigrantes europeus (alemão, espanhol e francês, respectivamente)²¹, também ofereciam serviços de hospedagem, de alimentação e de lazer aos forasteiros e ao povo pelotense.

Destes, apenas o Hotel Aliança consegue se manter em atividade nas décadas seguintes do século XIX, entrar o século XX e permanecer até o final da década de 1960. Adolph Hermann Schreiber, Santyago Prat & Cia., Viúva Prati & Cia., Gotuzzo & Agrifóglio, Caetano Gotuzzo, Jerônimo Del Grande, Eduardo Henriques Nogueira, Martin Zabaletta & Cia., Altair Dantas, estiveram à frente do estabelecimento nestes mais de 120 anos aberto ao público.

A família Gotuzzo, que compra o hotel juntamente com Santiago Prati em 1853, permanece com o mesmo até 1927, em função da morte de Caetano Gotuzzo dois anos antes. A primeira sociedade ocorre entre Santiago Prati e o pai de Caetano, Thomaz Gotuzzo. Santiago, que encabeça a sociedade, é casado com a prima de Caetano e, provavelmente, vieram juntos para o Brasil (Figura 1).

19 MÜLLER, 2004.

20 MÜLLER; HALLAL; TEIXEIRA, 2020.

21 MÜLLER, Dalila. “Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). *Tese* (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

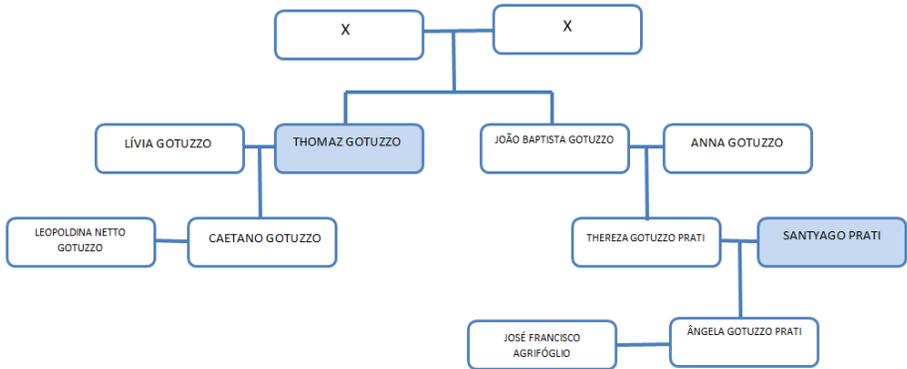


Figura 1 – Primeira geração da família Gotuzzo, proprietária do Hotel Aliança
 Fonte: Elaboração da autora a partir de registros da Curia Diocesana de Pelotas, de inventários e testamentos e de matérias nos jornais.

Durante o tempo em que Santiago esteve à frente do hotel, é fundada, nas suas dependências, a *Società Unione e Filantropia* de Pelotas²², tendo como presidente o próprio Santiago e como secretário Caetano Gotuzzo²³. A sociedade começa a ser gestada dois anos antes, quando, durante os festejos de 20 de Setembro, “Instalaram também uma sociedade sob a presidência do Sr. Santiago e tendo como vice-presidente o Sr. Gentillini, para festejarem anualmente os dias 20 de setembro e 1º de janeiro.”²⁴. Ruggiero²⁵ afirma que essa foi a segunda associação étnica italiana nas cidades do Rio Grande do Sul, sendo a primeira em Bagé, demonstrando a presença de imigrantes dessa etnia nas cidades gaúchas.

Isso revela a centralidade e a influência das famílias Prati e Gotuzzo para a organização dos imigrantes italianos na cidade de Pelotas e sua inserção na cidade que escolheram para viver e a importância do Hotel Aliança como um espaço de comemorações, de aglutinação e de discussão política e social destes elementos.

22 Correio Mercantil, Pelotas, 04.07.1876, p. 2.

23 Diário de Pelotas, Pelotas, 06.01.1877, p. 2.

24 Diário do Rio Grande, Rio Grande, 23.09.1871, p. 1.

25 RUGGIERO, 2015.

Anos antes, datas significativas para os imigrantes italianos já eram comemoradas nas dependências do hotel, como o Vinte de Setembro (unificação italiana) e 19 de Março (heróis José Garibaldi e José Mazzini), organizadas pelos próprios imigrantes. Porém, o Hotel também era palco para as comemorações de datas significativas para os brasileiros, como o Sete de Setembro²⁶.

Müller²⁷ afirma que o Hotel Aliança foi pioneiro no oferecimento de banquetes assim que Santiago e Thomaz compram o Hotel, ou seja, já em 1854 os jornais noticiam e descrevem a realização destas atividades no seu interior e fora dele. Além disso, destacam a excelência do atendimento dado pelo hotel: “O serviço da mesa nada deixou a desejar, e os proprietários do hotel bem sustentaram sua antiga e bem merecida reputação.”²⁸ e a qualidade das “iguarias” e dos “doces” preparados “sob a direção da esposa do Sr. Santiago Prati, principal proprietário daquele estabelecimento [...] O doce além de ser da mais fina qualidade, estava preparado com a maior perfeição e esmero, oferecendo uma vista agradável e convidativa.”²⁹.

Os proprietários oferecem um serviço de banquetes bastante utilizado pela população pelotense e destacado positivamente pelas matérias jornalísticas. Outra questão importante de se destacar é a participação da família nos empreendimentos hoteleiros, como o exemplo de Thereza Gotuzzo Prati que é responsável pela preparação da alimentação oferecida nos eventos.

Além do Hotel Aliança a família Gotuzzo é proprietária de outros estabelecimentos de hospedagem na cidade e também na área rural do município. Os irmãos de Thereza, Giácomo e Pedro Luiz possuem, respectivamente, o Restaurant Familiar no Capão do Leão e o Hotel Garibaldi na Rua General Osório, área central de Pelotas, e seu cunhado Caetano Giacoboni, “hábil artista culinário”, casado com sua irmã Adelaide, é dono do Hotel Cavour (Figura 2).

26 Diário do Rio Grande, Rio Grande, 16.09.1854, p. 3-4.

27 MÜLLER, 2010.

28 Diário do Rio Grande, Rio Grande, 04.06.1857, p. 1.

29 Diário de Pelotas, Pelotas, 27.02.1885, p. 2.

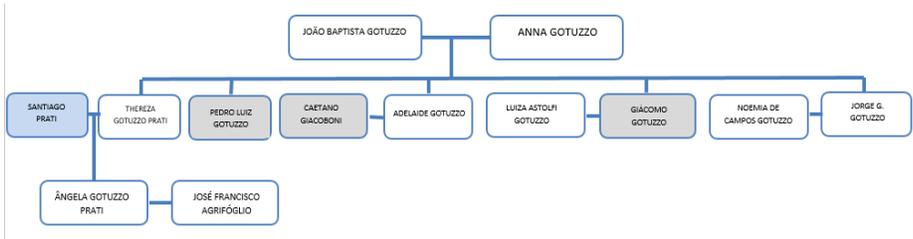


Figura 2 – Família de Thereza Gotuzzo Prati

Fonte: Elaboração da autora a partir de registros da Curia Diocesana de Pelotas, de inventários e testamentos e de matérias nos jornais.

Pedro Luiz inicia na atividade hoteleira no Hotel Aliança, quando é seu empregado³⁰, antes de abrir o Hotel Garibaldi na rua General Osório, uma das principais ruas da cidade, paralela as ruas Andrade Neves e XV de Novembro, esta onde se localiza o Hotel Aliança.

Pedro morre jovem, aos 28 anos de idade de Meningite³¹ e seu hotel é vendido por seu pai, João Baptista Gotuzzo, para outro imigrante italiano, Guilherme Marcucci³².

Da mesma forma que seu irmão, Giacomo Gotuzzo começa trabalhando no Hotel Aliança³³, posteriormente passa a dirigir o Restaurant Familiar no Capão do Leão, enquanto o proprietário era João Bonfiglio, tornando-se proprietário³⁴, permanecendo com o hotel até sua morte em 1917³⁵.

Pode-se dizer que Pedro e Giacomo aprendem seu ofício no Hotel Aliança, representando uma nova geração da família Gotuzzo a empreender na área da hotelaria. Essas informações também revelam a importância do Hotel como local de aprendizagem prática e como suporte para a abertura de outros estabelecimentos hoteleiros, seja na

30 Correio Mercantil, Pelotas, 01.06.1882, p. 2.

31 Onze de Junho, Pelotas, 01.06.1882, p. 2.

32 Diário de Pelotas, Pelotas, 21.09.1882, p. 3.

33 Diário Popular, Pelotas, 10.03.1917, p. 2.

34 Correio Mercantil, Pelotas, 19.10.1897, p. 2.

35 Diário Popular, Pelotas, 10.03.1917, p. 2.

cidade ou fora dela, seja de parentes próximos ou somente de antigos empregados, como José Paganotti, que abre a Pensão Aliança em Bagé³⁶.

Caetano Giacoboni, também natural da Itália, casa com Adelaide Gotuzzo em janeiro de 1876³⁷. Em 1882 é aberto o Restaurant Cavour (ou Hotel Cavour) cuja cozinha estava a cargo de Caetano Giacoboni, “hábil confeiteiro que faz a capricho castelos, bolos de casamento, xaropes de groselha, laranja, limão, tamarindos, orchata, etc.”³⁸. O Hotel Cavour, de Gotuzzo & Giacoboni³⁹ entra em liquidação em 1886⁴⁰.

Após a conclusão de seu hotel, Caetano Giacoboni pode ser encontrado na cozinha de outros hotéis, incluindo o Hotel Aliança, onde é chefe da cozinha no início de 1889⁴¹. No Hotel Brasil, no final de 1889, “o serviço culinário está sob a direção do hábil artista sr. Caetano Giacoboni”⁴² e no Hotel Garibaldi, nos primeiros anos do século XX, “o serviço de cozinha está ao cuidado do hábil profissional Caetano Giacoboni, muito conhecido nesta cidade pela sua perícia na arte culinária”⁴³. Os dois hotéis possuem relação com também imigrantes italianos. O proprietário do Hotel Brasil é Antônio Scotto, imigrante italiano natural de Gênova⁴⁴. O proprietário do Hotel Garibaldi, na época, é João Leopoldo Borda, porém Alexandre Bonfiglio, irmão de Antonio Bonfiglio, é o gerente⁴⁵.

É possível identificar uma relação entre a família Bonfiglio, também italiana, e a família Gotuzzo, porém, ainda não foi possível precisar o grau de parentesco entre eles. No início da década de 1880 Antonio Bonfiglio e seu cunhado Antonio Anselmo adquirem o Hotel Garibaldi, porém, não

36 Diário Popular, Pelotas, 20.11.1906, p. 3.

37 Registro de Casamento de *Caetano Giacoboni e Adelaide Gotuzzo*. Livro 6 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1873-1878, p. 67. Cúria Diocesana. Pelotas.

38 Diário de Pelotas, Pelotas, 12.12.1882, p. 3.

39 Il Venti Settembre, Pelotas, 30.09.1883, p. 4.

40 Correio Mercantil, Pelotas, 07.02.1886, p. 3.

41 Diário de Pelotas, Pelotas, 16.02.1889, p. 2.

42 Onze de Junho, Pelotas, 05.11.1889, p. 2.

43 Diário Popular, Pelotas, 02.11.1905, p. 3.

44 Registro de Casamento de *Antônio Scotto e Maria Thereza Cavalheiro*. Livro 2 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1844-1854, p. 74. Cúria Diocesana. Pelotas.

45 Diário Popular, Pelotas, 02.11.1905, p. 3.

são os primeiros proprietários do hotel após a morte de Pedro Gotuzzo, enquanto que João Bonfiglio inaugura o Restaurant Familiar em 1896⁴⁶, ou seja, antes de Giácomo se tornar proprietário.

Antonio Bonfiglio casa com Catharina Gotuzzo (da qual ainda não obtive informações sobre seu parentesco com Thereza e Caetano Gotuzzo) em 1906, porém, “já unidos civilmente”. Já João Bonfiglio era filho de Antonio Bonfiglio e Maria Calcagno Bonfiglio⁴⁷, desse modo, pode-se supor que Antonio era casado em segundas núpcias com Catharina Gotuzzo. O que é importante destacar a partir desta constatação é que muitos hotéis de Pelotas tinham uma relação direta com a família Gotuzzo e com o Hotel Aliança, podendo este ser considerado o berço de novos empreendimentos hoteleiros na cidade de Pelotas. Também revela a importância da família e dos imigrantes italianos para este ramo de negócios na cidade.

Um dos primeiros proprietários do hotel, Thomaz Gotuzzo, falece no dia 29 de junho de 1874, com 58 anos de idade⁴⁸, quando seu filho, Caetano Gotuzzo, assume oficialmente a sociedade com Santiago Prati. Caetano, ainda “mancebo”, participa, juntamente com Santiago Prati da direção do hotel e dos serviços de banquetes, sendo eles sempre muito elogiados pela imprensa: “Durante as agradáveis horas passadas nesta festiva ocasião, os Srs. Santiago Prati e Caetano Gotuzzo foram incansáveis em prodigalizar atenções a todas as pessoas presentes, que por demais mostravam-se satisfeitas a tanta amabilidade e cavalheirismo”⁴⁹.

Além de assumir a gerência do hotel com Santiago, Caetano também participa da diretoria da *Società Unione e Filantropia* de Pelotas, enquanto secretário na gestão da presidência de Santiago⁵⁰. Ambos são destacados, pela imprensa, pelo trabalho desempenhado a frente da sociedade: “Também foram saudados por diversas vezes com um entusiasmo indescritível honrado cidadão Sr. Santiago Prati e o distinto mancebo Sr. Caetano Gotuzzo, presidente e secretário da *Unione e*

46 Correio Mercantil, Pelotas, 10.12.1896, p. 1.

47 Registro de Casamento de *João Bonfiglio* e *Cândida Folhas*. Livro 12 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1893-1896, p. 56. Cúria Diocesana. Pelotas.

48 Registro de Óbito de *Thomaz Gotuzzo*. Livro 7 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1872-1876, p. 116. Cúria Diocesana. Pelotas.

49 Diário de Pelotas, Pelotas, 21.03.1877, p. 1-2.

50 Correio Mercantil, Pelotas, 05.11.1875, p. 2.

Philantropia, que com dedicação e patriotismo elevaram essa sociedade a um maior grau de prosperidade.”⁵¹.

No século XX, em primeiro de janeiro de 1916, é inaugurada a Sociedade Italiana Dante Alighieri, sendo Caetano Gotuzzo seu presidente. A inauguração ocorre na sede da sociedade, à rua Voluntários da Pátria, e após, os convidados se reúnem no jardim do Hotel Aliança onde foi servido uma “lauta mesa de sanduiches e líquidos”⁵².

Caetano também participa, enquanto um dos 12 diretores, da primeira diretoria da Biblioteca Pública Pelotense⁵³. Cabe destacar que a Biblioteca é fundada em novembro de 1875 por um grupo de 45 cidadãos pelotenses⁵⁴ que estavam descontentes com a inexistência de uma biblioteca na cidade, ou seja, com esta lacuna na vida intelectual da sociedade pelotense. A Biblioteca “representa um marco na história da leitura e da educação de Pelotas, pois se constitui numa representação da valorização da leitura no município de Pelotas no final do século XIX”⁵⁵.

Essa ação de Caetano demonstra a sua inserção na sociedade pelotense, participando não somente de sociedades da sua etnia italiana, mas também apoiando ações coletivas importantes para a população da cidade. Mais uma vez, demonstra que os imigrantes italianos estavam integrados e/ou buscavam se integrar na sociedade brasileira, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cidade.

Com a morte de Santiago no ano de 1891⁵⁶ a firma é alterada para Viúva Prat & Cia, composta pelos primos Thereza Gotuzzo Prati e Caetano Gotuzzo⁵⁷. Em 1899 a razão social é alterada novamente para Gotuzzo & Agrifóglio, composta por Caetano e José Francisco Agrifóglio,

51 Diário de Pelotas, Pelotas, 21.03.1877, p. 1-2.

52 A Federação, Porto Alegre, 03.01.1916, p. 4.

53 Correio Mercantil, Pelotas, 14.03.1876, p. 1.

54 PERES, Eliane T. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

55 GONÇALVES, Renata B. *Livros e leitura na cidade de Pelotas-RS no final do século XIX: um estudo através dos jornais pelotenses (1875-1900)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2010, p. 149.

56 Registro de Óbito de *Santiago Prati*. Livro 16 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, out.1890–mar.1892, p. 50. Cúria Diocesana. Pelotas.

57 Diário Popular, Pelotas, 02.09.1891, p. 3.

genro de Thereza⁵⁸ (Figura 2). Porém, a partir das matérias jornalísticas, é possível afirmar que Caetano dirige sozinho o hotel após a morte de Santiago. Antes da sua morte, o trabalho de ambos era ressaltado pelos jornais e, agora, somente o nome de Caetano é divulgado e salientado.

A sociedade com José Francisco dura somente dois anos, quando este falece e a sociedade é dissolvida judicialmente⁵⁹. A partir daí, Caetano Gotuzzo torna-se o proprietário individual do hotel até sua morte em oito de setembro de 1925⁶⁰.

Caetano Gotuzzo casa com Leopoldina Netto, filha do comerciante José Ferreira Netto no dia 19 de outubro de 1878⁶¹. Dessa união, nascem quatro filhos e duas filhas. Humberto, Caetano, Leopoldo e Haroldo, e Dora e Zaira (Figura 3).

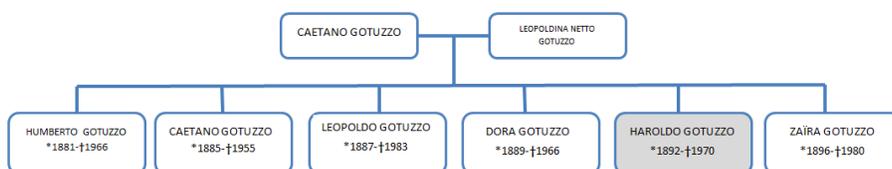


Figura 3 – Família de Caetano Gotuzzo.

Fonte: Elaboração da autora a partir de registros da Cúria Diocesana de Pelotas, de inventários e testamentos, de matérias nos jornais e da tese de Schwonke⁶².

Humberto Netto Gotuzzo reside no Rio de Janeiro desde que foi estudar medicina e atua como médico psiquiatra e como diretor do Hospício Nacional dos Alienados do Rio de Janeiro, nomeado em 1906⁶³ e também como colaborador e crítico de arte no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*⁶⁴.

58 *Correio Mercantil*, Pelotas, 06.10.1899, p. 1.

59 *Correio Mercantil*, Pelotas, 07.12.1901, p. 4.

60 Registro de Óbito de *Caetano Gotuzzo*. Livro 22 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1925-1929, p. 22. Cúria Diocesana. Pelotas.

61 Registro de Casamento de *Caetano Gotuzzo e Leopoldina Netto*. Livro 7 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1878-1887, p. 12. Cúria Diocesana. Pelotas.

62 SCHWONKE, Raquel Santos. *Leopoldo Gotuzzo e a constituição do Malg (1887-1986)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.

63 *A Federação*, Porto Alegre, 23.10.1906, p. 2.

64 SCHWONKE, 2018.

Além disso, faz parte do Touring Clube do Brasil no Rio de Janeiro⁶⁵, demonstrando sua inserção em atividades relacionadas ao turismo. Outro membro da família Gotuzzo, Carlos Gotuzzo Giacoboni, filho de Caetano Giacoboni e Adelaide Gotuzzo, mas, agora em Pelotas, participa, como vice-presidente, do Automóvel Club de Pelotas⁶⁶, outra entidade com participação importante nas atividades turísticas brasileiras.

Caetano Netto Gotuzzo também reside no Rio de Janeiro e se forma em odontologia, atuando como dentista no Centro Médico da Ilha de Paquetá e atendendo em um consultório no Centro do Rio de Janeiro junto com seu irmão, Humberto⁶⁷.

Leopoldo Netto Gotuzzo é artista pintor, começando seus estudos em Pelotas, no curso particular de Desenho e Pintura com Frederico Trebbi. Em 1909, seguindo sua vocação, seus pais o mandam estudar em Roma, onde permanece por cinco anos. Em 1903, em Pelotas, participa da primeira exposição na Biblioteca Pública Pelotense e, a partir daí, pinta e expõe no Brasil e em diferentes países da Europa até 1970, obtendo diversos prêmios⁶⁸.

De acordo com Schwonke⁶⁹ Dora e Zaira são “do lar” e em 1935, dois anos após a morte da mãe, se mudam para o Rio de Janeiro, quando compram um sobrado no Bairro Santa Teresa.

Aos poucos, os irmãos se mudam para o Rio de Janeiro, Humberto e Caetano são os primeiros, seguidos de Leopoldo, em 1919, dividindo a mesma residência no Bairro Santa Tereza, exceto Haroldo, que nunca morou com os irmãos. Leopoldo, o último irmão a falecer, vende a casa em 1968 e aluga um apartamento em Botafogo, onde reside com a irmã Zaira até que ambos falecem em 1980 e 1983⁷⁰.

65 O Fluminense, Rio de Janeiro, 8.08.1943, p. 1.

66 Brazil Ferro Carril, Rio de Janeiro, 15.10.1925, p. 508, n. 420, volume XXIX, ano XVI.

67 Idem.

68 Ibidem.

69 Ibidem.

70 Ibidem.

Haroldo Netto Gotuzzo foi escriturário geral do Hotel Aliança⁷¹ e fica encarregado dos negócios do pai quando este vai para a Europa⁷². Haroldo abre seu próprio hotel, cuja inauguração se deu em março de 1926⁷³, ou seja, logo após a morte de seu pai. É importante destacar que Haroldo não fica com o hotel da família, mas abre um novo hotel na cidade levando consigo o último gerente do Hotel Aliança⁷⁴, José Orlandi, para gerenciar seu novo hotel⁷⁵. O Hotel Gotuzzo esteve aberto ao público até 1928, quando é leiloado⁷⁶. Haroldo Gotuzzo também se inscreve para concorrer ao arrendamento do Grande Hotel, inaugurado em abril de 1928, porém desiste antes da seleção do arrendatário⁷⁷, que é vencida por Caetano Bianchi.

Haroldo também está relacionado ao esporte. Em 1908 é candidato a diretor do Foot-Ball Club⁷⁸, porém não obtivemos informação se sua chapa foi a eleita; em 1924 é campeão de tênis da “Taça Lindoya”, jogando pelo Sport Clube Pelotas⁷⁹. Schwonke⁸⁰ também destaca que Haroldo foi sócio Honorário do Esporte Clube Pelotas.

Em 1933 Haroldo já está no Rio de Janeiro, como diretor da “Revista do Lloyd Brasileiro”, juntamente com Adolpho Pedroso⁸¹, ambos possuindo uma sociedade em oficina gráfica⁸². Quando da sua morte, em 1970, Haroldo estava trabalhando na Rádio do “Jornal do Brasil”⁸³. De hoteleiro na cidade de Pelotas, Haroldo passa a trabalhar na área de comunicação e propaganda no Rio de Janeiro.

71 Ibidem.

72 Diário Popular, Pelotas, 02.03.1911, p. 4.

73 O Libertador, Pelotas, 22.03.1926, p. 4.

74 Diário Popular, Pelotas, 21.02.1925, p. 6.

75 O Libertador, Pelotas, 22.03.1926, p. 4.

76 O Libertador, Pelotas, 17.08.1928, p. 3.

77 Diário Popular, Pelotas, 03.01.1928, p. 6.

78 A Opinião Pública, Pelotas, 15.05.1908, p. 3.

79 Ilustração Pelotense, Pelotas, 07.09.1924, n. 17.

80 SCHWONKE, 2018.

81 O Radical, Rio de Janeiro, 07.10.1933, p. 7.

82 O Radical, Rio de Janeiro, 24.03.1935, p. 6.

83 Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 14.07.1970, p. 4.

Os seis filhos de Caetano Gotuzzo permanecem todos solteiros e não têm filhos, sendo referidos por Leopoldo Gotuzzo como “os solteirões” e todos morrem no Rio de Janeiro⁸⁴.

Quando Caetano “fica à frente do estabelecimento [Hotel Aliança], que o mesmo realiza melhorias mais significativas, tanto em relação à instalação de infraestrutura e equipamentos, quanto às reformas estruturais, o que destaca o hotel, sendo um dos mais procurados da região.”⁸⁵.

Segundo Müller, Hallal e Teixeira⁸⁶, é nesse período que o hotel passa por mudanças, se aperfeiçoando, aumentando e melhorando suas dependências, instalando serviços básicos, como água encanada, luz elétrica, esgotos, melhorando as comodidades, com o telefone e campainhas nos quartos para comunicação direta entre hóspede e funcionário, entre outras. Essas melhorias fazem com que o hotel seja considerado, no ano de 1916, “em seu gênero o estabelecimento que maiores comodidades oferece aos forasteiros e ao público” e “um estabelecimento que acompanha o progresso de Pelotas”⁸⁷.

Além do hotel, Caetano possui a Quinta Aliança desde o final do século XIX⁸⁸, localizada nos “arrabaldes” da cidade, onde hoje se encontra a Vila que leva seu sobrenome, no Bairro Fragata. A Quinta produz diversas frutas, entre elas uvas, com as quais se produziam vinhos⁸⁹ e diversos doces⁹⁰. Os produtos produzidos e fabricados na Quinta são vendidos no Hotel Aliança: “Doces: No Hotel ‘Aliança’ vendem-se excelentes doces, preparados na ‘Quinta Aliança’ e premiados com medalhas de prata na Exposição Nacional do Rio de Janeiro.”⁹¹.

Caetano participa de exposições, tanto estaduais quanto nacionais, expondo os produtos da Quinta. Em 1900 participa da Exposição

84 Idem.

85 MÜLLER; HALLAL; TEIXEIRA, 2020, p. 12.

86 Idem.

87 Diário Popular, Pelotas, 03.03.1916, p. 1.

88 Diário Popular, Pelotas, 23.12.1894, p. 2.

89 Diário Popular, Pelotas, 28.03.1907, p. 1.

90 Diário Popular, Pelotas, 15.05.1909, p. 2.

91 Diário Popular, Pelotas, 15.05.1909, p. 2.

Estadual⁹² e em 1909 da Exposição Nacional. Nesta exposição conquista a Medalha de Prata no Grupo 5 – “Conservas de Peixe, Carne, Legumes e Frutas”⁹³.

Porém, em 1919 uma parte das terras da Quinta é loteada⁹⁴. O loteamento das terras de Caetano, juntamente com as do Dr. Augusto Simões Lopes e de Baldomero e Faustino Trápaga Filho também no atual Bairro Fragata, são considerados os “primeiros exemplos ‘edificantes’ de venda de terrenos para a família operária [...] [os proprietários], que ao mesmo tempo se tornam úteis para a cidade, veem seu capital remunerado”⁹⁵.

A Quinta Aliança é utilizada pela família para passar a temporada do verão, conforme dedicatória em um cartão postal de 1927 enviado e com a foto de Zaira e endereçado à Therezinha e Angelina⁹⁶. Observa-se que, mesmo após a morte de Caetano e parte da Quinta estar loteada, a família ainda passa o veraneio no local.

A parte restante, presente no testamento, é requisitada por Leopoldo em nome dos irmãos. Em 1952, Leopoldo envia uma carta para o vice-prefeito de Pelotas, Oscar da Cunha Echenique, solicitando que os “cento e vinte e tantos [lotes que] ainda nos pertencem” fossem vendidos, porém, esta solução vinha sendo dificultada porque a área havia sido invadida. De acordo com a carta, para os filhos de Caetano Gotuzzo os lotes são “os únicos interesses que temos em Pelotas”⁹⁷.

Caetano morre em setembro de 1925⁹⁸, deixando sua esposa Leopoldina e seus seis filhos, destes, Haroldo, Dora e Zaira residem em

92 Correio Mercantil, Pelotas, 11.09.1900, p. 1.

93 A Federação, Porto Alegre, 22.04.1909, p. 1.

94 Diário Popular, Pelotas, 18.05.1919, p. 1.

95 MOURA, Rosa M. G. R. de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006, p. 177.*

96 SCHWONKE, 2018, p. 115.

97 Carta do Rio de Janeiro de 1952, citada por Schwonke, 2018, p. 45.

98 Registro de Óbito de *Caetano Gotuzzo*. Livro 22 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1925-1929, p. 22. Cúria Diocesana. Pelotas.

Pelotas. Leopoldina falece em agosto de 1933, com 78 anos de idade⁹⁹. Dois anos após sua morte, as filhas se mudam para o Rio de Janeiro.

No inventário de Caetano são arrolados os bens deixados para sua esposa e filhos:

[...] móveis e utensílios que guarnecem a residência particular do casal, pela quantia de quatro contos de reis, sessenta ações, pela quantia de nove contos e seiscentos mil reis (4000\$000); sessenta ações do Banco Pelotense (...), pela quantia de nove contos e seiscentos mil reis (9:600\$000); sete ações da Companhia Poock, do Rio Grande (...), pela quantia de (1:050\$000) um conto e cinquenta mil reis; duas ações da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (...), pela quantia de quatrocentos mil reis; quatro ações do Club Commercial desta cidade, pela quantia de seiscentos mil reis; dez ações da Companhia Telephonica Melhoramentos e Resistencia (...), pela quantia de um conto e duzentos mil reis, cinco ações da Societá Italiana Reunité Unione F. e Circolo Garibaldi (...), pela quantia de cem mil reis; duas ações da Biblioteca Publica Pelotense, pela quantia de vinte mil reis; uma ação da Companhia Grande Hotel de Pelotas (cautela nº 75), pela quantia de cento e quarenta mil reis; importância que falta a receber pela venda de lotes de terrenos feita ao Sr. Pedro Merlo, um conto e cem mil reis; um lote de terreno na Villa Theodosio, sob nº10 com uma área de seis mil seiscentos metros quadrados (...); uma chácara situada nos subúrbios desta cidade [...].¹⁰⁰

Os bens listados demonstram a participação de Caetano em diferentes sociedades, sejam elas da sua etnia italiana, como a Societá Italiana Reunité Unione F. e Circolo Garibaldi, ou gerais como o Grande Hotel, o Clube Comercial, o Banco Pelotense, a Biblioteca Pública Pelotense, entre outros. Percebe-se a participação de Caetano, representando os imigrantes italianos, na cidade de Pelotas, seja em organizações comerciais, industriais ou culturais e recreativas.

Com a morte de Caetano e a transferência de todos os filhos sem descendentes para o Rio de Janeiro, a família Gotuzzo encerra sua trajetória na hotelaria pelotense.

99 Registro de Óbito de *Leopoldina Netto Gotuzzo*. Livro 24 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1932-1934, p. 116. Cúria Diocesana. Pelotas.

100 Inventário de *Caetano Gotuzzo*, 14 dez. 1925, apresentado por Schwonke, 2018, p. 44.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de fragmentos da vida da família Gotuzzo e especificamente de Caetano Gotuzzo foi possível reconstruir os contornos de ser um imigrante italiano empreendedor da hotelaria em Pelotas no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A trajetória da família Gotuzzo e de Caetano, durante os mais de 50 anos à frente do Hotel Aliança, permite revelar diversas outras questões sobre a imigração, o empreendedorismo destes imigrantes e a história da hotelaria em Pelotas. A presença de diferentes etnias com profissões urbanas, o pioneirismo dos imigrantes, sejam eles alemães, italianos, franceses ou portugueses, na abertura de hotéis na cidade e a importância e a influência destes imigrantes no oferecimento de serviços de hospedagem, de alimentação e de lazer de qualidade, são relevantes para compreendermos a história de Pelotas no século XIX e no início do século XX, uma vez que os hotéis participam da vida social, econômica e política da cidade.

A história da família de Caetano Gotuzzo e do Hotel Aliança inicia na década de 1850, quando, juntamente com Santiago Prati, compra o hotel. Santiago Prati, esposo de Thereza Gotuzzo Prati, prima de Caetano faz sociedade com Thomaz Gotuzzo, pai de Caetano. Após o falecimento de Thomaz, em 1874, Caetano assume a sociedade com Santiago e, após o falecimento de Santiago, em 1899, Caetano dirige sozinho o hotel até sua morte em 1925. Durante todo o período em que a família dirigiu o hotel são realizadas as melhorias mais significativas no mesmo, o que fez com que se destacasse como um dos melhores estabelecimentos hoteleiros da cidade.

Outros membros da família Gotuzzo também empreendem na hotelaria pelotense, como os irmãos de Thereza, Giacomino e Pedro Luiz, seu cunhado Caetano Giacoboni e o filho de Caetano, Haroldo Gotuzzo. Todos iniciam suas atividades na hotelaria trabalhando no Hotel Aliança, o que demonstra a importância do hotel como suporte para a abertura de novos hotéis na cidade ou fora dela e da importância da família para este ramo de negócios na cidade.

Prati e Gotuzzo também são elementos centrais na organização de imigrantes italianos em associações, demonstrando a importância de ambos para a agregação desta etnia na cidade e do Hotel Aliança como

palco para comemorações, organização de sociedades e discussões políticas.

Caetano participa de outras associações em prol do “progresso” de Pelotas, sejam elas sociais, intelectuais, econômicas ou comerciais, como o Clube Comercial, a Biblioteca Pública Pelotense, o Banco Pelotense ou a Companhia Grande Hotel de Pelotas, entre outras, revelando a integração de imigrantes italianos com os demais moradores da cidade de Pelotas.

Paralelamente ao hotel, Caetano possui uma Quinta nos arrabaldes da cidade, onde planta diversas frutas e elabora produtos a partir delas, como vinho e doces, os quais são premiados em exposições nacionais. Possuir propriedades rurais nos arrabaldes da cidade era uma prática comum aos imigrantes, independente da etnia, a exemplo de Carlos Ritter, filho de imigrantes alemães, que possuía uma espaçosa área verde com diversas árvores, denominada Jardim Ritter, ou José Álvares Souza Soares, imigrante português, que fundou o Parque Pelotense, com uma extensa área verde, todas no atual Bairro Fragata.

A família Gotuzzo encerra sua trajetória na hotelaria pelotense com a morte de Caetano Gotuzzo em 1925 e a transferência de todos os seus seis filhos sem descendentes para o Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

A Federação, Porto Alegre, 22.04.1909, p. 1; 23.10.1906, p. 2; 03.01.1916, p. 4.

A Opinião Pública, Pelotas, 15.05.1908, p. 3.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

BECKER, Klaus. A imigração no Sul do Estado de 1844-1852. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. *Imigração*. 5º volume. Canoas: Editora Regional Ltda., 1958.

Correio Mercantil, Pelotas, 01.06.1882, p. 2; 04.07.1876, p. 2; 05.11.1875, p. 2; 06.10.1899, p. 1; 07.02.1886, p. 3; 07.12.1901, p. 4; 10.12.1896, p. 1; 11.09.1900, p. 1; 14.03.1876, p. 1; 19.10.1897, p. 2.

Diário de Pelotas, Pelotas, 06.01.1877, p. 2; 12.12.1882, p. 3; 16.02.1889, p. 2; 21.03.1877, p. 1-2; 21.09.1882, p. 3; 27.02.1885, p. 2.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 14.07.1970, p. 4.

Diário do Rio Grande, Rio Grande, 04.06.1857, p. 1; 16.09.1854, p. 3-4; 23.09.1871, p. 1.

Diário Popular, Pelotas, 02.03.1911, p. 4; 02.09.1891, p. 3; 02.11.1905, p. 3; 02.11.1905, p. 3; 03.01.1928, p. 6; 03.03.1916, p. 1; 10.03.1917, p. 2; 15.05.1909, p. 2; 18.05.1919, p. 1; 20.11.1906, p. 3; 21.02.1925, p. 6; 23.12.1894, p. 2; 28.03.1907, p. 1.

Brazil Ferro Carril, Rio de Janeiro, 15.10.1925, p. 508, n. 420, volume XXIX, ano XVI.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

GONÇALVES, Renata B. Livros e leitura na cidade de Pelotas-RS no final do século XIX: um estudo através dos jornais pelotenses (1875-1900). *Tese* (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2010.

Il Venti Settembre, Pelotas, 30.09.1883, p. 4.

Ilustração Pelotense, Pelotas, 07.09.1924, n. 17.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

MOURA, Rosa M. G. R. de. Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados. *Tese* (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

MÜLLER, Dalila. “Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). *Tese* (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MÜLLER, Dalila. A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928. *Dissertação* (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2004.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila R.; TEIXEIRA, Larissa P. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: PORTIGLIATTI, Bruno; MONTEIRO Ricardo; BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio. *Turismo & hotelaria no contexto da história*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

O Fluminense, Rio de Janeiro, 8.08.1943, p. 1.

O Libertador, Pelotas, 17.08.1928, p. 3; 22.03.1926, p. 4; 22.03.1926, p. 4.

O Pelotense, Pelotas, 03.05.1853, p. 4.

O Radical, Rio de Janeiro, 07.10.1933, p. 7; 24.03.1935, p. 6.

Onze de Junho, Pelotas, 01.06.1882, p. 2; 05.11.1889, p. 2.

PERES, Eliane T. *Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

POMATTI, Angela B.. A questão da colonização e da imigração em Pelotas: italianos na Colônia Maciel. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X. 2010, Santa Maria, *Anais [...]*. Santa Maria, RS, 2010.

Registro de Casamento de *Antônio Scotto e Maria Thereza Cavalheiro*. Livro 2 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1844-1854, p. 74. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Casamento de *Caetano Giacoboni e Adelaide Gotuzzo*. Livro 6 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1873-1878, p. 67. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Casamento de *Caetano Gotuzzo e Leopoldina Netto*. Livro 7 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1878-1887, p. 12. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Casamento de *João Bonfiglio e Cândida Folhas*. Livro 12 de Casamentos da Catedral São Francisco de Paula, 1893-1896, p. 56. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Óbito de *Caetano Gotuzzo*. Livro 22 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1925-1929, p. 22. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Óbito de *Leopoldina Netto Gotuzzo*. Livro 24 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1932-1934, p. 116. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Óbito de *Santyaogo Prati*. Livro 16 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, out.1890–mar.1892, p. 50. Cúria Diocesana. Pelotas.

Registro de Óbito de *Thomaz Gotuzzo*. Livro 7 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula, 1872–1876, p. 116. Cúria Diocesana. Pelotas.

ROSA, Gilson J. da. *Imigrantes Alemães 1824-1853*. (Código C333 do AHRs). Porto Alegre: Est Edições, 2005.

RUGGIERO, Antonio de. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul. In: VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SCHWONKE, Raquel Santos. Leopoldo Gotuzzo e a constituição do Malg (1887-1986). *Tese* (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.

Testamento de *Adolpho Hermann Schreiber* (testamentado) por Oscar Schreiber (testamenteiro). Pelotas – 1º Cartório. Ano/1881. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

ANOS 1940-1950: AEROCLUBES E INTEGRAÇÃO REGIONAL. O CASO DE CAXIAS DO SUL-RS (BRASIL)

*Susana Gastal**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O voo histórico de Santos Dumont, em 1906, demarca não só o início oficial da aviação, mas, de certa maneira, também inaugura o século XX, sob a lógica de novas tecnologias. Entretanto, igual ou maior complexidade do que aquela associada ao desenvolvimento das aeronaves, foi a generalização de seu uso, demandando além de aparelhos, pessoal especializado e o estabelecimento de estruturas de terra associadas ao processo aeronáutico. No Brasil, na primeira metade do século XX, as políticas federais para o setor aeronáutico visavam, além da segurança nacional, promover o desenvolvimento regional e a interconexão entre cidades. Nesses termos, o presente capítulo tem por objetivo resgatar e analisar como se deram as tratativas para introdução de tais estruturas no Brasil, assim como suas repercussões no sul do País, mais especificamente na cidade de Caxias do Sul-RS.

Em termos de encaminhamentos de pesquisa para coleta e tratamento de dados, retomo fala de Francisco Rüdiger¹ quando, mesmo propondo analisar a área da Comunicação, introduziu uma reflexão sobre práticas metodológicas que pode ser ampliada ao campo do Turismo,

* Doutora. Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Universidade de Caxias do Sul. Bolsista Produtividade CNPq.

1 Francisco Rüdiger, em palestra na ALCAR RS, em 13 de abril de 2010, conforme anotações minhas.

Hospitalidade e Lazer. Segundo ele, em abordagens históricas, duas vertentes metodológicas se estabeleceriam: a da pesquisa especializada, ou seja, a do historiador que se volta para o campo [no presente caso, reportaria às diferentes presenças institucionais que formam o campo do Turismo]; e a pesquisa que tem a historicidade como dimensão, no caso, do Turismo. Essa segunda postura recorre à dimensão histórica para, a partir dela, analisar o fenômeno, sendo este o viés que inspira a presente abordagem, mesmo que *a priori* se trate de uma pesquisa especializada.

Por sua abrangência, implicações e decorrências, Boyer² coloca o turismo entre as grandes revoluções do século XVIII que, a partir da Inglaterra, desenvolveu as revoluções industrial, agrícola, financeira e, para o autor, a Revolução Turística. Isso porque, os aristocratas e os rendeiros de *terrae*, naquele país, “ameaçados de perder uma parte do poder em proveito da burguesia ascendente, entenderam distinguir-se ao exaltar os valores da gratuidade: a riqueza ociosa [...] viagens sem obrigação e para os jovens educados nos melhores colégios, a educação recebia seu acabamento com *The Tour*”³. A plena expansão e consagração da Revolução Turística após a Segunda Grande Guerra europeia, mostra tratar-se de uma prática que, para se concretizar, precisou e precisa da intervenção de múltiplos atores [que o mercado, às vezes, prefere tratar como *indústrias*], tais como aqueles associados aos transportes, hospedagem, alimentação, entre outros, em ofertas abertas a todos os públicos ou mais especificamente direcionadas a fins turísticos.

Tal complexidade implica que, em termos de estudos de resgate de seu percurso no tempo, é possível falar em uma macro história [historicidade como dimensão] do Turismo, em interlocução direta ou indireta, com pesquisas especializadas. No caso, pesquisas especializadas reportando a *cases* nos transportes, hotelaria, restauração ou mesmo políticas públicas, mas outros poderiam ser citados. O diálogo mais amplo será, muitas vezes, construído *a posteriori*, pelo mesmo pesquisador ou por outros que venham a se debruçar sobre a construção da historicidade do turismo regional [no caso, o Rio Grande do Sul] ou nacional brasileiro. No desenhado no corpo deste artigo, trata-se de olhar um momento do desenvolvimento da aviação – o regional seguindo políticas nacionais de aeronáutica – em um Estado da federação que esteve presente no

2 BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003.

3 BOYER, 2003, p.39-40

desenvolvimento da aviação no País desde a década de 1920, através da criação, implantação e maturação da empresa aérea Varig.

Trata-se, assim, de pesquisa qualitativa, seguindo propostos da História Oral, que recomenda para coleta de dados as técnicas bibliográfica e documental, assim como entrevistas. A presente investigação entrevistou o caxiense Flávio Del Mese, em diferentes momentos de 2019. Del Mese, mais tarde reconhecido como vitorioso piloto de corridas de automóvel e fotógrafo, participou no início dos anos 1950, em Caxias do Sul, dos processos de consolidação da aviação regional, como piloto. A investigação segue linha de pesquisa que desenvolvo sobre a história do Turismo no Rio Grande Sul, buscando nos diferentes setores que contribuíram para consolidação da atividade na região, sua história progressa⁴.

O CONTEXTO AERONÁUTICO

Em 23 de outubro de 1906 aconteceu o voo histórico de Santos Dumont no 14 Bis, experiência realizada nos campos de Bagatelle, situados no Bosque de Bolonha, em Paris. Tal experiência, como outras do brasileiro, estão fartamente registradas em imagens, porque Dumont sempre se fazia acompanhar de fotógrafos [ou, os fotógrafos o acompanhavam], em suas demonstrações aeronáuticas. (Fig. 1).

4 GASTAL, Susana. Imagem, Paisagem e Turismo: a construção do olhar romântico. 2013. *Pasos*, v. 11, n. 3, p. 123-133. Disponível em: <https://riull.ull.es/xmlui/handle/915/14974>.

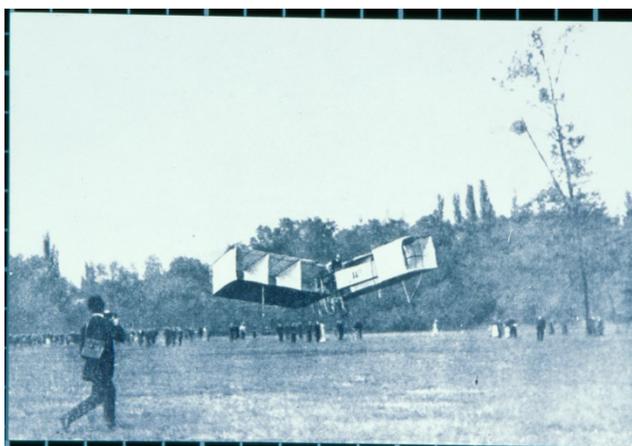
GASTAL, Susana; CASTRO, Marta Nogueira. A construção do campo do turismo: o papel do Touring Club no Rio Grande do Sul. Cândido, LA & Zottis, AM. Turismo: múltiplas abordagens. Novo Hamburgo: Feevale, p. 30-41, 2008. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/b40d5578-2787-431a-9473-2c8b30879f49/28268.pdf#page=30>.

GASTAL, Susana. Correio Aéreo e aviação civil: Os primeiros passos da Varig. *Turismo e Sociedade*, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/15835>.

GASTAL, Susana; COSTA, Luciana de Castro Neves; MACHADO, Flávia Carvalho. Hospitalidade e acolhimento: o século XIX no Sul do Brasil. *Revista Hospitalidade*, v. 7, n. 1, p. 43-64, 2010. Disponível em: <http://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/288>.

GASTAL, Susana; MACHIAVELLI, Mariana S. Um pouco da história dos eventos: A Festa Nacional do Champanhe. *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308334804_ARQUIVO_UMPOUCODAHISTORIADOSEVENTOS.pdf.

Figura 1 – Primeiro voo do 14 Bis



Fonte: Museu Paulista da USP

Conforme registro de Laboratório de Dinâmica e Simulação Veicular, grupo de pesquisa da Universidade São Paulo, no caso do 14 Bis:

[...] todos os preparativos do vôo foram fotografados e a vitória alcançada por Santos-Dumont foi noticiada pelos mais importantes jornais do mundo. O Aeroclub de França registrou o acontecimento em ata especial. No ano de 1906 havia dois prêmios de aviação a disputar: um oferecido pelo Aeroclub de França, para um vôo de cem metros de distância amplamente divulgados pela imprensa mundial e outro, oferecido pelo Sr. Ernest Archdeacon⁵, para quem conseguir decolar, voar mais de 25 metros e pousar com um aparelho mais pesado que o ar saindo do chão usando exclusivamente os recursos de bordo sem qualquer auxílio externo. Santos Dumont vôo muito mais, e ganhou os dois prêmios, fez isto frente a imprensa e as autoridades do aeroclube da França⁶.

A façanha do brasileiro repercute no Brasil, como seria esperado. Em 13 de janeiro de 1913 é criada a Escola Brasileira de Aviação, para capacitar os pilotos de que o país necessitava, “semelhante às melhores

5 Ernest Archdeacon foi mecenas de diversas experiências aeronáuticas. Outras informações em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernest_Archdeacon

6 Disponível em: http://www.usp.br/ldsv/?page_id=1697#:~:text=SANTOS%20DUMONT%3A%20O%20Pai%20da%20Avia%C3%A7%C3%A3o,-Alberto%20santos%2DDumont&text=O%20primeiro%20v%C3%B4o%20de%20Santos,mais%20importantes%20jornais%20do%20mundo.

da Europa e com uma flotilha de aviões Bleriot e Farman, monoplanos e biplanos, com motores de várias potências, adequados para instrução, para realização de provas para os brevets e para o vôo com passageiros”⁷.

A iniciativa é fruto de um acordo firmado entre o ministro da Guerra, general Vespasiano Albuquerque, e um grupo de pilotos italianos [...]. O início da Escola se dá, de fato, em fevereiro de 1914, com a chegada ao Campo dos Afonsos, onde hangares e oficinas são construídos, dos primeiros aviões e dos 35 militares que comporiam a turma inicial. Mas, já em junho, a Escola rescinde contrato com o governo, pois há atrasos nos pagamentos e dificuldade na importação de peças e equipamentos, devido à eclosão da guerra na Europa. A Escola é fechada. A Marinha retomará a formação de pilotos em 1916; o Exército apenas em 1919⁸.

Em 1916, a publicação *Aerophilo* registrava protestos quanto à postura descompromissada do Governo Brasileiro em relação à questão aeronáutica, segundo registro de Dos Santos Ferreira⁹:

[O] Governo do Brasil [...] já [...] deveria ter [se] inclinado a fazer algo em favor do Aero Club Brasileiro, para que em tempo de paz e durante a guerra imprevista, o nosso paiz pudesse contar com uma das maiores esquadrilhas do mundo para fiscalizar as suas costas e as nossas fronteiras, já sob o ponto de vista econômico, na paz, tanto em função militar na guerra.

Em 1917 teriam sido realizados 337 voos no País, de pequena e média altitude e duração. Há registro de uma visita de Santos Dumond (Fig. 2), em companhia do presidente da República, Wenceslau Escobar, à Escola de Aviação Naval em 1918, recebidos no local pelo ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, que apresenta aos visitantes os passos que vinham sendo dados pelo Brasil, em direção ao estabelecimento de uma *mentalidade aeronáutica*. O ministro “mostrou a seus convidados o serviço de aviação naval por ele organizado: uma flotilha de cerca

7 LAVENERE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. São Paulo: CR Correa Publicações Aeronáuticas, 1975, p.33.

8 LAVENERE-WANDERLEY, 1975, p.33.

9 DOS SANTOS FERREIRA, Raquel Franco. Uma história da campanha nacional da aviação (1940-1949): o Brasil em busca do seu ‘Brevêt’. *Revista Cantareira*, n. 17, 2012, p.77.

de 30 *aparelhos modernos*, oficina para reparos e construção de aviões, quatro hangares e a Escola de Aviação”¹⁰.

Figura 2: Santos Dumond visita a Escola de Aviação Naval, em 1918



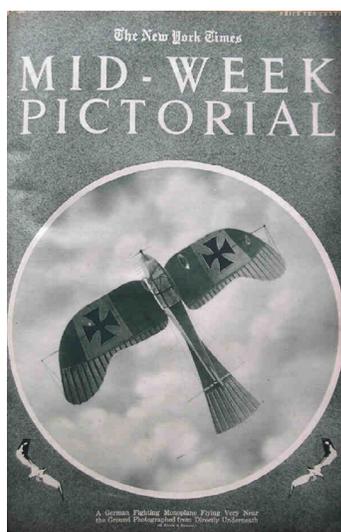
Fonte: Foto Jorge Kfuri, acervo Instituto Moreira Sales¹¹

Os passos iniciais dos processos aeronáuticos no País, mesmo que tímidos na década de 1910, decorrem de um contexto mais amplo. No âmbito internacional, durante a Primeira Grande Guerra europeia, houve ampliação do setor aeronáutico, com utilização de aviões para reconhecimento de terreno em estratégias militares, o que, em muitas ocasiões, levou a batalhas aéreas. A partir de então, o avião passou a ser considerado como equipamento bélico, levando muitos países a realização de maiores investimentos no setor (Fig. 3). “Possuir aviões, saber construir, armar e utilizar as novas máquinas passou a ser uma questão de afirmação de soberania para as nações.”¹²

10 SOUZA, J. G. A epopeia do Correio Aéreo. Rio de Janeiro: *Revista Aeronáutica*. Editora, 1986, p.32.

11 Imagem disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=8540>

12 FAY, Claudia Musa. A aviação comercial na América do Sul: um estudo comparativo entre a influência alemão e norte-americana na região (1919-1945). *Estudos Ibero-Americanos*, 29(2), 2003, p.149-150. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24024/0>.

Figura 3: Página do New York Times em 1º Jan 1917¹³

Fonte: Wikipedia, 2014

A confirmação da importância bélica da aviação virá em 1937, quando no dia 25 de abril, em ação aliada ao ditador Francisco Franco, 26 bombardeiros alemães da Legião Condor, escoltados por 16 caças da mesma nacionalidade, despejaram 45 toneladas de bombas sobre a cidade espanhola de Guernica. “Guernica ficou arrasada – e o mundo foi apresentado ao poder dos ataques aéreos sistemáticos, que se tornariam comuns poucos anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial.”¹⁴ Os explosivos lançados sobre a pequena localidade com 5 mil habitantes, no País Basco, deixaram 300 mortos de imediato e milhares de feridos, assim como casas, ruas e pontes destruídas.

Para Alemanha, tratava-se de utilizar a Guerra Civil Espanhola como campo de testes para os pilotos e as máquinas de sua nova Luftwaffe, introduzindo na lógica da guerra, o terror contra civis. Picasso immortalizou o ataque, na pintura Guernica, hoje no acervo do

13 Legenda original: Primeira página do *New York Times Mid-Week Pictorial*, de 1 de janeiro de 1917. Exibindo um avião de batalha alemão, um monoplane do tipo Taube, voando muito perto do solo, estando o fotógrafo posicionado diretamente abaixo dele. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Avia%C3%A7%C3%A3o_na_Primeira_Guerra_Mundial

14 Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/bombardeio-guernica-chuva-fogo-435298.shtml>

Museu Reina Sofia, em Madrid. Mas, não só o artista foi sensibilizado pela tragédia. Governos ao longo do Planeta alertaram-se de que a segurança nacional, de então em diante, deveria incluir aviões, pessoal bem treinado e estratégia em relação ao setor aéreo, principalmente com a consolidação de Franco (1936) e de Hitler (1933), no poder.

No Brasil, dez anos antes, a presença da tecnologia germânica em termos de aviação já se fazia presente. Em 26 de janeiro de 1927, o governo federal autorizou que o recém fundado conglomerado de empresas alemãs do setor aeronáutico, Deutsche Lufthansa AG, explorasse a rota aérea entre o Rio de Janeiro e Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul. Ainda com a antiga denominação de Condor Syndikat, em 3 de fevereiro do mesmo ano, a empresa inaugurou a linha Porto Alegre - Pelotas - Rio Grande. Segundo Gastal¹⁵, vinculada a esse contexto inicia-se a história da Viação Aérea Rio-Grandense [Varig], fundada em 7 de maio de 1927 por Otto Ernst Meyer, que fora membro da Força Aérea Alemã durante a Primeira Guerra Mundial.

Mas, será necessário aguardar o Governo Vargas para que, em 1931, sejam criados o Departamento de Aviação Civil [DAC], o Correio Aéreo Militar e implantado o Código Brasileiro de Aeronáutica. Dez anos depois, em 1941 – agora já no pós-Guernica –, o Governo Vargas cria o Ministério da Aeronáutica [Decreto-Lei nº 2.96] e institui a Força Aérea Brasileira, que receberia equipamentos e instalações antes de posse da Marinha, Exército e Ministério da Aviação e Obras. Durante a II Guerra,

[...] Brasil passou a ter uma posição estratégica tanto no fornecimento de matérias primas de primeira importância para o esforço de guerra aliado, quanto no estabelecimento de pontos estratégicos para montagem bases aéreas e operação de portos na região nordeste, isto se dava pois esta região representava para traslado aéreo, o ponto mais próximo entre o continente americano e africano, assim a costa brasileira seria fundamental no envio de tropas, veículos, suprimentos e aeronaves para emprego no teatro europeu. Como contrapartida no intuito de se promover a modernização das Forças Armadas Brasileiras, que neste período estavam à beira da obsolescência em materiais, quando de doutrina militar (pois havia grande influência francesa no meio militar brasileiro pois por muitos anos o país ainda era signatário da doutrina militar francesa que fora desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial)¹⁶.

15 GASTAL, 2009.

16 ARMAS NACIONAIS, s.d. s.p. Disponível em: <https://www.armasnacionais.com/2020/07/fairchild-pt-19-pt-3fg-no-brasil.html>.

Quando da adesão aos Aliados pelo governo Vargas, iniciou-se o processo de reequipamento das Forças Armadas, através do programa Leand & Lease Bill Act [Lei de Arrendamentos e Empréstimos], do governo norte-americano, que levaram ao recebimento dos primeiros aviões em 1942, entre eles, “100 unidades novas de fábrica do consagrado Fairchild PT-19 Cornell que deveriam ser empregados em tarefas de instrução básica”¹⁷.

Os termos garantidos por este acordo viriam a criar uma linha inicial de crédito ao país da ordem de cem milhões de dólares, para a aquisição de material bélico, proporcionando ao país acesso a modernos armamentos, aeronaves, veículos blindados e carros de combate. [...] No que tange a aviação de combate a recém-criada Força Aérea Brasileira era a arma que mais carecia de modernização pois herdara da Marinha e Exército aeronaves já ultrapassadas e não adequadas as ameaças daquele período.¹⁸

Os PT 19, especialmente, “logo conquistaram a confiança de alunos e instrutores, despertando assim o interesse do Ministério da Aeronáutica na aquisição de mais células da aeronave”¹⁹, o que levaria, inclusive, a obtenção de uma licença para sua produção no Brasil, nas instalações da Fábrica do Galeão.

Em paralelo a aviação militar, tais processos também embasaram políticas públicas que levassem a um projeto de integração nacional, a ser promovido via aviação civil e comercial. O projeto incluiria incentivos à instalação e qualificação de aeroclubes, isenções para aquisição de aeronaves e a formação de pilotos também para aviação civil e comercial. Isso porque, a “evolução tecnológica da indústria aeronáutica tornava a aviação um setor estratégico para a defesa nacional e o processo de industrialização do país, especialmente pela ausência de infraestrutura de transporte, comunicação e energia à época”²⁰

17 ARMAS NACIONAIS, s.d. s.p.

18 ARMAS NACIONAIS, s.d. s.p.

19 ARMAS NACIONAIS, s.d. s.p.

20 FAY, Claudia Musa; DE SOUZA FONTES, Rejane. O papel do Aeroclube do Brasil na construção de uma política nacional de aviação brasileira (1911-1972). *História (São Paulo)*, 2017, 36, p. 20-21. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742017000100505&script=sci_arttext.

Além disso, não se pode desconsiderar que a “preocupação do Estado com a sua própria segurança e estabilidade em tempos de guerra, tornou-se um apelo popular para a construção de aviões e formação de pilotos”²¹. A política de incentivo do governo Vargas, além da criação de aeroclubes com infraestrutura para serviços de terra, incluía subsídios por quilômetro voado e “isenções de impostos para a aquisição de material aeronáutico pelas empresas aéreas”²²

Aeroclube era a instituição responsável por fornecer cursos, treinar pilotos, formar mecânicos e instrutores de voo, bem como fornecer espaço para eventos na área da aviação e opções de fretamento de voos particulares. Na cidade do Rio de Janeiro, estava sediado o Aeroclube do Brasil, responsável pelo registro e pelo controle dos demais aeroclubes do país, bem como pertencia a ele a função de treinar instrutores de voo para os demais aeroclubes. Contudo, era no estado de São Paulo que havia a maior quantidade daquelas instituições em funcionamento. Nomes importantes como o de Leonel Brizola, podem ser encontrados em listas de pilotos brevetados por aeroclubes.²³

A imprensa, na figura de Assis Chateaubriand, proprietário do maior grupo de comunicação naquele momento, o Diários Associados, aderiu à proposta:

[...] durante a década de 1940 surgem novas perspectivas e mais um projeto de integração aérea do Brasil, a partir de uma conversa entre Assis Chateaubriand e o ministro da Aeronáutica, Salgado Filho. Uns dizem que a ideia partiu de Chateaubriand e outros de Salgado Filho. O caso é que se imaginava que a aviação nacional, contando com acordos e patrocínios privados, poderia desenvolver-se e ajudar a solucionar sérios problemas como: a falta de uma aviação civil abrangente, de oportunidades de treinamento para aviadores civis e militares, e a ausência de um monitoramento mais efetivo da nossa costa. Surgia, então, a campanha que teve denominações como: ‘Campanha Nacional para Doar Aviões’, ‘Campanha Nacional para dar Asas à Mocidade do Brasil’ e ‘Campanha Nacional da Aviação Civil’, dentre outras, até chegar ao nome atualmente conhecido de ‘Campanha Nacional da Aviação’, ou CNA. O

21 DOS SANTOS FERREIRA, 2012, p.76.

22 FAY, Claudia Musa. Crises na aviação brasileira: a ordem internacional e as questões internas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 30, n. 1, 2002 p. 130. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1363/1728>.

23 Informação a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_nacional_da_avia%C3%A7%C3%A3o

primeiro avião da CNA foi doado ao aeroclube de Pesqueira-PE, em primeiro de novembro de 1940.²⁴

Os resultados envolveram criação e/ou qualificação de 400 Aeroclubes, a compra de aproximadamente 700 aeronaves [alguns falam em até mil aeronaves] e três mil pilotos civis e militares *brevetados*, entre eles o político de expressão nacional, Leonel Brizola, como já colocado. Ao longo da década de 1940, houve a doação de aeronaves por muitas empresas e empresários, ampliação de hangares e construção de campos de pouso. Além da doação de aeronaves, houve, como parte da programação da Semana da Asa de 1941, a intensificação da *campanha do alumínio*, quando doações de “cinco quilogramas desse metal [dando] direito a uma hora de voo, [...] em aviões do Aeroclube do Brasil” (Correio da Manhã, 2-10-1941, p.5). As doações de “artefatos de alumínio mobilizaram o país de Norte a Sul, levando cidadãos comuns a depositarem à sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos [...] e em todas as suas agências, os objetos doados.”²⁵

A partir do exemplo da CNA outras campanhas tomaram impulso, como a da criação de aeródromos e estímulo do aerodelismo para que a juventude tomasse gosto por aviões e desenvolvesse a mentalidade de seguir carreira na aviação; a de incentivo ao volovelismo, vôo a vela; a 'Asas e Ases para o Brasil', para a formação de monitores de vôo e pilotos civis, dentre outras, bem como surgiram entidades que se propuseram a arrecadar fundos para a compra de aviões, como a 'Legião do Ar' – no Rio Grande do Sul – e a 'Bolsa de Aviões'.²⁶

No início dos anos 1950, as aeronaves que integravam o plantel original da Força Aérea Brasileira começaram a ficar obsoletas para uso militar, iniciando-se um processo “de retirada gradual dos PT-19 remanescentes, com as aeronaves em bom estado sendo transferidas para o Departamento de Aviação Civil (DAC) a fim de serem doadas a aeroclubes espalhados pelo país.”²⁷

24 DOS SANTOS FERREIRA, 2012, p. 78.

25 DOS SANTOS FERREIRA, 2012, p. 88.

26 DOS SANTOS FERREIRA, 2012, p. 79.

27 ARMAS NACIONAIS, s.d, s.p.

CENÁRIO REGIONAL: CAXIAS DO SUL-RS

O historiador Sergio da Costa Franco explica que, até a década de 1940, a situação dos transportes no Rio Grande do Sul era precária. Inclusive a capital, Porto Alegre,

[...] dependia muito do porto, inclusive para a navegação fluvial e conexões com o interior, já que não havia estradas. Só em 1937 foi criado o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer). Até então, não se falava em estradas de rodagem, só caminhos esburacados e embarrados. Então a comunicação era toda por via fluvial. Tinha uma comunicação forte com o rio Taquari, rio Caí, até o Gravataí tinha navegação, o Rio dos Sinos, ia-se para São Leopoldo de barco. O porto foi muito atrasado também. Antes havia trapiches de madeira, sujos, imundos, cheios de ratos, as descrições são terríveis.²⁸

O Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, foi apresentado à comunidade em 1923, equipamento integrado ao Serviço de Aviação da Brigada Militar. Contava com dois galpões para oficinas e hangares e pista de 600 metros. Mesmo assim, os primeiros voos da Varig, em 1927, foram realizados com um hidroavião, que pousava no lago Guaíba. Ao longo dos anos foram sendo introduzidas melhorias, entre elas a da pista, que em 1954 alcançava 2.280m. (Nolde, 2008). A Figura 4 mostra Ruben Berta, da direção da Varig, e Leonel Brizola, então prefeito de Porto Alegre, em um trator, supervisionando obras da pista do Salgado Filho, nos anos 1956.

28 Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2013/03/a-porto-alegre-de-100-anos-atras-4080602.html>

Figura 4 – Berta (Varig) e Brizola (prefeito) supervisionando obras no Salgado Filho (1956c)



Fonte: Gauchazh²⁹

O Aeroporto de Caxias do Sul é mais recente, tendo sido inaugurado em 2 de março de 1941, dentro da política nacional de expansão aeroviária e da Campanha Nacional de Aviação. O ato inaugural contou com a presença de Assis Chateaubriand (Fig. 5).

Figura 5 - Chateaubriand (ramalhete na mão) na inauguração do Aeroporto de Caxias do Sul.



Fonte: Foto Studio Geremia, acervo de Roberto Graziottin.

29 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/09/aeroporto-salgado-filho-momentos-emblematicos-do-terminal-2-que-acaba-de-ser-desativado-ck0mxote806e701tg6hg422ee.html>

No mesmo ano foi criado o Aero clube de Caxias do Sul, com objetivo de formar pilotos, tendo como primeiro presidente Júlio Sassi³⁰. O monomotor Duque de Caxias, primeiro avião doado ao aeroclube pela Campanha Nacional da Aviação, chegaria em agosto do mesmo ano. (Fig. 6).

Figura 6 – Chegada à Caxias do Sul do primeiro avião.



Fonte: Foto Studio Geremia, acervo de Roberto Graziottin

Em 1942 formava-se a primeira turma, que teve como instrutores de voo Assis Piccoli e Oscar Finger. Flávio Del Mese esteve entre os brevetados no início dos anos 1950. Buscou a formação como piloto, depois de passar um período em Buenos Aires, trabalhando na agência de viagens Lloyd Transatlântico. Como ele mesmo explica, estava bem na Argentina, *“mas, tempos depois, eu deveria servir o Exército ou ficar cinco anos sem voltar para o Brasil. Os meus pais achavam que eu devia ficar na Argentina. Eu não concordei, tomei um avião e vim me embora”*.

30 CLICKRBS. Brevetados do Aero clube de Caxias do Sul em 1942. 29 de maio de 2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/05/29/brevetados-do-aeroclube-de-caxias-do-sul-em-1942/?topo=35,1,1,,35>.

Del Mese, portanto, busca o brevê de piloto civil como alternativa para não servir no Exército: *“Tiro breve, para poder voar, com 16 anos. Eles pediram lá, ‘que idade você tem?’, e eu disse 18, enquanto tinha 16. Então, eu tenho na carteira aeronáutica provavelmente dois anos a mais que a realidade. Então, sou reservista da Aeronáutica como piloto”*. Concluída a formação, começa a pilotar em Canoas, *“para fazer o que se chamava na época de Monitor. Monitor é uma espécie de instrutor, mas, para isso, precisava um mínimo de 200 ou 400 horas”*. A posse do breve permitia que, depois, *“eu poderia fazer o que nós chamávamos de Escolinha da Varig.”* Em Canoas, na Grande Porto Alegre, localizava-se o Aeroclube do Rio Grande do Sul – Escola Aeronáutica Civil, fundado em 1933 e formando sua primeira turma em 1937.³¹

Em 1952, passa a trabalhar como piloto comercial, fazendo voos de taxi aéreo em aviões Piper ou Arouca, para Passo Fundo, Soledade, Vacaria e Bento Gonçalves, todas cidades no Rio Grande do Sul. Del Mese cita a Campanha Nacional de Aviação, dizendo que *“deram para todos os aeroclubes grandes, um ou dois aviões daqueles teco-teco pequenos, que eram uns aviõezinhos excelentes. Mas o nome, teco-teco, não pegou. Era um avião Piper ou Arouca, de duas ou três marcas feitas aqui, de muito boa qualidade.”* A finalidade oficial, prossegue explicando, *“era de que, com as distâncias do Brasil e as estradas ruins, se precisava um meio rápido de viajar. A ideia era muito boa, porque a gasolina também era subvencionada”*.

Burocraticamente, rememora, *“tudo era centralizado em Canoas, mas os aeroclubes tinham autonomia, hangar, aeroporto e tudo direitinho. Eu voava bastante no Aeroporto de Caxias, lógico, e no de Bento Gonçalves, que ficava perto. Tanto que, quando faltava instrutor, vinha um instrutor de Bento dar aula em Caxias, ou quando faltava o de Bento, o pessoal de Caxias ia para lá. Bombassaro era um dos instrutores, e os Caleffi, o Caleffão e o Caleffinho, dois irmãos de Bento Gonçalves que também davam instrução de voo. Tinha um outro sujeito, que eu não lembro o nome, mas como ele tinha cabelo vermelho o apelido dele era até vergonhoso, Durock, que é uma raça de porco vermelha, mas parece que ele nunca se incomodou com isso”*.

“O aeroclube, na época, se chamava campo de aviação. Em Caxias do Sul, não era onde hoje está o aeroporto. O aeroclube ficava no fim

31 Disponível em <https://args.com.br/historia>

da avenida Júlio de Castilhos, na direção de Farroupilha, nas terras do Sanvitto, onde havia uma plantação de eucaliptos, e ali abriram a pista. Tanto que dava para ir a pé. Era uma caminhada, claro, mas quando você tem 16, 17 anos, não faz muita diferença. O campo tinha limitações porque era muito pequeno.”

Sobre a atuação no transporte de passageiros, no caso Caxias do Sul, *“o acertado era que o indivíduo que precisasse do serviço de táxi aéreo podia contratar os aviões do Aeroclube, pelos quais pagava duas horas: uma para o aeroclube e uma para o piloto. Os principais clientes, no meu caso, eram os vendedores de remédio. Farmácia já devia ser um bom negócio... Para alguns de Caxias do Sul isso era ainda melhor, porque a gente conseguia praticamente pagar o curso de pilotagem. As turmas eram bastante pequenas ao meu ver, em média entre 10 e 15 alunos”*.

Turmas pequenas, talvez porque o número de aeronaves também fosse pequeno. *“Os aviões nunca eram mais de meia dúzia e sempre tinha um em manutenção. Basicamente eram aviões Piper, Arouca, Paulistinha, um PT19³², esse um avião com asa mais baixa e cabine aberta. E tinha um que nunca voou, que era um Stinson. De vez em quando aparecia algum avião da Base Aérea de Canoas. Eles iam com um modelo que a gente achava muito engraçado, era o mesmo PP19, só que com a asa alta”*.

As condições de voo, ainda dependiam de *“bússola, não havia rádio. Quando surgem as emissoras de rádios, em vez da bússola, você sintonizava a rádio do local onde você queria ir. Você ia a Vacaria ouvindo a Rádio Vacaria, porque se saísse da rota, ia diminuindo o sinal e tu*

32 “Comparado aos treinadores de biplano anteriores, o Fairchild PT-19 pode ser considerado um divisor de águas, pois pela primeira vez no estágio de treinamento básico os cadetes tinham acesso a uma aeronave de bom desempenho em altas velocidades e o carregamento das asas aproximava-se mais do das aeronaves de combate, com as características de vôo exigindo mais precisão e cuidado, resultando assim na formação das habilidades e rendimento dos alunos. Suas principais virtudes estavam baseadas em sua simplicidade, baixo custo de aquisição e operação além de confiabilidade e segurança em voo. Vale citar que os PT-19 foram a principal aeronave de treinamento das WASPs (Women’s Airforce Service Pilots), organizações militares destinadas especificamente a formação de aviadoras, principalmente entre os anos de 1942 a 1944. Suas características positivas como treinador básico foram notadas por outros países, sendo inclusive produzido sob licença no Canadá e Brasil a fim de se desafogar as linhas de produção americanas. Ao todo foram entregues 7.742 unidades dispostas em 10 versões com emprego pelos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Chile, China, Colômbia, Equador, Haiti, Índia, México, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Rodésia, Reino Unido, Venezuela e Uruguai. Atualmente existem ainda centenas de aeronaves em condições de voo sendo mantidas por museus ou colecionadores.” (ARMAS NACIONAIS, s.d, s.p.)

voltavas. Era para lá de primário, mas funcionava. Aliás, pessoalmente tenho bastante saudade do assunto”.

As rotas estavam condicionadas à presença de aeroclubes. “Tinha aeroclube em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Vacaria, sem dúvida, mas que já era bem mais longe, Passo Fundo e Soledade. Em geral não se podia pousar direto, porque tu não sabias se tinha gado do outro lado da pista. A gente chegava, dava a volta, e se tivesse gado pastando, se passava bem baixinho e os animais fugiam. Só então se pousava. Agora, o de Soledade não adiantava olhar, porque, como ele era assim [ondulado], tu não vias o gado se ele estivesse ali”.

As viagens de lazer também começam a se fazer presente. “No verão, boa parte dos nossos voos em Caxias do Sul era para Capão da Canoa, no litoral. Só que em Capão da Canoa não tinha campo de pouso e, então, a gente pousava na praia. Na praia se pouso sem problema nenhum, às vezes tinha oscilações, mas que eu saiba ninguém teve problemas graves. Quando eu já estava fora, abriram um campo de aviação em Torres, mas nunca pousei lá”.

“Nós fazíamos uma brincadeira, que hoje eu vejo que era perigosíssima. Brincávamos que era pouso de submarino, porque a pista ficava no alto de uma montanha, derramada metade pra cá e metade pra lá, então ficava uma cabeceira alta. E a nossa brincadeira era disputar quem pousasse em menor espaço. Para fazer o pouso curvo a gente vinha mais baixo que o campo, e quando estava em cima, cortava o motor e o avião destolava, que é cair de frente. Então batia no chão e em seguida cortava motor, cortava tudo e ia freando. Num campo de 600 metros, a gente usava 70, 80, 100 metros. A brincadeira terminou quando um dos nossos bateu com as rodas no que chamávamos de casinha de cachorro, onde, por baixo, ficavam as lâmpadas teoricamente para pouso noturno. Daí todo mundo ficou sabendo, claro, daquelas brincadeiras.”

“Outra molecagem: quando tinha pouco combustível, a gente ia numa ferragem e comprava um removedor tira manchas chamado Varsol e misturava na gasolina. A única coisa que se notava era que o cano de descarga, que normalmente é preto no último pedaço, quando se colocava Varsol, o cano ficava branco. Fazíamos isso porque volta e meia a gente tinha licença para voar, vamos dizer, até Passo Fundo, e por alguma razão precisava ir também a Soledade ou qualquer outra cidadezinha. Então, o

que botou de gasolina não correspondia a quilometragem ou com as horas de voo, e o Varsol resolvia a emergência. Funcionava muito bem.”

A experiência valeu a pena? “A aviação foi um negócio bacana, porque me colocou em contato com gente de tudo que era lugar. Porque a gente voava em Caxias do Sul, mas ia para Vacaria, ia para não sei mais onde. Comandando e fazendo o que o Brizola e o Chateaubriand tinham previsto, porque as estradas eram muito ruins e que nós precisávamos voar, ir pelo ar e aquelas histórias. E a gente levava e trazia gente. Era mais ou menos como táxi”.

E por que não continuou? “Nesse meio tempo, eu já começo a correr de automóvel e lá pelas tantas sou convidado para correr pela Vemag, em São Paulo, e aí muda a história...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O depoimento de Flávio Del Mese coloca uma visão pessoal e mais humanizada, sobre um momento importante para consolidação do sistema aéreo brasileiro, que não este associado apenas a constituição de grandes empresas e estruturas portentosa de terra. Ele dependeu, também de ações e participações de *campos de pouso* em muitas localidades, onde pousar dependia da destreza e até da criatividade de pilotos e pessoal especializado.

Situações que ficam muito evidentes no depoimento de Del Mese, que depois virou piloto de corridas de automóveis, associadas a divulgação dos produtos da nascente indústria brasileira do setor. Mostra, também, que os usos turísticos já se faziam presentes nos anos 1950, nos deslocamentos para as férias de verão desfrutadas junto ao mar pelos gaúchos Naquele momento, na falta de equipamentos de terra, os pousos eram realizados nas areias, junto ao mar.

Quando este texto era concluído, no final de 2020, a empresa aérea Azul anunciava voos diários para aeroportos em Torres [no Litoral] e Canela [na Serra Gaúcha], em aviões monoturbo-hélice, com nove lugares Cessna Gran Caravan. Retoma-se a aviação como opção ao deslocamento terrestre: “Os trajetos terão duração de 40 minutos, para Canela, e de 50 minutos, para Torres. Se a viagem fosse feita por estrada, o percurso levaria pouco mais de duas horas e quase três horas,

respectivamente, para os dois destinos a partir da Capital”³³. A matéria jornalística ainda acrescenta: “A Azul aposta na demanda de quem prefere aproveitar as férias, seja de curta ou maior duração, sem ter de encarar o trânsito mais intenso nas rodovias. Para os dois destinos, há malha terrestre sem duplicação, no caso de boa parte do trajeto para Canela, e, mesmo com melhor infraestrutura de pistas, no caso de Torres [...], há engarrafamentos na saída de Porto Alegre”.

A retomada das rotas regionais, inclusive com fins turísticos, mostra a pertinência das políticas para aviação civil, implantadas a partir dos anos 1940. Na atualidade, provavelmente em decorrência da crise que assolou as empresas aéreas em decorrência da Pandemia Covid-19, os pequenos aeroportos e os pequenos aviões, ressurgem como alternativa. A história se repete e se atualiza, quando se retoma a importância da pequena escala mesmo para grandes empresas.

REFERÊNCIAS

ARMAS NACIONAIS, s.d. Disponível em: <https://www.arnasnacionais.com/2020/07/fairchild-pt-19-pt-3fg-no-brasil.html>.

AEROPHILO. Rio de Janeiro: Aero Club Brasileiro, fev/1916, s/p.

BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003.

CLICKRBS. Brevetados do Aeroclube de Caxias do Sul em 1942. 29 de maio de 2015. Disponível em: <http://wp.clickrbs.com.br/memoria/2015/05/29/brevetados-do-aeroclube-de-caxias-do-sul-em-1942/?topo=35,1,1,,,35>.

DOS SANTOS FERREIRA, Raquel Franco. Uma história da campanha nacional da aviação (1940-1949): o Brasil em busca do seu ‘Brevê’. *Revista Cantareira*, n. 17, 2012.

FAY, Claudia Musa. Crises na aviação brasileira: a ordem internacional e as questões internas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 30, n. 1, p. 124-136, 2002. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1363/1728>.

33 FERRAZ, Vanessa. Azul terá voos para Canela e Torres a partir de dezembro. *Jornal do Comércio*, 17-11-2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/11/766260-azul-tera-voos-para-canela-e-torres-a-partir-de-dezembro.html.

FAY, Claudia Musa. A aviação comercial na América do Sul: um estudo comparativo entre a influência alemão e norte-americana na região (1919-1945). *Estudos Ibero-Americanos*, 29(2), 2003, p.149-150. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24024/0>.

FAY, Claudia Musa; DE SOUZA FONTES, Rejane. O papel do Aeroclubes do Brasil na construção de uma política nacional de aviação brasileira (1911-1972). *História (São Paulo)*, 2017, 36: 1-35. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742017000100505&script=sci_arttext.

FERRAZ, Vanessa. Azul terá voos para Canela e Torres a partir de dezembro. *Jornal do Comércio*, 17-11-2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/11/766260-azul-tera-voos-para-canela-e-torres-a-partir-de-dezembro.html.

GASTAL, Susana. Imagem, Paisagem e Turismo: a construção do olhar romântico. 2013. *Pasos*, V. 11, n. 3, p. 123-133. Disponível em: <https://riull.ull.es/xmlui/handle/915/14974>.

GASTAL, Susana; CASTRO, Marta Nogueira. A construção do campo do turismo: o papel do Touring Club no Rio Grande do Sul. Cândido, LA & Zottis, AM. *Turismo: múltiplas abordagens*. Novo Hamburgo: Feevale, p. 30-41, 2008. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/b40d5578-2787-431a-9473-2c8b30879f49/28268.pdf#page=30>.

GASTAL, Susana. Correio Aéreo e aviação civil: Os primeiros passos da Varig. *Turismo e Sociedade*, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/15835>.

GASTAL, Susana; COSTA, Luciana de Castro Neves; MACHADO, Flávia Carvalho. Hospitalidade e acolhimento: o século XIX no Sul do Brasil. *Revista Hospitalidade*, v. 7, n. 1, p. 43-64, 2010. Disponível em: <http://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/288>.

GASTAL, Susana; MACHIAVELLI, Mariana S. Um pouco da história dos eventos: A Festa Nacional do Champanhe. *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308334804_ARQUIVO_UMPOUCODAHISTORIADOSEVENTOS.pdf.

KRIEBEL, W. V. Correio Aéreo. *A history of the development of Air Mail Service in Brazil*. Mineola/NY: The American Air Mail Society, 1996.

LABORATÓRIO DE DINÂMICA SE SIMULAÇÃO VEICULAR - LDSV-USP. Disponível em: http://www.usp.br/ldsv/?page_id=1697#:~:text=SANTOS%20

DUMONT, Alberto. *O Pai da Aviação*. - Santos: Dumont, 1940. O primeiro voo de Santos, mais importantes jornais do mundo.

LAVENERE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. São Paulo: CR Correa Publicações Aeronáuticas, 1975.

NOLDE, Daiane M. A hospitalidade nos aeroportos contemporâneos: O Aeroporto Internacional Salgado Filho. *Trabalho de Conclusão*. Curso de Graduação em Turismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008

SOUZA, J. G. *A epopeia do Correio Aéreo*. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1986.

“POR AMOR A ESSE TEMA FASCINANTE QUE É O TURISMO”: TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL – EDISON BAPTISTA CHAVES

*Dalila Rosa Hallal**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As narrativas e o contar histórias são tão antigos como a língua falada. Nos últimos trinta anos pesquisadores das ciências sociais têm entendido a potencialidade da investigação narrativa e da história narrada como instrumentos de pesquisa. Contudo, existem poucos estudos que investigam esta problemática, principalmente enfocando a história do Turismo.

Vidas e práticas de gestores públicos configuram-se em uma das relevantes temáticas das análises contemporâneas, pois a compreensão da realidade vem ganhando relevo científico importante, especialmente, em um momento em que a produção historiográfica valoriza, sobretudo, o exame das especificidades e singularidades locais e pessoais.

Considerando que investigar sobre histórias de vida e história profissional, constitui-se em um rico instrumento de análise, pois cada um daqueles que tece a história do Turismo no Brasil, constitui-se num ser único, inigualável, em constante processo de se fazer e refazer. Este artigo se propõe a analisar a história de vida profissional de

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dalilahallal@gmail.com. Trabalho apresentado no X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2013.

Edison Baptista Chaves, no início dos anos 1970, enquanto esteve a frete da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul – SETUR, pois essa falta de estudos e registros faz com que os envolvidos assumam a tarefa de guardião da memória do turismo e, em o fazendo, possuem um papel de destaque na preservação da memória do turismo.

No presente estudo, o principal método de coleta de dados é a história oral, embora em alguns momentos dialogamos com outras fontes documentais, principalmente jornais. Entendemos o uso da história oral como o método capaz de reconstituir histórias de vida pessoal e profissional e essas como fonte histórica relevante para se entender a maneira pela qual a memória do passado constrói as pontes para o presente e o futuro.

Alberti¹ ressalta que a história oral não pertence a um campo estrito do conhecimento, “sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar”. A própria autora quando se propõe a conceituar a história oral, usa a palavra “arriscando”, quando o faz.

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc...²

Como todos os textos, este também tem uma história e, no caso, não é supérfluo por ela iniciar. Em meados do ano de 2008, durante meu doutoramento em História na PUCRS, Edison Baptista Chaves mostrou-se disposto a nos conceder uma entrevista. O fato não teria em si nada de especial, não fosse sua narrativa ser plena de significados, ele reiterava sua paixão pelo turismo. O depoimento oral se transformava em forma útil de recomeçar um trabalho de redação sobre a História do Turismo no Rio Grande do Sul, iniciado muito tempo atrás e cujo resultado fora o livro organizado por Ilda Flores, publicado em 1993, reunindo as memórias sobre o turismo no estado.

1 ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989, p. 41.

2 ALBERTI, 1989, p. 52.

A entrevista com Edison, que foi realizada no dia 06 de junho de 2008 no Hotel Embaixador em Porto Alegre/RS, seguiu um roteiro com perguntas abertas, foi gravada e, resultou em 34 páginas de transcrição.

Enquanto pesquisadora que participou da entrevista de Edison Baptista Chaves de outros tantos narradores que participaram e participam da atividade turística no estado do Rio Grande do Sul, pude perceber que esses depoimentos eram valiosos não só para a compreensão dos processos de concepção, implantação e reflexão do turismo no Brasil, como também permitiam colocar em foco a metodologia de produção e exploração de documentos orais. Desse modo, ao tomar como objeto de análise essa entrevista, nosso estudo tem como foco a história de vida profissional, na área do turismo, do primeiro secretário de turismo do Estado: o economista **Edison Baptista Chaves**. Estávamos particularmente interessados em seu envolvimento com o turismo no estado do Rio Grande do Sul no início da década de 1970. O seu depoimento constituiu-se em fonte valiosa para o estudo voltado para o processo de desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, o uso da história oral e a investigação da trajetória profissional de um indivíduo pode refletir novas faces da história do Turismo no RS. Isso nos remete as reflexões de Rousso quando afirma que a memória “[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”³. Dessa maneira, a seletividade da memória, longe de ser um obstáculo ao conhecimento, revela-se, ao contrário, um importante meio de acesso a determinadas “informações”, impossíveis de serem coletadas em outras fontes.

Durante a entrevista percebíamos que a vantagem principal do método de entrevista de história oral para o estudo do turismo reside justamente na possibilidade de abordar o ‘indescritível’, toda uma realidade que raramente aparece nos documentos escritos e nos permite criar novos conhecimentos acerca do passado próximo. Pode abrir caminhos que possibilite a reflexão sobre novos aspectos, uma vez que relaciona a vivência e as memórias como tempo em que viveram, com os tempos anteriores a ele e com o futuro; concepções que associem, em

3 ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 94.

vários níveis e de vários modos, real e simbólico, história e memória. Nesse sentido, a expansão dos arquivos orais na área da história em turismo é um bom indicativo da preocupação em construir esse tipo de fonte, já que o método tem revelado uma riqueza que começa pela própria oralidade da fonte, colocando o historiador em contato direto com a voz do entrevistado, vale dizer, com a veemência de algumas afirmativas, a eloquência dos longos silêncios, a hesitação de certos momentos, que são, sem dúvida, parte da complexa reconstrução do passado.

PRIMEIRO SECRETÁRIO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL – EDISON BAPTISTA CHAVES: “POR AMOR A ESSE TEMA FASCINANTE QUE É O TURISMO”.

O depoimento de Edison Baptista Chaves possibilitou a análise histórica da construção da memória do Turismo no estado, componente fundamental da identidade da instituição no momento em que comemora os seus 42 anos. Ao privilegiar esse tipo de abordagem que toma a memória como um objeto em si mesmo, analisamos a entrevista de Edison tanto pelas informações objetivas sobre os fatos passados, quanto pela maneira como esses fatos foram rememorados e representados no presente.

Pelo uso da oralidade ou da escrita, o narrador é capaz de “pôr em memória” suas experiências de vida, deslocando-as do ato estritamente pessoal para o âmbito sociocultural. Insere-se numa dada coletividade onde se identifica porque busca ser reconhecido publicamente como sujeito da experiência. Nesta investigação, Edison Chaves é concebido como narrador principal.

Pensar sobre esse narrador nos faz retomar o texto de Walter Benjamin “*O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*”, pois nele o presente é refletido a partir de um olhar sobre o passado, motivado por uma força em direção ao futuro. O narrador, andando pelas ruas da cidade, vai ressignificando o presente a partir do passado, tendo em vista o futuro por meio da narrativa. Segundo Benjamin⁴, “narrar é desenvolver a faculdade de intercambiar experiências que passam de

4 BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 198.

pessoa a pessoa”. As experiências narradas nunca estão acabadas, elas alimentam sua continuidade.

Assim como Benjamin, pressuponho que a narrativa:

Não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso⁵.

Neste estudo, entende-se que toda entrevista é, ao menos em parte, autobiográfica, pois, quando a pessoa evoca suas memórias, ela exercita uma tentativa de explicar o que pensa que foi, o que pensa que era, desenvolvendo, assim, a construção de uma verdade sobre si mesma. Cada um, então, escolhe o que lembrar conforme o lugar que ocupa. Nos reportamos a Errante⁶ para reiterar a importância de dizer que, ao narrarmos nossas memórias, estamos construindo nossas identidades.

Aqui traremos um pouco da história profissional relacionada ao Turismo no RS no início dos anos 1970. **Edison Baptista Chaves** é economista e foi entrevistado no dia 06/06/2008 no Hotel Embaixador em Porto Alegre. Ao narrar parte da sua história pessoal e profissional o entrevistado narra fatos extremamente importantes para a reconstituição da trajetória do Turismo no RS na década de 1970.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) explicou que sua ligação com o turismo iniciou quando ele era diretor do Departamento Agrícola Industrial da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL - e tinha a missão de desenvolver projetos ou programas relacionados aos incentivos fiscais que existiam para todo Brasil. Neste sentido, foi elaborado um plano de desenvolvimento Turístico para os três estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse projeto levou o governador Euclides Triches a convidar Edison Chaves para criar e ocupar a primeira Secretaria de Turismo do Estado.

Em 1968, o trabalho técnico da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, que havia sido criada em 1966, durante o governo do presidente Castelo Branco, com o objetivo de promover o desenvolvimento, a normalização e a regulamentação da atividade turística

5 BENJAMIN, 1994, p. 205.

6 ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da Educação*. Vol. 4. n. 8. Pelotas. UFPel. Setembro, 2000, p.141 – 174.

no Brasil, começou a se delinear no horizonte nacional e foram reveladas as primeiras estatísticas sobre o fluxo de visitantes, e um conjunto de estudos de mercado. Ao começar o seu trabalho de planejamento a nível nacional, a EMBRATUR propunha à SUDESUL celebrar um convênio pelo qual esta assumiria os encargos de desenvolver o Plano Regional de Turismo Capítulo Sul, do Plano Nacional de Turismo. O convênio foi assinado a 15 de agosto de 1969.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) explica sobre o papel da SUDESUL e se referindo à região sul, afirma:

E para cá tinha o incentivo da pesca e o incentivo de turismo, um incentivo fiscal para estes dois setores?. Com isso, então, nós começamos a entabular negociações para montarmos uma equipe no Departamento Agrícola Industrial, um voltado para a pesca e outro voltado para o turismo. [...] ⁸

O Ministério do Interior, através da SUDESUL, contratou um consórcio de empresas que eram ligadas a um organismo do governo espanhol que se chamava Tecnibéria. Havia uma equipe técnica da Tecnibéria e uma equipe da SUDESUL, sendo que, essa última, definia quais os serviços iriam ser prestados pela equipe espanhola. Para Chaves, esse estudo foi “*o maior projeto de turismo, com importância muito forte para o turismo no RS e que, na América do Sul, não teve nada similar*”.

Observando o desenvolvimento do turismo em países desenvolvidos, sobretudo na Europa, o Governo contratou os serviços técnicos do grupo espanhol-brasileiro Engevix-Tecnibéria para que elaborasse o Plano Regional de Turismo, e o especialista e economista Francisco Menor Monastério para liderar a equipe de trabalho. O grupo de profissionais brasileiros foi chefiado pelo economista Edison Baptista Chaves, pertencente aos quadros técnicos da SUDESUL, cujo superintendente era o engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo.

A SUDESUL priorizou o turismo, e sendo um órgão de pesquisa e planificação, chegou à conclusão de que o turismo era uma área interessante a ser desenvolvida economicamente, pois os três estados do sul do Brasil possuíam uma grande potencialidade turística, e era necessário elaborar um estudo, um diagnóstico do turismo. Como

7 Ver sobre incentivos para Pesca e Turismo: Correio do Povo/RS, 21/04/1971, p.11; 27/10/1971, p.11.

8 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

não tinha tecnologia adequada para fazer um estudo dessa natureza, contratou a empresa espanhola. Uma das especialidades dessa empresa era desenvolvimento de projetos e planos turísticos. Vieram para o RS uma equipe de espanhóis, entre eles economistas, sociólogos, historiadores, com o objetivo de estudar o turismo no sul do Brasil. Esta equipe foi acompanhada equipe da SUDESUL, sendo Renato Masina designado, como economista, para fazer parte do grupo. Inicialmente foi realizado um levantamento descritivo de toda a potencialidade turística dos três estados, resultando em vários volumes, com mais de seis mil páginas. Cópias foram entregues para as universidades, para os governos estaduais, para os municípios de interesse, mas Chaves lamenta que muito pouco foi levado em consideração.

No suplemento ZH Turismo de Zero Hora/RS (1/12/1985, p. III), escreveu o jornalista Renato Brenol de Andrade:

No início da década de 70, a SUDESUL (chefiada por Edison Baptista Chaves) e a Tecnibéria (empresa especializada em marketing), lançaram as bases para a implantação do turismo como atividade econômica no Rio Grande do Sul. Oito volumes continham todas as informações possíveis e imagináveis para que alguém se atrevesse a explorar o turismo no Estado. [...] Assustador é que nada contido no estudo da SUDESUL está superado, a não ser, talvez, os percentuais. [...] Cada vez que alguém tenta estudar alguma coisa em turismo no Rio Grande do Sul tão somente repete conclusões conhecidas há quase duas décadas.

O articulista destaca a atualidade do plano e enfatiza que “o trabalho tinha e tem um perfeito sentido didático. Mesmo que não se tivesse qualquer conhecimento prévio de turismo, bastava começar a ler desde a primeira página e ir cumprindo a orientação. Quando se chegasse ao final dos volumes, certamente o turismo estaria implantado como atividade econômica no Rio Grande do Sul”⁹.

Edison Baptista Chaves¹⁰ (06/06/2008) é bastante saudosista quando nos conta de sua passagem pela SUDESUL e do trabalho

9 Zero Hora/RS, 1/12/1985, p. III.

10 Seu nome não aparece no Plano de Turismo, porque quando terminou o projeto em 1972, já havia saído da SUDESUL. Esse projeto o levou a ser convidado pelo governador Euclides Triches (15 de março de 1971 a 15 de março de 1975), para criar a Secretaria de Turismo no Rio Grande do Sul, uma vez que era um técnico que tinha recebido todo um conhecimento dessa equipe que veio da Espanha. Renato Masina, que era professor da área de economia da UFRGS, passou a integrar a equipe da SUDESUL em 1971,

desenvolvido, “*era um grupo fantástico*”. E ressalta, “*Francisco Menor Monastério era, indiscutivelmente, em termos técnicos a maior autoridade em planejamento de turismo que tinha na Espanha*”.

Até então, o que se tinha no Rio Grande do Sul, eram algumas atividades isoladas, não havia um corpo integrado. O Plano organizou, colocou o governo do estado como órgão institucional do turismo e a iniciativa privada como a executora desse plano, dando uma certa ordenação ao setor.

O Plano não foi implantado no Rio Grande do Sul, porém algumas ações efetivas, que partiram desse diagnóstico, foram desenvolvidas: a criação do curso de Turismo da PUCRS, e a criação da Secretaria Estadual de Turismo.

O Plano se reveste de um sentimento muito especial para o nosso narrador, um sentimento de orgulho de ter participado desse processo. Num fragmento da memória, Edison Baptista Chaves registra o sentido com que se reveste o Plano da SUDESUL, nomeando-o como “*um exemplo a ser seguido pelo Brasil*”, um “*documento tão aguardado*”.

No início dos anos 1970, Victor Faccioni foi convidado, pelo governador Euclides Triches, para ser Chefe da Casa Civil do governo e estruturar a equipe de Planejamento do Governo. Nesta gestão são criadas e instaladas a Secretaria Estadual de Turismo e a CRTUR – Companhia Riograndense de Turismo, órgão executivo da Secretaria Estadual.

O governador Triches nomeou o economista Edison Baptista Chaves para conduzir a nova Secretaria, que já atuava na área de turismo como técnico e supervisor geral do Plano Regional de Turismo da SUDESUL. Desde abril daquele ano ocupava o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos de Turismo, à frente do SETUR (Serviço Estadual de Turismo), até então dirigido por Walter Seabra. Ali atuava como diretor geral o engenheiro Plínio Totta, cuja experiência na administração pública foi fundamental para o trabalho. “A escolha de minha pessoa pelo governador Triches, assim como outras que ele

quando foi cedido para trabalhar em projetos de desenvolvimento econômico da região do sul do Brasil.

eventualmente faria durante seu governo, era eminentemente técnica, visto que nunca fui filiado a partido político”¹¹.

Conforme Moesch¹², a convivência de quase dois anos com a equipe de especialistas espanhóis havia acrescentado preciosos conhecimentos específicos a uma bagagem de amplo espectro no campo da economia, estando preparado para conduzir o processo de instalação, estruturação e funcionamento da nova pasta e do sistema em seu todo.

De acordo com Chaves¹³, a transformação do SETUR em Secretaria de Turismo visava conferir-lhe “status” de igualdade com as demais secretarias de Estado, porquanto o setor turístico depende do conjunto de serviços e obras de todas. Assim, em 23 de julho de 1971, foi extinto o Serviço Estadual de Turismo - SETUR, e criada a Secretaria de Turismo do RGS, através da lei nº 6.237.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) lembra que a Secretaria não seguiu a forma de trabalho e estrutura que se imaginava no começo, concebida com a participação dos técnicos da Espanha. Inicialmente, foi analisado porque uma Secretaria? Chaves esclarece: “*a Secretaria tem que ser um órgão muito leve, a grande missão de uma Secretaria de Turismo é fazer com que as outras secretarias trabalhem para o turismo*”. Então, era preciso ter acesso aos seus colegas de secretariado para que eles colocassem nos seus programas de saúde, de transporte, de educação, aspectos que envolvessem o setor turístico¹⁴. E para complementar, a Secretaria tinha a CRTUR, que era responsável pela parte de execução, aquelas mais atinentes ao setor.

Na mesma data em que a Secretaria foi criada, foi assinada a Lei 6.238, que autorizava o Poder Executivo a constituir a CRTUR, que assumiria o papel de instrumento executivo da Secretaria. Em março de

11 CHAVES, Edison Baptista. Turismo. Do Planejamento a Atividade Econômica – Uma Experiência Gaúcha. 1993 In: Flores, Hilda Agnes Hübner (org). *Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1993, p.135.

12 MOESCH, Norma Martini. *Cortina de Cristal: Processo Migratório, Identidade Cultural e Comunicação Turística*. Faculdade dos Meios de Comunicação da PUCRS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1997.

13 CHAVES, 1993.

14 Nessa época todos os secretários, principalmente o secretário do transporte, deram bastante apoio ao turismo. Foi realizado um programa de sinalização de estrada voltado para o turismo, a Secretaria de Educação tinha um programa de palestras sobre turismo e, a Secretaria de Saúde identificou um problema de higiene, legislação, principalmente no que se refere a higiene alimentar (Edison Baptista Chaves, 06/06/2008).

1972, o decreto 21.658 dispôs sobre a CITUR, que era o órgão de apoio e de assessoramento integrado e de alto nível, da qual participavam todas as Secretarias de Estado como membros natos e outros órgãos especializados em diversos ramos de atividades, direta ou indiretamente ligados ao turismo, julgados necessários¹⁵. Assim, o turismo no estado estava organizado em “*três braços*”: a Secretaria de Turismo, que era o órgão normativo; o executivo era a CRTUR¹⁶ e a CITUR, um órgão consultivo.

Chaves veio a atuar ainda como presidente da Comissão Inter-setorial de Turismo - CITUR, tendo Luiz Emílio Corrêa Meyer como diretor da Companhia Rio-Grandense de Turismo - CRTUR¹⁷.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) relata que a Secretaria de Turismo funcionou com a mesma equipe do Serviço Estadual de Turismo, no entanto, passou a ser uma secretaria que tinha acesso aos demais secretários e todo o apoio do governador. Ressalta que a Secretaria e a CRTUR realizaram diversos trabalhos e a equipe de espanhóis também assessorou a secretaria, por amizade, não por contrato.

Os espanhóis ficaram bastante orgulhosos porque o chefe deles da SUDESUL havia sido escolhido Secretário de Turismo, e praticamente, isso foi o único grande resultado prático de todo projeto, foi a criação da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul e algumas coisas que a Secretaria fez. A Secretaria trabalhava também junto com a SUDESUL, porque quem continuou contratando os espanhóis era a SUDESUL, e como Secretário de Turismo eu me socorria na SUDESUL, não há dúvida de que eu tinha todo um apoio técnico da SUDESUL¹⁸.

Houve empenho da Secretaria de Turismo em tornar realidade as propostas do Plano Regional de Turismo que se materializou em obras e eventos que se tornaram tradicionais no calendário turístico gaúcho. São dessa época as primeiras edições da Califórnia da Canção, em Uruguaiana, e da Feira do Artesanato – FEARTE e do Festival de

15 HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. *Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul: Oswaldo Goidanich, Roberto Eduardo Xavier* [recurso eletrônico]. Porto Alegre. EDIPUCRS. (Coleção NUPECC), 2008.

16 Compuseram a CRTUR, Luis Emilio Correa Mea, já falecido, como presidente e Julio Balzano, diretor técnico.

17 HOHLFELDT e VALLES, 2008.

18 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

Cinema em Gramado, iniciativas locais estimuladas e apoiadas pela SETUR. Dentro do conceito de turismo também como proteção ao meio-ambiente, iniciamos os trabalhos para a implantação do parque da Guarita, em Torres, foi feito projeto para o Parque do Caracol, precedido de completo levantamento ecológico da área. Através do CITUR, foi realizado assessorias em prefeituras, entidades e lideranças interessadas em desenvolver o turismo em sua região de atuação¹⁹.

Na CITUR trabalhavam juntos governo, entidades e empresas, era o órgão consultivo de assessoramento do Secretário de Turismo. Compunha-se de representantes das Secretarias de Estado, da CRTUR, órgãos estaduais e federais, associações de municípios e entidades especialmente convidadas que atuavam direta ou indiretamente na área turística. O editorial do Jornal do Comércio em 20/7/1972, em referência ao I Congresso Extraordinário das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL) coloca que: “A CITUR representa o entrosamento Governo-Iniciativa Privada na busca do desenvolvimento estadual na área turística. Isto é inédito. Pela vez primeira coordenam-se os esforços dos poderes públicos e dos empresários objetivando ação comum sobre evento capaz de alterar os fluxos turísticos em demanda ao Rio Grande do Sul”. Edison Baptista Chaves (06/06/2008) ressalta que na CITUR era onde se discutia todos os programas propostos com diversos representantes de cidades do estado, os quais Edison considerava seus “*conselheiros da prática turística*”.

Nas recordações do nosso narrador, esse início da Secretaria Estadual de Turismo aparece como um período bastante próspero. Havia toda uma expectativa em relação à atividade turística no estado, todos pareciam serem entusiastas da “causa” turismo. Parecia haver um grande entrosamento entre aqueles que trabalhavam na área do turismo, como Oswaldo Goidanich, Victor Faccioni, Edison Baptista Chaves, Renato Masina e os demais “batalhadores do turismo” (como eles se denominam) no estado. Há uma explosão de sentimentos de orgulho, de admiração, de companheirismo, de amizade, de luta por ideais, de sonhos compartilhados.

Todos estavam aprendendo sobre o turismo e cada um contribuía com a sua experiência, havia muito a ser feito e poucos entendiam ou tinham experiência na área. Como o próprio título da matéria do jornal

19 CHAVES, 1993.

Folha da Tarde/RS²⁰ (17/04/1972, p. 62) “Ninguém entende de turismo. Nem eu”, expressão utilizada pelo Secretário de Turismo, no restaurante universitário da PUCRS, durante mais um “nosso almoço e você”, evento promovido pelo centro acadêmico Visconde de Mauá, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Após a refeição, Edison Chaves falou sobre a sua especialidade, e, as perspectivas da indústria do turismo no estado, destacando a função do planejador e do economista no setor turístico. Ele esclareceu que atualmente (1972)²¹ ninguém entendia de turismo, nem ele (Folha da Tarde/RS, 17/04/1972, p. 62).

A linha de ação da Secretaria de Turismo, durante a gestão de Edison Baptista Chaves (abril de 1971 a fevereiro de 1973), está definida no documento “Turismo: a estratégia gaúcha” (Ilustração 1).

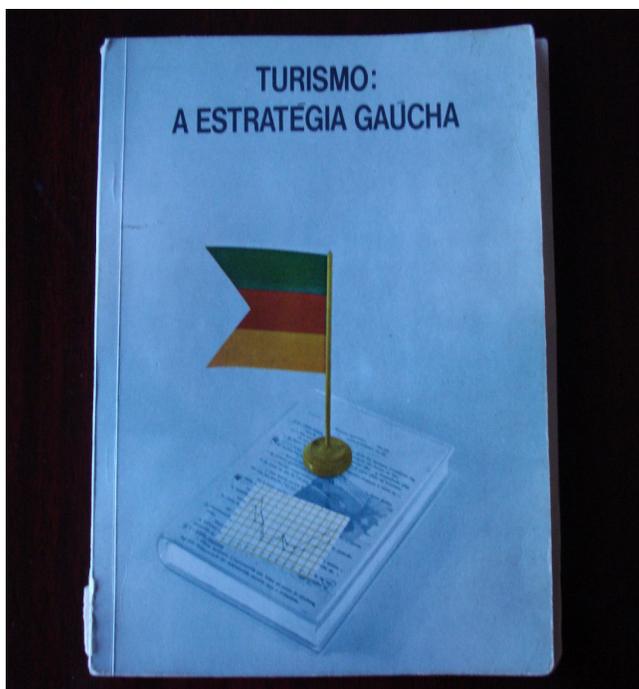


Ilustração 1 - Turismo: a estratégia gaúcha (1972)

20 Foi um jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre/RS, de 1936 a 1983.

21 Em âmbito local, Porto Alegre também se organizava para desenvolver a atividade turística no município. Em agosto de 1972, a CRTur entregou ao prefeito Thelmo Thompson Flores e ao jornalista Pércio Pinto, do COMTUR de Porto Alegre os estudos para criação da Empresa Porto Alegrense de Turismo (EPATUR), que foi concretizado no mesmo ano, pela lei nº 3.741.

O prefácio de Paulo Manoel Protásio, então presidente da EMBRATUR, diz: “O presente documento apresentado como “Turismo – a estratégia gaúcha”, lançado pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, coincide com os propósitos da política nacional de turismo”²². Tanto que serviu de documento básico nas discussões do Congresso Oficial de Turismo, em Brasília, em 1972.

O referido documento tem a seguinte mensagem:

Tudo está sendo encaminhando para fazer com que 1972 seja, realmente, o “Ano do Turismo Brasileiro”. Isto não quer dizer que vamos realizar o suficiente do setor, de maneira definitiva e completa. Mas se tem a certeza de que 1972 caracterizará o empenho do Governo em garantir o básico e o indispensável para a execução de uma política de longo alcance, com peças armadas em curto prazo.

Num País de tamanha dimensão, com regiões heterogêneas, com desenvolvimento em bloco, o turismo nacional pode ser realidade em três etapas: primeira, estabelecendo-se um mecanismo entre órgãos do Governo; segunda, destes órgãos com as entidades privadas; e, finalmente – o grande objetivo – das entidades privadas com o consumidor.

O presente trabalho da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul consiste numa importante contribuição para se abreviar a consecução do projeto, além de fixar-se, desde já como exemplo de pesquisa e definição de metas.

A EMBRATUR não medirá esforços para cumprir a política do Governo. Agora mesmo abrindo oficialmente as comemorações das Sesquicentenário da Independência, o presidente Médici assinalou em sua mensagem: “Com entusiasmo ainda maior, entregamo-nos á realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados.

O turismo é um dos programas enquadráveis nessa definição de prioridade do Governo.

Desenvolver e integrar constituem a base de uma ação governamental em que está identificada e empenhada a Empresa Brasileira de Turismo. É preciso, no entanto, dar dimensão nacional a esse empenho, implantando efetivamente o Sistema Nacional de Turismo.²³

Logo em seguida, o presidente da EMBRATUR ressalta a contribuição do Rio Grande do Sul:

22 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Turismo: a estratégia gaúcha*. Secretaria de Turismo, 1972, p. 08.

23 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, p. 07-08

A contribuição do Rio Grande do Sul, ao fixar um modelo estadual para sua estratégia no desenvolvimento turístico, representa valioso capítulo de um esforço renovador dos instrumentos de fomento e de articulação administrativa. Outros Estados e Municípios também vêm revendo seus programas inter-setoriais relacionados com o Turismo. A experiência acumulada já sugere a definição de melhores alternativas, para que se tenha, no devido tempo, uma satisfatória uniformização estrutural da agenda intervenientes no desenvolvimento turístico. [...].²⁴

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) comenta, mostrando o documento que trouxe para a entrevista:

Quem assina é o Paulo Manoel Protásio, presidente da EMBRATUR da época. Então nós éramos a figurinha premiada desse Congresso de Brasília para ensinar os outros como, montar a estrutura. A maioria das estruturas turísticas do Brasil foram montadas baseadas nisso aqui, compreende? [...] Era uma matriz que tinha para trabalhar, isso aqui foi implantado em quase todos os estados. Aqui morreu, no Rio Grande do Sul morreu completamente. Então, esse documento teve uma importância fantástica nessa época e daqui surgiu essa visão econômica do sistema turístico que também foi o grande, assim, acendeu a lâmpada na testa de todo mundo que isso aqui era um modelo espanhol.²⁵

A I Reunião Oficial de Turismo promovida pela EMBRATUR, em 1972, no Hotel Nacional, em Brasília reuniu representantes oficiais de vários estados. Durante o evento foram realizadas palestras, entre elas “O Turismo e a Estratégia Gaúcha”, apresentado por Edison Baptista Chaves. Estudo considerado pelo presidente da EMBRATUR como “uma importante contribuição para se abreviar a consecução dos objetivos da política nacional, além de fixar-se, desde já, como exemplo de pesquisa e definição de metas” (Folha da Manhã/RS, 06/06/1972). Vários jornais destacam a participação do Rio Grande do Sul na Reunião Oficial de Turismo realizada em Brasília. (Diário de Notícias/RS, 02/06/1972, 03/06/1972; Folha da Manhã/RS, 06/06/1972), revelando o interesse do governo em reunir os estados brasileiros e outras entidades para discutir o turismo no país, conforme podemos observar na Ilustração 2.

24 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 1972, p.08.

25 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008

Reunião da EMBRATUR apontou o exemplo do turismo gaúcho

Comentando a Reunião Oficial de Turismo, promovida pela EMBRATUR em Brasília, na semana passada, o secretário de Turismo, Edison Baptista Chaves, disse que o Rio Grande do Sul está servindo de exemplo para o resto do País em termos de turismo. O próprio presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, havia declarado que "ao fixar um modelo estadual para sua estratégia no desenvolvimento do turismo, o Rio Grande do Sul representa um valioso capítulo de um esforço renovador dos instrumentos de fomento e de articulação administrativa".

Como consequência dos estudos de Brasília, alguns Estados, como a da Guanabara, e a Prefeitura de São Paulo, vão adotar estrutura idêntica a que foi criada no Rio Grande do Sul. Do encontro, participaram representantes de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe, além de 34 órgãos ligados ao turismo e ao setor financeiro do País.

COMISSÕES

Nas demais comissões, o Rio Grande do Sul também serviu como exemplo. Na Comissão Técnica n.º 2, que estudou a parte de planejamento turístico, foi indicado o exemplo do Plano Regional de Turismo da Sudesul.

Na Comissão Técnica n.º 3, que debateu a ação de órgãos federais a nível de Sudene, Sudam e Sudesul, novamente a Sudesul foi apontada como exemplo, ficando decidido que cada organismo re-

gional faça um plano de integração turística para ser englobado pela Embratur. "Nesse ponto, salientou o Secretário de Turismo", a Embratur conseguiu grande vitória, relativamente à Região Sudeste, que não tem superintendência regional, mas que os Estados integrantes assinaram um acordo, unindo São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Estado do Rio, para integração turística dentro dos moldes da Região Sul, com o fim de estabelecer um Plano Regional de Turismo."

MAÇONARIA TAMBÉM FESTEJA 150 ANOS

Viajou para o Rio o dr. Frederico Renato Motta, grão-mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, a fim de participar dos festejos comemorativos ao Sesquicentenário da Fundação do Grande Oriente do Brasil, que se realizarão na Guanabara de hoje a 10 de agosto.

tes, chefe do Estado-Maior do Exército.

Os festejos do Sesquicentenário do Grande Oriente do Brasil terão um brilho especial, com a participação de representações oficiais não só dos Estados, como, ainda, do Exterior, inclusive da Europa.

Ilustração 2 - Correio do Povo/RS, 16/06/1972, p. 08

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) permaneceu na Secretaria de Turismo até fevereiro de 1973 quando assume a Secretaria de Indústria e Comércio. Plínio Totta ficou interinamente respondendo pela SETUR até que fosse nomeado novo secretário.

Em 20 de fevereiro de 1973, Roberto Eduardo Xavier²⁶, até então Secretário substituto da Indústria e Comércio, foi anunciado pelo governador Euclides Triches como o novo Secretário de Turismo do Estado. O Governador Triches acentuou que o então secretário de Turismo, Edison Baptista Chaves, implantou uma organização verdadeiramente modelar naquela pasta e desejou ao novo titular que, na segunda metade do Governo a conduza dentro dos grandes

26 Roberto Eduardo Xavier fizera parte do governo antes mesmo de ter assumido, ao ser convocado para integrar a equipe de estudos para a implementação da Secretaria de Turismo. Anos antes, a convite do então Prefeito Loureiro da Silva, integrara o grupo de estudos que elaborou a lei determinando a fundação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o qual foi conselheiro de 1961 a 1965 (HOHLFELDT e VALLES, 2008).

planejamentos estabelecidos, fazendo com que a mesma, neste que é o Ano do Turismo, possa apresentar os resultados que todos nós desejamos (Zero Hora/RS, 21/02/1973, p. 08).

Sobre o período em que estive na Secretaria de Turismo, Edison Baptista Chaves, descreve a Secretaria de Turismo como um espaço de construção, de participação, do qual conquistou muitas amizades que até hoje perpetuam, evocando seus “consultores”, costurava a este quadro as recordações de tempos difíceis, embora o ambiente de trabalho fosse excelente, haviam muitas dificuldades, todos estavam aprendendo sobre turismo, era uma eterna descoberta, estava recriando pontos de referências coletivos em um tempo reordenado que almejava a continuidade de um trabalho que estava apenas começando, quando diz que gostaria que ficasse na secretaria alguém que já trabalhava no CITUR.

Chaves (06/06/2008) nos conta que também teve o privilégio de conviver com Roberto Burle Marx e José Lutzemberger, fato pelo qual sente muito orgulho. Durante sua gestão na secretaria criaram o Parque da Guarita e, o governo do Estado contratou Roberto Burle Marx para fazer o projeto da Guarita.

José Lutzemberger recém estava chegando da Alemanha [...] foi contratado para executar o projeto da Guarita. O projeto nunca se concluiu na sua grandiosidade e, depois faltou os recursos financeiros [...]. Mas, eu tenho essa satisfação, eu lembro o livro Sinfonia Inacabada [de autoria de Lilian Dreyer] da vida do Lutzemberger, eu vejo que ele teve um amor muito grande na realização daquilo ali, tem capítulos inteiros dedicados ao Parque da Guarita [...]. E Lutzemberger me ensinou muito, muito sobre o amor à natureza.²⁷

Com uma certa nostalgia, recorda:

não há dúvidas, eu sempre, até hoje eu considero um dos meus momentos de maior realização, de maior felicidade, eu trabalhei com a equipe mais motivada que eu já tive esses dois aninhos que eu passei nessa novel Secretaria de Turismo daquela época, realmente nós trabalhávamos sábado, domingo, madrugada adentro por amor a esse tema fascinante que é o turismo.²⁸

27 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

28 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) faz questão de destacar as pessoas que construíram e que contribuíram para o turismo no Rio Grande do Sul,

em primeiro Oswaldo Goidanich, porque é um homem que realmente merece, ele estudou muito, ele era do Touring Club, na época o Touring era um organismo interessante porque ele era um apoio ao automobilista. Era um homem de sensibilidade, um homem culto, viajado, compreende, e que sempre procurava o melhor, ele assessorava a Assembleia Legislativa nessa área, ele conquistou, por exemplo, o Victor Faccioni que era um apaixonado pelo turismo e ganhou prêmios de destaque pela assessoria que o Oswaldo Goidanich dava a ele, compreende? Eu tenho quase certeza de que, quem me indicou para secretário de turismo foi o Oswaldo Goidanich, junto com o Victor Faccioni. Mas, por tanto que eu aprendi com ele e, porque ele sabia que eu estava realmente aprendendo, tanto que eu o consultava nessa área. [...]. Depois teve os pioneiros, principalmente da hotelaria, tanto no interior, [...] e aqui em Porto Alegre o seu João Schmidt com os filhos o Victor e o Henrique, criou a Rede Plaza de hotéis, foi um marco também, o Sizenando Venturini aqui do Embaixador que participava da minha CITUR. Nessa área de formação de pessoal a Norma Moesch, ela teve uma participação fantástica! Seguido em eventos pelo Brasil a fora, que eu estava junto com a Norma, daqui a pouco levantava um cara lá do Rio de Janeiro, de São Paulo e dizia: a minha professora Norma Moesch, compreende, então ela tinha levado esses ensinamentos pelo Brasil a fora. Eu, como pioneiro, a dona Elizabeth Rosenfeld, lá em Gramado²⁹.

Chaves recorda de Oswaldo Goidanich, aquele que “*alertou que existe o turismo*”, “*que foi uma figura muito importante*”, um ícone, que representava o grupo que atuava no turismo no RS. Não havia ações de turismo no RS na qual Oswaldo Goidanich não se fizesse presente, assessorando, coordenando, produzindo material sobre turismo para o Correio do Povo, enfim sua “*saga do Turismo no Rio Grande do Sul*”, como ele próprio denomina o título do capítulo que escreveu no livro organizado por Hilda Flores³⁰.

Edison Baptista Chaves (06/06/2008) manifesta o seu reconhecimento a Oswaldo Goidanich, que foi seu “professor”, “*por tanto que eu aprendi com ele e, porque ele sabia que eu estava realmente aprendendo, tanto que eu o consultava nessa área*”.

29 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

30 FLORES, Hilda Agnes Hübner (org). *Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1993.

Chaves lembra que a Dona Elizabeth Rosenfeld, fez o Artesanato Gramadense,

e pegou aquelas coloninhas e os coloninhos e ensinou a fazer artesanato, ensinou a fazer aqueles móveis, móveis de Gramado enfim, e, e aí começou a surgir uma estrutura de gasto para o turista que fosse lá. Então, essa mulher foi fantástica, ela realmente plantou uma florzinha que virou um jardim em um curto espaço de tempo dentro dessa concepção de estrutura de gasto. Ela perseguiu esse lado da estrutura de gasto, de vender um estilo, entendeu, de transformar, dizer: bom, aquela cadeira, aquela mesa é lá do artesanato de Gramado e que treinou aquele pessoal a usar tear para fazer tecidos, para fazer tapetes, tapetes de parede, que são verdadeiras obras de artes plásticas, tudo focando imagens da região, como dizem os artistas plásticos, com factual, local.³¹

Compreendi que enquanto o narrador estava recompondo suas lembranças, ancorava suas recordações em espaços e tempos coletivos na sua própria experiência de vida. Para dar materialidade àquilo que estava tentando apresentar como uma lembrança do vivido, necessitava deslocar sua narrativa, vez por outra, para diferentes grupos de pertencimento. Desta maneira, o espaço confrontado junto a SETUR, possibilitava-lhe recompor outros lugares institucionais dos quais fizeram parte, em múltiplos tempos. O narrador, lembrando sua experiência profissional e algumas vezes pessoal, trazia fatos vivenciados, reconstruía distintos grupos de referência ancorando suas lembranças no grupo. Assim, é possível entender porque Halbwachs³² afirma que uma lembrança individual é, antes de tudo, sempre uma memória coletiva.

Os grupos constroem sua história, sua memória, e assim, a representação de si e dos grupos em sua volta. A memória adquire, como demonstrada por Ricardo Oriá³³, papel de importância na constituição de uma cidadania participativa, servindo como instrumento de luta e afirmação de identidades, sendo condição para a construção de uma sociedade plural, sendo que um homem sem memória é um homem sem referência histórica, sem identidade, que não se reconhece como cidadão e como sujeito histórico.

31 Edison Baptista Chaves, 06/06/2008.

32 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice/ Editora dos Tribunais, 1990.

33 ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BI TTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico e m Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p.130.

Segundo Halbwachs³⁴, no ato de lembrar,

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvido, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Neste pensar ou re-pensar a sua história de vida profissional, sua prática turística, Edison nos revela uma trajetória de realizações, dúvidas, perplexidades, opções, confrontos, caminhos e possibilidades que compõem a vida de todos os que estão inseridos direta ou indiretamente no desenvolvimento do turismo. Fazer História oral consiste numa busca de produção científica com análises, na qual os protagonistas/sujeitos de sua história expressam e enfatizam diferentes sentidos às suas experiências, revelando como suas produções e práticas profissionais estão diretamente ligadas ao modo característico de cada um ser e viver. Nesse contexto, recorreremos a Larrosa (1999) que discute: “O sentido do que somos depende das histórias que contamos e das que contamos de nós mesmos [...], em particular das construções narrativas nas quais cada um de nós é ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal”³⁵. O que o narradores pensa de suas vivências presentes, o que fazem, como vêem a si mesmos e o mundo, é disso que extraem suas memórias.

Ao recompor suas reminiscências o narrador, inclusive, passa a limpo uma parte de sua própria história de vida. Constrói dados autobiográficos evocando lembranças com as quais ele pode, na atualidade, conviver e que lhe sugerem um sentido identitário de estar sendo sujeito da experiência narrada e vivida no presente. Ocupando um outro lugar, o pesquisador, diretamente afetado pela *ponte interpessoal* estabelecida (ou não), também consolida uma autobiografia. De certa maneira, ambos, pesquisador/narrador, buscam, neste processo de interação, o reconhecimento social do lugar construído nesta relação.

34 HALBWACHS, 1990, p. 26.

35 LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana* – danças piruetas e mascaradas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 52.

Conforme Verena Alberti³⁶, “assim, as duas partes, (entrevistado e entrevistadores) constroem, num momento sincrônico de suas vidas, uma abordagem sobre o passado, condicionada pela relação de entrevista, que se estabelece em função das peculiaridades de cada uma delas”. Desta maneira, o narrador alimenta a memória coletiva quando narra sua experiência e esta é ouvida para continuar a ser narrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edison Chaves, ao buscar suas experiências como primeiro Secretário de Turismo do estado, ressalta não só as raízes da institucionalização do turismo no Rio Grande do Sul, bem como o “efervescente” momento da atividade turística no Brasil. Era um momento em que diversos segmentos da sociedade, empresários, políticos e estudiosos passam a se interessar pelo tema turismo.

Ora, se Edison Chaves teve uma importante participação nesse momento, necessário seria que se procedesse a uma “adequada” leitura desse passado. Nesse sentido, ao rememorar sua história na atividade turística no Estado do Rio Grande do Sul, Edison procurou iluminar alguns aspectos que lhe pareceram especialmente significativos para a composição de um perfil que lhe permitisse conquistar um lugar no reordenamento do turismo no estado que se avizinhava. Em primeiro lugar, destacou as atividades desenvolvidas junto a Secretaria. Ao lado disso, o fato de ter atuado em um momento excepcional do turismo no estado do RS e no Brasil, e de ter sido pioneiro no Turismo no estado, participado de “*um grupo fantástico*”, “*uma geração apaixonada pelo turismo*”, ter-lhe-iam conferido igualmente uma estatura de “pioneiro”, cuja presença teria sido marcante nos eventos mais significativos do turismo no país nos primeiros anos de 1970. Articula nesta rememoração outros espaços/tempos sobre o vivido. De acordo com Ecléa Bosi³⁷, “quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício”.

36 ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2004, p.23.

37 BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. Companhia das Letras: São Paulo. 3. Ed, 1994, p.480.

Edison Baptista Chaves construiu uma certa interpretação dos principais eventos que envolveram sua participação com a atividade turística nos primeiros anos da década de 1970, elegendo narrativas que refletem elementos que lhe permitem identificar-se social e historicamente. Assim, ele sustenta uma mesma versão de acontecimentos, da ação de personagens e do sentido de conjunturas políticas ao longo de todo o depoimento que, cotejado com o texto do livro organizado por Hilda Flores, apresenta uma convergência.

O que o narrador pensa de suas vivências presentes, o que faz, como vê a si mesmos e o mundo, é disso que extrae suas memórias. A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

Narrar sobre a própria vida é algo extremamente desafiante. Faz com que se reporte ao passado lembrando de momentos significativos para o narrador e traz para o presente um pouco da história que vivenciou. É que, enquanto narramos, não nos podemos eximir à condição de seres históricos que somos. De seres inseridos nas tramas sociais de que participamos como objetos e sujeitos. Quando hoje, tomando distância de momentos por nós vividos ontem, os rememoramos, devemos ser, tanto quanto possível, em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado, fiel ao momento em que reconhecemos e descrevemos o momento antes vivido. “Os ‘olhos’ com que ‘revejo’ já não são os ‘olhos’ com que ‘vi’”.³⁸ Desse modo, atualizamos constantemente o passado em função do presente. Santos³⁹ ainda reforça: “Voltar ao passado é viver um encontro com aquela que fui, aquela que sou e aquela que serei. É poder neste encontro aprender a valorizar essa trajetória”.

38 FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. 2 ed. rev. São Paulo. UNESP, 2003, p. 19.

39 SANTOS, Margarita dos. Como tenho me tornado professora? In: VASCONCELOS, Geni A. N. (org.). *Como me fiz professora*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, p. 61.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2004.
- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. Companhia das Letras: São Paulo. 3. Ed, 1994.
- CHAVES, Edison Baptista. Turismo. Do Planejamento a Atividade Econômica – Uma Experiência Gaúcha. 1993 In: Flores, Hilda Agnes Hübner (org). *Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1993, p.135–141.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da Educação*. Vol. 4. n. 8. Pelotas. UFPel. Setembro, 2000, p.141 – 174.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Turismo: a estratégia gaúcha*. Secretaria de Turismo, 1972.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner (org). *Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. 2 ed. rev. São Paulo. UNESP, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice/ Editora dos Tribunais, 1990.
- HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul : Oswaldo Goidanich, Roberto Eduardo Xavier [recurso eletrônico]. Porto Alegre. EDIPUCRS. (Coleção NUPECC), 2008.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana – danças piruetas e mascaradas*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOESCH, Norma Martini. *Cortina de Cristal: Processo Imigratório, Identidade Cultural e Comunicação Turística*. Faculdade dos Meios de Comunicação da PUCRS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1997.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico em Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1997.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 94.

SANTOS, Margarita dos. Como tenho me tornado professora? In: VASCONCELOS, Geni A. N. (org.). *Como me fiz professora*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

NATAL, EM FATOS E FOTOS: O IMAGINÁRIO PAISAGÍSTICO DA CIDADE DO SOL, MAIS DE CINQUENTA ANOS DEPOIS...

*Sylvana Kelly Marques da Silva**
*Luiz Demétrio Janz Laibida***

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um cruzamento estratégico da sociedade moderna na composição das relações socioeconômicas está na tríade turismo, paisagem e fotografia. As paisagens enquadradas nas fotografias são construídas por várias histórias que não retratam a realidade social, porém a sua memória fragmentada, quando direcionadas pelo turismo soma-se à construção de um sistema simbólico de elementos culturais hierarquizados nos discursos e representações dos espaços. Articulamos a história cultural e a sociologia da fotografia e da imagem para a compreensão da produção de uma espacialidade e identidade que centra-se em Natal, capital norte-río-grandense, por meio de uma publicação fotojornalística que inaugura a identidade turística da cidade representada pelo turismo de sol e mar, que ganhou ênfase nas políticas públicas com vias ao desenvolvimento econômico dos locais.

Para essa discussão analisamos as fotografias de paisagens chamadas a recrutar o projeto turístico “Natal, a cidade do sol”, na revista

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professora da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. <http://lattes.cnpq.br/4309513148891639> E-mail: sylvana.kelly@ufma.br.

** Pós-doutorando em Sociologia e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná/UFPR e Professor de Sociologia da rede pública do estado do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/6125356072383016> E-mail: luizdemetrio10@gmail.com.

Fatos & Fotos, da Bloch Editôres, publicada em 29 de agosto de 1968. A escolha do objeto deve-se aos recortes fotográficos estarem imersos em um ambiente de incentivo ao desenvolvimento econômico mediado pela instituição do turismo no nordeste brasileiro. Como método utilizamos a arqueologia da impressão, pelo qual nos lançamos à crítica social apontando o “enquadramento espetacularizado”,¹ figura que coloca em prova a representação visual do passado e seu estatuto presente, como: a valorização de espaços que favorecem permanências discursivas no processo de transformação da paisagem em espetáculo.

Em início é preciso pontuar que a sociedade moderna é construtora de formas de produção de subjetividade e de modos de organização espacial que passaram pela dominação colonial europeia e essas permanecem nas relações construídas no período moderno, estruturada, em grande medida, pela ideia de civilização.²

Queremos afirmar a existência de um fio condutor nas relações existentes no colonialismo com o sistema atual, o que institui binarismos entre o sujeito e o objeto, a natureza e a cultura, o homem e a mulher, entre outras dicotomias alicerçadas na lógica vigente, sendo base da argamassa que arranjam as identidades. Isso posto, existem as permanências nas consciências e nas estruturas humanas que promovem relações variadas de dominação.³ Nelas, as identidades como fator de demarcação das diferenças, hierarquiza as produções com a criação de variadas fronteiras, tais como os preconceitos, estereótipos, racismos e fobias diversas

A sociedade moderna ainda abraçou para si a pertinência do saber convertido na versão hegemônica da tecnologia e da ciência.⁴ Esses elementos unidos favoreceram os deslocamentos, a imposição de novas e variadas fronteiras, a redução das distâncias, a compressão do tempo e a efemeridade das relações. E como produto direto dessas relações está a

1 O Enquadramento Espetacularizado trata-se de uma categoria de análise que construímos a fim de apontar a cumplicidade entre os elementos que elaboram as paisagens tendo um elo com discursos pretéritos que se perpetuam no desenho atual transformando o espaço em espetáculo. Para mais informações ver: MARQUES, Sylvana, Os discursos fotográficos de Canindé Soares: entre o turismo e a devoção. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 2017.

2 Ver QUIJANO. Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*. v.17, n.37, 2012, pp. 04-28.

3 Ver QUIJANO. Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estud. Av. São Paulo*, v.19, n.55, 2005, pp. 9-31.

4 Idem, *ibidem*.

conexão entre o turismo, a fotografia e a paisagem compondo uma tríade moderna.

O turismo é comumente apresentado com bases na definição da OMT – Organização Mundial de Turismo,⁵ como um fenômeno social, cultural e econômico resultante do movimento de pessoas para fora do seu local de residência, geralmente, por razões de lazer. Contudo, não é foco central dessa instituição formular definições conceituais, o que é uma prerrogativa acadêmica.⁶ Assim, ampliamos esse conceito para pensar o turismo estruturado espacialmente e temporalmente diante do paradigma moderno.

A paisagem é um recorte espacial enquadrado pelo olhar que tem as primeiras representações no ocidente, na entrada do mundo moderno, em grande medida alinhada com o uso da perspectiva e com o movimento renascentista. É um recurso turístico valioso por se constituir em um dos mais importantes elementos de atratividade para os lugares. É a primeira instância do contato com o local visitado, geralmente, ocorrida por meio da fotografia que projeta-a compartilhando um imaginário obediente ao processo de modernização. “É através delas que os viajantes, que se utilizam da geografia, apreendem a natureza das regiões que percorrem”.⁷ O desejo e anseio por determinada paisagem só nasce, só ganha forma, porque a natureza e o humano são elementos intrínsecos e em relação constante com a dinâmica imagética e discursiva que constroem e projetam suas expectativas. Isso quer dizer que inventamos a paisagem e ela passa a existir em nós.⁸

A fotografia é um dos objetos mais significativos que compõem o ambiente moderno. É gestada enquanto um dos expoentes máximos do desenvolvimento tecnológico, enraizado na ideologia fundante do período visto a sua apreensão ser intermediada pela relação venal com o referente. Inclui todas as concepções do paradigma vigente por se associar aos meios de produção cultural da modernidade, à ascensão

5 OMT, 2008.

6 Ver PAKMAN, Élbio Troccoli, Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, 24 a 26 de setembro, 2014. *Anais [...]*. Ceará: Universidade do estado do Ceará. 2014, p. 19.

7 Ver CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. pp. 13-74, p. 16.

8 Ver SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

da burguesia, do crescimento e expansão das indústrias, da propriedade privada e do automotismo que caracterizavam a Revolução Industrial.⁹ Surgiu envolta da certeza do domínio racional do mundo, como se fosse uma cópia que se apresentava tal qual o recorte apreendido.

Enquadradas nas fotografias as paisagens representam várias histórias que não desvelam a realidade social, todavia, lançam fragmentos de memórias, distribuindo para diferentes grupos humanos um modo inovador de construção de visualidade e conhecimento. Em paralelo com o turismo formata um arquivo imagético de elementos culturais a serem valorizados nos sistemas espaciais estruturantes da sociedade. Ainda, no que concerne à atividade turística, em termos econômicos é referenciado como uma atividade detentora de relevante potencial de propulsão do desenvolvimento, porém, suas divisas nem sempre abarcam a população.

A TRÍADE MODERNA: TURISMO, FOTOGRAFIA E PAISAGEM

O turismo é um fenômeno (re) produtor e (re) orientador de práticas e representações¹⁰ nas mais variadas paisagens: da paisagem campesina à urbana, das paisagens montanhosas às litorâneas. Com apoio da fotografia confere visibilidade as representações dos seus elementos que orientam os interesses e concepções dos grupos que as forjam. Não é apenas um recorte do espaço que existe à *priori* das nossas relações, é caracterizada pelo que se vê no âmbito da apreensão social intermediada por um conjunto de temporalidades sobrepostas.¹¹ A partir das significações sociais impostas cativa, ou não, o nosso olhar.¹² Em sua

9 Sobre a fotografia e as paisagens modernas ver: MARQUES, Sylvana, 2012. Centelhas de uma cidade turística nos cartões-postais de Jaeci Galvão (1940-1980). Mestrado (Turismo). Natal: UFRN, 2012.

10 Sobre Práticas e Representações ver: CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed Bertrand, 1990.

11 Ver SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamento teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1998.

12 Ver SIMMEL, George. *A Filosofia da Paisagem*. Tradução Artur Morão. Coleção Textos Clássicos da Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior. 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>, arquivo consultado em 16 de junho de 2012.

relação com a atividade turística apresenta os sentidos sociais e estéticos dado ao espaço com fins de produção, atração e consumo.¹³

No traçado paisagístico existe uma rede de tramas imagéticas discursivas, que se analisada em sua origem favorece o entendimento das ideologias privilegiadas ou não no processo cultural, graças ao qual o momento atual pode se tornar inteligível e o espaço ser codificado.¹⁴ No marco temporal moderno a paisagem – que surge nesse contexto – foi investida de valores e práticas que orientaram a sua fruição estética e lúdica. Receberam viajantes em migrações sazonais para desfrutar dos seus espaços, qualificando-os com *status*, com seus movimentos iniciais no *Tour* europeu.¹⁵

Em seguida, as mudanças ensejadas pela circulação do capital que se impunha de modo hierarquizado e industrializado, trouxeram uma nova concepção de tempo, dinamizado pelo relógio e pela distinção entre o trabalho e o tempo livre. As viagens de lazer, como fruição do tempo livre, são intensificadas e comercializadas, acopladas a outros elementos como serviços de transporte, hospedagem e de guiamento. Em suma, estruturam-se assim, os serviços especializados do turismo.

As percepções sobre as paisagens vinculadas ao turismo, propiciaram práticas como o termalismo,¹⁶ a balneação marítima, *camping*, as temporadas de verão e inverno, onde “uma elite rara forneceu os atores”.¹⁷ As práticas dessas paisagens espalharam-se em visualidades no sensacionalismo dos panoramas circulares, na moda das estampas e com o impacto da fotografia, artefato ímpar para indução dos enquadramentos paisagísticos. A fotografia consolidou os marcos urbanos da experiência moderna, ao mesmo tempo em que apontou o que eram cenas “pitorescas” ou “exóticas”, disciplinou, difundiu, popularizou e estabeleceu os modos de ver e compreender as paisagens em foco. A paisagem, nesse mote, exprime-se como objeto de observação e consumo.

13 Ver MARQUES, 2017 e YAZIGI, Eduardo (org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

14 SCHAMA, 1996.

15 BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Baurú: EDUSC, 2003.

16 Termalismo; viagens terapêuticas até as estações termais, direcionadas a um público elitista, condicionadas a tratamentos por meio de banhos e ingestão de águas.

17 BOYER, 2003, p. 42.

A circulação do capital e a dinâmica intensa de transformações mediadas pela tecnologia foram indispensáveis para a intensificação da atividade turística que torna-se dependente das imagens que inventa, reconstrói e divulga as suas paisagens, enfatiza, sobretudo, um valor estético aos recursos agregados ao seu entorno. “Toda paisagem, portanto, pode ser turística”, visto que sua estética é ditada por padrões culturais de uma época.¹⁸

O padrão cultural moderno interligou as regiões mais distantes aos centros capitalistas europeus por razões compartilhadas com apoio da tríade turismo, fotografia e paisagem. O que constituiu uma ordem mundial intensa de trocas simbólicas formadora das concepções do que é o aprazível, o civilizado, o atrasado, o exótico, etc. As imagens do moderno em um mundo portátil e ilustrado se tornou acessível para parte da população mundial, motivando o turismo e propagando critérios de uma urbe moderna. Uma representação abraçada euforicamente pela burguesia que vê na fotografia a expansão dos seus ideais.

Obviamente o enquadramento paisagístico valorizado pelo turismo, diante do *status* que a atividade promove, constrói fronteiras espaciais em diferentes escalas e amplitudes, variando de acordo com os interesses e relações de poder envolvidas e tipos de intervenções que se requer sobre os espaços físicos. E, para pensar as fronteiras traçadas pelo turismo diante de um recorte paisagístico enquadrado na imagem fotográfica é preciso levar em conta o regime socioespacial regente, marcado pela emergência cultural da Europa ocidental.

O OLHAR DE CLIO PARA AS ASTÚCIAS DO TRIO

A história do turismo e do lazer, da sede por viagens e busca de novas paisagens, muitas vezes têm ficado relegada. Isso ocorre tanto pelos turismólogos, em sua maioria, optarem pelas questões práticas, econômicas e tecnicistas que envolvem o fenômeno do turismo, quanto pelos historiadores que por muito tempo ignoraram as manifestações do lazer e do turismo, talvez por compreenderem o turismo como algo apartado do cotidiano e suas representações no funcionamento das estruturas centrais de um sistema social, sendo algo considerado

18 CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11.

academicamente menor por ser divertimento, alienação ou inversão do trabalho.

Posições como essas deixaram uma lacuna na história do turismo, das paisagens que dinamizam a atividade e na relação com a fotografia. O que intriga, visto que a atividade é um dos modelos centrais da representação da paisagem ocidental, sendo uma forma moderna de utilização do tempo do não trabalho, arranjada com muito trabalho, vozes silenciadas e corpos esmagados. Tendo o turismo, ainda, força nuclear nos discursos econômicos, políticos, sociais e espaciais entrelaçando-se às subjetividades, discursos, símbolos, estéticas e imaginários que constituem normas e valores sociais engendrados e naturalizados nas relações cotidianas.

Para o entendimento das aproximações do trio turismo, paisagem e fotografia, em primeira mão, buscamos pensar as condições históricas que possibilitaram as emergências de tais paisagens turísticas em países periféricos¹⁹ como o Brasil. Pensar qual a sua relação com os recortes dominantes no ocidente e a sua representação imagética no local e pensar como o turismo, a paisagem e a fotografia são produtos e produtores de tais espacialidades e identidades. Se o turismo é uma máquina de invenção espacial, em especial a paisagem, em relação com os mecanismos simbólicos projetados em seu espaço e fortalecido pelo nível de circulação que a fotografia possibilita, marca e demarca fronteiras que vem sendo tecidas por meio de dadas condições históricas, mas que são projetadas como contínuas e naturais.

Uma paisagem do turismo em moldes ocidentais está na grandiosa realização urbanística de Paris, esse feito circulou nas fotografias dos cartões-postais como modelo de um centro irradiador do progresso e da civilidade. Se tornou exemplo do que é ser a capital da moda, do luxo e do consumo. Mais ainda, o arquétipo do que era ser capital no século XIX, sendo ela mesma o ícone do paradigma que colaborou para estruturar. Paris, se tornou “o modelo do viver urbano, da civilidade, refinamento e sensibilidade artística”.²⁰

19 A periferia consiste em estratos ou setores da sociedade que recebem ordens e crenças que não são criadas por eles próprios”, mas sim pelas instituições centrais que exercem autoridade. Para mais informações ver: SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

20 Ver em ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008, p.46.

Paris demarca uma fronteira onde todos queriam poder estar ou ser similar. Como todos não podiam ser ou usufruir o *frisson* parisiense, o ideal era reproduzir nas paisagens um pouco de Paris. É indiscutível que nesse período as fotografias tornaram-se as principais formas de reprodução imagética dos recortes dos espaços parisienses que se deveria imitar. Nelas o “progresso e a civilidade” do país era propagandeado no exterior e dentro do próprio território, construindo um ideário paisagístico em analogia com as práticas e representações ditadas. Essa arquitetura é parte mestra do processo histórico do colonialismo e das suas relações indissociáveis com o paradigma civilizacional instituído pela modernidade, transformou o conjunto das dinâmicas locais em elementos combinados e recortados por esse paradigma, com implicações e efeitos nas paisagens locais estruturadas a partir dessa lógica dominante.

ANTAGONISMOS E BIPOLARIDADES NAS FRONTEIRA DO NORDESTE DO SOL

As fronteiras visam isolar, criar limites, barreiras e particularidades em territórios, sejam eles nacionais, regionais ou locais. São produzidas em ordenamentos e classificações com fins de construir naturalizações no favorecimento das identidades.²¹ Embora, a paisagem seja o fragmento de um todo complexo, ao ser enquadrada pelo olhar e recortada na fotografia apresenta um significado que esconde as diferenças que a constituiu culturalmente criando mecanismos de assujeitamento à espacialidade representada em foco.

Filhas do processo de colonização do qual fomos objeto, nossas paisagens trazem seus contornos. Sendo, valorizadas quando domadas pelos elementos da civilização ou rechaçadas quando apresentam o que é considerado inferior, selvagem, estranho ou o contrário a esse processo, sendo passíveis de medo, ou mesmo de serem exterminadas. Classificações que reforçam os abismos socioespaciais.²² Tuan é um dos autores que percorrem o imaginário das paisagens apontando-as como

21 Ver ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

22 Ver TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 12.

resultado das construções culturais. Manifestação humana que descreve a tentativa de controle do caos.

Essas paisagens são constituídas na perspectiva de grupos e impactam práticas individuais. O controle das paisagens consideradas caóticas, como por exemplo, de comunidades marginalizadas, se dá com a força do processo civilizador. Esse, ao mesmo tempo em que institui os espaços enquanto caóticos ou passíveis de medo, marginalizando-os, valoriza os espaços que mais se aproximam de uma arquitetura considerada civilizada.

Uma paisagem representativa no território nacional, diz respeito à região Nordeste, que ganhou seu contorno como um recorte a parte do país, um projeto com discursos e visualidades que se dedicaram a criar uma identidade do que seria sua natureza própria.²³ Depois de cristalizada por ícones, símbolos e signos que a definem pela reposição incessante das mesmas imagens configura-se como um Nordeste binário. O agrário, representado pelo cultivo da cana de açúcar, próximo ao litoral e o árido, do sertão com o chão seco rachado em baixo dos pés.²⁴

A segunda paisagem virou clichê, cenas chocantes com pessoas esqueléticas, retirantes, gados mortos, terras rachadas pelo fogo do sol transformam-se em notícia corrente nos jornais e viraram estratégias políticas para reivindicação de recursos financeiros. Imagens que promoveram um imaginário que sustentou e justificou essa situação, conhecida como a indústria da seca.²⁵ Dessa forma surge esse desenho regional, gestado nas primeiras décadas do século XX, mas enquanto região geográfica em âmbito político-administrativo passou a existir em 1938, como parte do Anuário Estatístico do Brasil do IBGE, sendo institucionalizada só em 1942.

Na segunda metade do século citado, o modelo econômico adotado no Brasil privilegiava a indústria de base, como mola mestra do desenvolvimento econômico. Nesse mote, as viagens em busca do lazer são intensificadas, com privilegio as paisagens litorâneas. Inicia-

23 Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Recife: FJN, 2006.

24 FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 5 ed. Rio de Janeiro, José Olympio: Recife, FUNDARPE, 1985, p. 5.

25 Ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução, Dissertação de Mestrado*. Campinas, UNICAMP, 1988.

se a inserção nas lógicas globais e a expectativa do desenvolvimento se consolida no amanhã. Uma nova versão do Nordeste que vê no turismo a indústria favorável para a atração de recursos financeiros é criada. Novamente o Nordeste é marcado pelo binarismo imagético com o “sol”, sendo símbolo central na (re)significação do imaginário paisagístico da região: do sol que queima e enrudece a vida ao sol que esquentava e favorece os banhos de mar. Esse sol compôs o cenário para duas paisagens plenas de sentidos e saturadas de estereótipos, abarcaram os estados do traçado regional, da Bahia ao Maranhão.

As visualidades que circulavam pelo país dão a ver a nova paisagem do Nordeste, a ser vendido como uma espécie de paraíso a ser descoberto pelas empresas ligadas às atividades turísticas, com águas quentes, verdes coqueirais, frutas exóticas e povo hospitaleiro. Constroem um novo imaginário com gênese no desejo, estética, política, economia e prazer hierarquizado ante o sistema de representação global.²⁶

O Rio Grande do Norte, é um dos estados que tem as suas singularidades apagadas atendendo a homogeneização articulada politicamente em torno da ideia da paisagem região, se constrói com temáticas comuns às presentes no imaginário do Nordeste, tais como a seca, os retirantes, o banditismo social, a religiosidade, a cultura popular, o folclore, entre outras.²⁷ Narrativas que deram o enredo para o trabalho de historiadores potiguar.²⁸ O sol inclemente faz famílias inteiras

26 Entre estudos representativos dessa realidade, cito três que nos chamou a atenção por dialogar especificamente com esses deslocamentos: Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará do Eustógio Wanderley Correia Dantas, publicado em 2002 (DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. In *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 01, número 01, 2002). *A onda do turismo na Cidade do Sol*, tese de doutorado da Edna Maria Furtado, publicada no ano de 2005 (FURTADO, Edna Maria. *A onda do turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, 2005*); e, por fim, *A Paraíba na mídia: caso de dupla identidade: construções da identidade paraibana no jornalismo especializado da política e do turismo*, tese de doutorado do André Luiz Piva de Carvalho, defendida em 2009 (CARVALHO, André Luiz Piva de. *A Paraíba na mídia: caso de dupla identidade: construções da identidade paraibana no jornalismo especializado da política e do turismo, tese de doutorado*, Salvador: UFBA, 2009).

27 Ver ALBUQUERQUE JR, 2006.

28 Tais como LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1921; CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. 1955; MARIZ, Marlene Mariz da Silva; SUASSUNA. Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002.

abandonarem o sertão em direção as cidades como Natal, Mossoró e Ceará-mirim em busca de sobrevivência. Inspira intelectuais como Manoel Dantas, a traçar a relação da seca com o Rio Grande do Norte marcada pela calamidade. “O povo pobre pôs os cacarecos à cabeça e tratou de emigrar, ao azar de sua desgraça, em busca dos brejos e portos, morrendo de fome e doenças ao longo das estradas”.²⁹

A natureza constitui-se em ambiente hostil a ser superado. Segundo os jovens bacharéis do local, até mesmo a capital do estado, por seus tabuleiros de dunas, era composta por uma paisagem monótona que submetia a população a apatia, a preguiça e ao ócio. O progresso desejado pela elite era barrado pela força imperiosa da natureza que circundava a cidade, acreditava-se na necessidade de vencer o isolamento imposto pelas barreiras naturais para colocar Natal no caminho do progresso.³⁰

Compõe-se um novo campo político-econômico em que Natal passa a ser espaço de intervenções urbanas, industriais e de investimentos relacionados à sua imagem turística. Em busca de sanar os inconvenientes econômicos e compensar o quadro de atraso industrial da capital, Djalma Maranhão, prefeito de Natal entre os anos de 1956-1959, apontou, de forma pioneira, para o turismo. Cria o Conselho Municipal de Turismo e embeleza pontos estratégicos da cidade. Na concepção desse gestor, a atividade turística associada às belezas naturais da cidade, seria capaz de dar impulso ao tão almejado desenvolvimento.³¹

Os sentidos expostos apontam o binarismo em torno da região, que incide nos locais, deslocando as percepções da paisagem em várias ordens: do sertão para o litoral, do deserto para o oásis, do atraso para o progresso, do inóspito para o paradisíaco, do discurso da seca para o discurso do prazer. Essa é uma oposição dialógica – de princípios antagônicos, mas que se complementam em uma dimensão organizadora. Basta afirmar que esse período se subscreve pela significativa ampliação

29 Dos vários trabalhos que publicou Manoel Dantas deu destaque à seca no livro “Homens de Outrora” (1941) onde reuniu cinco ensaios, entre eles o texto “O Problema da Seca”, vinculado no jornal “A República” da cidade de Natal no período de julho a outubro de 1901. Ver DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Natal: Sebo Vermelho, 2001, p. 119.

30 Ver ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Bagaço, 2006.

31 Ver FERREIRA, Alexsandro. Uma Cidade Para o Futuro: O discurso do progresso na estruturação urbana de Natal, In: FERREIRA, Ângela Lúcia & DANTAS, George (orgs). *Surge ET ambula: a construção de uma cidade moderna*. Natal, RN: EDUFRRN, 2006, p. 283-301.

da indústria da produção cultural no país, com a emergência de fenômenos editoriais, como o jornalismo de revista que acompanha de perto o desenvolvimento da indústria, divulgando fotografias e textos que direcionam a informação e os sentidos para a aquisição de conhecimento.³²

EM FATOS E FOTOS: DO SOL À CIDADE E DA CIDADE AO SOL

Existem vários modos de dialogar com o fenômeno do turismo e seus múltiplos cruzamentos. Os estudos das suas instituições, objetos, práticas, técnicas, relações econômicas, entre outros. Todos esses elementos tornam-se extremamente frágeis em termos de análise se não ousam conduzir aos pontos que lhes conferiram o sentido de existir. Para tal, direcionamos a nossa proposta ao momento da invenção da paisagem turística da “Natal, A Cidade do Sol”. Escolhemos como marco desse sentido a revista *Fatos & Fotos* da Bloch Editôres, publicada em 29 de agosto de 1968. *Fatos e fotos*, está entre os fenômenos editoriais do país, que atuou na segunda metade do século XX, direcionada ao grande público urbano, surgiu em 1961, apoiada quase que exclusivamente em fotografias, sendo estas, seu principal atrativo editorial, preocupava-se menos com o flagrante e mais com a interpretação e elaboração técnica das imagens.

Corroborando a importância desse exemplar, mais de cinquenta anos depois, no ano de 2020, a Editora Caravela Selo Cultural, publica o encarte ilustrado: “Natal, do Sol à Cidade” – que homenageia o de 1968 –, organizado por José Correia Torres Neto, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN e editor de livros. A publicação é viabilizada com fomento do Edital de Economia Criativa 2020 e do SEBRAE/RN. Surge para lembrar a edição anterior e, em grande medida, a partir de um apelo memorialístico, um incômodo do organizador que pretende situar paisagens modificadas ou, mesmo, desaparecidas que fizeram parte do encarte de 1968, com importância primordial na divulgação turística do estado.

32 Ver SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

Esse é o primeiro reclame que se tem notícia denominando Natal de “Cidade do Sol” (figura 1).³³ O termo Cidade do Sol é usado como referência em outras capitais nordestinas, como é o caso de Fortaleza, João Pessoa e Natal.³⁴ Constroem-se cidades para o lazer, incentivadas pela criação de uma estrutura institucional pública para o turismo no Brasil,³⁵ paradoxalmente, quando o país está mergulhado no sangrento golpe militar, enfrenta movimentos sociais e protestos em distintas partes. Ao mesmo tempo em que é marcado por resistências, planejamentos e crença no futuro próspero. O mundo, de modo geral, enfrenta eventos históricos distópicos.

Natal circula no país como o “Paraíso tropical com oito praias, coqueirais e dunas de areias coloridas”. A afirmativa é um dos subtítulos da reportagem, escrita pelo jornalista Cassiano Arruda Câmara, recheada de imagens fotográficas de autoria do Sebastião Barbosa (figura 2). A paisagem que se constrói enquanto turística aparece na fotografia fornecendo ferramentas ideológicas para reconstrução e identificação dos espaços que deveriam atrair incentivos para estimular a entrada de capitais privados e públicos nas áreas litorâneas.

A revista dedica doze páginas às paisagens que apresentam Natal, da página 43 até a página 55. As fotografias, tanto no aspecto do enunciado (conteúdos referenciais e semânticos), quanto da enunciação (suas formas de apresentação), situam-se na categoria de fotografia

33 Revista semanal Fatos e Fotos. Especial: Natal – A Cidade do Sol. Bloch Editôres: Brasília, 29 de agosto de 1968, nº 395, pág. 43 – 58.

34 Sobre Fortaleza diversos artigos utilizam o termo Cidade do Sol para designá-la, um exemplo está nos estudos de Dantas (DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário Social Nordestino e Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro. *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 22, p. 09-37, 2007); em sites da internet também pode-se encontrar esse tipo de referência a cidade, principalmente em propagandas turísticas. A cidade de Natal também carrega a mesma alcunha, como podemos observar na tese *A Onda do Turismo na Cidade do Sol: A Reconfiguração Urbana de Natal*, de 2005, escrita por Edna Maria Furtado (FURTADO, Edna Maria. *A onda do turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, 2005). E a capital da Paraíba oscila entre os codinomes de “Cidade do Sol” e “Portal do Sol”. De todo modo, o Sol atua como agente central na imagética desses paraísos litorâneos que se constroem.

35 Dois anos antes do lançamento desse editorial é criado o decreto que institui a primeira Política Nacional de Turismo e são criadas a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o CNTUR – Conselho Nacional de Turismo. Ações que colocam a atividade como integrante do sistema produtivo. Ver BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006, p. 23

situacional-posada que remete-se ao contexto narrado, contudo não se posiciona criticamente em relação aos eventos, revela “cumplicidade” com o objeto fotografado, por oferecer-se conscientemente ao olhar do fotógrafo.³⁶

A classificação auxiliará no encontro do Enquadramento Espetacularizado, categorizado na imagem dialética, estabelecida pela interpretação da dinâmica social por meio da arqueologia crítica,³⁷ método que apreende os elementos associados que se aproximam e se afastam anacronicamente para construir um significado social.³⁸ O que da à ver a formação dos espaços com as impressões que sobrevivem e ressurgem com novas roupagens aliadas a sociedade e a produção do espetáculo.³⁹ As impressões que permanecem e são retrabalhadas na trama das relações sociais, norteiam o olhar do fotógrafo que foca no enquadramento espetacularizado, é o foco das tensões e oscilações que existem nas presenças e ausências da dialética visual.

Essas fotografias, pela circulação atingida, catalisaram modelos contribuindo na difusão imagética sobreposta na cena fotográfica, exaltando elementos ideológicos que constituem o processo de civilização. Reproduzem os veios de uma cultura urbana que se moderniza, com apoio do turismo, como base desse processo.⁴⁰ Apontam as transformações como a ampliação da iluminação pública, calçamentos e outras construções, e, valorizam o veio da natureza pujante.

36 Ver RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: tese de doutorado ECO-UFRJ, 2000.

37 Ver o método utilizado por DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.

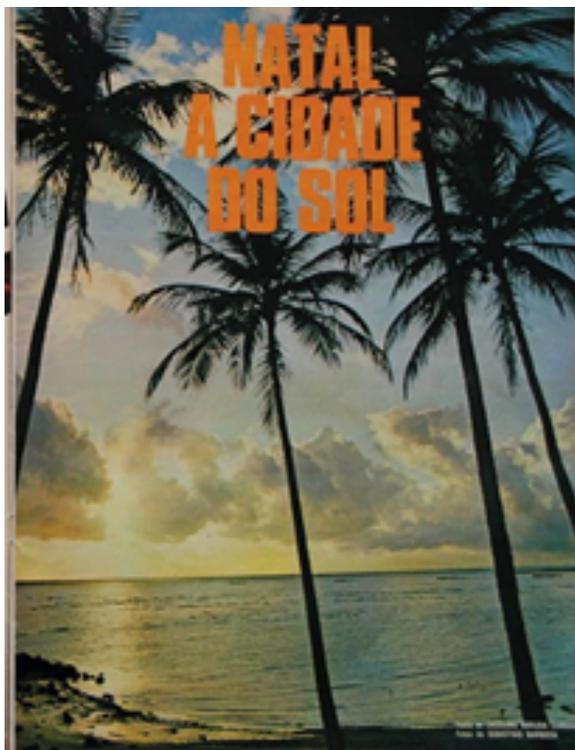
38 Sobre as análises da fotografia se fez necessário um estudo em relação aos discursos e as suas ideologias; no qual tomamos a fotografia enquanto imagem crítica e reflexiva das relações sociais a partir da sua potência epidérmica. Isto é, do seu alto nível de reprodução, análise desenvolvida por Georges Didi-Huberman e que vigora por meio da arqueologia da impressão; com o visível sendo interpretado por sua constante aparição a partir de um discurso permeado por questões sociais, econômicas e estéticas enquadradas em seu recorte. Acrescentamos a concepção de Didi-Huberman o conceito de espetáculo tal qual define Guy Debord e construímos a ideia de se olhar a fotografia na busca do enquadramento espetacularizado. O enquadramento espetacularizado aponta o discurso cúmplice dos sintomas em relevo, que elaboram a representação ideológica do espaço. Ver MARQUES, 2017.

39 Ver DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. Contraponto: 1997.

40 Revista semanal Fatos e Fotos. Especial: Natal – A Cidade do Sol. Bloch Editores: Brasília, 29 de agosto de 1968, nº 395, pág. 43 – 58.

Nas figuras 01 e 02, encontramos a dialética trabalho/lazer, natureza/cultura, ancoradas na paisagem paradisíaca com o sol querendo sair para dar o espetáculo. A imagem fotográfica apresenta ao leitor vários coqueirais de altura elevada que se inclinam para o céu, um mar sereno, calmo, de ondulações leves e um colorido que fulgura entre tons de azul, verde e amarelo; o plano de fundo é composto por nuvens bem delimitadas, pelo sol com sua cor vibrante e o azul do céu. Configura-se em um éden a ser descoberto, que remete ao mito da conquista construído com o deslumbre diante da natureza, com sua abundância, bons ares e colorido animado por sua gente inocente.⁴¹

Figura 01: Natal- Cidade do Sol



Fonte: Arquivo particular: Revista Fatos e Fotos, agosto de 1969, p. 43.

41 Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1999, p. 07.

A fotografia vertical, na página 44, dá início ao discurso do progresso, mas revela uma rua bem mais larga do que era na realidade, recurso utilizado pelo corte localizado no lado esquerdo, privilegiando a linearidade e a profundidade maior. O sol, antes, relacionado aos infortúnios da seca, encena outra paisagem, da fruição litorânea, com outros coadjuvantes como a jangada, a rede e o pescador, promovendo uma percepção de um ambiente calmo, como que atemporal, a-histórico, parado no tempo. Fruto da relação complexa entre a realidade social e os sistemas de representações. A pessoa em cena é uma figura feminina, aparição sedutora, herdeira de uma estética privilegiada (Figura 02: p. 44 e 45).

Figura 02: Paraíso tropical com oito praias, coqueirais e dunas de areias coloridas

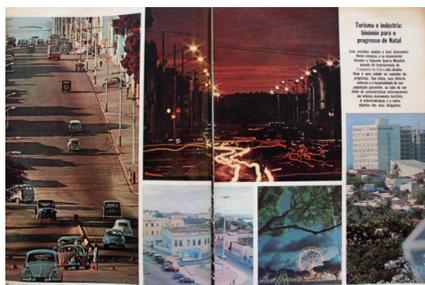


Fonte: Revista Fatos e Fotos. 1968, p. 44 e 45

O “enquadramento espetacularizado” é oferecido com o retorno ao paraíso colonial, similar ao descrito na primeira representação das nossas terras, feita por Pero Vaz de Caminha. Espaço a ser descoberto e explorado, preferencialmente, pela população europeia com sua

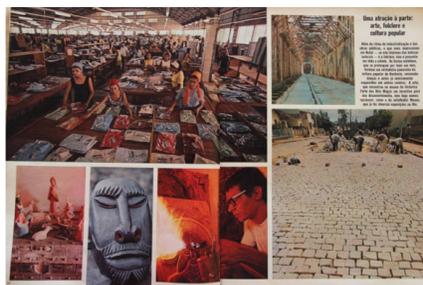
missão civilizatória.⁴² O que não é ironia ou elucubração, as políticas direcionavam o turismo receptivo com foco no investidor e consumidor Europeu. Ainda em cena, a janela aos cultos, a demonstração da fé, um contraponto entre a sensualidade e a religiosidade, conflitos entre o santo e o profano, o que aparecem como exótico, mas não como o que se almeja ser.

Figura 03: Turismo e indústria: binômio para o progresso de Natal



Fonte: Revista Fatos e Fotos, p. 46 e 47.

Figura 04: Uma atração à parte: arte, folclore e cultura popular



Fonte: Revista Fatos e Fotos, p. 52 e 52.

Na sequência (figura 03: fatos e fotos, p. 46 e 47) Cassiano Arruda Câmara⁴³, afirma o turismo como uma das “indústrias” necessárias ao progresso de Natal”, as imagens dos espaços urbanizados e da tecnologia aparecem como oposição ao paraíso idílico, ao folclore e a cultura popular de modo geral, os últimos são colocados como uma atração à parte. Os pontos centrais da cidade são enquadrados, destacando o trânsito, os transeuntes e as pistas largas. É como se trocasse o velho pelo novo.

Uma fotografia tecnicamente bem elaborada, porém agrada mais por coadunar com a ordem imposta; organizada para afirmar o que a cidade é ou pode vir a ser. Nela aparecem as primeiras vias mais amplas e asfaltadas, com calçadas iluminadas valorizando o automóvel, símbolo do progresso que no país adquire status por favorecer a distinção de

42 PACHECO, Isabel, em seus estudos, traça a apropriação dos espaços pelo turismo em relação ao imaginário constituído pela Carta de Caminha. PACHECO, Isabel Maria de Jesus. O imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo. *Dissertação* (Mestrado em Sociedade e Cultura). Ilhéus: UESC, 2004.

43 Em um contato por telefone com Cassiano Arruda, o autor do texto Natal Cidade do Sol, nos revelou que logo após o lançamento da revista, a prefeitura comprou a matéria e publicou em folhetos para distribuição gratuita entre a população e turistas.

classe, mais do que a funcionalidade para o qual é criado, na imagem os carros vem ao nosso encontro e vão de maneira organizada em direção a um ponto de fuga no infinito.

O interesse geral pela fotografia, existe pelo encontro dos hábitos culturais, pelo consenso, por uma espécie de educação que revela fatalmente as intenções do fotógrafo, mas sem acuidade própria, um “afeto médio”. É o *studium* fotográfico apontando um veio de ordem e progresso. Todavia, nessa mesma cena algo atinge de *punctum*⁴⁴ um acaso que imprime enquanto expressão um interesse intuitivo por um detalhe; não o buscamos, mas ele está em cena pululando afetando sujeito e fotografia. Em meio à cidade, que se representa com circulação de automóveis e entrada do progresso, o veículo de tração animal, segue indisciplinando o trânsito quase no ponto de fuga da fotografia, questionando o próprio sentido da imagem. O passado pré-industrial teima em aparecer.

A panorâmica noturna na página 46 e 47 (figura 03), dá o recado com as astúcias da longa exposição, a cidade iluminada por movimento noturno ininterrupto, imita a frenesi moderna das grandes capitais. Para tal, basta um tempo maior de abertura do diafragma fotográfico para que uma pequena praça iluminada e poucos carros com seus faróis acesos circulando construam esse efeito de luz que dá o tom de engrandecedor. Em casos como esse que a propaganda e a publicidade busca o consumo da proposta, constitui-se um espetáculo, projeto do modo de vida economicamente dominante fundado no monopólio da aparência⁴⁵.

Em Natal, as novas construções encarnam hermenêuticas espaciais variadas, entretanto, pronunciam modos que não rompem com o feixe imagético que sustenta o mito sobre a região. O sol, com luz que desfoca o olhar; encena tanto a terra seca que gera o êxodo do seu povo, como à terra prometida, o paraíso a ser descoberto. Em ambas, figuram os sintomas da cultura popular nordestina, no discurso saudosista dos filhos da elite açucareira ou nos elementos destinados ao comércio turísticos. A cultura popular surge como uma sombra na ordenação da representação atual impressa por sua aparição constante e potencializa o discurso imagético por meio da evidencia dos interesses listados na

44 Par dialético *studium/punctum*. Ver BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. 6. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 45-49.

45 Ver DEBORD, 1997.

relação cultural. Afirma-se que embora “pobre economicamente, o Nordeste seria uma região rica culturalmente”.

Nos elementos destacados existe o que denominamos por enquadramento espetacularizado; figuras que ganham visibilidade com o turismo, muitas por meio do espetáculo, da saturação imagética que o desfoca, deixando longínquo o entendimento de suas relações chaves e iniciais. O turismo é uma atividade gestada no centro europeu, no momento em que tem seu impulso direcionado por políticas de âmbito nacional e encontra no Estado seu grande motivador, é de âmbito público, suas redes interessam a todos. Mas se resolve entre poucos. Isso é problemático, principalmente quando os condicionamentos que o submetem atuam sobre a esfera local impactando nas relações entre os indivíduos e seus espaços; valorizados enquanto paisagens e parte do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Natal a cidade do sol”, da Revista Fatos & Fotos de 1968 é um periódico que circula repleta de textos e imagens caracterizadas em imaginários sociopolíticos e fontes ideológicas sobrepostas nos espaços em um momento repleto de antagonismos políticos reduzidos a relações sociais bipolarizadas. Por esse motivo nos motivamos a dialogar com essa publicação de 1968, visto ao seu apelo na época e a sua importância pontuada na contemporaneidade, com a nova edição, “Natal, do sol a cidade”, da Caravela Selo Cultural de 2020, ambas são filhas de contextos históricos turbulentos.

A primeira é circunscrita pela passeata dos Cem Mil, por policiais invadindo universidades, pelo AI-5, entre outras atribuições sociopolíticas. A atual aparece em meio ao desmonte das instituições públicas, a pandemia do Covid-19, que apresenta para o mundo um país que tropeça em seus mortos, protestos pela valorização das vidas pretas, entre outros. As paisagens que circulam nessas publicações têm em comum o diálogo com invenções e intervenções nos modos de se imaginar, utilizar e praticar os espaços vinculadas a interesses específicos que se apoiam no discurso do turismo, lazer e desenvolvimento, vale ressaltar que a segunda é uma homenagem a primeira, repetindo a matéria e as fotografias da época. O contexto histórico de ambas nos impulsiona a busca dos imaginários e os discursos que constroem e

manifestam-se em nossas relações, muitas vezes oprimindo, subjugando e dificultando as relações.

De posse das fotografias de Fatos & Fotos, as observamos como discursos a serem questionados por intermédio do núcleo gerador da tríade: turismo, paisagem e fotografia. Apontamos o enquadramento espetacularizado, as astúcias veiculadas pelo modelo de civilização imbricado nos elementos da modernidade e estruturada por concepções geradas pelo colonialismo presentes na tríade. As fotografias que legitimam o mito da região Nordeste na esfera local, carregam um histórico de valores culturais que se retroalimentam em favorecimento de determinados enquadramentos, sentidos figurados e aparências impostas à memória que fortalecem representações hegemônicas, mantendo-as vivas e afloradas em contextos distintos, regulando as fronteiras da produção paisagística, arquitetônica, econômica, entre outras que sustentam as bases sociais das relações que se organizam na cidade de Natal.

O que reforça a importância dos estudos em turismo e aponta que conhecer a história do turismo é apreender as lutas simbólicas, as relações sociais, políticas e econômicas retidas nas paisagens. Na segunda metade do século XX, período de circulação das fotografias e discursos construtores da Cidade do Sol, as ações que dirigiam-se para o turismo – ignoravam sistematicamente o conjunto complexo das relações socioespaciais no processo de implementação da atividade, historicamente isso pode ser verificado nas políticas urbanas nacionais – no momento em que eram discutidas, eram levadas ao público como tema de jornais e revistas, assuntos de rádio ou de televisão, mas eram unilaterais e se impunham às expectativas coletivas.

Em Natal, não existiu a ideia de um planejamento que envolvesse a população, um debate sobre os direcionamentos adequados do mercado e os impactos que o turismo poderia trazer à cidade, nem mesmo foram consideradas as relações conflituosas das transformações no espaço da cidade, canalizadas no imaginário do ambiente paradisíaco, do tempo ritualizado dos cultos e da cultura popular. Em grande medida as fotografias afirmavam os dispositivos produzidos e produtores da espacialidade moderna, todavia, direcionados pelo projeto de colonização, reafirmaram, em grande medida, sistemas de subjetividades e imaginários que dão a base de sustentação da atividade turística baseado

no mito central da região, erguido com estereótipos e preconceitos. Lógicas que impunham contradições à capital; que anseia que o turismo - essa atividade carregada de simbolismo, baseada em modelos externos - em um futuro próximo seja capaz de solucionar.

Questionamos as representações paisagísticas, seus estatutos em suas trajetórias a fim de ter a possibilidade de humanizar o turismo, afastando-o das imagens e discursos que sistematizam as versões hegemônicas das relações, basicamente do discurso que o construiu enquanto atividade. Não queremos dizer que o que foi implantado não deve servir, ou é inválido, mas manteve ausente o debate e o planejamento com viés democrático. Isto posto, continuar com a implementação do turismo sem um processo de planejamento que leve em conta as pluralidades favorece o binarismo das relações, a partir de identidades mestras, o que favorece os conflitos. E para que de fato o turismo possa engendrar-se nas relações sociais de modo sustentado é necessário pensar a necessidade de transformar as percepções e identidades, realinhar os códigos de moral e condutas. Uma vez que é impossível ao turismo se desenvolver em termos sustentados sem a correção da dimensão estética, simbólica e subjetiva que compõe a sua economia e privilegia imaginários orientados pelo colonialidade do poder.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Recife: FJN, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de, Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução, *Dissertação de Mestrado*. Campinas, UNICAMP, 1988.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFERN, 2008.

ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Bagaço, 2006.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. 6. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Baurú: EDUSC, 2003.

CARVALHO, André Luiz Piva de. A Paraíba na mídia: caso de dupla identidade: construções da identidade paraibana no jornalismo especializado da política e do turismo, *tese de doutorado*, Salvador: UFBA, 2009.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. 1955.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny. (Orgs.) *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. pp. 13-74.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed Bertrand, 1990.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário Social Nordeste e Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro. In: *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 22, p. 09-37, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. In *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 01, número 01, 2002.

DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. Contraponto: 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.

FERREIRA, Alexandro. Uma Cidade Para o Futuro: O discurso do progresso na estruturação urbana de Natal, In: FERREIRA, Ângela Lúcia & DANTAS, George (orgs). *Surge ET ambula: a construção de uma cidade moderna*. Natal, RN: EDUFRN, 2006, p. 283-301.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 5 ed. Rio de Janeiro, José Olympio: Recife, FUNDARPE, 1985.

FURTADO, Edna Maria. A onda do turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1999.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1921.

MARIZ, Marlene Mariz da Silva; SUASSUNA. Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002.

MARQUES, Sylvana, 2012. Centelhas de uma cidade turística nos cartões-postais de Jaci Galvão (1940-1980). *Mestrado* (Turismo). Natal: UFRN, 2012.

MARQUES, Sylvana, Os discursos fotográficos de Canindé Soares: entre o turismo e a devoção. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 2017

PACHECO, Isabel Maria de Jesus. O imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo. *Dissertação* (Mestrado em Sociedade e Cultura). Ilhéus: UESC, 2004.

PAKMAN. Élbio Troccoli, Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, 24 a 26 de setembro, 2014. *Anais [...]*. Ceará: Universidade do estado do Ceará. 2014.

QUIJANO. Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*. v.17, n.37, 2012, pp. 04-28.

QUIJANO. Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estud. Av. São Paulo*, v.19, n.55, 2005, pp. 9-31.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: *tese de doutorado* ECO-UFRJ, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamento teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SIMMEL, George. *A Filosofia da Paisagem*. Tradução Artur Morão. Coleção Textos Clássicos da Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>, arquivo consultado em 16 de junho de 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

YAZIGI, Eduardo (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

O TURISMO SOBRE RODAS NO LITORAL PAULISTA (1960-1970): UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA REPORTAGEM JORNALÍSTICA

*Airton José Cavenaghi**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Viagens em automóveis individuais são atividades recentes na história do deslocamento turístico no Brasil. O país sempre recebeu as novidades tecnológicas internacionais nessa área e como exemplo, tem-se o primeiro automóvel que desembarcou no país, no ano de 1891, via porto de Santos e que pertenceu a Santos Dumont, mas a montagem de veículos automotores no país, acontece mais de meio século depois, e nas décadas de 1960 e 1970, modelos são desenvolvidos especialmente para as condições de rodagem no Brasil.

A ausência e a precariedade de estradas no país, além de uma malha ferroviárias de grande extensão, impediram por muito tempo o uso do automóvel como veículo para a prática do lazer e do turismo. Neste sentido este texto tem como objetivo principal, resgatar uma das primeiras reportagens jornalísticas relatando o deslocamento com automóveis para a prática do turismo de lazer.

O crescimento de uso de veículos em especial no Estado de São Paulo, fez crescer todo um mercado relacionado ao consumo desse bem de produção. Pelo fato da região da cidade de São Paulo, acolher

* Esse artigo, em sua versão reduzida, foi apresentado no XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-São Paulo em setembro de 2020. Professor pesquisador, Doutor em História Social (FFLCH-USP), e-mail: acavenaghi@gmail.com.

as primeiras montadoras em larga escala de veículos automotores, foi a primeira região a ter uma malha viária satisfatória para o uso desse tipo de produto industrializado. Nota-se que apesar da cidade ser um entroncamento de caminhos desde a época inicial da colonização, estradas de rodagem específicas para o trânsito de veículo, só aparecem nas décadas iniciais do século XX.

No ano de 1959 a Volkswagen abriria sua primeira fábrica na cidade de São Bernardo do Campo, em razão da proximidade com a Rodovia Anchieta, estrada que inaugurou a sua pista norte em 1947 e a pista sul em 1953, e fez a primeira ligação rodoviária satisfatória, entre o interior e litoral paulista, para escoamento da produção via Porto de Santos. Antes da Rodovia Anchieta, o antigo Caminho do Mar, servia de ligação, mas a estrada era muito precária e limitada para a circulação de veículos automotores em grande escala.

Esses fatores, existência de caminhos rodoviários satisfatórios, produção em larga escala de veículos automotores individuais, uma política pública de incentivo ao transporte rodoviário; governo de Juscelino Kubitschek 1956 a 1961; além de uma mudança em práticas habitacionais e o desenvolvimento do chamado Turismo de Segunda Residência¹, colaboram diretamente ao desenvolvimento do uso de automóveis para o deslocamento turístico, em especial no estado de São Paulo no período.

Produtos culturais associados a esse novo modelo socioeconômico, ganharam destaque, pois possibilitaram a visualização e propagação dessas ideias, desencadeando novas modalidades de comportamento coletivo. Entre esses modelos culturais destaca-se aqui, a primeira revista imprensa especificamente para a divulgação do mercado automobilístico brasileiro, ou seja, a Revista Quatro Rodas, lançada no mês de agosto de 1960.²

1 TULIK, O. Residências secundárias: as fontes estatísticas e a questão conceitual. *Revista Turismo Em Análise*, 6(2), 26-34. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v6i2p26-34>, 1995.

2 Uma análise específica dessa publicação pode ser encontrada em: GIMENES-MINASSE, M. H. S. G.; MARQUES, Silvio Cesar M. M.; MELO, Ismail Barra Nova de. O Brasil através dos Para-brisas: O Turismo na Primeira Edição da Revista Quatro Rodas. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), p.139-151, abr-jun, 2014.

UMA REVISTA PARA MOTORISTAS

A Revista Quatro Rodas, em seu próprio título, já demonstrava o nicho de mercado a que se destinava: veículos automotores individuais.

Na capa de sua primeira edição observa-se de imediato a transposição do imaginário vigente relacionado ao setor:

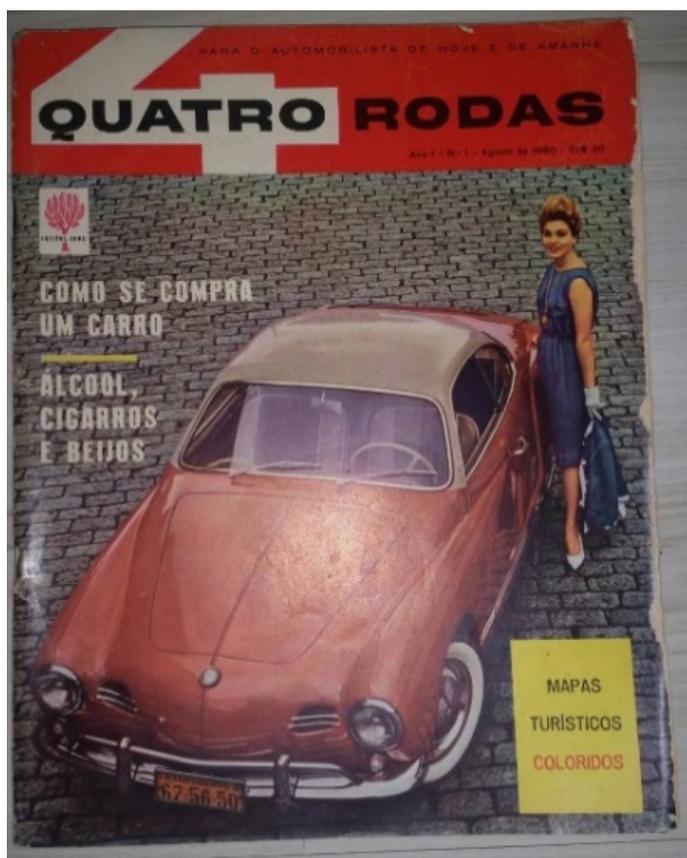


Imagem 01: Capa da primeira edição da Revista Quatro Rodas, agosto de 1960.

Nota-se, além da presença do objeto de consumo direto, o automóvel, sua associação com a sensualidade feminina, além de uma chamada de orientação de “como comprar seu próprio veículo”. Há ainda um reforço a questão da sexualidade do brasileiro associando, “álcool, cigarros e beijos” ao automóvel. Fica clara a evidência da transposição

cultural da realidade cinematográfica “hollywoodiana” do período, na qual personagens, tais como James Dean, eram associados a uso de veículos automotores individuais.

Em um lugar de destaque, em um retângulo amarelo, nota-se “Mapas turísticos coloridos”. Há uma clara formulação de um “imaginário” que podemos caracterizar como produto “turístico”. Questiona-se, assim se o imaginário do visitante é um motivador para a visita?³ Acrescentando-se a esse questionamento, argumenta-se: Esse mesmo processo de formação de um “imaginário turístico”, ao sofrer uma força coercitiva externa, pode ter aplicado esse movimento, ao próprio desenvolvimento daquilo que é convencionalizado como produto turístico?

A divulgação de mapas de estradas é uma constante em publicações no estado de São Paulo. Mapas de estradas já aparecem publicados em impressos de divulgação de grande escala, desde a primeira metade do século XIX, projetaram-se inicialmente em Almanaque e Memoriais e concretizaram-se, em publicações especializadas durante todo o século XX. Antes mesmos da ocupação e colonização total do território paulista, mapas já eram confeccionados e divulgados para a população. Considerado como um dos primeiros livros publicados em São Paulo no ano de 1838, “Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”, de Daniel Pedro Müller⁴, por exemplo, já trazia encartado ao seu conjunto textual, um mapa das principais estradas paulistas no período. Sempre houve, entre os paulistas, principalmente após a Independência em 1822, uma necessidade crescente de mapeamento do território, embora isso não fosse uma exclusividade local, mas esse fato ficou bem evidenciado em inúmeras publicações que se seguiram após o momento de separação de Portugal.⁵

3 SANTOS, B.G.; CAVENAGHI, A.J. O processo de concretização do imaginário e a visitação no Parque Estadual do Jaraguá (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.1, fev/abr, 2014, p. 119-137.

4 MÜLLER, Daniel Pedro, *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo*, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, 3ª ed. Facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978.

5 CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 195-241, Junho 2006.

RODOVIAS E DESLOCAMENTO LITORÂNEO

Anterior a construção da Rodovia Rio-Santos, ainda na política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek 1956 a 1961, o modelo de consumo pautado na aquisição do carro próprio, seria concretizada com o desenvolvimento da infraestrutura e da industrialização nacional. Os reflexos desse modelo econômico seriam posteriormente observados no Regime Militar (1964-1980) e as relações culturais desenvolvidas propagadas como atos grandiosos do governo, entre outros aspectos, foram relacionadas a obras de infraestrutura e entre elas, muitas rodovias.

Associada a reportagem aqui analisada, tem-se a construção da Rodovia Manoel da Nóbrega (SP-55), cujo início da construção começou no ano de 1951, mas só foi inaugurada em 1961. Antes disso, o acesso de veículos automotores, vindo da capital, ao litoral Sul do Estado de São Paulo pela orla litorânea, só era possível, ou pela praia desde a Praia Grande, ou via Rodovia Regis Bitencourt, um segundo trajeto bem mais longo. No ano de 1962, o então Departamento de Estradas de Rodagem (DER), anunciava a continuidade dos serviços de aterro “(...) da variante que fará a ligação Peruíbe-Itanhaém”.⁶ Esse detalhe pode ser um indicativo da confecção da própria reportagem da Revista Quatro Rodas, ou seja, um novo espaço estava se abrindo, para ampliação dos negócios no litoral sul paulista, e uma reportagem positiva sobre a região, iria garantir a concretização dos negócios imaginados. No ano de 1958 em plebiscito realizado neste mesmo ano, Peruíbe desmembrava-se de Itanhaém, e tornava-se município autônomo. Nos anos iniciais da década de 1960, já a cidade se encontrava em processo de urbanização acelerada, com a venda de novos terrenos e ampliação de seu traçado urbano para além das cercanias da estrada de ferro, local de início da comunidade original.

Foi esse imaginário de isolamento, associado à presença de antigas comunidades caiçaras e remanescentes de tribos indígenas, além de um cenário de aspectos menos urbanizados para o visitante da capital, que a reportagem da Revista Quatro Rodas, aqui analisada, na sua edição de

6 REIS, Nestor Goulart. *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. São Paulo: CPA, 1997, p. 147.

janeiro de 1961, se apoia. Nota-se que nesse momento a revista já tinha seis meses de circulação com edições mensais.

Para a cerveja, não havia gelo (...) No centro da roda [em meio a Praia Grande] uma caieira de pedras, à guisa de forno (...) um robalo enorme de o8 quilos, temperado com sal e limão e enrolado em folhas de bananeira, estava sendo servido. (Revista Quatro Rodas, 1961, p.19).

Trabalha-se com a narrativa do lugar isolado e longe da suposta “civilização” urbana, do exotismo e do “improvisado”, criando-se um fator de atratividade ao suposto turista. Essa espécie de “improvisado” na gestão de atrativos turísticos, pode ser considerada uma realidade cultural formativa dos negócios de hospitalidade no Brasil. O planejamento da demanda turística sempre foi feito após a existência da mesma. Identificação de atrativos basearam-se, quase sempre, em observações duvidosas e imprecisas, cujo gosto de observador, sempre predominou em detrimento da realidade possível, associada a existência do atrativo.

Seguindo a análise do textual da Revista, nota-se a predominância desse “gosto duvidoso” de análise:

Não faz mais de vinte anos que se descobriu a beleza selvagem daquela imensidão de areia, cujo o fim raramente pode ser vislumbrado com nitidez, pela névoa tênue que envolve a orla marítima e parece arremessar-se contra o verde da serra. A “descoberta” da Praia Grande, afinal, coincide com o início da formação de nossa mentalidade turística. (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p. 20)

Com essa afirmação, “*descobriu a beleza selvagem*”, as reportagens mantem a fala histórica interpretativa do Brasil naquele momento. A originária e preconceituosa ideia do nosso passado colonial, ou seja, que nossos indígenas eram os “bons selvagens”. Aqueles que sucumbiram à violência do homem branco colonizador e desagregador. Questiona-se: qual seria nossa real herança, associada à nossa mentalidade turística formativa?

Essa “mentalidade turística” aparentemente já era considerada como algo sistematizado e absorvido pela região. Em termos de deslocamento a ligação ferroviária entre Santos e São Paulo já era feita desde 1867 e a ligação rodoviária foi efetivamente implementada com a modernização da estrada do “Caminho do Mar”. Esta estrada foi a

primeira pavimentada em concreto no Brasil e aproximadamente em 1920, foi entregue ao fluxo de veículos. Era considerada uma aventura sair de São Paulo e chegar a Cubatão via a estrada do “Caminho do Mar”, caminho melhorado da antiga Estrada da Maioridade também chamada de Estrada do Vergueiro e inaugurada em 1844.

A estrada do “Caminho do Mar” era aberta ao público desde 1918, mas as condições de tráfego eram muito precárias, pois a estrada não era totalmente pavimentada, além de enfrentar constantes interrupções de fluxo, pela ocorrência de deslizamentos da encosta da Serra do Mar. Foi apenas no ano de 1926, com o então governador do Estado Washington Luiz, que a estrada foi totalmente pavimentada com concreto, alargada e liberada ao tráfego de veículos de maneira mais segura, e no ano de 1934 já recebia uma média de 620 veículos diários.⁷



Imagem 02: Cartão Postal: Pouso de Paranapiacaba, parada de ônibus na rota São Paulo-Santos, coleção de cartões postais do Padre Jamil Abib Nassif (c/a: 1930-1940). (REIS, 1997, p.88-89).

No Pouso de Paranapiacaba, no alto da serra, abrigava um restaurante, o “Pouso de Paranapiacaba Restaurante”, conforme estampa a placa no alto da porta de entrada da edificação, e era local de parada para os ônibus que faziam o trecho São Paulo e Santos-Guarujá. Como a subida da serra era bem íngreme, o local era usado também para repor água nos radiadores dos veículos, ou mesmo para uma refeição e uso

⁷ SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. *A grande barreira da Serra do Mar: da trilha dos tupiniquins à rodovia dos Imigrantes*. São Paulo : O nome da Rosa, 2004, p. 81.

das toaletes. Em oposição, a descida da serra a partir desse ponto, era bem perigosa e são inúmeros os relatos de acidentes automobilísticos noticiados nos jornais da época. Dos usos cotidianos do Pouso de Paranapicaba, há poucas informações. Na maioria delas a narrativa oral predomina, como a exposta por Manoel Alves Fernandes, em reportagem do jornal *A Tribuna*, da cidade de Santos, no ano de 1979, no qual afirma que “(...) Dubugras construiu a Casa de Pedra ou Pouso de Paranapiacaba para servir de lugar de festas”.⁸

Mas nem tudo era satisfatório e maravilhoso, e a revista *Boas Estradas*, especializada na divulgação de notícias relacionadas às estradas paulistas, no ano de 1925, falava dos “perigos” do turismo ao descrever o mau comportamento dos turistas ao deixarem lixo durante paradas de lazer ao longo do Caminho do Mar⁹. Durante os anos de 1926 e 1940, cresce o uso do Caminho do Mar para, entre outros, ajudar na concretização do processo de desenvolvimento do turismo e de lazer na baixada santista. Há poucas informações sobre esse crescimento, mas imagens e propagandas de época mostram que havia um imaginário sendo desenvolvido, ratificando a associação direta entre automóveis individuais e o turismo de lazer no Brasil.

8 FERNANDES, Manoel Alves. Estrada Velha: aqui, a nossa história foi abandonada. In: *A Tribuna*, de Santos/SP, em 29 de julho de 1979. Disponível em: <https://novomilenio.inf.br/santos/h0102k.htm> <acesso 20/11/2020>.

9 SILVA, Vania da. Mobilidades e viagens imaginativas: o papel da Associação de Estradas de Rodagem para o turismo em São Paulo (1919-1930). *Dissertação de Mestrado*. EACH-USP, 2019, p. 91.



GRATIS! Roteiros de estradas!

Peça em qualquer Posto Atlantic o seu exemplar gratis do folheto Atlantic com roteiros das estradas de rodagem Rio-S. Paulo, Rio-Bello Horizonte e Rio-Petropolis-Therezopolis.

ATLANTIC
GAZOLINA  LUBRIFICAÇÃO
MOTOR OIL

Imagem 03: "Aproveite os feriados e goze a vida!... Mas não jogue com o azar! Antes de partir para uma excursão, submeta seu carro ao serviço Atlantic de Lubrificação técnica. Grátis, roteiros de estradas!" Jornal "O Estado de São Paulo" (OESP): 11 de novembro de 1937.

Na imagem 03, nota-se que a representação da imagem feminina, já estava incorporada ao uso do automóvel, pelo menos desde a década de 1930, e além desse fato, a distribuição de mapas e roteiros de estradas era algo comum, a ponto de serem entregues gratuitamente em postos de serviços automotivos.

O desenvolvimento desse imaginário turístico iria se ampliar com a inauguração da Rodovia Anchieta em 1947 que só não foi realizada anteriormente, em virtude dos acontecimentos relacionados ao desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse fato impossibilitou a importação de alguns insumos e equipamentos, mas mesmo assim, sua conclusão seria fundamental para, entre outros

aspectos, o desenvolvimento do turismo litorâneo de lazer no território paulista, sendo a Rodovia Anchieta reconhecida como a primeira autoestrada brasileira.

A data de inauguração da Rodovia Anchieta é emblemática. No mesmo ano já era possível de se encontrar publicações especializada em turismo, tais como a pioneira “Caderno de Turismo”, da qual possuem-se poucas informações de tiragem e continuidade pois, dessa publicação, só foi localizado um exemplar.

Segundo André Daibert (2014) a primeira publicação de uma revista de turismo no Brasil se deu na década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro. A então “Revista Brasileira de Turismo” foi editada pela Sociedade Brasileira de Turismo” a S.B.T. era:

(...) um veículo de comunicação com dois objetivos claros: ser um divulgador das iniciativas concretizadas pela S.B.T.; ser um meio de divulgação do Turismo brasileiro, dando destaque às atrações, aos lugares passíveis de visitação e aos serviços de suporte ao turista como hotéis, estradas, ferrovias, passeios programados, mapas de localizao, dentre outras.¹⁰



Imagem 04: Foto do autor. Caderno de Turismo, nº 01, 1947. Fonte: Acervo Casa de Câmara e Cadeia - Museu Conceição de Itanhaém, 2013.

10 DAIBERT, André B. D. Origens do Turismo Organizado no Rio de Janeiro: A Revista Brasileira de Turismo na Década de 1920. Revista Rosa dos Ventos, 6(2), p.152-163, abr-jun, 2014. p. 159.

Talvez a publicação “Caderno de Turismo”, tenha copiado a iniciativa pioneira da “Revista Brasileira de Turismo”; e assim percebe-se a penetração das ideias divulgadas em suas reportagens; ou a existência do “Caderno de Turismo” apenas estava relacionada a uma atitude visionária de seus editores, mas a sua presença ajuda a observar que a ideia de turismo, em especial naquela região, já era presente e vinculava-se a esse modelo de ganho de capitais, buscando tornar o turismo, uma alternativa viável ao desenvolvimento econômico da região.

A presença de publicidades e publicações desta natureza, mostra que já se concretizava aquilo que seria conhecido como “Cultura de Veraneio”, ou seja,

[...] a função do litoral se transforma e novas cidades surgem ou são reinventadas, não pelos processos econômicos que ali se desenvolviam, como em Santos e São Vicente, mas em decorrência da atratividade exercida pela praia e seu uso recreativo, como no caso de Bertioga, Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém.¹¹

Essa “Cultura de Veraneio” é a base estruturante do imaginário turístico litorâneo no estado de São Paulo, revelando que a revista “Quatro Rodas” em sua reportagem aqui analisada, refletia essa caracterização. A presença de estradas de rodagem modernas, instituídas a partir da segunda metade do século XX, iria garantir a prática do turismo conhecido popularmente como “bate e volta”, no qual o polo receptor, próximo a um grande centro urbano, acomoda de maneira contínua, um volume de visitante em muitas vezes superior à sua capacidade de gestão de sua infraestrutura. A procura pelo “bucólico” e “exótico” reflete também a própria formação cultural do polo emissor, que neste caso associa-se diretamente a região metropolitana da cidade de São Paulo.

A segunda metade do século XX revela uma São Paulo que acabara de abandonar muitas de suas práticas arcaicas de ocupação territorial e buscava destacar-se como metrópole. Essa passagem, marcada por intensas levas migratórias e imigratórias, ocupação massiva de locais impróprios, expansão territorial urbana desordenada, entre outros, transformou a cidade que, de um milhão de habitante em 1930, passou a

11 CABIANCA, Maria Angela de Abreu; SOUZA, Luis Henrique de. As Repercussões da Cultura de Veraneio na Região Metropolitana da Baixada Santista (São Paulo, Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-20, janeiro-abril de 2017. p. 11-12.

cerca de três milhões no ano de 1954, nas comemorações de seu quarto centenário de fundação.

Na observação atual do desenvolvimento das práticas turísticas no litoral brasileiro, é nítida a permanência desse modelo de segunda residência no litoral da região sudeste, fato diferenciado do litoral nordestino, por exemplo, no qual a existência de complexos hoteleiros, estabelece um diferencial para a ocupação turística do local. Esta realidade não é um padrão, pois é possível de se encontrar ainda nos dias atuais, uma variedade de meios de hospedagem familiares que ainda resistem no litoral sudeste, em especial na região mais ao sul, no qual se destacam as cidades de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

A reportagem apresentada pela Revista Quatro Rodas, aqui exposta e analisada, pode ser considerada como uma espécie de gatilho para o estabelecimento desse padrão de hospedagem, que associado ao fenômeno de segunda residência, encontrou uma folego extra de sobrevivência. Essa “rede hoteleira” é referenciada pela reportagem, mas não é esclarecido, quais ou quantos meios de hospedagem estavam em desenvolvimento no período.

OTURISMO SOBRE “QUATRO” RODAS E O LITORAL SUL PAULISTA

A Revista “Quatro Rodas” criou uma espécie de “narrativa de conquista”, direcionada ao motorista comum. Pela história de ocupação territorial do Brasil, sabe-se que a prioridade de ocupação do litoral foi o modelo de colonização que persistiu no país, por mais de 400 anos. Nesse período, mesmo locais próximos aos grandes centros urbanos, ficaram com muitas de suas características socioculturais originais preservadas. Populações, faunas e floras locais ainda possuíam muitas das suas características formativas e passaram a ser vistas na contemporaneidade, como destinos exóticos e propícios a um tipo de atividade turística baseada na exploração daquilo que foi preservado dessas localidades. Não se pensava ainda, em conservação do meio ambiente e nem ao mesmo em valorização da cultura de comunidades locais. Era um modelo turístico sem um planejamento integrado, limitado a ação de alguns empreendedores mais visionários, além de outros mais gananciosos.

É nesse ambiente que a Revista Quatro Rodas encontra sua morada inicial. Em um estado no qual a produção de veículos automotores passava a ser o principal produto industrial do país, amparado por um modelo cultural de liberdade de ir e vir, criado nos Estados Unidos da América do Norte, após os desfechos da Segunda Guerra Mundial: *The American Way of Life*.

O automóvel também assume um lugar especial como produto de consumo, destacando-se por assegurar ao seu proprietário, uma espécie de elitização, uma passagem do homem urbano comum; preso aos modelos tradicionais coletivos de deslocamento, por exemplo; para o homem “liberto” em um espaço tempo imaginário, associado a possíveis conquistas territoriais. Uma espécie de “explorador” moderno: sem hora de sair e nem hora de voltar.

A Revista Quatro Rodas em seu movimento formativo está amplamente ligada a essa caracterização cultural e histórica. Sobre a cidade de Praia Grande ele afirmava:

Dai em diante, começou o “desbravamento” de toda a praia, a ponto de hoje ela estar toda recortada em um sem-número de loteamentos. Ao longo do mar (principalmente nos primeiros dez quilômetros), a cada dia despontam armações de novos edifícios de apartamento e se levantam as casas de veraneio: desde as de alto luxo, modernas e funcionais, até os rústicos “pesqueiros” de madeira. (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.20)

As casas de veraneio, ou residências secundárias “[...] constituem parte dos meios de hospedagem. Estes, por sua vez, integram a oferta turística que está compreendida nas estruturas e nos processos do desenvolvimento turístico”.¹² Resultam da expansão de oferta de terrenos em locais próximos a praia e estabelecem uma hierarquização territorial dos espaços litorâneos. Locais que ainda se vinculavam ao passado formativo da região em questão são nas palavras da reportagem, ainda “rústicos ‘pesqueiros’ de madeira”, ou seja, não eram representativos de uma nova elite econômica e social que surgia, apropriando-se de espaços tradicionais da antiga cultura caiçara.

Seguindo a descrição da reportagem, é apresentada a próxima cidade: Mongaguá. A cidade, apesar de ter sido elevada à categoria de município em 1960, era rotulada como a que mais crescia no litoral sul

12 TULIK, 1995. p.27.

de São Paulo, com “[...] *duas construções aprovadas a cada dia*” (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.21).

Logo após, descreve-se a cidade de Itanhaém “[...] *que após três séculos de vida, não tinha mais de 30 casas em 1930*”. (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.21). Procura mostrar que ainda havia todo um imaginário a ser explorado, em oposição a infraestrutura turística que se desenvolvia na região. A reportagem chama de “conforto” a presença de uma infraestrutura urbana de telefonia, água e esgoto, além de uma grande rede hoteleira. Destaca, também, “*casas para alugar nas temporadas*”, (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.21), mostrando que o fenômeno de “turismo de segunda residência”¹³, já se ramificava para uma outra vertente, ou seja, construção de casas específicas para o aluguel de temporada.



Imagem 05: Recorte (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p. 21)

Itanhaém é retratada na reportagem com muitos dos patrimônios que mais a caracterizavam, igrejas, casas, etc.; do ponto de vista de sua herança colonial. Um desses patrimônios refere-se a uma formação rochosa litorânea em formato de uma “cama”, e alardeada pela revista, que a mesma fora esculpida “pelos indígenas”, e segundo a tradição memorialista, teria acolhido o Padre Anchieta durante a sua presença na região. Os jesuítas chegaram nesta parte do litoral brasileiro, logo nos primeiros momentos da colonização portuguesa, em conjunto com as expedições de Martin Afonso de Sousa. Na zona urbana da cidade de

13 TULIK, 1995.

Peruíbe na atualidade, por exemplo, encontram-se a chamada Ruína de Abarebebê, restos de uma antiga igreja jesuíta edificada por volta de 1535, caracterizando a formação da memória histórica da região, ou seja, vinculada a catequese indígena. A presença da chamada “cama de Anchieta” é a criação de uma memória histórica necessária para legitimar o imaginário do processo turístico, vinculado a um certo exotismo, sacralizado por uma antiga lenda, que ajudou na formação cultural da região.

Após Itanhaém a reportagem traz a descrição de Peruíbe, nomeada de “uma Guarapari em perspectiva” (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p. 22).

Argumenta-se que a cidade estava em “vias de crescimento” com possibilidades de terrenos baratos e muitas atrações a serem exploradas, Peruíbe era vista como possibilidade de expansão do modelo turístico em vigor em Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém. Traz uma interessante caracterização, que será comum de muitos futuros guias turísticos, ou seja, a descrição de negócios e valores a serem empregados, além da discussão de preços e estruturas de acolhimento das visitantes: restaurantes, hotéis, etc.



Imagem 06: Cidade de Peruíbe, década de 1960. Jornal de Peruíbe.
Fonte: <http://conhecendoperuibe.blogspot.com/2016/10/a-historia-de-peruibe-par-te-iii-de-1959.html> <acesso 25/04/2020>

Seguindo essa tendência descritiva, a reportagem faz em sua página seguinte, uma descrição de locais e valores de hotéis em todas as cidades do circuito: Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Detalha restaurantes e cardápios, chamando a atenção para alguns pratos servidos que se assemelhavam, as melhores cozinhas da capital. (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p. 23).

No texto da reportagem, tudo é trabalhado como descrição daquilo que o futuro turista estaria procurando: o sossego de um lugar associado as atividades e lugares exóticos existentes, além de produtos de consumo local. O doce de banana da região sul do litoral paulista e região do Vale do Ribeira, por exemplo, é lembrado e transformado, pela ação da propaganda turística, em elemento imprescindível de ser conhecido e apreciado ao visitar-se a região.

Quase encerrando a reportagem, sua página seguinte, (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.24), é uma descrição quase completa da pesca na região. Onde se deve ir, quais equipamentos se utilizar, além de instruções e uso de equipamentos, como também locais e os momentos certos para a realização da pesca.

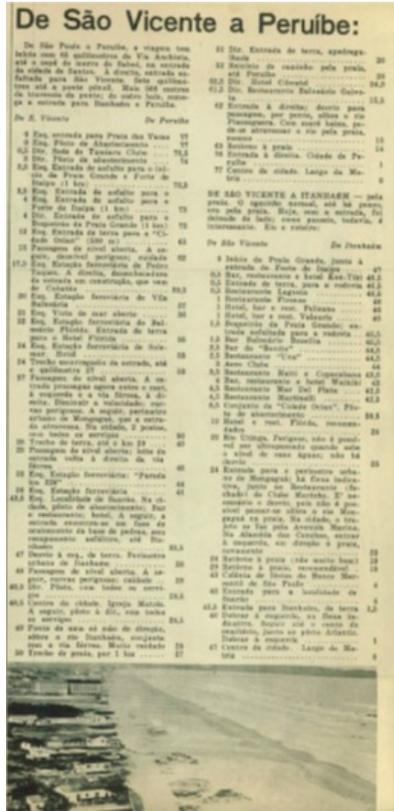


Imagem 07: Recorte (Revista Quatro Rodas, janeiro de 1961, p.28)

A parte final da reportagem é apresentada um guia de distâncias e estradas a serem percorridas na região, com detalhes de paradas e pontos de visitação. Essa espécie de “quadro de distâncias” seria uma marca editorial da Revista Quatro Rodas a partir de então e pode ser observado em quase todas as futuras edições da revista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reportagem apresentada pela Revista Quatro Rodas, de janeiro de 1961, mostra em sua pequena amostra, o ambiente cultural presente no país e em especial no turismo litorâneo paulista naquele momento. Nota-se que a chamada “cultura de veraneio” não era um modelo único do litoral paulista, mas estava presente também, em quase todas as grandes metrópoles do país próximas a região litorânea.

No caso paulista, o modelo industrial baseado em montadoras de veículos automotores, criou um ambiente em cujo “imaginário turístico”, baseou-se na exploração de locais próximos ao litoral antes de difícil acesso, principalmente pela ausência de estradas pavimentadas. Esses locais enfrentaram um desenvolvimento urbanístico muito desordenado e responsável pela criação de uma hierarquia social vinculada ao loteamento dos espaços próximos as praias, modificando inclusive, modelos sociais bastante antigos e historicamente constituídos nestas mesmas regiões.

Para a manutenção ou criação de um fluxo turístico significativo, meios de comunicação buscavam locais e objetos que representassem a região e garantissem certo exotismo para justificar processos de exploração, via automóveis individuais. Tal fato é percebido, por exemplo, em reportagens como a analisada aqui, ou seja, a produção textual priorizou informar preços, distâncias, cardápios, entre outros, como que a transmitir certa tranquilidade ao futuro visitante. As atrações refletem apenas observações superficiais e reproduzem características que mostram uma certa elitização, que reforça a percepção sociocultural da sociedade naquele momento, mantendo e acentuando desigualdades sociais, políticas e econômicas já existentes.

Deve-se recordar que muitas publicações e em especial aquelas que estejam vinculadas ao setor turístico, procuram transformar o processo de visitação em um produto a ser consumido. Este produto vincula-se ao setor de serviços e tem em sua intangibilidade e consumo imediato, seu modelo de gestão.

A análise aqui apresentada poderá ser ampliada no futuro, com a inser o de novos documentos e dados que busquem solucionar algumas questões apresentadas inicialmente por essa comunica o.

REFERÊNCIAS

CABIANCA, Maria Angela de Abreu; SOUZA, Luis Henrique de. As Repercussões da Cultura de Veraneio na Região Metropolitana da Baixada Santista (São Paulo, Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-20, janeiro-abril de 2017.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*.

São Paulo, v. 14, n. 1, p. 195-241, Junho 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2020.

CP – Correio Paulistano, 1920 a 1930.

DAIBERT, André B. D. Origens do Turismo Organizado no Rio de Janeiro: A Revista Brasileira de Turismo na Década de 1920. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), p.152-163, abr-jun, 2014. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2634/pdf_258.

GIMENES-MINASSE, M. H. S. G.; MARQUES, Silvio Cesar M. M.; MELO, Ismail Barra Nova de. O Brasil através dos Para-brisas: O Turismo na Primeira Edição da Revista Quatro Rodas. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), p.139-151, abr-jun, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2451> .<acesso 29/07/2020>.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, 3ª ed. Facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978.

OESP - O Estado de São Paulo, 1930 a 1940.

REIS, Nestor Goulart. *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. São Paulo : CPA, 1997.

SANTOS, Álvaro Rodrigues dos. *A grande barreira da Serra do Mar: da trilha dos tupiniquins à rodovia dos Imigrantes*. São Paulo : O nome da Rosa, 2004.

SANTOS, B.G.; CAVENAGHI, A.J. O processo de concretização do imaginário e a visitação no Parque Estadual do Jaraguá (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.1, fev/abr, 2014, p.119-137.

SILVA, Vania da. *Mobilidades e viagens imaginativas: o papel da Associação de Estradas de Rodagem para o turismo em São Paulo (1919-1930)*. Dissertação de Mestrado. EACH-USP, 2019, p. 185.

TOWNER, John. Approaches to tourism history. *Annals of Tourism Research*. Volume 15, Issue 1, 1988, Pages 47-62.

TULIK, O. Residências secundárias: as fontes estatísticas e a questão conceitual. *Revista Turismo Em Análise*, 6(2), 26-34. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v6i2p26-34>, 1995.

WALTON, John K. (ed.) *Histories of Tourism: Representation, Identity and Conflict*. Great Britain : Cromwell Press, 2005.

O BAIRRO DA URCA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ATRATIVIDADE TURÍSTICA E HISTÓRIA NOS SÉCULOS XX E XXI

*Vera Lúcia Bogéa Borges**

*Simone Feigelson***

*Carla Fraga****

*Eloise Silveira Botelho*****

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No bairro da Urca está um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, os Morros do Pão de Açúcar e da Urca, sendo possível acessá-lo por intermédio da estação do bondinho que fica localizada na Praça General Tibúrcio, ampla e em formato semicircular, que homenageia um dos militares que participou da Guerra do Paraguai (1865-1870). De um lado, a Avenida Pasteur com construções em estilos arquitetônicos diversos e que diariamente é percorrida por turistas em busca da conhecida imagem da cidade a partir da paisagem identificada

* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunto do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vera.borges@unirio.br.

** Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunto do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: <simone.deutsch@unirio.br>.

*** Doutora em Engenharia de Transporte pelo Programa de Engenharia de Transporte da COPPE/UFRJ. Professora Associada do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: carla.fraga@unirio.br.

**** Doutora em Ciências, na linha de pesquisa Gestão de Iniciativas Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção na COPPE/UFRJ. Professora Adjunto do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: eloise.botelho@unirio.br.

do alto dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, como “maravilhosa”. No outro lado, está a Praia Vermelha com sua orla de coqueiros e amendoeiras e mais adiante, a pista Cláudio Coutinho, que tem esse nome para lembrar o esportista carioca - que é um caminho que contorna por aproximadamente dois quilômetros o sopé do Morro da Urca.

História, arquitetura, natureza e transportes são elementos constitutivos deste bairro que merecem ser apreciados pela perspectiva de um *slow tourism*, isto é, um turismo lento e contemplativo. Conforme Guiver e McGrath¹ nota-se que:

Slow travel e slow tourism são conceitos relativamente recentes [...] Encontram-se consistências em aspetos como saborear o tempo no destino e investir tempo para usufruir do local, das pessoas, da história, da cultura e dos produtos [...]².

Assim, a visitação ao bairro para além da ida ao Pão de Açúcar pode contribuir para a compreensão da própria história da cidade, notadamente a partir de caminhadas e/ou uso de bicicletas. Pela perspectiva da interface entre turismo, urbanismo, arquitetura e natureza, o objetivo deste capítulo consiste em estabelecer algumas tessituras históricas considerando os séculos XX e o início do século XXI, tendo como referência as paisagens e patrimônios cariocas. Portanto, a visitação pode contribuir para a compreensão da história da cidade, notadamente a partir de um *slow tourism*.

O estudo é exploratório e descritivo, baseado em pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários, com a elaboração de mapas a partir do vislumbre de potenciais itinerários culturais pelo bairro. A revisão da literatura narrativa permitiu a composição do referencial teórico. O capítulo está estruturado em cinco seções além das considerações iniciais e finais.

HISTÓRIA, TURISMO E MOBILIDADES... SE MOVER, SE EMOCIONAR, SE LEMBRAR

O historiador tem em seu ofício reinterpretar o passado à luz do presente e conciliar isso com as exigências da objetividade para a

1 GUIVER, Jo; McGRATH, Peter. Slow tourism: Exploring the discourses. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 27, 11-34. 2016.

2 Idem.

produção do conhecimento na história que pode passar pelo sofrimento, a crueldade, a violência, a guerra dentre outros aspectos. Para François Hartog³, com a Escola dos Annales que pode ser compreendida como a Revolução Francesa da Historiografia⁴, a história deixa de se contentar com a ordem de sucessão, com a linha cronológica pela perspectiva do progresso promovendo a reflexão comparativa feita de múltiplas maneiras com destaque para as conjunturas econômicas e os processos sociais existentes. As origens e a narração contínua dos feitos da nação que predominaram no século XIX cada vez mais dão espaço para o social em detrimento de atos individuais dos líderes das nações que se constituíam naquele contexto histórico.

Essas considerações preliminares acerca da história podem produzir algumas pistas para os estudos do turismo. De acordo com Panosso⁵, a prática do turismo mundialmente vem se desenvolvendo em ritmo acelerado nas últimas décadas. Certamente, a discussão acerca do patrimônio histórico pode servir de elo em comum para os diferentes campos do saber. O crescente processo de internacionalização ocorrido durante o século XX não foi incompatível com uma espécie de nostalgia que tomou conta das pessoas, isto é, uma necessidade de sentir uma ligação emocional com os lugares, com a história das localidades e com o próprio passado. A contextualização histórica a partir da problematização temporal pode ser importante referência para pensar o turismo.

A história do turismo o posiciona como um fenômeno das mobilidades, e este fenômeno tem sido tratado, entre outras abordagens e paradigmas, a partir do Paradigma das Novas Mobilidades (PNM) desde o texto seminal de Sheller e Urry⁶. É inegável também que a história delimita a evolução tecnológica dos transportes e como isso influencia o desenvolvimento do turismo, conforme Palhares⁷.

3 HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

4 BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 2011.

5 PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

6 SHELLE, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, v.38, n.2. pp. 207-226. 2006.

7 PALHARES, Guilherme Lohmann. *Transportes Turísticos*. São Paulo: Aleph, 2002.

Nesta evolução tecnológica, nota-se que existem pelo menos quatro modos de transportes (aquaviário, rodoviário, ferroviário e aéreo), e que existem atributos que fazem com que a experiência de transportes seja reconhecida, em muitos casos, como a própria experiência turística, conforme aponta Page⁸. O uso de bicicletas para fins turísticos, originando o cicloturismo é um exemplo clássico, que já foi alvo inclusive de estudos sobre serendipidade, isto é, descobertas afortunadas ao acaso de Saldanha, Fraga e Santos⁹.

A caminhabilidade, enquanto expressão geralmente de uma micro acessibilidade, ou seja de curtas e médias distâncias, ainda é timidamente tratada nos estudos de turismo, mas ao se considerar os precursores do turista, como o flâneur - que foi muito bem caracterizado na obra de Walter Benjamin ao tratar de Baudelaire; às derivas, que foram emblematicamente instituídas pelo Manifesto-texto de Guy Debord em 1958 e as novas derivas analisadas por Visconti¹⁰; e o “Caminhar como prática Estética” denominado *Walkscapes* de Careri¹¹ tem-se neste ponto um encontro inusitado entre a serendipidade estudada e a importância do saber se perder (ver Benjamin¹²) e a contemplação da paisagem, apenas com o objetivo de derivar ou flunar.

Essa caminhabilidade também pode envolver outros objetivos no turismo, como fazer trilhas por áreas urbanas protegidas, e de outro lado acessar equipamentos turísticos que são projetados para ser a própria experiência turística, como um teleférico. O teleférico tem uma curiosidade, embora muitas vezes chamado de Bondinho, este configura-se como um sistema que marca um “caminho aéreo”, e que mescla o “sair do chão”, como é o caso do Bondinho do Pão de Açúcar. Nesse sentido, esse sistema que mescla terra e ar não é ferroviário.

8 PAGE, S.J. *Transportes e Turismo*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

9 SALDANHA, Luiz; FRAGA, Carla; SANTOS, Márcio Peixoto de Sequeira. Discussões preliminares sobre serendipidade, bicicleta e turismo envolvendo a Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro (RJ). *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 15 n. 3, p.378-389, dez. 2015.

10 VISCONTI, Jacopo Crivelli. *Novas Derivas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

11 CARERI, Francesco. *Walkscapes*. O caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

12 BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Obras escolhidas*. Volume III. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Assim, a história a partir da paisagem e dos patrimônios parecem ser elementos que ganham cada vez mais o ‘olhar do turista’¹³, já que esse sujeito ‘turista’ ao movimentar seu corpo seja utilizando uma bicicleta, os próprios pés, um bondinho ou outro meio de transporte, coloca em curso não só os movimentos óbvios que marcam as mobilidades corporais, mas evidenciam suas motivações em busca de emocionarse. Logo, a emoção parece ser, como Moyle et al.¹⁴ colocaram, a nova fronteira dos estudos do turismo. Acrescenta-se a isto que a história do turismo e do turista no século XXI, deve se alterar de um turismo menos fordista e de massa para um turismo voltado para nichos, customizados¹⁵. Portanto, os desafios de interpretação paisagístico e patrimonial para o planejamento e desenvolvimento sustentado do turismo são inúmeros, envolvendo considerar o pensamento complexo (ver Morin¹⁶) para a união entre ciência, tecnologia e sociedade. A seguir serão detalhados aspectos do caso em si.

A URCA ENTRE HISTÓRIA E URBANISMO

O bairro da Urca por sua representatividade, tanto na ocupação histórica, como nas diversas edificações de praticamente todos os estilos arquitetônicos brasileiros passou a ser considerada uma Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) sendo que esta denominação se deu por meio do Plano Diretor Municipal de 1992.

No Plano Diretor, atual Lei Complementar nº 111 de 2011, uma APAC é constituída de bens imóveis, ruas, caminhos, praças, usos e atividades que determinam um conjunto e sua ambiência. Nesse sentido, a APAC contempla bem o que Yázigi¹⁷ aponta como a alma do lugar, ou seja, uma área que possui personalidade própria por meio de sua história, cultura, monumentos, arquitetura, espaços urbanos, além do

13 URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

14 MOYLE, Brent. D.; MOYLE, Char-lee. BEC, Alexandra. & SCOTT, Noel. The next frontier in tourism emotion research *Current Issues in Tourism*, 22(12), pp. 1393-1399. 2019.

15 PRIDEAUX, Bruce. The resort development spectrum: the case of the Gold Coast Australia, *Tourism Geographies*, v.6, n.1, pp. 26-59, 2004.

16 MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

17 YÁZIGI, Eduardo. *A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

meio ambiente natural e construído, fato que se observa claramente no bairro.

Até o final do século XIX, o bairro possuía uma área muito reduzida sendo formado apenas por regiões que circundavam os morros da Urca e do Pão de Açúcar. Muitos historiadores consideram a região da Urca o marco de fundação da cidade, inclusive consta a placa fundadora instalada na praia situada entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, que na época da fundação só possuía acesso pelo mar, sendo o marco da chegada dos portugueses na orla carioca. Os primeiros viajantes portugueses na região tiveram muita dificuldade de se estabelecer ali. A ocupação iniciou-se na Urca, devido à sua condição favorável de segurança e defesa, isto é, na entrada da baía onde há um estreitamento.

Ali foram edificados dois Fortes, ou seja, São João (Sítio Histórico da Fortaleza de São João) e Santa Cruz (Niterói). Atualmente, no bairro existe um marco da fundação da Cidade sendo um atrativo que deve ser mais bem explorado pelos turistas interessados na história da cidade (ver Figuras 1 e 2):



Figuras 1 e 2 - A Fortaleza de São João e o Marco da fundação da Cidade, que estão localizados no bairro da Urca.

Fonte: Fotos da Profª Simone Feigelson Deutsch, realizadas nas visitas externas de alunos do Curso de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO em 2014.

Como cita Castro¹⁸, o Rio de Janeiro se submeteu a uma “cirurgia urbana” no início do século XX, mas especificamente entre os anos de 1920 e 1922 no governo do Prefeito Carlos Sampaio, quando ocorreu a derrubada do Morro do Castelo. Inúmeras áreas de aterro foram criadas, incluindo a remodelação do bairro da Urca com a construção da Avenida Portugal, que liga a Praia Vermelha à Fortaleza de São João, e que deu efetivamente origem ao bairro. No mesmo período, a antiga praia da Saudade se transformou na Avenida Pasteur, sendo que as duas avenidas mencionadas são as principais do bairro.

O Bondinho do Pão de Açúcar, um dos cartões postais da cidade, foi instalado no local nos anos de 1912 e 1913 com permissão da concessão pelo então prefeito Serzedelo Correia. Em termos de legislação edilícia, em 1978 foi aprovado o Projeto de Estruturação Urbana para o bairro (PEU da Urca) pelo Decreto nº 1446 sendo o primeiro projeto urbano estabelecido pela Municipalidade e tendo como finalidade a preservação paisagística dos morros do Pão de Açúcar da Urca e da Babilônia.

Além disso, este Decreto restringe o gabarito e a ocupação do bairro. No ano de 1988 foi estabelecido o Decreto nº 7.541 que determina a área de abrangência da APAC da Urca com listagem das principais edificações e bens históricos, tombados, preservados e tutelados, além da delimitação do entorno desses bens, que foram subdivididos em 4 grupos (ver Figura 3):

18 CASTRO, Ruy. *Metrópole à Beira-Mar: o Rio Moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

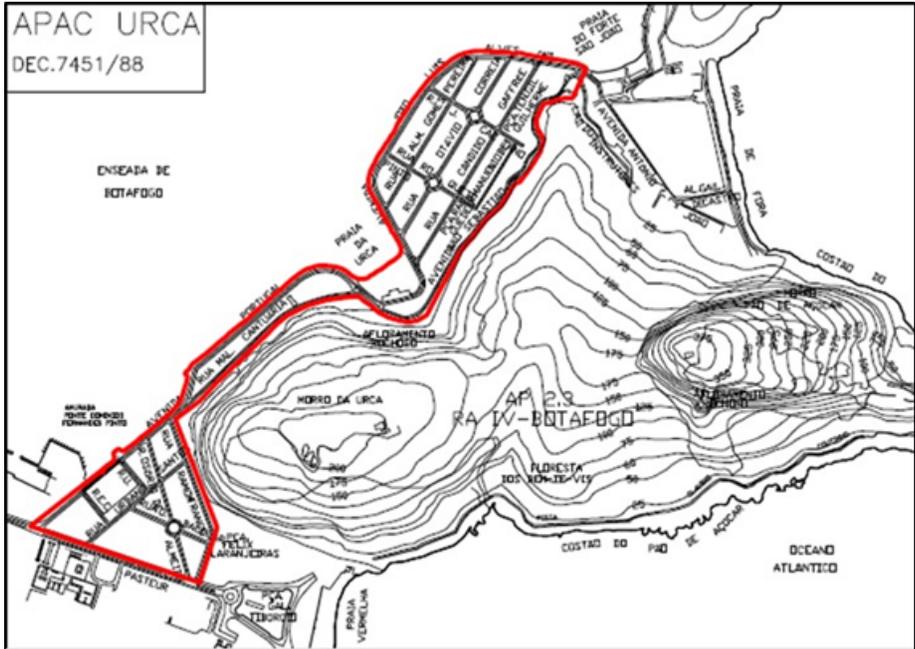


Figura 3. Mapa de abrangência da área da APAC-URCA – Decreto nº 7451 de 1988

Como principais edificações listadas na APAC, e que constam no Guia do Patrimônio Cultural Carioca¹⁹, é possível destacar: a Murada da Urca e a ponte São Domingos, construídas no início da década de 1920, por ocasião da execução do aterro, sendo atualmente um ponto de referência da cidade; construções tombadas pelo Decreto nº 7451; inúmeras casas unifamiliares com características construtivas neoclássicas e art déco; a sede do antigo Cassino da Urca, localizado na Avenida João Luiz Alves. Vale destacar que o tombamento ocorreu em 15 de agosto de 2009 pela Lei nº 5076, a edificação foi construída na década de 1920 para abrigar o Hotel Balneário, que posteriormente abrigou o Cassino da Urca, a também extinta TV Tupi e, até recentemente, o Instituto Europeu de Design Brasil (IED Rio).

19 *GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA - BENS TOMBADOS*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2014.

A URCA E OS ESTILOS ARQUITETÔNICOS

De acordo com o Guia do Patrimônio Cultural Carioca²⁰, temos algumas construções representativas no bairro da Urca. A primeira delas é o edifício do Instituto Benjamin Constant, que foi uma instituição inaugurada por D. Pedro II em 1854, como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sendo que a construção atual de 1872 foi um projeto do arquiteto Bethencourt da Silva e o imóvel foi tombado pelo Decreto provisório em 2001. Já a segunda construção é o Instituto de Mineralogia Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, um edifício neoclássico tardio idealizado por Antonio de Paula Freitas, em 1880, e que veio a abrigar o Palácio dos Estados na Exposição Nacional de 1908. Já o terceiro prédio, atualmente ocupado pelo Fórum de Ciências e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Palácio Universitário projetado por Domingos Monteiro e Jacintho Rebello que foi inaugurado em 1852 como sede do Hospício de Alienados D. Pedro II. Posteriormente, a edificação se transformou em reitoria e faculdade, em 1949, que passaram a constituir a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a construção, também em estilo neoclássico, foi inspirada em prédios europeus.

O bairro da Urca possui uma paisagem única que une natureza, marcos e construções históricas e que está incluído no Decreto de manutenção da paisagem carioca. Em atrativos de visitação, além das construções e paisagens, constam vários monumentos, tal como a estátua de Frederic Chopin localizada na Praça General Tibúrcio, datada de 1944 do artista Augusto Zamoyski. Como aponta o website dos monumentos do Rio de Vera Dias, esse monumento foi uma homenagem aos poloneses radicados no Brasil. Na Avenida Pasteur nos deparamos com a estátua de Louis Pasteur, que foi químico e microbiologista francês (27/12/1822-28/9/1895), criador da vacina anti-rábica. A escultura é de autoria de Heitor da Silva Costa, o busto em bronze, sobre pedestal de mármore trabalhado, tendo sido inaugurado em julho de 1925.

O bairro da Urca é ideal para a realização da caminhabilidade como catalisador da demanda turística. Para Ghidini²¹, caminhabilidade é:

20 GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA - BENS TOMBADOS. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2014.

21 GHIDINI, Roberto. *A Caminhabilidade: Medida Urbana Sustentável*. 2010, s/p. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/a-caminhabilidade-medida-urbana->

[...] uma qualidade do lugar. O caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade, garantido às crianças, aos idosos, às pessoas com dificuldades de locomoção e a todos. [...] Assim, a caminhabilidade deve proporcionar uma motivação para induzir mais pessoas a adotar o caminhar como forma de deslocamento efetiva, restabelecendo suas relações interdependentes com as ruas e os bairros. E para tanto, deve comprometer recursos visando a reestruturação da infraestrutura física (passeios adequados e atrativos ao pedestre) e social, tão necessárias à vida humana e à ecologia das comunidades.

Nesse sentido, a caminhabilidade com fins turísticos no bairro da Urca pode se realizar nas belíssimas construções existentes que trazem um verdadeiro roteiro dos diversos estilos arquitetônicos brasileiros e cariocas, que incluem: colonial, neoclássico, eclético, art déco e modernista.

Como exemplo de estilo arquitetônico neoclássico, de ocupação antiga da cidade, temos a Fortaleza de São João, sendo um marco da ocupação portuguesa na orla carioca, de acordo com o Guia de Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro²². No entanto, o Forte de São João está muito descaracterizado, com poucos elementos remanescentes do conjunto original. Nessa área consta construído o Forte São José, com arcadas e abóbadas características do estilo neoclássico, construídas em 1862, por ordem de D. Pedro II. A construção como um todo é de grande importância histórica e arquitetônica, contendo o marco referencial de ocupação da cidade.

No Guia de Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro²³ constam edifícios imponentes neste estilo, que é típico do final do século XIX, início do século XX, e, que inclui em uma mesma edificação vários estilos, tal como o prédio da antiga Faculdade Nacional de Medicina, construído em 1908, com fachada principal apresentando elementos típicos do estilo neoclássico, tais como triângulo bem marcado, escadas curvas em gneiss, com elementos ecléticos como o águia e leões modelados junto ao acesso. Ainda no estilo pode-se citar a Escola Minas Gerais,

sustentavel.pdf.>. Acesso em: 26 jun. 2019.

22 *GUIA DA ARQUITETURA COLONIAL, NEOCLÁSSICA E ROMÂNTICA NO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

23 *GUIA DA ARQUITETURA ECLÉTICA NO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

que originalmente foi projetada para ocupar o Pavilhão de Minas Gerais na exposição de 1908. O estilo no bairro ainda pode ser observado na construção do Círculo Militar e na Escola Gabriela Mistral que coroam a Praia Vermelha, além de inúmeras casas unifamiliares, tais como as de endereço na Rua Ramon Franco nº 87, Rua Cândido Gaffrée 55, Avenida Portugal nos 466, 716 e Avenida João Luiz Alves nºs 112 e 212, todas incluídas na listagem da APAC.

O estilo Art Deco é muito representativo do período em que o Rio de Janeiro foi capital brasileira, esse estilo é oriundo de um movimento popular internacional de design, ocorrido entre os anos de 1925 a 1939. Suas principais características são as linhas geométricas, privilegiando a aerodinâmica oriundos da revolução industrial. No bairro da Urca existem vários exemplares do estilo, podendo destacar algumas residências, tal como a casa de Adolfo Basbaum na Rua Urbano dos Santos nº 26, os edifícios multifamiliares localizados na Av. Portugal 896, Edifício Urca e na Av. João Luiz Alves nº 136, Edifício Sabará, construções listadas no Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro²⁴.

Finalmente, o roteiro dos estilos arquitetônicos se complementa com edificações em estilo modernista, estilo que ganha destaque com a vinda do arquiteto Le Corbusier ao Rio de Janeiro, e que influencia os arquitetos da época de meados do século XX, tais como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Como informado no Guia da Arquitetura Modernista²⁵, o estilo pode ser contemplado no Edifício Pasteur, localizado na Av. Pasteur nº 162, sendo um projeto de Niemeyer que possui esquadrias em fita, bandeiras em continuidade e uso de brises aplicados para controle e qualidade ambiental, além de possuir térreo em pilotis.

PAISAGEM, PATRIMÔNIO E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: MONUMENTO NATURAL (MONA) DOS MORROS DO PÃO- DE AÇÚCAR E DA URCA

Esta seção visa debater sobre a construção social da “paisagem carioca”, traduzida na relação natureza e cultura, é expressa na noção de

24 *GUIA DA ARQUITETURA ART DÉCO NO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

25 *GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

patrimônio e unidade de conservação, especificamente o Monumento Natural do Pão de Açúcar e da Urca, tendo como referência histórica os séculos XX e início do XXI. Para tanto, é fundamental compreender sobre o processo de patrimonialização da natureza e o turismo como forma de apropriação e uso.

A noção de patrimônio cultural é espelho de uma sociedade²⁶, ou seja, reflete a construção social daquilo que será eleito como referência representativa das identidades, memórias e modos de vida de determinado grupo social²⁷. Sabe-se que o que é eleito como testemunho de uma história e herança de um grupo social para a proteção do Estado e para valorização do mercado envolve uma complexa e conflituosa disputa de poder²⁸. E, em uma sociedade que preza pelos valores materiais, o aspecto econômico tende se sobressaltar na construção social da noção de patrimônio, transformando-o em produto²⁹. Isso é o que Cruz entende por “patrimonialização do patrimônio”, ou seja, “a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial”³⁰.

Situando o debate em um contexto histórico, é importante dizer que ocorre a partir da Revolução Francesa, porém a partir da Segunda Guerra Mundial que a noção de patrimônio vincula-se fortemente à de identidade nacional, abrindo caminhos para territorialização e intervenções mercadológicas³¹. No que se refere ao contexto brasileiro, a “patrimonialização do patrimônio” tem início no século XX no bojo do movimento modernista, quando o primeiro anteprojeto de lei para proteção do patrimônio cultural foi instituído, em 1936³².

26 CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

27 ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. In: *Estudos avançados*. 25 (71), 2011.

28 SERRANO, Célia. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turni; SERRANO, Célia. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

29 CHOAY, 2001.

30 CRUZ, Rita de Cássia. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 31, p. 96, 2012.

31 SERRANO, 2007.

32 CRUZ, 2012.

Inicialmente, esta noção de patrimônio, a partir do projeto de Mário de Andrade, estava circunscrita a bens de natureza material representativos da história oficial da nação e pertencente à elite. À medida que as cartas patrimoniais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) atualizam a noção de patrimônio a partir de uma visão mais ampliada, pautada na diversidade cultural dos povos, expressões imateriais e representações do cotidiano e também o patrimônio natural, foram também incorporadas no contexto brasileiro, embora um pouco tardiamente, em alguns casos, devido à presença militar-conservadora durante o período da Ditadura, como, por exemplo, os bens culturais de natureza imaterial, reconhecidos por meio do Decreto n. 3.551 de 2000³³.

No contexto do ideário de desenvolvimento expresso na Constituição Brasileira de 1934, a noção da natureza como patrimônio nacional a ser preservado é acionada, cabendo ao Estado definir os dispositivos legais para a proteção. É interessante notar que, a partir disso, tem-se, então, em 1937, a instituição do Parque Nacional de Itatiaia como primeira área natural protegida. Isso abriu caminhos para que outros espaços destinados à proteção de recursos naturais e fragmentos da biodiversidade fossem criados, expandido quantitativamente, mas também qualitativamente, com tipos e categorias mais diversas, nos diferentes biomas brasileiros e espaços geográficos. Cabe salientar que, inicialmente, a patrimonialização da natureza por meio da criação de áreas protegidas tem início no espaço recoberto pelo bioma da Mata Atlântica, que abrange a região nordeste, sudeste e sul do Brasil, devido ao seu histórico de devastação³⁴.

Sobre a patrimonialização da natureza, Paes-Luchiari³⁵ chama a atenção para o fato de que “a natureza, tornada como patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós na paisagem”, e isso envolve uma ação política e cultural, dentro de um contexto histórico-

33 FUNARI, Pedro. P. A.; PELEGRINI, Sandra C. *Patrimônio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

34 MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, n. 9, Salvador, BA: 2004.

35 PAES-LUCHIARI, M. T. Turismo e Patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, C. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

espacial, capaz de determinar o que será ou não protegido, conforme pontuado anteriormente. Assim, a delimitação de espaços para amostras da natureza também significa o interesse em eternizar a memória associada a uma identidade e a uma cultura específica, pertencentes a uma nação.

No contexto atual, a criação de áreas protegidas é regida por diferentes regulamentações. Para este estudo, que tem como recorte o bairro da Urca onde está situado o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, é importante compreender que o Monumento Natural (MONA) é uma categoria de unidade de conservação, componente do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e tem por objetivo “preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” ([s.p.])³⁶. O MONA tem como característica sua presença marcante na paisagem, a partir de montanhas, formações geológicas, ou cachoeiras, por exemplo, sendo a visitação e o turismo uma possibilidade³⁷.

O MONA Pão de Açúcar e do Morro da Urca foi criado pelo Decreto nº 26.578, em 01/06/2006, abrangendo uma área de 91,5 hectares, sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) da cidade do Rio de Janeiro. É considerado um ícone do turismo brasileiro no exterior, sendo frequentemente utilizado para representar a cidade do Rio de Janeiro em mídias publicitárias. Além da presença marcante na paisagem carioca, podem ser realizadas atividades de visitação no MONA, tais como caminhada e mirantes na Pista Cláudio Coutinho, também trilhas e vias de escalada, além do Bondinho do Pão de Açúcar³⁸.

Gomes³⁹ chama atenção para o fato de que, especialmente no MONA dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca e o bairro da Urca, a Mata Atlântica tem potencial para ser interpretada por meio de

36 BRASIL. Lei Federal nº 9.885, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm> Acessado: 17/12/2020

37 LEUZINGER, Márcia. Uso público em unidades de conservação. *Anais do 8º Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental*. 2010. Disponível em: http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf. Acessado em jul/2014.

38 SMAC. *Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca*. Disponível em: <https://bit.ly/3amDUUf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

39 GOMES, B. P. L. *Geo poética das paisagens: atrativos para a realização do Geoturismo Urbano no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação). Instituto de Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

roteiros de visitação e turismo, devido à presença de elementos da geodiversidade, mar, montanhas e florestas, bem como edificações históricas. Este conjunto de características, somado a outros espaços da cidade do Rio de Janeiro, integram o sítio “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”⁴⁰, inscrito, em 2012, na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, devido ao seu valor universal e singular, que moldam e inspiram o desenvolvimento urbano⁴¹. De um ponto de vista crítico, Malta⁴² analisa que a patrimonialização da paisagem carioca envolveu o estabelecimento de políticas para a intervenção no espaço urbano que resultou, ao mesmo tempo, em uma imagem construída de cidade turística “do futuro” (que harmoniza atributos da cultura e da natureza) e da hipervalorização imobiliária e presença constante da desigualdade social.

Paes-Luchiari⁴³ lembra que o turismo é uma atividade que pode engendrar efeitos econômicos a partir das áreas naturais patrimonializadas, o que incorre em novas territorialidades nos atrativos e destinos turísticos. Com uma ideia complementar, Costa e Gastal⁴⁴ afirmam que a paisagem é fundamental no processo de planejamento do turismo, uma vez que agrega elementos históricos, culturais e naturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo”. Assim, a paisagem constitui elemento chave, devido à potencialidade de sua atratividade representada na identidade do lugar, sendo o diferencial dos destinos turísticos, como é o

40 “O sítio do Rio de Janeiro consiste em um excepcional cenário urbano que compreende também os elementos naturais fundamentais que moldaram e inspiraram o desenvolvimento da cidade: desde as montanhas do Parque Nacional da Tijuca até o mar, incluindo o Jardim Botânico, (1808); as Montanhas do Corcovado, com a estátua do Cristo Redentor; e os morros ao redor da Baía de Guanabara, que incluem as amplas paisagens ao longo da Praia de Copacabana”. UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

41 UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

42 MALTA, Eder. Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. In: *Ciências Sociais Unisinos*. 53(3):521-531, setembro/dezembro 2017.

43 PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e Patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

44 COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana. A. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. In: *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. 2010.

caso do bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A partir das reflexões expostas, busca-se agora apresentar possibilidades de itinerários, visando o desenvolvimento de um *slow tourism* para o bairro da Urca.

CONSTRUINDO ITINERÁRIOS: METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo apresentado neste capítulo é exploratório e descritivo, de natureza qualitativa baseado em levantamento bibliográfico e de dados secundários. Utilizou-se uma revisão da literatura narrativa para a composição do referencial teórico apresentado nas seções anteriores. Enquanto um estudo essencialmente multidisciplinar ancorado na interface História e Turismo, com enfoques na Arquitetura e Urbanismo, nas Mobilidades e nas Áreas Protegidas, considerando patrimônios, paisagens e atrações turísticas, torna-se relevante criar categorias para se estabelecer uma análise histórico e geográfica da Urca, com a finalidade de se contribuir para o desenvolvimento de um turismo histórico e cultural engajado com os princípios da sustentabilidade. Logo, considerando a relevância da diacronia histórica e as camadas das paisagens que configuram-se nos séculos XX e XXI, tem-se o seguinte quadro de atributos a serem enfocados na apresentação e análise dos resultados:

Quadro 1. Aspectos metodológicos adotados

Marcos e fatos históricos		
Mobilidades	Patrimônios e Estilos Arquitetônicos	Paisagem
Caminhabilidade (pelo bairro e por Trilhas no Mon do Pão de Açúcar e Urca)	Identificação de patrimônios, seus estilos arquitetônicos marcados pelas diversas temporalidades	Caracterização da construção social da paisagem: natureza e cultura
Bicicleta (considerando a Ciclovía)		
Aéreo (considerando Bondinho Pão de Açúcar)		

Fonte: Elaboração Própria

O Quadro 1 permite integrar tanto o que é fixo e estático como os prédios e construções, aos acidentes geográficos que fazem parte

do Mona, quanto o que permite o fluído, ou seja, as ruas, calçadas, ciclovias e o teleférico - a partir da ótica da interface turismo e história, considerando marcos e fatos históricos, que apresentam significativa relevância para (re) significação do bairro da Urca na ampliação do Turismo Histórico Cultural na cidade do Rio de Janeiro.

A complexidade da interface entre turismo e história emerge da própria diacronia espaço temporal que ancora patrimônios, paisagens e atrativos, nesse sentido o olhar do turista⁴⁵, as emoções⁴⁶ parecem ser chaves para que as figuras que serão apresentadas a partir dos critérios desenhados no Quadro 1 estabeleçam uma vida para além de uma análise espaço temporal em si. O objetivo não é incorrer em anacronismos, e sim contribuir para que o debate histórico, e que suas fontes suportem as imagens que se transformam neste recorte temporal do século XX e início do século XXI. O Quadro 2 apresenta um inventário contendo atrativos iniciais de interesse do estudo com temporalidades expressas por referências (ano, década, século) e observações sobre história e arquitetura.

Quadro 2. Atrativos de interesse do estudo

Pontos de interesse	Referências	Observações
Iate Club do Rio de Janeiro	1929 (a)	Inicialmente chamado Fluminense Yachting Club (a)
UNIRIO - Reitoria	Século XX (c)	Antigo prédio do Centro de Artes, na Urca, onde hoje está localizada a Reitoria (c)
UFRJ - Campus da Praia Vermelha	1908 data de conclusão do Palácio Universitário como é conhecido atualmente sendo que, em 1944, o hospício foi transferido dali, instalando-se no prédio, até os dias de hoje várias Faculdades da UFRJ (a e b)	Pedra fundamental em 1852 com o asilo dos loucos e, em 1880, a pedra fundamental da Universidade Pedro II que jamais viria a se tornar realidade (b)

45 URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

46 MOYLE, Brent D.; MOYLE, Char-lee. BEC, A. & SCOTT, Noel. The next frontier in tourism emotion research *Current Issues in Tourism*, 22(12), pp. 1393-1399. 2019.

Bondinho do Pão de Açúcar	1909 a 1913 período de construção do caminho aéreo da Praia Vermelha até o Morro da Urca com ramal para o Pão de Açúcar (a)	Obra construída por engenheiros e operários nacionais utilizando tecnologia local. Em 1970, o atrativo passou a contar com padrões e tecnologia mais modernos. (b)
Museu de Ciências da Terra	1908 com a conclusão das obras (b)	O prédio sediou vários órgãos públicos até que, em 1950, a Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico ali se instalou, funcionando até hoje com o nome de Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM). (b)
Círculo Militar da Praia Vermelha	1957 (d)	Anteriormente, o local da sede abrigou, o Salão Casa Blanca, uma das mais famosas casas noturnas da capital fluminense. Posteriormente, sediou a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. (d)
Fortaleza de São João	Século XVII (b)	O local onde se encontrava o Forte São Teodósio abrigava quatro baterias ou redutos que passaram a se chamar Fortaleza São João (b)
Pista Cláudio Coutinho	Final da Década de 1980(e)	Inaugurada pelo Exército Brasileiro, a Pista Cláudio Coutinho está localizada na extremidade esquerda da Praia Vermelha. Com 1,25 km de extensão, circunda o Morro da Urca e é cercada pela Mata Atlântica. (e)
Murada da Urca (Mureta da Urca)	1922-1935 (a)	A murada de granito que cerca o bairro é acompanhada, ao longo de toda a costa, por pedras ali colocadas para que resistam a eventuais ressacas. (a)
Av. Pasteur, 404	1908 (h)	No passado, a atual construção abrigou o Palácio dos Estados na Exposição Comemorativa ao Centenário da abertura dos Portos às Nações Amigas (1908) (h)
Av. Portugal, 772	1934 (h)	Igreja N.S do Brasil - Dedicada a uma invocação marcadamente nacionalista da Virgem Maria corresponde ao momento inicial de ocupação da Urca e ao apogeu do neocolonial (h)
Rua Urbano Santos, 50	1955 (f)	Residência na Urca - A fachada é tratada de forma unitária, os elementos formais e o apuro da execução conferem grande qualidade ao imóvel (f)

Av. Pasteur, 162	1957-1961 (f)	Intervenção arquitetônica de Oscar Niemeyer em um continuum edificado.
Av. Pasteur, 138	1939 (f)	Edifício Sede da IBM Prédios gêmeos interligados por passarelas, desenho vertical da fachada e nobreza de materiais empregados. (f)
Rua Urbano Santos, 26	1939 (g)	Residência Adolfo Basbaum - Sofisticada residência com amplo terraço, duas colunas caneladas e gazela de metal dourado que reproduz o tema original da Exposição de Paris de 1925 que popularizou o Art Déco. (g)
Rua Marechal Cantuária, 174	1934 (g)	Edifício Urca - Letreiro com família de letras tipicamente Art Déco e portão de ferro com motivos marinhos estilizados (peixes, caracóis, cavalo marinho). Visto lateralmente, o edifício revela um inusitado embasamento em forma de proa sobre o qual nascem os andares.
Av. João Luiz Alves/Al. Floriano Peixoto, 136	1935 (g)	Edifício Sabará - O átrio de acesso, côncavo e aberto em estilo aerodinâmico parece reproduzir o movimento das ondas do mar. (g)
IED Rio	Década de 1920	Antiga Sede do Hotel Balneário, Cassino da Urca, TV Tupi e, até 2020, o Istituto Europeo di Design.
Av. Pasteur, 250	1908	Escola de Comunicação da UFRJ - A primeira localização da ECO foi na Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro. Nos anos 70, a Escola passa para o histórico campus da Praia Vermelha, no bairro da Urca, onde se encontra até hoje. (i)
Av. Portugal, 186	1931	Sobradinho unifamiliar (h)

Fonte: Elaboração própria com base em: (a) Santa Teresa e Urca: Bairros do Rio; (b) Guia Michelin Rio de Janeiro: Cidade e Estado; (C) UNIRIO; (d) MCTER - CMPV; (e) Diário do Turismo (f) Guia de Arquitetura Moderna do Rio de Janeiro. (g) Guia de Arquitetura Art Déco do Rio de Janeiro; (h) Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro; (i) ECO-UFRJ.

A seguir são apresentados e discutidos os resultados com o suporte do *software* QGis 3.8 Zanzibar, possibilitando a visualização do bairro por essas miradas teórico metodológicas, que permite a reflexão sobre itinerários para um *slow tourism* a partir da caminhabilidade, do uso

de bicicletas e/ou do teleférico, bem como outros veículos adaptados ao sentido do turismo lento, contemplativo, no qual a história observada, contada, ouvida e/ou inventada e reinventada torna-se parte memorável da viagem.

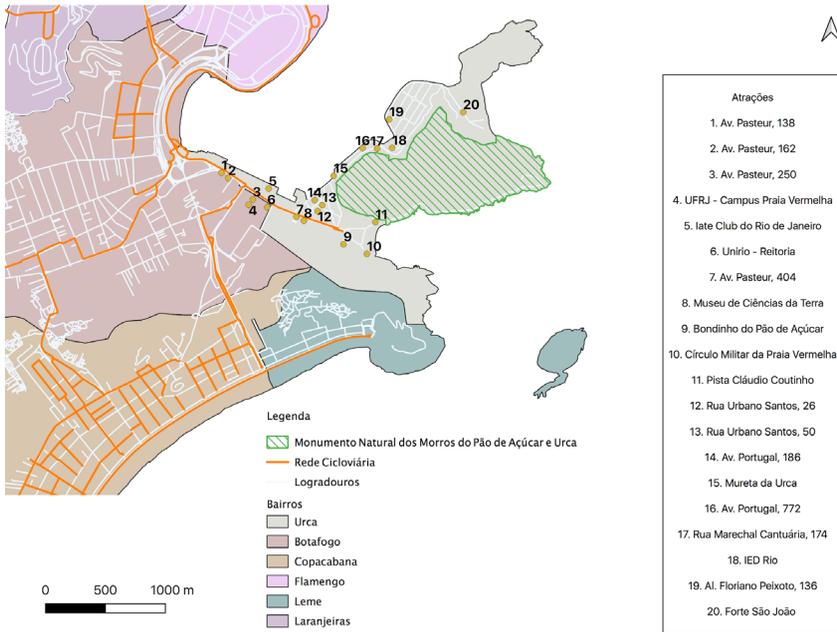


Figura 4. Urca - Estilos Arquitetônicos, Natureza e Cultura.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SMAC⁴⁷; DATA.RIOa⁴⁸, DATA.RIOb⁴⁹ utilizando o QGIS 3.8 Zanzibar

A Urca é um bairro que apresenta uma única entrada/saída por via terrestre, formando um corredor a partir da Av. Pasteur, que conta a história não só do bairro, mas da própria cidade do Rio de Janeiro, conforme destacado nas seções anteriores deste capítulo. Contudo, é válido destacar que alguns atrativos (vide n. 1, 2, 3, 4, 6) estão no

47 SMAC (s.d.). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca*. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=4461307>> Acessado em 20 dez. 2020.

48 DATA.RIOa (s.d.) *Rede Ciclovitária*. Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/rede-ciclovi%C3%A1ria>> Acessado em 20 dez. 2020.

49 DATA.RIOb (s.d.) *Limites de bairros*. Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/limite-de-bairros>> Acessado em 20 dez. 2020.

limite com o bairro de Botafogo. Além disso, a proporcionalidade da área protegida Mona do Pão de Açúcar e da Urca demonstra a presença marcante, na paisagem, do patrimônio natural, com a possibilidade não só de acesso ao alto pelo Bondinho (vide n. 9) mas também a partir de trilhas e escaladas, proporcionando ao visitante pontos de vista a partir ângulos diversificados da paisagem e da cidade.

A caminhabilidade é favorecida pelas características geográficas e urbanísticas do bairro. Um exemplo é a Pista de Cláudio Coutinho (vide n. 11), que também influencia as caminhadas como práticas de lazer, esporte e contemplação da paisagem. Uma paisagem, que une cultura e natureza, construindo-se a partir da sociabilidade.

Ainda, a rede cicloviária atende diretamente a um conjunto significativo de atrativos (vides n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12), e está interligada com outras partes da cidade, dando acesso ao bairro. Assim, é possível compreender que a Urca é própria para o *slow tourism*, e que a relação estabelecida com o local perpassa pela a própria história e a cultura, sendo esse um dos aspectos destacados por Guiver e McGrath⁵⁰ ao discorrerem sobre o *slow travel* e o *slow tourism*. Sendo assim, se mover no bairro da Urca é se deparar com uma série de atratividades, que contam a história dos séculos XX e início do XXI a partir de estilos arquitetônicos variados, de monumentos e da união entre cultura e natureza. Logo, a partir das tessituras históricas, ao se mover pela Urca, também é possível se emocionar, e ao se emocionar, é inegável que não só turistas, mas também moradores (deste bairro e de outros da cidade do Rio de Janeiro) acabam por ter experiências que podem configurar-se como memoráveis a partir de referências históricas materializadas ao longo dos trajetos percorridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o lazer enquanto categoria de análise não tenha sido abordado neste estudo, o bairro da Urca é um espaço de lazer essencial para grande parcela dos moradores, com destaque para a Mureta da Urca, e inclusive para equipamentos turísticos como o Bondinho do Pão de Açúcar. Nesse sentido, futuros estudos poderiam considerar uma análise mais enfocada no “visitado”, ou seja, no morador.

50 GUIVER & McGRATH, 2016.

Ademais, não se abordou diretamente o *slow tourism* enquanto discussão teórico-metodológica, mas a caminhada, o uso da bicicleta e o próprio teleférico fazem parte da discussão de um turismo mais lento e contemplativo, conectado com as transformações individuais a partir das emoções que motiva esses movimentos e visitas. Portanto, se recupera Prideaux⁵¹ e observa-se que a entrada no século XXI traz consigo um foco no turismo segmentado e de nicho.

Assim, tanto as relações de lazer quanto de turismo que se estabeleçam em destinos como o bairro da Urca se fundamentam na complexidade que é compreender as emoções que motivam e movem as pessoas, em suas respectivas buscas por transformar-se. E talvez esta seja a grande contribuição histórica de uma análise multidisciplinar sobre o bairro da Urca, que ele se (re) significa e se (re) significará a partir das emoções que despertam pelas referências históricas expressas na arquitetura, na natureza, através da cultura, que o torna memorável para aqueles que o visitam.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Obras escolhidas*. volume III. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei Federal nº 9.885, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm> Acessado: 17/12/2020.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 2011.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CARERI, Francesco. *Walkscapes. O caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CASTRO, Ruy. *Metrópole à Beira-Mar: o Rio Moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

51 PRIDEAUX, Bruce. The resort development spectrum: the case of the Gold Coast Australia, *Tourism Geographies*, v.6, n.1, pp. 26-59, 2004.

CHOPIN, (Estátua). <http://www.monumentosdorio.com.br/antigo/br/esculturas/062/003.htm> Acessado: 15/11/2020.

CÍRCULO MILITAR DA PRAIA VERMELHA. <https://cmpv.com.br/quem-somos/> Acessado: 16/12/2020.

COSTA, Luciana Castro Neves; GASTAL, Susana. A. *Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural*. In: *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. 2010.

CRUZ, Rita de Cássia. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

DATA.RIOa (s.d.) *Rede Cicloviária*. Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/rede-ciclovi%C3%A1ria>> Acessado em 20 dez. 2020.

DATA.RIOb (s.d.) *Limites de bairros*. Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/limite-de-bairros>> Acessado em 20 dez. 2020.

DECRETO nº 1446 de 02 de março de 1978 – PEU nº 01 de Proteção Ambiental e Preservação Paisagística de parte da Área de Planejamento – AP2

DECRETO nº 7451 de 03 de março de 1988.

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (ECO-UFRJ). <https://eco.ufrj.br/index.php/quem-somos/sobre-a-eco> Acessado: 16/12/2020.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. *Patrimônio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

GHIDINI, Roberto. *A Caminhabilidade: Medida Urbana Sustentável*. 2010. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/a-caminhabilidade-medida-urbana-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

GOMES, Bernardo Perrota Legal. *Geopoética das paisagens: atrativos para a realização do Geoturismo Urbano no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação). Instituto de Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

GUIA DA ARQUITETURA ART DÉCO NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

GUIA DA ARQUITETURA COLONIAL, NEOCLÁSSICA E ROMÂNTICA NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

GUIA DA ARQUITETURA ECLÉTICA NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA - BENS TOMBADOS. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2014.

GUIA MICHELIN RIO DE JANEIRO: CIDADE E ESTADO. Rio de Janeiro: Graphos, 1990.

GUIVER, Jo. & McGRATH, Peter. Slow tourism: Exploring the discourses. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 27, 11-34. 2016.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEGISLAÇÃO BAIRRO A BAIRRO. <http://mapas.rio.rj.gov.br/>. Acessado: 15/11/2020.

LEUZINGER, Márcia. Uso público em unidades de conservação. *Anais do 8º Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental*. 2010. Disponível em: http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf. Acessado em jul/2014.

MALTA, Eder. Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. *In: Ciências Sociais Unisinos*. 53(3):521-531, setembro/dezembro 2017.

MEDEIROS, Rodrigo.; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *In: Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, n. 9, Salvador, BA: 2004.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOYLE, Brent. D.; MOYLE, Char-lee. BEC, Alexandra & SCOTT, Noel. The next frontier in tourism emotion research *Current Issues in Tourism*, 22(12), pp. 1393-1399. 2019.

MUSEU DE CIÊNCIAS DA TERRA. Disponível em: <<http://mcter.cprm.gov.br/>> Acessado em 16/11/2020.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. *Turismo e Patrimônio natural no uso do território*. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PAGE, Stephen J. *Transportes e Turismo*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PALHARES, Guilherme Lohmann. *Transportes Turísticos*. São Paulo: Aleph, 2002.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PISTA CLÁUDIO COUTINHO E TRILHA DO MORRO DA URCA. <https://diariodoturismo.com.br/pista-claudio-coutinho-e-trilha-do-morro-da-urca-sao-revitalizadas/> Acessado: 16/12/2020.

PLANO DIRETOR. Lei Municipal nº 111 de 2011.

PRIDEAUX, Bruce. The resort development spectrum: the case of the Gold Coast Australia, *Tourism Geographies*, v.6, n.1, pp. 26-59, 2004.

SALDANHA, Luiz; FRAGA, Carla; SANTOS, Marcio Peixoto de Sequeira. Discussões preliminares sobre serendipidade, bicicleta e turismo envolvendo a Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro (RJ). *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 15 n. 3., p.378-389, dez. 2015.

SANTA TERESA & URCA. *Bairros do Rio*. Rio de Janeiro: Fraiha, 1998.

SERRANO, Célia. *Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas*. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SHELLER, Mimi.; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, v.38, n.2. pp. 207-226. 2006.

SMAC (s.d.). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Rio de Janeiro. *Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca*. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=4461307>> Acessado em 20 dez. 2020.

VISCONTI, Jacopo Crivelli. *Novas Derivas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). Disponível em > <http://www.unirio.br>> Acessado:16/12/ 2020.

UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. *A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. *In: Estudos avançados*. 25 (71), 2011.

PERSPECTIVAS PARA A “MARCA RIO”: O CONSUMO TURÍSTICO DAS TRADIÇÕES NO RIO DE JANEIRO

*Amanda Danelli Costa**
*Roberto Vilela Elias***
*Flávia Barroso de Mello****

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Contemporaneamente, identificou-se uma tendência, no Brasil e no mundo, de revalorização e reconstituição das cidades, bem como de seus espaços internos e seus imaginários coletivos, que lhes servem de suporte comunicacional para a construção da marca-cidade, habilitando-a para os possíveis investimentos e ações de comunicação. A valorização simbólica das cidades parte de um modelo neoliberal de gestão urbana, em que estas, como as empresas, devem criar condições para competir umas com as outras, desenvolvendo e divulgando atributos que atraiam novos negócios, como a atividade turística, e que as diferenciem no mercado global.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro, quando indicado para sediar a Copa do Mundo de 2014, intensificou seu projeto de tornar-se um dos destinos mais disputados no mundo. Assim como em outras grandes capitais mundiais, uma série de problemas estruturais persistiam na cidade. A superação desses males esteve frequentemente associada aos megaeventos, que foram apresentados, simultaneamente, como desafio

* Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

** Doutor em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*** Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

e oportunidade para requalificar a cidade para os grandes espetáculos e também para seus moradores e visitantes.

Três direcionamentos, que desde o início do século XX orientam as reformas urbanas pelas quais a cidade vem passando, foram relevantes para prepará-la para os recentes megaeventos: transformar e adaptar regiões da cidade para a produção e a circulação de bens atrelados ao progresso material; reestruturar e reorganizar as vias e os meios de locomoção para o trânsito facilitado de bens e de pessoas; coordenar os melhoramentos no corpo da cidade, visando um embelezamento estratégico que permitisse ao Rio de Janeiro seguir operando como modelo internamente, metonimizando o Brasil e inspirando o interior, ao mesmo tempo em que se expunha para o mundo, apresentando às metrópoles estrangeiras o caráter atualizado e cosmopolita desse balneário nos trópicos¹.

Com efeito, processos de modernização implicam, necessariamente, em ressignificação porque tensionam passado, presente e futuro. No caso do Rio de Janeiro, por mais imprescindível que fosse atrelar à sua imagem a da “Cidade Olímpica”, era indesejável que a renovada imagem substituísse por completo a anterior, reconhecida em todo o mundo. Desse modo, se os processos de modernização, por um lado, implicam em destruição e mudança a fim de construir o futuro da cidade, por outro, se relacionam com resistências e preservação a fim de que a cidade, e o modo como a vemos, ainda se amparem nas importantes referências que o passado oferece. Os processos de modernização, portanto, ao exporem os sentidos da renovação, deixam sinais da tessitura entre o que persiste e o que insiste como novo no espaço urbano. Essa ambiguidade se apresenta como um paradoxo para os agentes de modernização: a necessidade de realizar reformas ameaça os usos tradicionais da cidade, mas, em paralelo, se reconhece o risco em se produzir um apagamento radical desses usos tradicionais, que conferem caráter à cultura urbana local e valor histórico à imagem da cidade. Assim, temos que os usos tradicionais da cidade do Rio de Janeiro, na última década, se encontram no seio de uma questão que vincula especialmente três aspectos: as reformas urbanas necessárias para a realização dos megaeventos; a

1 Ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. As reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. *Revista ACERVO*, v.28, n.1, jan/jun de 2015, pp. 19-53.

expansão da atividade turística a reboque da concretização dos Jogos Olímpicos de 2016; e as ações e interpretações articuladas aos processos de valorização das referências culturais cariocas como parte do que constitui a “marca Rio”.

Desse modo, a cidade experimentou, por quase uma década, transformações materiais e simbólicas envolvendo ações e investimentos oriundos da iniciativa privada, projetos de políticas públicas e de organizações sociais, que se refletiram na paisagem e cultura urbana carioca, em que uma série de lugares e hábitos, compreendidos em diferentes momentos deste capítulo como referências culturais² cariocas, tiveram suas especificidades ressignificadas. A partir dessas considerações, observamos três casos de referências culturais da cidade que são simultaneamente apresentados como recursos turísticos que põem em diálogo a “Cidade Maravilhosa” (de antes) e a “Cidade Olímpica” (ressignificada): o Cais do Valongo, os bares tradicionais cariocas e o Réveillon de Copacabana.

Compreendemos referências culturais como bens e práticas valorizados no seio de grupos sociais, especialmente as classes populares, minorias e demais grupos não identificados primeiramente com a noção hegemônica de cultura nacional. Se as referências culturais implicam uma relação de significação e de valores perante um grupo popular ou minoritário, é preciso esclarecer que tais referências correspondem, principalmente, aos valores locais – um bairro, uma comunidade, uma cidade – e não se enquadram ou se limitam aos valores que fundamentavam os processos de patrimonialização com vistas à construção de um acervo nacional de bens materiais.

Ao assumir que a cidade é um espaço dinâmico, de relações, vivências e experiências dos sujeitos que, por conseguinte, se configuram em imaginários e práticas culturais (re)construídas cotidianamente por suas narrativas, buscou-se desenvolver um percurso de análise capaz de atender ao desafio de se apropriar dos discursos sobre processos culturais e sociais ainda em andamento. Dessa forma, são analisados, no presente artigo, documentos institucionais da Prefeitura do Rio, notícias de jornais de grande circulação na cidade, além de material de divulgação

2 Ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação, Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, p.11-21.

disponibilizado pelo poder público em veículos institucionais. Buscamos, através da análise crítica dessas fontes, compreender o processo de construção da imagem turística de três referências culturais cariocas, associadas ao projeto de reorganização da imagem da marca-Rio como “Cidade Olímpica”.

A CIDADE COMO MARCA A SER CONSUMIDA

No Rio de Janeiro, a primeira gestão de César Maia, iniciada em 1993, inaugurou um novo modelo de administração, segundo o qual a cidade passou a ser pensada e gerida sob a lógica do “planejamento estratégico” (ou empreendedorismo urbano). Dinâmica esta que tem atravessado todas as gestões municipais desde então. O advento que o planejamento estratégico traz, no bojo de um contexto neoliberal, diz respeito à transformação das cidades em mercadorias que oferecem vantagens ao uso do seu solo e privatizam o espaço público. O planejamento estratégico, portanto, é um instrumento central do planejamento urbano orientado para o mercado, de modo que, mais do que executar obras e reformas na cidade, é preciso tornar perceptíveis as vantagens de se investir naquele lugar e fertilizar o terreno para o estabelecimento de parcerias público-privadas. Neste processo, a articulação entre governo local, capital privado e mídia é fundamental para salientar (e fomentar) as rendas monopolistas de uma cidade como o Rio de Janeiro e a renovação de suas representações.

César Maia foi o primeiro prefeito a candidatar o Rio à sede das Olimpíadas quando, em 1997, lançou a campanha “Rio 2004”, mas a cidade não passou da primeira fase. Os megaeventos inserem-se na lógica do planejamento estratégico, pois, além de projetar a cidade-sede ao mundo, fazem dela um polo atrativo para os investidores. O auge deste processo ocorreu nas gestões de Eduardo Paes (2008-2012 e 2013-2016), quando o Rio foi eleito sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e todas as reformulações – físicas e simbólicas – operadas na cidade tinham por finalidade adequá-la às exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI).

De 2010 em diante, a metrópole fluminense transformou-se em um imenso canteiro de obras. Na zona norte, a maior parte delas concentrou-se na região do Maracanã, dentro e fora do estádio, bem como em Madureira, onde um grande parque foi construído. Na zona sul, as obras

de expansão do metrô à Barra da Tijuca concentraram-se em Ipanema, Leblon e São Conrado. Na zona oeste, a Barra da Tijuca, bairro que mais cresce e atrai investimentos na cidade desde os anos 1990, foi o grande contemplado com a chegada do metrô, além da abertura dos corredores do BRT (Bus Rapid Transit), nas avenidas das Américas e Ayrton Senna. A Barra também recebeu o Parque Olímpico, construção que acarretou na demolição do Autódromo de Jacarepaguá e na remoção de algumas comunidades – como a Vila Autódromo – que o circundavam. Ainda na zona oeste, mas em Jacarepaguá, foi aberta a via expressa Transolímpica, ligando o bairro à avenida Brasil, mais especificamente a Deodoro, onde fora erguido um complexo esportivo para receber as provas de canoagem e hipismo durante as Olimpíadas.

Ao longo desse processo, o centro da cidade, através do projeto Porto Maravilha, foi a área que recebeu o maior conjunto de obras e recursos. As intervenções concentraram-se na região da praça Mauá e zona portuária. Com a demolição do Elevado da Perimetral e a construção de dois museus (MAR e Museu do Amanhã), a localidade que, há décadas, era vista como perigosa e degradada, tornou-se o polo da redenção de um novo Rio, agora, Olímpico. O Porto Maravilha foi a maior parceria público privada do Brasil até hoje, com investimentos na ordem de 8 bilhões de reais. Além da demolição da Perimetral e da construção dos museus, também foi aberto um túnel que cumpre o trajeto antes ensejado pelo viaduto. Iniciou-se, ainda, a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e pavimentou-se o que passou a ser conhecido por Boulevard Olímpico, uma faixa litorânea que se estende desde a praça da Misericórdia, atravessa a praça XV e termina no armazém 8 do cais do porto, depois da praça Mauá. Justo aí ficou acesa a tocha olímpica, em frente à igreja da Candelária, quando da realização dos Jogos. Como salienta Sánchez, a produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham, ou seja, além de todas as mudanças físicas que eram realizadas na cidade, fazia-se necessária, da mesma forma, uma modificação de sua marca, pois “não basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada”³. Articulava-se assim, no plano simbólico, a “Cidade Olímpica”.

3 SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010, p.10.

A construção de uma marca para um país, uma cidade ou um território está baseada nas teorias relacionadas ao *city branding*, *place branding*, *destination branding* ou ainda *place marketing*, todas compostas por estudos relativamente recentes com algumas especificidades conceituais, mas que convergem para um mesmo objetivo: construir uma reputação mercadológica para marcas locais a partir da “representação perceptual das ações passadas e expectativas futuras que descrevem o atrativo geral do território para seus grupos de interesse em comparação a seus competidores”⁴. Assim, todo o processo de gestão, seja de marca-produto ou marca-lugar, está intimamente ligado à gestão da imagem que os consumidores devem ter da marca, observando as condições de que a construção da identidade de uma marca de lugar está diretamente relacionada ao passado e ao atual ambiente político, econômico, legal e cultural em que o lugar se insere. Cabe ressaltar que a cidade é um objeto muito menos circunscrito para a gestão de marca do que os objetos que são alvo da teoria de branding (produtos, serviços, comunicação publicitária). Clegg e Kornberger⁵ sinalizam que enquanto um produto é propriedade legal de uma empresa, a cidade não tem um único “controlador”, de forma que diversos agentes divergem e disputam os espaços e identidades da cidade, o que influenciará, certamente, na construção da identidade de marca e no seu potencial para atração de visitantes.

O marketing de destino, portanto, é considerado componente essencial para atração de investidores, capital internacional, empresas, conhecimento, novos habitantes, turistas, visitantes, estimulando a venda de produtos e serviços locais. No Rio de Janeiro, por exemplo, é possível identificar, através das narrativas midiáticas, várias visões da cidade em momentos distintos da construção de sua marca: em 2007, identificam-se as representações da violência na mídia que construíam uma atmosfera de medo ligado especialmente ao tráfico e à favela. Em 2012, no entanto, após diversos esforços – governamentais, como a

4 GARCÍA, J. A.; GÓMEZ, M.; MOLINA, A. Posicionamiento de marcas-destino: una aplicación en cinco regiones españolas. *INNOVAR*. Revista de Ciencias Administrativas y Sociales, vol. 23, n. 50, octubre-diciembre 2013, p.112.

5 Ver: CLEGG, Stewart R. e KORNBERGER, Martin. An Organizational Perspective on Space and Place Branding. In Frank M. Go & Robert Govers. (eds). *International Place Branding Yearbook 2010: Place Branding in the New Age of Innovation*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2010.

UPP, e mercadológicos, como a invenção de um réveillon turístico nas favelas da zona sul –, emergiram narrativas sobre esses espaços, que contribuíram para a reprodução e renovação de um produto turístico da cidade: as visitas às favelas. Desse modo, a favela e a pobreza, mas também a herança africana e as culturas populares sobre as quais nos debruçaremos aqui passaram a ser consumidas como produto turístico, ao lado dos mais concorridos atrativos da cidade: Pão de Açúcar, Cristo Redentor, Maracanã, praias.

CAIS DO VALONGO

Instituído em 2009, com a assinatura da Lei Complementar 101/2009, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto Porto Maravilha previu uma grande intervenção urbanística para promover a ampliação, articulação e requalificação do espaço urbano da região portuária. Na área de cinco milhões de metros quadrados postulava-se a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores, com projeções, para os dez anos subsequentes, de um salto que triplicaria o número de habitantes. A região engloba os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão.

O Programa Porto Maravilha Cultural, que gerencia e implementa os recursos destinados à preservação do Patrimônio Material e Imaterial da região, tem como uma das suas frentes o Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, que se propõe a desenhar diretrizes para implementação de políticas de valorização da memória e proteção do patrimônio cultural da região. O Circuito Histórico de Herança Africana é composto pelo Cais do Valongo, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio. Cada um dos pontos indicados no circuito se propõe a resgatar uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária, expressos da seguinte forma: o Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil; o Cemitério dos Pretos Novos dá voz ao tratamento indigno que receberam os restos mortais dos povos africanos; o Largo do Depósito representa a área de venda de escravos; o Jardim do Valongo materializa o apagamento dos traços do tráfico negreiro; a Pedra do Sal simboliza ponto de resistência, celebração e encontro; e a antiga escola

da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, destaca a educação e a cultura como instrumentos de libertação nos dias de hoje.

O valor de um bem é sempre atribuído por sujeitos em função de critérios e interesses historicamente condicionados, o que confirma a relatividade dos processos de atribuição de valor a bens que se tornaram referências culturais. Tal premissa nos remete à dimensão política da construção desses espaços e suas memórias coletivas⁶ acionadas, em que algumas histórias são contadas e outras silenciadas. O que está lembrado e o que está esquecido é a questão chave que orienta o senso de “quem somos” e “quem desejamos ser” e, portanto, o que deve e não deve ter valor como bem cultural. Escolher o que será lembrado é traduzir a memória em discursos manejáveis, é acionar, no presente, a memória como recurso para ancorar o planejamento do futuro. Assim, observa-se que, em relação à Pequena África, os discursos ecoados pelo poder público se apoiam em vestígios do passado, em enunciações outrora produzidas e que, por vezes, se repetem, para realizar um trabalho de enquadramento de memória⁷.

O Cais do Valongo é um exemplo dessa tensão entre tradição e modernidade que se revela na busca de uma identificação, de um caráter, que gere uma vantagem competitiva, um diferencial para a cidade que se pretende inserir no mercado global. “Redescoberto” nas escavações das obras do Porto Maravilha, o sítio arqueológico foi alçado a Patrimônio Histórico da Humanidade, pela UNESCO, desde 2017. Construído em 1811, seu objetivo foi retirar da antiga Rua Direita o desembarque e comércio de africanos escravizados. Ao longo dos anos, sofreu sucessivas intervenções até ser aterrado em 1911.

O Cais do Valongo e sua visibilidade, assim como dos demais sítios que compõem o Circuito Histórico Africano, destaca a relevância histórica e cultural dos negros escravizados da região portuária e da cidade do Rio. Em notícia do próprio site portomaravilha.com.br é possível encontrar indicações de que já se sabia desse sítio soterrado. No entanto, seu resgate pelo poder público se deu no momento em que a cidade estava sendo preparada para megaeventos mundiais, em que o multiculturalismo e a afirmação da diversidade configuravam-se

6 Ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro 1990.

7 Ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

como atributos que passaram a agregar valor à cidade, fazendo parte do receituário para o desenvolvimento de uma cidade global.

Desde 2012, no Cais do Valongo, as “Mães de Santo” conduzem, no primeiro sábado do mês de julho, um ritual de limpeza, purificação e homenagem aos espíritos ancestrais dos mais de 500 mil escravos que desembarcaram no Rio de Janeiro, entre os séculos XVI-XIX. O ritual envolve cantos religiosos, água de cheiro, flores e votos de amor e paz, misturados às batidas dos atabaques dos tradicionais blocos de carnaval Filhos de Gandhi, Lemi Ayó e Orumilá. A presença do poder público na Lavagem do Cais do Valongo resume-se à institucionalização do evento, que passa a fazer parte do calendário anual do porto. Por outro lado, religiosos, transeuntes, integrantes dos blocos se apropriam do evento de forma criativa, misturados ao consumo de bens simbólicos das barracas de comida e artesanato expostas no local, evidenciando sua relação de significação do bem histórico com a comunidade africana, para além dos processos de patrimonialização que se apoiam em uma história dita oficial, configurando, assim, o Cais do Valongo em um espaço de disputas simbólicas na busca pela construção de sua memória e dos seus significados para a região portuária.

BARES TRADICIONAIS CARIOCAS

Em dezembro de 2011, realizou-se na Estudantina, Rio de Janeiro, o 1º Seminário Internacional do Bar Tradicional com o apoio da Prefeitura do Rio, que, naquela ocasião, publicou o decreto que estabelecia o Cadastro dos Bares Tradicionais como Patrimônio Cultural da Cidade. Tal como se lê no Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, o subsecretário de Patrimônio Cultural à época, Washington Fajardo, pontuou que “não se trata de um tombamento, mas de uma categoria nova, em que os reconhecemos como bens culturais. Trata-se de um passo inicial para que possamos registrar esses estabelecimentos como Patrimônio Imaterial.” Sabia-se que, com o tempo, a lista poderia ser acrescida de outros estabelecimentos, o que de fato aconteceu, dois anos depois, com o cadastramento de mais catorze bares, a maioria destes na zona sul carioca, principal região turística da cidade.

Um dos principais argumentos da Prefeitura no momento da criação do cadastro era a preocupação com o fato de que vários bares e botequins centenários fecharam suas portas nas últimas décadas. Com

o reconhecimento e o apoio institucional, esperava-se que os bares presentes na lista não tivessem o mesmo destino. Nessas considerações reside uma preocupação cara ao campo do patrimônio que diz respeito à perda dos bens nacionais ou culturais com as mudanças decorrentes do transcurso do tempo. Significa dizer que a lógica do patrimônio implica, ao menos em certa medida, salvar os bens mais relevantes do próprio tempo, uma vez que por si sós, talvez, os bens não fossem capazes de resistir às transformações impostas pelas mudanças.

O então secretário de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello, que também participou do seminário, fez uma fala entusiasmada relacionando o decreto, a cultura urbana carioca e o contexto mais amplo que envolvia a realização dos megaeventos na cidade: “Os turistas que chegam ao Rio tem a obrigação de conhecer nossos bares e botequins. Por isso, é fundamental que se trabalhe por sua preservação. A assinatura desse decreto reflete esse momento maravilhoso que o Rio vive”. Na sua leitura, a “obrigação” de conhecer bares e botequins da cidade se devia ao fato destes serem entes vivos e dinâmicos que apresentavam e representavam traços específicos da cultura carioca, e que muitas vezes simbolizavam importantes referências culturais dos bairros ou de algumas regiões da cidade. Nesse sentido, suas considerações tocam em duas perspectivas que queremos sublinhar: a primeira se relaciona com o diagnóstico de que os bares tradicionais traduziriam a “alma” carioca, sendo o bar simultaneamente resultado de uma cultura urbana específica e ao mesmo tempo um dos fundamentais interlocutores para a construção e manutenção da cultura urbana carioca; em segundo lugar, observou-se que o bar, justamente por conter e traduzir as idiosincrasias da cultura urbana carioca, tornar-se-ia um atrativo turístico “obrigatório”, o que aponta para uma objetificação do bem cultural, a fim de atender aos interesses de diversificação da oferta turística de uma cidade como o Rio de Janeiro.

Pedro de Lamare, então presidente do SindRio, também presente no evento, comentou a importância desses bares e destacou o risco latente de se perder, com o fechamento de alguns estabelecimentos, a memória local tão diversa na cidade que a crescente especulação imobiliária aqueceu: “temos hoje cerca de 9 mil bares e botequins na cidade, o que movimenta 4,6% de empregos diretos. Por esse motivo, nesses tempos de especulação imobiliária, devemos manter viva a

característica do comércio de bairro do Rio”. Apesar dessa constatação, não foi esse o princípio norteador dos órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ao que parece, com os cadastros, a municipalidade pretendia proteger e divulgar a manutenção desses estabelecimentos na cidade, no entanto, não dirigiu esforços para a valorização da rede de significação que esses estabelecimentos criavam e ainda criam com a sua área de entorno. Nesse sentido, a valorização e proteção isoladas dos bares não se configuraram como um artifício suficientemente capaz de operar a preservação daqueles ambientes e do que eles representavam e ainda representam na cidade. Na fala de Pedro de Lamare, lê-se o anúncio do paradoxo que envolvia a prefeitura da cidade naquele momento: sabia-se que o Rio passaria por reformas radicais no centro e que a duração das obras e os seus impactos (dificultada circulação de pessoas no centro da cidade, a sensação de desordem e de transtorno que as obras causam, ou ainda os resultados da especulação imobiliária naquela região) afetariam a vida do comércio e dos serviços, aqui incluídos os bares tradicionais daquela região, fragilizando muitas das vezes as condições para que resistissem em funcionamento.

Nosso entendimento é o de que as reformas eram tratadas como prioridade, a fim de garantir a realização dos Jogos Olímpicos. No entanto, ao observar as falas dessas figuras públicas no evento que lançou o cadastro dos bares, já se sabia que as reformas poderiam contribuir não só para o fechamento de mais bares tradicionais, como também produzir efeitos de reorganização material e simbólica das relações em algumas regiões da cidade, afetando a forma como os bairros, as ruas, seus habitantes e transeuntes dialogam com os bares. Para a atividade turística, esses efeitos seriam bastante negativos, uma vez que o encerramento dos bares impedia que eles se tornassem atrativos turísticos e o seu isolamento resultaria, também, no afastamento dos turistas interessados em travar contato com a cultura urbana carioca através desses lugares de encontros.

O fato de alguns desses estabelecimentos terem fechado em fins do século XX e nos primeiros anos do XXI, resultando em uma perda material e simbólica de importantes lugares que alimentavam a cultura carioca, serviu de sinal para que a Prefeitura organizasse uma narrativa patrimonial de valorização e salvamento de outros bares, igualmente tradicionais. Em especial, daqueles que se localizavam no

local que sofreria reformas urbanas e importante atuação dos agentes de especulação imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, às vésperas dos megaeventos. Além disso, como já pontuamos, os bares, transformados em bens culturais, se tornariam potencialmente mais um atrativo turístico da cidade maravilhosa, passando a ser veiculados nas propagandas turísticas da Riotur, tal como se observa na edição de maio/junho de 2018 da sua revista impressa (oferecida nos stands de atendimento ao turista), que traz uma matéria de divulgação dos bares cadastrados com o título “Botecagem para sempre”. Observamos, neste caso, um recurso muito comum à atividade turística: quando bens culturais passam pelos processos de preservação e salvaguarda, agrega-se a eles uma valorização simbólica que atrai mais atenção dos cidadãos e visitantes, o que é visto pelo mercado turístico como uma oportunidade de estimular o consumo desses novos atrativos.

Apesar das mudanças que enfrentou, a fim de torná-la mais agradável aos visitantes e, portanto, aberta a novas referências, era necessário pôr em diálogo o desejável cosmopolitismo da região central reurbanizada e os aspectos tradicionais da cultura urbana carioca, para os quais o centro da cidade seguia e segue sendo um *locus* privilegiado. Justamente por funcionarem como dobradiças, que se abrem tanto para seus habitués quanto para visitantes não-habituais, expondo seu caráter tradicional – arquitetônico, gastronômico, de sociabilidades, de duração, ancestralidade e resistência –, viu-se que os bares poderiam, como referências culturais que são, assumir esse papel de diálogo entre o futuro e o passado, o cosmopolitismo e a tradição, presentes na maravilhosa e recém olímpica cidade do Rio de Janeiro.

RÉVEILLON DE COPACABANA

No início do século XX, o centro da cidade do Rio de Janeiro passou por extensas modificações, que resultaram na modernização do espaço e dos costumes, impactando a forma como as pessoas comemoravam datas festivas. No caso do réveillon, desde a Reforma Passos, a festa saiu das casas e chácaras e passou a ser comemorada nas ruas, notadamente na nova Avenida Central que tinha como epicentro a Praça Floriano Peixoto, o que se repetiu até os anos 1970. Percebeu-se ainda que cada vez mais aquele espaço foi ocupado pelos grupos populares, enquanto os grupos abastados ocupavam os elegantes clubes e hotéis da zona sul,

como o Copacabana Palace. Em 1968, a “Noite de Iemanjá” foi incluída no calendário turístico da cidade. Mas nem sempre a iabá africana e os rituais de religiões afro-brasileiras foram bem vistos, no dia 31 de dezembro, nas praias cariocas. Os jornais da época praticamente não cobriam essas celebrações e, quando o faziam, era sempre em tom depreciativo, como estampou uma manchete d’*O Globo*, em 2/1/1962, “O deprimente culto à Iemanjá nas praias da cidade”. Por mais que os grandes jornais impressos não fossem tão benevolentes com as giras de umbanda e candomblé na praia, tais ritos atraíam centenas de pessoas – de diferentes estratos sociais e até turistas – que, depois dos cantos e batuques, formavam filas para se consultar com as entidades. É dessa simbiose com a cultura africana que surgiu o costume brasileiro de se utilizar roupas brancas na noite de ano novo. No réveillon de 1978, o mesmo jornal *O Globo*, que há 16 anos desabonava tais ritos, apresenta uma mudança de perspectiva: passou a enaltecer a marcante presença dos terreiros de umbanda na orla de Copacabana. Em 1981, os fogos de artifício chegaram à areia da praia quando o empresário Ricardo Amaral passou a organizar a festa de réveillon do Copacabana Palace, mudando o local da queima de fogos, que antes ocorria no terraço do hotel. Somando-se a ele, nos anos seguintes, a churrascaria Marius e o antigo hotel *Le Méridien* também passaram a promover suas queimas de fogos no réveillon à beira-mar.

Foi a partir da década de 1990, durante a primeira gestão de César Maia, que a prefeitura começou a organizar a festa com uma orientação midiática e mercadológica, televisionando a queima de fogos e os shows na praia. A repercussão massiva da festa atrelou intencionalmente tal acontecimento à imagem da cidade. Esse processo, ao mesmo tempo em que espetacularizou o evento, trouxe uma forte carga normativa no que tange ao policiamento e às posturas no dia 31 de dezembro, como uma série de proibições: de vendedores ambulantes nas ruas do bairro, do tráfego de veículos particulares a partir do meio-dia, do estacionamento de veículos nos quarteirões da praia e, até mesmo, dos rituais de religiões afro-brasileiras. De modo que os terreiros que quisessem continuar realizando suas celebrações em Copacabana teriam liberados os dias 29 ou 30. Todos esses esforços se justificavam pela preservação da qualidade do espetáculo e pela segurança na movimentação dos turistas. Desse momento em diante, o ano novo no Rio tornou-se um produto tão

divulgado e promovido quanto o carnaval, transformando-se assim num megaevento que atrai turistas do mundo inteiro, anualmente.

Na visão de Jaguaribe, as cidades recriam seus repertórios culturais e seu patrimônio simbólico a partir de vários fatores, dentre eles “a ação do empreendimento capitalista que reinventa as cidades como arenas de consumo e espetáculo”⁸. Tais medidas impactaram a festa de ano novo de Copacabana, tornando-a uma importante plataforma comercial. Assim, além das normas de conduta que já citamos acima, há uma proliferação de banners (colocados pela própria prefeitura) nos postes da Avenida Atlântica, outdoors com as logomarcas das empresas que patrocinam a festa, bem como diferentes pacotes de viagem nas agências de turismo comercializando a experiência do Réveillon de Copacabana. Os meios de comunicação de massa divulgam os artistas que se apresentarão nos palcos montados na areia da praia, detalhes da queima de fogos, os esquemas especiais de segurança montados pela Polícia Militar e demais pormenores da festa para potencializar ao máximo sua repercussão e, conseqüentemente, a projeção da imagem do Rio.

O auge deste processo de espetacularização do Réveillon de Copacabana ocorre a partir de 2009, no primeiro mandato de Eduardo Paes a frente da prefeitura, quando o Rio é eleito sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A partir daí a triangulação entre Estado, capital privado e meios de comunicação age em notável sintonia, a fim de divulgar um réveillon espetacular em uma cidade pacífica.

O ano de 2013 chegou como o maior réveillon de todos os tempos em Copacabana, segundo *O Globo*. A manchete, na primeira página da edição de 1/1/2013, estampava: “Rio na era de ouro”, seguido da legenda: “o maior réveillon de todos os tempos recebe 2013 e abre temporada de grandes eventos internacionais que vão preparar a cidade para a Copa e as Olimpíadas”. Mais uma vez, o destaque aos megaeventos e o slogan da “pacificação” estão presentes. Signos cada vez mais atrelados a essa reformulação da “marca Rio”. Um novo conjunto de representações da cidade que, sistematicamente, é reforçado pelos meios de comunicação de massa.

8 JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculos e espaços urbanos. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 8, n. 2, p. 327-347, maio/agosto 2011, p.2.

Atualmente, mesmo com os problemas que a cidade atravessa no que podemos chamar de “ressaca olímpica”, o tom otimista com que os jornais cobrem os principais megaeventos realizados na cidade periodicamente (o carnaval e o réveillon), pouco mudou. A ambiência benevolente e festiva, típica dos megaeventos, é salientada o tempo inteiro como o verdadeiro traço do “ser carioca”, transformando o “estar no Rio” numa experiência única. A vivência do “estar junto” nesta cidade configura-se num produto, referenciado culturalmente, que é ainda mais consumido quando se verificam avanços no aparato de segurança. Não à toa, os grandes veículos, quando repercutem os preparativos para o Réveillon de Copacabana, sempre fazem questão de destacar a quantidade de policiais que trabalharão na orla, câmeras de vigilância, restrições ao trânsito e a vendedores ambulantes, tudo para que a festa flua no “espírito carioca”. Assim, mesmo neste período de crise pós-Olimpíadas, o consumo turístico do ano novo em Copacabana segue concorrido, como demonstra, em 24/12/2018, o jornal O Globo com o destaque: “Réveillon terá ocupação maior nos hotéis da cidade”; e a Agência Brasil, em 25/12/2018, noticiando que a “Ocupação dos hotéis para o Réveillon no Rio chega a 85%”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conjunção com a dimensão material do espaço, observamos que as narrativas analisadas, sejam elas institucionais ou da grande mídia, dão pistas sobre uma nova dinâmica proposta para as referências culturais aqui abordadas, que transita entre o passado, o presente e o futuro, atribuindo novos significados e usos aos espaços construídos, em que os sujeitos são expostos a um imaginário, por vezes, proposto por valores hegemônicos, que objetivam organizar e programar a vida social nesses lugares, a partir de uma lógica mercantilista.

No caso do Rio de Janeiro, as três referências culturais da cidade aqui analisadas – Cais do Valongo, bares tradicionais cariocas e Réveillon de Copacabana –, estão inseridas no contexto dos megaeventos e são reinventadas simbolicamente pelas narrativas institucionais e midiáticas, em busca da construção de uma nova imagem turística para a cidade, reunindo diversos e renovados atrativos e produtos, contribuindo para a delimitação de um espaço de capaz de atrair investimentos financeiros mundiais.

A atmosfera de benevolência que acompanha os megaeventos, tanto quando da preparação da cidade para recebê-los quanto no momento de sua realização, se traduz no clima de otimismo que toma conta das cidades sede, como vimos também no Rio de Janeiro. Apesar disso, não foi possível esconder o paradoxo entre a realização das reformas e a conseqüente transformação dos usos tradicionais daquelas referências culturais, agora apresentadas e exploradas também como objetos de consumo.

REFERÊNCIAS

CLEGG, Stewart R. e KORNBERGER, Martin. An Organizational Perspective on Space and Place Branding. In Frank M. Go & Robert Govers. (eds) *International Place Branding Yearbook 2010: Place Branding in the New Age of Innovation*, pp. 3–11. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2010.

GARCÍA, J. A.; GÓMEZ, M.; MOLINA, A. Posicionamiento de marcas-destino: una aplicación en cinco regiones españolas. *INNOVAR*. Revista de Ciencias Administrativas y Sociales, vol. 23, n. 50, octubre-diciembre 2013, pp. 111-127.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro 1990.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculos e espaços urbanos. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 8, n. 2, p. 327-347, maio/agosto 2011.

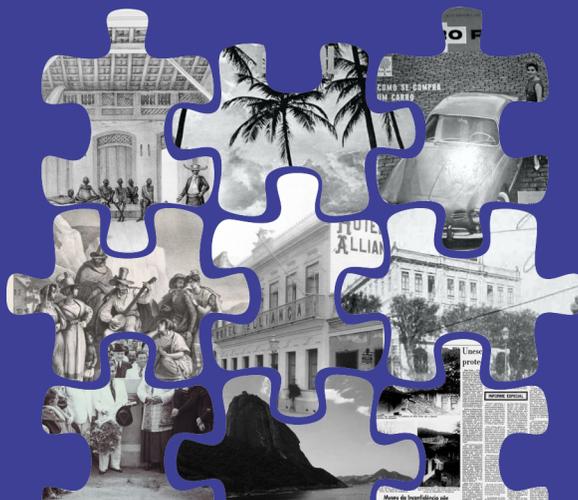
FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação, Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, p.11-21.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. As reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. *Revista ACERVO*, v.28, n.1, jan/jun de 2015, pp. 19-53.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil



O livro reúne pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e com distintas formações que abordam o turismo e o lazer em uma perspectiva histórica. Esta publicação traz reflexões sobre diferentes temáticas, métodos e fontes, aprofundando teórica e metodologicamente a abordagem histórica em torno do lazer e turismo. Sob distintas perspectivas, os autores reunidos neste livro apresentam textos que refletem as interfaces do lazer e do turismo com a história, contribuindo para o avanço da reflexão sobre a especificidade das contribuições dos diferentes métodos e perspectivas históricas para o desenvolvimento de pesquisas em lazer e turismo. O livro é mais um esforço para potencializar redes de diálogo e de intercâmbio entre pesquisadores brasileiros que vem se dedicando a essas temáticas.



casaletras

casaletras.com



9 786586 625202

ISBN: 978-65-86625-20-2